

# Partilha do Poder no Enclave Angolano de Cabinda: Modelo e Processo

(Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,  
na especialidade de Ciência Política)

*Miguel César Domingos Bembe*

**Orientador:** Professor Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara

**Co-orientador:** Professor Doutor Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes

## Constituição do Júri:

**Presidente** – Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

**Vogais** – Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara,  
Professor Catedrático  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutor Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes,  
Professor Associado com Agregação  
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana,  
Professor Associado com Agregação  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutor João Carlos Relvão Caetano,  
Professor Auxiliar  
Universidade Aberta;

Doutor Luís José Rodrigues Leitão Tomé,  
Professor Auxiliar  
Universidade Autónoma de Lisboa;

Doutor António Manuel Fernandes Silva Ribeiro,  
Director Geral do Instituto Hidrográfico, na qualidade de especialista.

**Lisboa  
2014**



# **Partilha do Poder no Enclave Angolano de Cabinda: Modelo e Processo**

(Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,  
na especialidade de Ciência Política)

***Miguel César Domingos Bembe***

**Orientador:** Professor Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara

**Co-orientador:** Professor Doutor Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes

## **Constituição do Júri:**

**Presidente** – Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

**Vogais** – Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara,  
Professor Catedrático  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutor Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes,  
Professor Associado com Agregação  
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana,  
Professor Associado com Agregação  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutor João Carlos Relvão Caetano,  
Professor Auxiliar  
Universidade Aberta;

Doutor Luís José Rodrigues Leitão Tomé,  
Professor Auxiliar  
Universidade Autónoma de Lisboa;

Doutor António Manuel Fernandes Silva Ribeiro,  
Director Geral do Instituto Hidrográfico, na qualidade de especialista.

**Lisboa  
2014**

*«Já nos encontrámos várias vezes com a observação de que a obra dos governos é tanto mais eficaz quanto sabe valer-se dos resíduos existentes e tanto menos quanto mais os ignora, e que é geralmente ineficaz e vã quando aspira a mudá-los violentamente; e na realidade, quase todos os raciocínios sobre o porquê do triunfo ou fracasso de certos actos de governo reduzem-se a este princípio» (Vilfredo Pareto apud Bessa, 1995: 39).*

*«Quem pretende servir os homens tem aí a melhor dádiva a fazer-lhes: a de se manter sem desvios nas épocas piores, quando todos os outros recorreram ao subterfúgio e a todos cegou a mesma escuridão dum mal presente» (Agostinho da Silva, apud Bessa, 2012: 7).*

Para a Rosita,  
com amor absoluto e profunda gratidão.

## ÍNDICE

<b>RESUMO .....</b>	<b>IX</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>X</b>
<b>LISTA DAS ABREVIATURAS .....</b>	<b>XI</b>
<b>LISTA DE FIGURAS/QUADROS.....</b>	<b>XV</b>
<b>PÓRTICO .....</b>	<b>XVI</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>XVIII</b>
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
I.1. O Poder como conceito operacional da Ciência Política .....	1
I.2. Justificação do tema .....	7
I.3. Contexto de desenvolvimento .....	12
I.4. Objectivos a alcançar .....	15
I.5. Metodologia de investigação .....	18
I.6. Estrutura e conteúdo .....	24
<b>II. ENQUADRAMENTO DO FENÓMENO SÓCIO-POLÍTICO DE CABINDA ....</b>	<b>28</b>
II.1. Causas e motivações do fenómeno .....	28
II.2. Estatuto do Enclave de Cabinda .....	37
II.2.1. Compromissos de Simulambuco e Lei fundamental portuguesa .....	37
II.2.2. Evolução do estatuto político-administrativo .....	41
II.3. Princípio de autodeterminação e separatismo da região enclave .....	46
II.3.1. Debate entre fundamentos e objecções .....	46
II.3.2. Futuros desejáveis e aceitáveis .....	53
II.3.3. Diplomacia portuguesa e internacional: o primado de angolanidade ....	61
II.4. Síntese conclusiva .....	67
<b>III. CONDICIONANTES POLÍTICAS E ECONÓMICAS DE CABINDA .....</b>	<b>71</b>
III.1. Condição geopolítica .....	71
III.2. Enquadramento geoeconómico .....	73
III.3. Comércio e serviços .....	80
III.4. Transportes e comunicações .....	80
III.5. Valor estratégico interno e externo de Cabinda .....	84
III.6. Síntese conclusiva .....	90

#### **IV. QUADRO POLÍTICO ANGOLANO E A SUA INFLUÊNCIA SOBRE CABINDA ..95**

IV.1. Sistema político angolano: dinâmicas da mudança e implicações .....	95
IV.1.1. Organização do Poder do Estado .....	100
IV.1.1.1. Presidente da República .....	100
IV.1.1.2. Assembleia Nacional .....	105
IV.1.1.3. Tribunais .....	107
IV.1.1.4. Procuradoria-Geral da República e Provedor de Justiça .....	108
IV.1.2. Órgãos de poder local .....	109
IV.1.2.1. Autarquias locais .....	110
IV.1.2.2. Instituições do poder tradicional .....	112
IV.1.3. Partidos políticos .....	114
IV.1.4. Centralidade da figura do Presidente da República .....	119
IV.2. Problemática política de Cabinda .....	122
IV.2.1. Organização e funcionamento do Governo provincial .....	122
IV.2.2. Estrutura e papel das Autoridades tradicionais .....	124
IV.2.3. Socialização, cultura e comunicação política .....	128
IV.2.4. Grupos organizados em Cabinda .....	137
IV.2.4.1. Grupos de pressão .....	138
IV.2.4.1.1. União dos sindicatos .....	138
IV.2.4.1.2. Congregações religiosas .....	140
IV.2.4.1.3. MPALABANDA-Associação Cívica de Cabinda .....	147
IV.2.4.1.4. Associação Tratado de Simulambuco .....	151
IV.2.4.2. Resistência político-militar: uma análise sistemática .....	154
IV.3. Síntese conclusiva .....	166

#### **V. PROBLEMATIZAÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO DE CABINDA:**

<b>DINÂMICAS E TENDÊNCIAS .....</b>	<b>171</b>
V.1. Mudança dos ambientes interno e externo .....	171
V.2. Processo de paz e reconciliação em Cabinda: uma análise crítica .....	180
V.2.1. Estrutura e conteúdo .....	180
V.2.2. Memorando de Entendimento sobre Cabinda .....	183
V.2.3. Desafios políticos, económicos e sociais .....	187
V.3. Síntese conclusiva .....	193

<b>VI. PARA UMA ESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO E GESTÃO DAS</b>	
<b>DIFERENÇAS: MODELO DE REGULAÇÃO</b>	<b>198</b>
VI.1. Instituto de partilha do poder e acomodação das elites	198
VI.2. Formas e componentes de partilha do poder	201
VI.2.1. Consociativismo	201
VI.2.2. Regionalismo	206
VI.2.3. Federalismo	208
VI.2.4. Inaplicabilidade dos modelos consociativo, regional e federal em Cabinda	211
VI.3. Modelo e processo de partilha de poder em Cabinda	214
VI.3.1. Modelo integrado associado a autonomia regional	215
VI.3.2. Projecto do estatuto político e administrativo da Região autónoma de Cabinda	222
VI.3.3. Aplicabilidade do modelo integrado no contexto angolano	242
VI.4. Síntese conclusiva	246
<b>VII. CONCLUSÕES</b>	<b>249</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>260</b>
1. Obras gerais	260
2. Obras específicas	266
3. Legislação ou normas	269
4. Documentos ou relatórios	270
5. Fontes informáticas	271
<b>ANEXOS</b>	<b>274</b>
Anexo 01: Posição geopolítica da República de Angola	275
Anexo 02: Divisão política e administrativa de Angola	276
Anexo 03: Condição geopolítica do Enclave de Cabinda	277
Anexo 04: Decreto-Lei sobre o Estatuto Especial para a Província de Cabinda	278



## RESUMO

A investigação visa apresentar um novo modelo e processo de partilha do poder no Enclave angolano de Cabinda, que poderá contribuir para conferir um acréscimo de sustentação teórica e de rigor metodológico ao processo instituído pelo Decreto-Lei n.º 1/07, de 02 de Janeiro de Conselho de Ministros, que aprova o Estatuto Especial para a Província de Cabinda (EEC), resultado da Resolução n.º 27-B/06, de 16 de Agosto da Assembleia Nacional, que estabelece o Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda (MEPRC).

Para isso, começa por identificar, entender e explicar as motivações e as causas de convivência menos saudável entre Luanda e Cabinda, o conhecimento da sociedade cabindesa e as possíveis redes de poder nela existentes. Depois, analisa os procedimentos aplicados no modelo do EEC, e em conhecidos modelos de regulação, contenção e gestão de conflitos político-identitários internos. A partir da articulação lógica daqueles conceitos e procedimentos, com recurso à imaginação criativa e a alguns casos paradigmáticos de uma arrumação contemporânea de relações, factos e processos sócio-culturais, históricos e políticos, foi concebido um modelo original de partilha do poder no Enclave de Cabinda.

O desenvolvimento do modelo proposto tem por base o estudo e a análise das estratégias mais comuns e modelos paradigmáticos frequentemente recorridos pelos Estados nos cenários contemporâneos para a prevenção e resolução de conflitos internos, secessionistas, político-identitários ou sócio-culturais, desde as federações e arranjos territoriais das populações, os modelos democráticos, da divisão do espaço e do território à partilha de poder e ao pluralismo.

**Palavras-chave:** Angola pós-conflito; A questão de Cabinda; Partilha do poder; A Construção do Estado de direito; Consolidação da paz e das instituições democráticas.

## **ABSTRACT**

This research aims to bring forth a new approach and process of power-sharing over the Angolan Enclave of Cabinda, which may contribute to add theoretical arguing and methodology systematization to the process institutionalized by the Decree-Law No. 1/07, of January 2<sup>nd</sup>, of Ministry Council, that adopted the Especial Status of the Cabinda Province (EEC), in result to the Resolution 27-B/06, of August 16<sup>th</sup>, of National Assembly, establishing the Memorandum of Understanding for Peace and Reconciliation in Cabinda Province (MEPRC).

To reach the above proposal, the research starts by identifying, understanding and explaining the motivations and causes of a less healthy relationship between Luanda and Cabinda, the knowledge of the Cabinda Society and possible networks of power that exist within it. After, the research analysis the processes applied to the model of EEC, based on known models of regulation, containment and management of internal political-identity conflicts. By articulating those concepts and processes, resorting to creative imagination and to some pragmatic cases of contemporary relations arranging, facts and sociocultural processes, historic and political, was designed an original model of power-sharing on the Enclave of Cabinda.

The development of the proposed model is based on the analyses of common strategies and paradigmatic models usually applied by States in contemporary settings to prevent internal conflict and resolutions, secessionists, political-identity or sociocultural, from federations and territorial arrangement of populations, democratic models, of space division and territory to power-sharing and pluralism.

**Key-words:** Angola post-conflict; The Cabinda issue; Power-sharing; The State of law Building; Consolidation of peace and democratic institutions.

## LISTA DAS ABREVIATURAS

<b>AD-Coligação</b>	Coligação Aliança Democrática
<b>AEEA</b>	Acção Especial de Extinção de Associação (Ministério Público Angola)
<b>AEF</b>	África Equatorial Francesa
<b>AFP</b>	Agence France Press
<b>AHU</b>	Arquivo Histórico Ultramarino
<b>AL.</b>	Alínea
<b>ALIAMA</b>	Aliança do Maiombe
<b>ANGONOTICIAS</b>	Portal de Notícias de Angola em Tempo Real
<b>ANGOP</b>	Agência de Notícias Estatal de Angola
<b>ANPC</b>	Arquivo de Notícias do Porto de Cabinda
<b>ANSCM</b>	Acta do Encontro de National Security Council
<b>AOECA</b>	Associação dos Originários do Enclave de Cabinda
<b>AOF</b>	África Ocidental Francesa
<b>APAD</b>	Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
<b>AREC</b>	Association des Ressortissants de L'Enclave de Cabinda
<b>ATC</b>	Associação dos Taxistas de Cabinda
<b>ATS-CC</b>	Associação Tratado de Simulambuco-Casa de Cabinda em Portugal
<b>BD</b>	Bloco Democrático
<b>BDK</b>	Bundi Dia Kongo
<b>BPD</b>	Blogs Promover & Dignificar (Portugal)
<b>CASA-CE</b>	Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral
<b>CAUNC</b>	Comité de Acção da União Nacional dos Cabindas
<b>CEAST</b>	Conferência Episcopal de Angola e de São Tomé
<b>CEEAC</b>	Comunidade Económica dos Estados da África Central
<b>CFR.</b>	Conferir
<b>CGG</b>	Comissão do Golfo da Guiné
<b>CLC</b>	Comunidade Lubundunu de Cabinda
<b>CNN</b>	Cable News Network
<b>COMCABI</b>	Communauté Cabindaise
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>CRA</b>	Constituição da República Angolana

<b>CSPR</b>	Casa de Segurança do Presidente da República de Angola
<b>D.L.</b>	Decreto-Lei
<b>D.L.P.</b>	Decreto Legislativo Presidencial
<b>D.N.</b>	Diário de Notícias, Portugal
<b>D.R.</b>	Diário da República, Órgão Oficial de Angola
<b>DOC.</b>	Documento
<b>ECLÉSIA</b>	Emissora Católica de Angola
<b>EEC</b>	Estatuto Especial para a Província de Cabinda
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>EXPRESSO</b>	Semanário Português
<b>FAA</b>	Forças Armadas Angolanas
<b>FAC</b>	Forças Armadas de Cabinda (Braço Armado da FLEC)
<b>FAPLA</b>	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
<b>FCD</b>	Fórum Cabindês para o Diálogo
<b>FCS</b>	Faculdade de Ciências Sociais
<b>FCS-UAN</b>	Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto
<b>FDA</b>	Fórum Democrático Angolano
<b>FFPMU</b>	Federação da Família para a Paz Mundial e Unificação
<b>FLEC</b>	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
<b>FMPM</b>	Federação das Mulheres para a Paz Mundial
<b>FNLA</b>	Frente Nacional de Libertação de Angola
<b>FpD</b>	Frente para Democracia (Actual Bloco Democrático)
<b>GEIREFIN</b>	Sociedade de Gestão de Recursos Humanos e Económicos, Lda.
<b>GPC</b>	Governo Provincial de Cabinda
<b>GURN</b>	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
<b>IBINDA</b>	Cabinda Digital (propriedade da PNN)
<b>ISCSP</b>	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Portugal)
<b>ISCSP-UL</b>	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
<b>JA</b>	Jornal de Angola. Diário Estatal da República de Angola
<b>LCA</b>	Lei Constitucional Angolana
<b>LUSA</b>	Agência de Notícias de Portugal
<b>MACC</b>	MPALABANDA - Associação Cívica de Cabinda
<b>MCNC</b>	Manifesto da Consciência da Nação Cabindesa

<b>MEPRC</b>	Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda
<b>MFA</b>	Movimento das Forças Armadas (Portugal)
<b>MINPET</b>	Ministério dos Petróleos da República de Angola
<b>MLEC</b>	Movimento de Libertação do Estado de Cabinda
<b>MPLA</b>	Movimento Popular de Libertação de Angola
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>OG</b>	Organizações Governamentais
<b>ONG</b>	Organizações Não-Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OUA</b>	Organização de Unidade Africana
<b>P.</b>	Página
<b>PAJOCA</b>	Partido da Aliança dos Jovens Operários e Camponeses de Angola
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PCC</b>	Partido Comunista Chinês
<b>PDP-ANA</b>	Partido Democrático pelo Progresso/Aliança Nacional Angolana
<b>PIR</b>	Polícia de Intervenção Rápida
<b>PMA</b>	Perfil do Municipal do Andulo - Província do Bié
<b>PMC</b>	Perfil do Município de Cabinda - Província de Cabinda
<b>PNDA</b>	Partido Nacional Democrático Angolano
<b>PNFFSAP</b>	Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas Protegidas
<b>PNN</b>	Portuguese News Network
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PP.</b>	Páginas
<b>PRD</b>	Partido Renovador Democrático
<b>PRS</b>	Partido de Renovação Social
<b>PSD</b>	Partido Social-Democrata
<b>PÚBLICO</b>	Jornal Público Português
<b>RDC</b>	República Democrática do Congo
<b>RDP-África</b>	Emissora da Radiodifusão Portuguesa
<b>RFI</b>	Rádio França Internacional
<b>RGa</b>	Revista do Grupo Algebrica – de Frente Estratégica
<b>RNA</b>	Rádio Nacional de Angola
<b>RR</b>	Rádio Renascença - Emissora Católica Portuguesa

<b>RTP</b>	Rádio Televisão Portuguesa
<b>SADC</b>	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
<b>SIC</b>	Sociedade Independente de Comunicação (Portugal)
<b>SINSE</b>	Serviço de Inteligência e de Segurança de Estado (ex-SINFO)
<b>SJA</b>	Sindicato dos Jornalistas Angolanos
<b>SNK</b>	Seita Nzambi Kúngulo
<b>SS.</b>	Seguintes
<b>TPA</b>	Televisão Pública de Angola
<b>TSF</b>	Rádio Notícias de Portugal
<b>UA</b>	União Africana
<b>UAN</b>	Universidade Agostinho Neto
<b>UJA</b>	União dos Jornalistas Angolanos
<b>UL</b>	Universidade de Lisboa
<b>ULA</b>	Universidade Lusíada de Angola
<b>UNITA</b>	União Nacional para a Independência Total de Angola
<b>UNPO</b>	Unrepresented Nations and Peoples Organization
<b>UNTA</b>	União dos Sindicatos de Cabinda
<b>UON</b>	Universidade Onze de Novembro
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>VOA</b>	Voz da América, Washington D.C.

## **LISTA DE FIGURAS/QUADROS**

**Figura 1:** Modelo e Processo de partilha do poder no Enclave angolano de Cabinda

- Uma abordagem contínua e gradual (Longo Prazo, a partir de 2014) .....259

## PÓRTICO

São múltiplas as razões que levam o investigador, em qualquer das áreas do saber, a seguir determinada via, a apostar numa área e a motivar-se para se lançar em novos projectos.

No meu caso, a motivação e a superação deste desafio tem nas figuras dos Professores António de Sousa Lara e Armando Marques Guedes o referencial. Os seus conselhos e observações, as suas visões e abordagens integrada, interdisciplinar e realista das Ciências Sociais e Humanas, encerrando em si próprios ensinamentos, deram-me um instrumento conceptual, que vai muito para além do conteúdo deste trabalho.

Se com o Professor Sousa Lara – Presidente do Conselho Científico do ISCSP-UL e meu Orientador – me motivou a balançar numa abordagem de teor holístico a qual integra a prospectiva, com o Professor Marques Guedes –, que escreveu o prefácio do meu livro sobre Cabinda que originou o tema da presente tese –, percebi a importância dos conceitos e da análise na construção dos modelos do fenómeno político, e o valor que a norma e a semântica transportam. Ambos são merecedores de um carinho especial pela amizade e empenho que colocam na docência e investigação científica, pelo profissionalismo, pelo entusiasmo e sobretudo por me terem inculcado o princípio fundamental que deve percorrer de ponta a ponta o tecido universitário: a necessidade de pensar com rigor, sem descurar a elegância. Grandes Mestres, cujas lições e trabalhos permanecem como exemplo a ilustrar aquela urgência do espírito. A definição da metodologia, a estruturação e o enquadramento analítico do trabalho obedeceram a um planeamento, cujo gizar se efectuou sob a sua orientação.

Mas neste longo caminho percorrido foram relevantes gestos e atitudes que contribuíram para o avançar do projecto.

Estou particularmente grato ao General Manuel Hélder Vieira Dias, Jr. «KOPELIPA», Ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República de Angola, pelo apoio financeiro concedido durante o meu mestrado em Estratégia no ISCSP, onde apresentei e defendi o primeiro estudo sobre Cabinda, em 31.03.2009, que mereceu o unânime e mais alto aplauso do júri respectivo. O estudo foi publicado em livro, em Luanda, em 20.08.2013.

Ao Eng.º José Maria Botelho de Vasconcelos, Ministro dos Petróleos de Angola, pela bolsa concedida, em 10.07.2010, durante a segunda fase do meu doutoramento respeitante à elaboração da tese. Sem o seu apoio e envolvimento teria sido difícil percorrer este caminho.

Ao Doutor Georges Rebelo Pinto Chikoti, Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, pelas ausências consentidas do serviço, durante a elaboração da presente tese de doutoramento e o acto público da apresentação das provas em Lisboa.



À equipa da GEIREFIN, em Portugal, em especial ao Departamento de Coordenação de Bolseiros do Ministério dos Petróleos de Angola (MINPET), em Lisboa, pela disponibilidade sempre demonstrada e estimulante generosidade.

No âmbito da FPPMU, cumpre-me reconhecer a profunda unidade e apoio espiritual da Dra. Marta Maria de Carvalho Rodrigues, Presidente da FPPM-Portugal, que com a minha dedicada esposa Musuamba M. Rosita Bembe, me acompanharam à Terra Santa, em Lisboa, onde reiterei a devoção da minha formação académica ao Pai Celestial e aos Verdadeiros Pais do Céu, da Terra e da Humanidade, um dia antes do acto público de defesa deste trabalho.

A presente investigação toma por base os resultados da dissertação apresentada, em 31.03.2009, em sede de Mestrado em Estratégia no ISCSP (da então Universidade Técnica de Lisboa). A dissertação apresentou a primeira crítica profunda, sistemática e rigorosa ao modelo de solução política adoptado no Enclave de Cabinda, a partir de uma abordagem inter e multidisciplinar, combinando a análise histórica com a antropológica, a vertente económica com a militar e política sobre a região, desde o antigo Reino do Kongo à actualidade.

A partir de um levantamento cuidado, foi possível desvendar o estado já avançado em que se encontra a estratégia angolana, ou melhor, a política do Presidente José Eduardo dos Santos e sua «*entourage*» sobre a cooptação variável das elites Cabindas e a aposta no desenvolvimento sócio-económico da região, bem como o grau de realismo que a maioria dos movimentos independentistas a pouco e pouco vai fazendo seu. Será seguramente com base nessa prática «clássica» que espaço pode vir a ser aberto para uma convivência saudável exigida por uma *Realpolitik* que se coadunou sempre mal com ideias de auto-determinação e independência. Não obstante o esforço desenvolvido neste estudo, ainda ficava quase tudo por fazer e dizer.

Pretendeu-se, realizar esta investigação, que propõe um novo modelo e processo de partilha do poder no Enclave angolano de Cabinda, na tentativa sempre incompleta, de contribuir para conferir um acréscimo de sustentação teórica e de rigor metodológico ao processo instituído pelo Decreto-Lei n.º 1/07, de 02 de Janeiro<sup>1</sup>, resultado da Resolução n.º 27-B/06, de 16 de Agosto<sup>2</sup>. O modelo proposto teve por base o estudo e a análise dos procedimentos proporcionados pelas regras básicas e pelas técnicas aplicadas em conhecidos modelos recorridos pelos Estados nos cenários contemporâneos para normalizar, conter e gerir os conflitos internos, nacionalistas/secessionistas, político-identitários e sócio-culturais.

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei de Conselho de Ministros que aprova o Estatuto Especial para a Província de Cabinda.

<sup>2</sup> Resolução da Assembleia Nacional que estabelece o Memorando de Entendimento sobre Cabinda.

## **AGRADECIMENTOS**

Num trabalho deste tipo há muitas pessoas envolvidas directa ou indirectamente, pelo que se torna difícil agradecer a cada uma delas de forma singular. Contudo, gostaria ainda de expressar a minha sentida gratidão àqueles que me concederam apoios especiais.

Se devo muito ao magistério informal de pacientes pensadores que alguns tenho por amigos como António Marques Bessa, António Silva Ribeiro, José Adelino Maltez, Manuel Meirinho Martins, Alain Dieckhoff, António Barreto e António José Fernandes, a grande dívida de gratidão vai ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), a minha Escola de sempre, que sabe abrir horizontes e estimular a investigação científica, sem dogmatismos e na liberdade, como convém às instituições universitárias. Encontrarão ao longo deste trabalho vestígios tangíveis dos seus contributos, de que espero ter feito uma utilização correcta.

Ao Professor Orlando Manuel José Fernandes da Mata, Magnífico Reitor da Universidade Agostinho Neto (UAN), pelas ausências consentidas do serviço, durante a elaboração da presente tese de doutoramento e o acto público de defesa em Lisboa, Portugal.

Ao Professor Manuel Augusto Meirinho Martins pela disponibilidade para presidir as minhas provas públicas de doutoramento, em representação do Professor António Manuel da Cruz Serra, Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa (UL) e, pelo apoio que sempre disponibilizou aos estudantes africanos enquanto Presidente do ISCSP.

Ao Professor Victor Mário Chicua Kajibanga, Decano da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (FCS-UAN), quero agradecer o seu incentivo e confiança, demonstrar o meu orgulho em colaborar com um homem de excepcional visão académico-científica e que não passa nas comunidades escolares sem deixar marcas duradouras.

Ao Professor Mário Pinto de Andrade, Magnífico Reitor da Universidade Lusíada de Angola (ULA, um símbolo para muitas gerações de docentes e alunos angolanos, pela humildade científica e social, pelo empenho e dedicação à causa da instrução e do bem dos outros, cuja retribuição tarda em ser uma evidência, mas regista marcas que vão para além do seu tempo.

Ao grande politólogo, jurista e sociólogo, Professor Adriano Moreira, pela inolvidável audiência que me concedeu, no Centro de Congressos de Lisboa em Abril de 2006, cujo parecer expresso, muito me sensibilizou, tendo constituído uma motivação acrescida. Manifesto a minha profunda administração pelo estadista, pelo cientista e pela intemporalidade do seu saber.

Ao Professor Fausto Robalo Amaro, manifesto o meu profundo reconhecimento pela amizade e pelo apoio científico sempre demonstrado, desde a Universidade Internacional, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas à Sociedade de Geografia de Lisboa, que é extensivo ao Professor João Pereira Neto.

Ao Professor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Grande Amigo de sempre, cuja dimensão analítica e prospectiva dos respectivos estudos políticos e estratégicos, não se confunde com a estreiteza de vistas, agradeço a disponibilidade tantas vezes manifestadas em diferentes circunstâncias, sobretudo no âmbito académico, científico e pessoal. Aprendi muito com a estrutura da sua tese de doutoramento em Ciência Política (ISCSP, 2005), para olhar com devido pormenor a articulação entre as várias dimensões do Poder, a qual tentei aplicar no IV Capítulo deste trabalho.

Ao Professor António Manuel Fernandes Silva Ribeiro, por ter sido o meu melhor Professor em Estratégia e ter explorado com oportunidade o modelo de elaboração aplicado na sua tese de doutoramento em Ciência Política (ISCSP, 2010), para construir o meu.

Uma referência especial deve ser feita a Sua Alteza Real, Dom Duarte Pio João Miguel Gabriel Rafael de Bragança, Chefe da Casa Real Portuguesa, pela disponibilidade e espírito de ajuda manifestada, enquanto observador atento e conhecedor de vários aspectos históricos e culturais da sociedade cabindesa.

Ao Dr. José Ribeiro e Castro, denotado defensor de boas causas, pelos gestos de amizade e incansável disponibilidade expressas em diversas situações, sobretudo em 2005.

À Associação Tratado de Simulambuco-Casa de Cabinda em Portugal, pelos relatórios (re)produzidos, cujo conteúdo foi muito valioso na realização desta investigação.

Na gratificante lista, uma menção especial deve ser feita aos professores: António Pinto Pereira, Francisco Proença Garcia, Hélder Santos Costa, Jaime Nogueira Pinto, Jorge de Sá, José Martins Jacinto, Luís Fiães Fernandes, Luís Manuel André, Marco António Martins, Maria Celeste Quintino, Maria da Conceição Pequito Teixeira, Maria de Fátima Amante, Maria Francisca de Gil Saraiva, Pedro José Lopes Clemente, Rogério Jóia, Ruth da Costa Deus, Teresa de Almeida e Silva, Victor Marques dos Santos e Vizela Cardoso, pelos conhecimentos transmitidos, que se têm revelado fundamentais para tentar desenvolver os estudos da Ciência Política e da Estratégia em domínios, na sua essência, pouco habituais.

Cumpr-me ainda no âmbito da Reitoria da Universidade de Lisboa e do ISCSP, sublinhar a minha gratidão pela incansável disponibilidade e espírito de ajuda manifestada pela Dra. Maria Fernanda Marques do Departamento de Assuntos Académicos da Reitoria,

bem como pelo Dr. Acácio de Almeida Santos, Director Executivo, Dr. Amável Santos, Chefe de Divisão Académica e Dr. José Pedro Vieira do Gabinete de Estudos Avançados do ISCSP.

Porque esta pesquisa pretende, simultaneamente, reflectir a identidade científica da lusofonia, foi também nela adaptada produções teóricas de outros cientistas sociais, especialmente dos professores e investigadores, Adulcino Silva, Alberto Oliveira Pinto, Ana Margarida Barros, António Dias Madureira, António Lopes Pires Nunes, António Matoso Quaresma, António Monteiro, António Setas, Carlos Blanco Morais, Carlos Diogo Moreira, Fernando Jorge Cardoso, Francisco Luemba, George Miranda, Ilonka de Assis e Costa, João de Matos Silva, João Fernandes, João Milando, Joaquim Martins, José Dende, José Martins Vaz, Paulo de Carvalho, Pedro Borges Graça, Políbio Valente Almeida, Simão Zau, Valêncio Manoel, Victor Kajibanga, Virgílio Fontes Pereira, autores de vasta obra nas áreas da Ciência Política, Gestão, Sociologia, Antropologia, História, Direito, Relações Internacionais, Política Internacional, Geopolítica, Teoria e Princípios de Planeamento Estratégico, Informações e Segurança, Estratégia para o Desenvolvimento e Reconstrução pós-conflito, a quem muito comovido agradeço o saber incessantemente transmitido.

Um agradecimento especial aos meus colegas e/ou amigos, Abel Diógenes Montes Lelo, Adélia da Conceição Pires de Carvalho, Alberto Colino Cafussa, Alexandre Tshingana Massuela, Antónia Fragoso, António Luvualu de Carvalho, Arlindo do Carmo Pires Barbeitos, Carlos José dos Reis, David Leão Faria, Eduardo Beny, Elias Chinguli, Estêvão José Pedro Katchiungo, Eurícia Fábila Paulo Domingos, Francisco Ramos da Cruz, Fernando Paulo Faria, Fernando Muquepe, Flávio Gualter Inácio Inocêncio, Francisco de Assis Paixão e Silva, Gabriel José Capomba Magalhães, Gilberto da Piedade Veríssimo, Hamilton Neto, Ilonka Dilvânio de Assis e Costa, Janete Bento, João Manuel Francisco (Pinto), Jeremias Zulu, João Baptista Domingos Quiosa, João Gaspar, José Faísca, José Pedro (Sócrates), Marília dos Santos Manuel, Mateus Paulo Sebastião dos Santos, Mário Augusto, Patrício Munengo Mangovo, Paulo Conceição João Faria, Paulo H. de Cerqueira Carvalho, Pedro João Valente, Pedro Mavungo Rifém, Quércia Agneta Zage, Raimundo Imbuambua Capitão, Raimundo do Rosário Lourenço, Sandra Batalha, Sandra Teresa dos Santos, Sebastião Emília, Sebastião Nguvulo Vaba, Sérgio Manuel Nongo, Supriano Dembe, Victor José Francisco, Victor Morais, Virgílio Coelho, Yannick Bernardo, pelo simples incentivo e/ou pelas preciosas sugestões e discussões científicas sobre alguns aspectos da minha investigação.

O meu apreço pela disponibilidade e colaboração demonstrada pelas mais de três dezenas de académicos, políticos, oficiais militares, religiosos, activistas sociais, intelectuais, e quadros diversos, que em Angola, nos Congos, Gabão, Portugal, França, Bélgica, Canada,

Espanha, EUA, Holanda, Itália, Alemanha, Reino Unido, deram testemunho das suas experiências e de investigações individuais, que foram úteis para a arquitectura desta obra.

Por último, à minha família, em especial à poderosa e indissociável Rosita, aos meus irmãos, aos meus primos, aos sobrinhos e aos meus pais António Bento Bembe e Fátima Domingas por todo o apoio, incentivo, aposta e tempo que me concederam para Instrução, que evidentemente, vai muito para além do conteúdo deste ensaio.

Não foi possível mencionar todos os nomes de amigos(as), colegas e instituições, porque a lista seria longa, mas eles(as) sabem que estão também aqui e gostaria de certificar de que algo do que neste trabalho de investigação se escreve tem um pouco do seu génio irreverente, pendulado entre um caminho invisível nas nuvens e uma carreira pensada e preparada meticulosamente, cultivada no apego aos dados da realidade.

Como António Marques Bessa, são duas tentações a que também ainda não dei resposta, porque não consegui saber, de fonte clara, o que é isso da realidade e das nuvens. Tenho-me detido, talvez demasiadamente, naquela máxima, muito apreciada e pouco entendida, de Giordano Bruno que, numa antecipação pungente a Espinosa, se limitou a afirmar, com toda a simplicidade, que há mais mundos. Espero que, em Angola, o debate académico-científico seja levado para fora dos edifícios da Escola. A Universidade é, muito mais que as paredes e salas em que se ouvem lições; é, antes de tudo, um espírito, uma instituição viva e operativa, que encontra soluções inovadoras para viver de dia, de noite e sempre. Exige-se, somente... tempo.

Espero que a experiência tenha valido a pena.

## I. INTRODUÇÃO

### I.1. O Poder como objecto central da Ciência Política

A realização de uma aturada investigação em profundidade sobre o modelo e processo de partilha do poder no Enclave de Cabinda, no contexto do Estado unitário de Angola, impõe a operacionalização do conceito do Poder, despido de qualificações valorativas, como o mais importante fenómeno do qual se ocupa a Ciência Política. Como salienta Adriano Moreira, o Poder, mais do que o Estado, tende para ser facto central e primacial da Ciência Política e que deve ser analisado segundo o modelo metodológico tridimensional que compreende «a sede do Poder, a forma ou imagem e a ideologia» (Moreira, 1993: 72).

No âmbito da presente pesquisa, trata-se de estudar, de forma sistemática, os processos, os actores, as dinâmicas e as tendências do desenvolvimento político de Cabinda, tendo por referência conceptual, o eixo do estudo do fenómeno político, entendido por António de Sousa Lara, como «todo o acontecimento implicado na luta pela aquisição, manutenção, exercício, controlo e subversão do Poder na sociedade» (Lara, 2007: 19-20).

Adelino Maltez (1996), seguindo a tese de Adriano Moreira, interagindo-a com a perspectiva estatocêntrica<sup>3</sup> introduzida, desde os anos 50, em Portugal<sup>4</sup>, por Armando M. Marques Guedes (1978), situa a Ciência Política como a ciência do Poder, como ciência do Estado e como ciência da autoridade. Como ciência do Poder considera que a Ciência Política tem como objectivo estudar a natureza, a localização e a utilização do poder político, bem como analisar o processo de luta para a utilização e a manutenção no Poder (Maltez, *apud* Romana, 2005: 20).

Com efeito, os politólogos versam sobre a natureza, a distribuição e a dinâmica do poder político, enquanto fenómeno político superior, isto é, enquanto um *political power* não

---

<sup>3</sup> Uma abordagem analítica que tem como foco o Estado, como o fazia a chamada «Teoria Geral do Estado», que excluía entidades infra como supra-estatais, tais como sindicatos, Igrejas, sociedades civis, formas de integração política regional, etc.

<sup>4</sup> Em Portugal, a mudança de foco foi, segundo Diogo Freitas do Amaral, primeiro introduzida por Armando M. Marques Guedes, nos anos 50 do século XX, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e um pouco mais tarde com o amplamente citado livro intitulado «Ideologias e Sistemas Políticos», uma obra publicada pelo então Instituto de Altos Estudos Militares. Tal foi feito, com apoio de Marcello Caetano, ao transformar a disciplina de Direito Constitucional, no início dos anos 50, na de Ciência Política e Direito Constitucional (Freitas do Amaral, 1990: 25-36; 1998: 15-31).

diluível no *mare magnum* do poder geral<sup>5</sup>. Mas são vários os níveis de aproximação ao poder político, dado que este pode ser estudado a nível estadual, a nível infra-estatal ou a nível supra-estatal, porque a politicidade não se esgota no Estado e, muito menos, no *government*. Do mesmo modo, diversos podem ser os tempos, pois tanto é possível tratar-se politologicamente o momento político presente, como fazer-se politologia sobre o passado e prospectivamente<sup>6</sup> (Maltez, 1994: 101).

Seguindo o critério tridimensional de análise política suficientemente exposto, que tem como expoente Adriano Moreira (1993) e explorado por Adelino Maltez (1996), Heitor Romana (2005) e Sousa Lara (2007), depois de percorrer a historicidade do território de Cabinda, de apreender as causas e as motivações que estão na base do conflito, de conhecer a sociedade cabindesa e as possíveis redes de poder nela existentes, de caracterizar as condicionantes geopolíticas e geoeconómicas da região, bem como explicado e analisado os processos que conduziram à reconciliação nacional, serão identificados e definidos os contornos da sede do Poder estratégico de Angola.

Com isso, pretender-se-á demonstrar em que medida esta sede do Poder estratégico determina e condiciona o processo de desenvolvimento político na província enclave de Cabinda. O objectivo último será a de perceber a estrutura e as deficiências e possibilidades de aperfeiçoamento do modelo de Memorando de Entendimento sobre Cabinda, instituído em Agosto de 2006, face ao modelo associado de partilha do poder.

Com efeito, os estudos políticos e estratégicos, sejam eles de conjuntura ou prospectiva, sejam eles de perspectiva, nunca estão concluídos, mas tenderão a ser

---

<sup>5</sup> Argumenta Adelino Maltez, se os primeiros cientistas políticos tratam de estudar o *political process*, a dinâmica das instituições políticas, tais como são, em vez da norma ou do sistema normativo que diz como as mesmas instituições devem ser, logo se passa ao estudo da *political action*, ao estudo do comportamento político dos indivíduos situados num determinado sistema social. Só nos anos cinquenta, principalmente a partir do magistério de David Easton, é que se passou ao estudo do *political system*, entendido como *process of making decisions* e se aprofundou a distinção do *political power* relativamente ao poder em geral (Maltez, 1994: 101). Embora com outras perspectivas não necessariamente funcionalistas, também em França ocorreu algo de semelhante, com grandes nomes e autores como Georges Balandier e Maurice Duverger, por exemplo.

<sup>6</sup> Só que são várias as maneiras de abordar as matérias politológicas e vários os estilos de as desenvolver. Se há uma ciência política mais teórica, há também uma ciência política mais empírica tratando, uma, dos grandes conceitos e utilizando, outra, vários processos, nomeadamente os métodos quantitativos. Aliás, tanto uma como outra dessas maneiras de estudar ciência política constituem meros instrumentos do mesmo fim, algo semelhante à diferença que vai dos que escrevem com caneta aos que utilizam o tratamento de texto informático.

minimamente alcançados se se conseguir identificar os elementos essenciais e estruturantes da sede do Poder estratégico, ou seja, aquele núcleo formal ou informal responsável pelos aspectos fundamentais de mecanismo e processo de decisão do Estado ou das organizações<sup>7</sup>.

Trata-se, ainda, no presente estudo, tentar apresentar, não só, o modelo e o processo político prospectivo para Cabinda, isto é, do que poderá ser, mas também, a posição do que deverá ser, sem perder de vista a necessária contextualização do modelo à luz da realidade angolana. Aliás, seria impensável, inconcebível, inimaginável, porque impossível e inexequível fazer um exercício laboratorial que conseguisse arrancar o território de Cabinda da sua contextualização natural angolana. Tentar-se-á encontrar os possíveis jogos de equilíbrios e um permanente ajustamento de processos e mecanismos do Poder. Assim, como analista político-académico a perspectiva é indutiva, mas como cidadão angolano de origem cabindesa a abordagem será dedutiva<sup>8</sup>. Tratar-se-á de um incansável exercício de interacção entre a realidade observada e os modelos observante, conjugando com a imaginação criativa.

Por outro lado, a pesquisa procura enquadrar-se no paradigma de Harold Laski que, em 1926, proclamou expressamente que os fenómenos centrais da Ciência Política tanto são Poder como a Liberdade. Para Laski citado por King Preston:

*«(...) O problema central da política é o problema da autoridade e da liberdade. Acredito que a consciência social do cidadão é o guia mais seguro da conduta que deveria demonstrar face aos acontecimentos. Isso significa logicamente a contingência da desobediência, a possibilidade de que o indivíduo deva rejeitar a submissão aos poderes vigentes quando estiver sinceramente convencido de que não pode agir de outra forma. A obrigação moral de resistir, em outras palavras, parece-me a raiz do bem-estar social. Ora, francamente isso é, ao mesmo tempo, negar a soberania do Estado e insistir em que o poder é somente válido quando recebe,*

---

<sup>7</sup>A construção da nossa perspectiva analítica, é, simultaneamente, tributária das teses do Heitor Romana, plasmadas nos seus ensinamentos e obras científicos, e bastante influenciada pelo *background* acumulado em formações anteriores, nomeadamente, Mestrado em Estratégia, Engenharia em Informática de Gestão, Licenciatura em Ciência Política (ramo de Relações Internacionais), Pós-Graduações em Informações e Segurança; Direito e Imigração e; Desenvolvimento de Sistemas de Informação, entre outras.

<sup>8</sup> Trata-se de uma permanente contextualização muito cara que vamos buscar dos antropólogos: a perspectiva *Emic* e *Epic*, ou seja, *a primeira*, o autor que se analisa, se interpreta e se julga a si próprio; *a segunda*, o cientista que procura permanentemente o distanciamento objectivo para perceber a realidade observada. Essa abordagem é crucial devido à circunstância do investigador e da conjuntura, por se tratar de um tema com tantas contradições. Esta situação constituiu uma motivação acrescida para avançar com a presente investigação sobre Cabinda, pela responsabilidade que a mesma confere ao autor.



*daqueles que lhe são sujeitos, sua livre anuência à autoridade que procura exercer»*  
(King, 1980: 15).

Parece evidente que, a análise deverá incluir a sociedade civil de Cabinda, *lato senso*, como elemento vital do processo de desenvolvimento político do Enclave angolano. Se a sociedade civil contribuiu para a construção da identidade colectiva da ideia de Cabinda, a expressão religiosa assumida pelos autores religiosos, foi fundamental para a consolidação desta ideia nas populações, no âmbito da memória estratégica.

Com efeito, a Ciência Política, entendida como ciência da observação, análise e explicação dos fenómenos políticos, integra nos seu estudo todas as forças internas que lutam pela aquisição e exercício do Poder ou que procuram influenciá-lo para a satisfação dos seus interesses, e as forças internacionais que influenciam ou tentam influenciar o comportamento do conjunto dos órgãos que numa sociedade têm capacidade para obrigar os outros a adoptar certa conduta. Assim, o estudo científico da Política tem de começar por ser macropolítica<sup>9</sup>, não pode renunciar a enfrentar a metapolítica<sup>10</sup>, nem dissolver-se analiticamente na micropolítica<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> O primeiro campo de estudo da Ciência Política continua a ser a macropolítica, o fenómeno político superior, bem como o respectivo reflexo no Estado-Aparelho de poder, aquilo que os anglo-saxónicos qualificam como government, isto é, o conjunto das instituições públicas. Fiéis aos pais-fundadores, os politólogos continuam a estudar este domínio ao estilo do process of government, isto é, pesquisam as instituições públicas tais como elas são, na sua dinâmica, estabelecendo a dialéctica com o que elas devem ser, de acordo com os princípios do bom governo e com a lei vigente.

<sup>10</sup> Segundo Hannah Fenichel Pitkin, há em todos os autores uma metapolítica, os pontos de vista mais largos que ultrapassam a ideologia de cada um e se prendem com as concepções do mundo e da vida, com as ideias que cada um tem sobre a sociedade e a natureza do homem. Para o pensamento grego clássico, a política era inseparável da metapolítica: só passou a haver política quando se concebeu uma metapolítica, quando tratou de fazer depender-se a *polis* de um fim, de uma razão, de uma ideia supra-positiva. Quando a *polis* deixou de ser apenas ordem e tratou de subir à categoria de governação, onde o reger tende a ser caminhar para um certo fim, tende a ser pilotar, conduzir o navio a um determinado ponto futuro. Mas caminhar para a metapolítica, não pode fazer esquecer-nos a base do processo, do biológico ao social. Começa-se na metapolítica, mas logo deve refluir-se para o intra-político; porque, ao mergulhar no concreto, se regressa ao normativo e ao dever ser. É por causa desta pesquisa sobre a metapolítica que a política acaba por ser gerada. Tal como os factos têm de integrar-se nas ideias, para que as ideias fecundem os factos.

<sup>11</sup> O segundo grande campo de estudo científico da Política é o de análise da actividade política e da vida política, principalmente no domínio das chamadas organizações políticas, de que se destacam os partidos políticos, mas onde também devem incluir-se os grupos que influenciam as decisões políticas.

Nesta abordagem e sem necessidade de catalogar todas definições, parece ainda pertinente apresentar a sugestão de Max Weber, para a qual «a política significa a luta para compartilhar o Poder ou influenciar a distribuição do Poder, quer entre Estados, quer grupos dentro do Estado»; a perspectiva de Easton que enfatiza a análise da relação entre as exigências feitas ao Poder (*input*) e as decisões (*output*), o que implica a análise total do sistema do Poder; ou, na linha de Lasswell, cuja ênfase é posta no grupo de pessoas que dominam o processo de atribuição autoritária dos valores sociais, e especialmente no grupo que capturou o poder supremo (Weber, Easton e Lasswell, *apud* Moreira, 1993: 72).

Parece, evidente que a Ciência Política não pode apenas estudar o poder político quando o mesmo está formalmente vigente. Tem também de medir-lhe a eficácia e de perspectivá-lo no plano das condições de validade.

Esta perspectiva ganha particular relevância no presente trabalho sobre Cabinda. Não menos importante também será a análise do fenómeno da falta de autenticidade do Poder como preocupação constante da investigação política. Destarte, não só será estudada a organização do Poder em Angola e a sua influência em Cabinda, mas também e sobretudo a falta da coincidência frequentes entre o compromisso político-jurídico assumido em Cabinda e a prática política do Estado-Partido aparelho do poder<sup>12</sup>. Trata-se de examinar a diferença ou a falta de coincidência entre o modelo normativo proclamado pela lei e a conduta que o Poder adopta na região enclave<sup>13</sup>.

Paradoxalmente, a reconhecida distância entre o Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda (formal) e a prática política do Governo (conduta real), não impede que o primeiro seja sempre reverenciado e tomado como ponto de referência em toda a conduta aparente do Poder. O poder político angolano apresenta este Memorando de Entendimento sobre Cabinda de Agosto de 2006, como ponto de partida para todos aqueles que quiserem abraçar o processo de paz e reconciliação em curso no Enclave.

---

<sup>12</sup> Para a Ciência Política, interessa menos a «Constituição formal» do que a «Constituição material», isto é, a solução que a comunidade adopta para a sua convivência política, o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições (Moreira 2009: 82-84).

<sup>13</sup> O que preocupa a investigação política não é o sistema das normas em que se traduz o direito positivo, é sobretudo o Poder insistir em proclamar um modelo jurídico de conduta e persistir em ter um comportamento que não se adapta ao modelo. Raro é o Estado que não proclama o respeito pelos Direitos do Homem, mas não são raros os que não os respeitam e escondem ou negam as violações (Moreira, 1993: 71).

A partir da conjugação das várias perspectivas acima elencadas, Raymond Aron, conclui, que a relação política se destaca das restantes relações sociais pelo facto de ser marcada pela autoridade, pela organização do comando e da obediência: «influenciado por todos os outros subsistemas, o subsistema político tem as suas leis próprias de funcionamento e de desenvolvimento, e, por seu lado, influencia todos os outros, dado que é através dele que são tomadas as decisões que visam conseguir os objectivos da colectividade considerado como um todo» (Aron, 1972: 285).

Fica, mais evidente, que a Ciência Política actual está marcada por um pluralismo de perspectivas, técnicas e métodos, em que há uma enorme variedade de estilos de tratamento do mesmo objecto material. Apresentando-se desta forma multidimensional, pode-se dizer que a disciplina vive em autêntico regime de diáspora. Porém e tendo nascido do conúbio entre a história, a filosofia, o direito, a sociologia e as relações internacionais; a Ciência Política para poder assumir a respectiva autonomia tem de manter esta intercomunicação, não podendo ceder a qualquer espécie de casamento ou concubinato com um desses parceiros, mesmo correndo o risco da poligamia (Bembe, 2013a: 44; Maltez, 1994).

Como ciência de integração resultante da teoria e da cultura, estas não só determinam a autonomia da politologia como consideram também não haver política sem cidadania. O cidadão é aquele que participa nas decisões, aquele que, se é governado, também governa, directa ou indirectamente.

Este último aspecto é, igualmente, essencial para o presente estudo, na medida em que, o nacionalismo de dissociação cabindês tende a exprimir-se com algum vigor, devido à frágil participação dos Cabindas nos processos de planeamento, tomada de decisão e gestão da Província e na falta de reformas eficazes que promovam, em Angola, sistemas de representação que consolidem e ampliem os mecanismos de integração dos cidadãos no processo democrático. Parece que, está definitivamente em causa em Cabinda, a efectivação de maior liberdade, de maior igualdade, de maior participação e da equidade em termos de representação política. Na esteira de Manuel Meirinho Martins, instituições democráticas, que possibilitam a participação plena através da qual consenso pode ser alcançado e expresso, constituem, por conseguinte, não só um dos objectivos do desenvolvimento centrado nas populações, mas também o seu verdadeiro instrumento (Martins, 2004: 39).

Afigura-se, talvez, essencial reconhecer aos cabindeses a plena cidadania que corresponde, na acepção de Marshall e Bottomore (1992), «à posição concedida aos cidadãos como membros completos de uma comunidade, pela atribuição generalizada de direitos civis,

políticos e económicos, pois a junção dos três direitos possibilita também a plena participação directa na comunidade política» (Martins, 2010: 68).

Alerta Henry Kissinger, «uma política movida pelo critério do interesse nacional, não pode funcionar se não for minimamente adequada aos interesses daqueles que procura envolver, e os que a executam não podem ser convincentes se não acreditarem no que estão a fazer» (Kissinger, 2003a: 794). Se a ensaiaram, daí dificilmente resultará acatamento popular das decisões tomadas, o que redundaria em ferir o interesse nacional prosseguido. A província enclave de Cabinda, enquanto espaço de autonomia política deve antes obedecer à lógica da democracia participativa local e não apenas à lógica da democracia representativa estatal.

## **I.2. Justificação do tema**

Na sua génese, a célebre questão de Cabinda, parece indissociável ao antigo Reino do Kongo. Ela resulta da vontade insistente das suas gentes para um tratamento político-jurídico individualizado do respectivo território/enclave relativamente aos restantes do então gigantesco e poderoso Reino. Durante as lutas intestinais que contribuíram para o desmoronamento do Reino do Kongo, esses impulsos territoriais dos Cabindas<sup>14</sup>, culminaram, pela primeira vez, com a disjunção geográfica dos «reinos»<sup>15</sup> de Kakongo, Loango e N’Goyo, que fundou o que se veio designar por Reino de Cabinda, conhecido também por N’Goyo (Marques Guedes, 2003: 75)<sup>16</sup>.

Com efeito, no século XIX, mais concretamente entre 1883 e 1885, foram celebrados três tratados entre as autoridades portuguesas e os reis em exercício nos «reinos» de Kakongo, Loango e N’Goyo: os tratados de Chinfuma (29SET1883), de Chicamba (26DEZ1884) e de Simulambuco (01FEV1885). Este último, e mais importante, fundiu voluntariamente os três

---

<sup>14</sup> O termo «Cabindas» é de utilização comum na documentação oficial para designar os autóctones do Enclave de Cabinda, territorial e dominantemente definido no âmbito da Conferência de Berlim e da partilha de África no século XIX (15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885). O termo «cabindenses» é usado para diferenciar os autóctones (naturais de Cabinda), dos habitantes de Cabinda em geral, independentemente das suas origens (Milando, 2013: 42-43). Por outro lado, as expressões «Cabindeses» e «Cabindianos» são geralmente empregues com o mesmo significado que «Cabindas».

<sup>15</sup> Entre aspas porque eram principados ou dependentes do antigo Reino do Kongo.

<sup>16</sup> Reconhece Joaquim Martins, «não é fácil marcar a data precisa da dependência das terras de Kakongo, de N’Goyo e Loango ao Rei do Congo, mas pode-se, no entanto, afirmar ser anterior à descoberta do Zaire por Diogo Cão em 1482» (Martins, 1972: 17).

«reinos» e deu corpo a uma nova entidade territorial designada «Cabinda»<sup>17</sup> em regime de protectorado português (Madureiro, 2001: 33; Marques Guedes, 2003: 75). Com a proclamação da República Portuguesa, em 1910, o tratado de Simulambuco continuou a vincular o Estado português.

Conviria ainda não perder de vista que Cabinda, ao longo da história, teve outras designações, nomeadamente, «Porto Rico», no século XIX; «Vila Amélia» em 1896; «N’Goyo», que tem a origem em Ngó, ou seja, tigre, porque existiam muitos tigres Yó Lo Ngó (manada de tigres); em quarto e último lugar, «Tchiowa Tchimuisi»<sup>18</sup>, uma designação dada pelos Bakulu ou antepassados (PMC, 2011: 12).

Fica, então, evidente que os Cabindas lançaram-se desde muito cedo na construção de uma morada exclusiva, onde possam ser quem são, com manifestação política notável nas escolhas voluntárias que fizeram entre Setembro de 1883 e Fevereiro de 1885, antes da realização da Conferência de Berlim e da partilha de África (15NOV1884 e 26FEV1885) (Bembe, 2009: 13-14). Longe de ser um problema étnico-político que caracteriza algumas contendas violentas em África, é o início de um dos conflitos político-identitários mais longos da África Central. Constitui, também, um dos menos inquiridos e documentados do planeta. Trata-se de uma questão que, desde há muito, tem sido pouco pacífica: a do relacionamento entre Cabinda e Luanda.

Quando o conflito territorial tendia a subir aos extremos, com o surgimen 1960<sup>19</sup>, de movimentos de libertação de Cabinda<sup>20</sup>, mas, sobretudo, pelo facto de os

---

<sup>17</sup> Segundo o documento, «Perfil do Município de Cabinda (PMC)», o nome Cabinda tem a sua origem na junção de dois nomes «Nfuka» e «Mbinda» ficando Nfukambinda. Estes foram os primeiros indivíduos com que os navegadores europeus estabeleceram contactos quando chegaram ao reino de Tchiowa. Totalizando 94 páginas, o PMC foi elaborado pela primeira vez em 2007 e actualizado em 2011.

<sup>18</sup> «Tchimuisi», uma denominação atribuída pelos antepassados, corresponde ao nome da Sereia que habitava nos arredores da cidade de Tchiowa (PMC, 2011: ob. cit.; idem).

<sup>19</sup> Tal como nos restantes territórios da África Lusófona, impossibilitados de criar organizações com cunho político, os primeiros movimentos de Cabinda surgem dos dois Congos vizinhos sob a forma de organizações culturais. Com efeito, nasce, em 1948, em Léopoldville, a Communauté Cabindaise (COMCABI) - uma associação mutualista e cultural que congregava Cabindas e Congolezes das regiões fronteiriças com o Enclave. Em 1957, por razões diversas, os Cabindas de gema filiados à COMCABI, criam a Association des Ressortissants de L’Enclave de Cabinda (AREC), que teria uma irmã no Congo-Brazzaville, a Associação dos Originários do Enclave de Cabinda (AOECA). Ambas as organizações com cunho marcadamente nacionalista, originariam os primeiros movimentos verdadeiramente políticos de Cabinda, nomeadamente, em 1960, o Movimento de Libertação do Estado de Cabinda (MLEC), no início de 1962, o Comité de Acção da União

cabindeses «não gostarem de ver as suas questões tratadas indistintamente das de Angola»; estas circunstâncias, estiveram na origem de, em 1963, António de Oliveira Salazar ter inquirido a atribuição a Cabinda de um estatuto especial de autonomia, e ainda a hipótese de um estatuto de Província Ultramarina (Marques Guedes, 2003: 77). A Constituição da República Portuguesa (CRP) não consentiu que essa fundada proposta fosse seguida, embora tenha sido apresentada quando as notícias sobre o petróleo começaram a surgir (Moreira, 2004: 34).

A concludente descoberta de petróleo no Enclave, não veio facilitar uma dissociação já de si mesma pouco assumida. E, o facto de que a luta anti-colonial, não distinguiu cenários num e noutro dos dois territórios, corroborou a tendência material de tratar em conjunto e de maneira indistinta *Cabinda e Angola*, ao arrepio de uma distinção político-administrativa que, também ao nível dos interesses económicos e políticos do poder e dos seus opositores, se tendia a tornar cada vez menos admissível (Marques Guedes, 2003: 77).

Apesar da identidade intuitiva do seu povo, mais de uma vez o estatuto de Cabinda, dependeu de objectivos políticos e económicos de terceiros. Com os benefícios da retrospectiva, não é difícil de compreender o que jurídico-administrativamente se seguiu com o processo de descolonização de 1975 e a cada vez maior tendência actual de manutenção e reforço do *status quo*. Desde então, Luanda nunca arriscou excessivamente uma «perda» de Cabinda que teria certamente efeitos económicos devastadores; e, por isso, como princípio táctico-estratégico alternativo, sempre cooptou muitas das elites políticas cabindesas. Com isso, Luanda procura neutralizar os históricos objectivos políticos tradicionais independentistas dos Cabindas, enquadrando-os numa estratégia progressiva de desenvolvimento sócio-económico, de «Estatuto Especial» de âmbito Provincial ou de uma eventual «autarquia supra-municipal»<sup>21</sup> que robustece a tendência centralizadora do Estado, bem como o reforço e manutenção da sua autoridade no Enclave<sup>22</sup> (Bembe, 2010: 44).

---

Nacional dos Cabindas (CAUNC) e da Aliança do Maiombe (ALIAMA), cuja fusão em Agosto de 1963, nasceria a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

<sup>20</sup> Embora o cariz nacionalista das suas reivindicações, as organizações «separatistas» de Cabinda não-lhes foi reconhecida o estatuto de movimento de libertação nacional.

<sup>21</sup> As autarquias angolanas organizam-se nos municípios. Tendo em conta «as especificidades culturais, históricas e o grau de desenvolvimento» das regiões, «podem ser constituídas autarquias de nível supra-municipal», podendo-se ainda estabelecer, «de acordo com as condições específicas, outros escalões infra-municipais da organização territorial da administração local autónoma» (n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 218.º da CRA).

<sup>22</sup> Decreto Presidencial nº 20/08 de 12 de Setembro: als. d) e e) do art.º 3.º.

Por isso, em 2006, foi atribuído à Cabinda, um pretenso «Estatuto Especial» político-administrativo, a partir do complexo e polémico processo de negociações directas, entre o Estado Angolano e o Fórum Cabindês para o Diálogo (organização que pretende agrupar todas as forças de resistência de Cabinda), sob os auspícios da República do Congo no âmbito da sua Presidência da União Africana. Não obstante, a convivência menos saudável entre Cabinda e Luanda, existe e persiste devido às deficiências político-conceptuais e processuais do modelo estabelecido pela Resolução n.º 27-B/06, de 16 de Agosto da Assembleia Nacional<sup>23</sup>, e pelo Decreto-Lei n.º 1/07, de 02 de Janeiro de Conselho de Ministros<sup>24</sup>.

O modelo assumido em 1 de Agosto de 2006, e quase desonrado em 05FEV2010, no contexto da nova Constituição da República Angolana (CRA), não evidencia qualquer mudança essencial no sistema político-ideológico do País e na estrutura do poder vigente no Enclave, facto que não isenta a abordagem adoptada de potenciais conflitos a curto, médio e longo prazos. O acolhimento dos arranjos políticos de 2006, tem sido «pouco pacífico» em alguns sectores da sociedade civil de Cabinda e angolana em geral. Estes têm manifestado dúvidas em relação ao teor do diploma, e verifica-se um número crescente de «protestos, cepticismos e criticismos» quanto ao alcance da sua execução.

Entretanto, numa perspectiva macro, o processo angolano de pacificação e de integração, tem privilegiado o bom senso e a tolerância, com êxitos indiscutíveis. Todavia, subsistem tensões latentes que obrigam a uma atenção contínua, a acções faseadas, baseadas nos mesmos princípios e que não escamoteiem as realidades diversas subjacentes e queiram adaptar as estruturas às pessoas e aos povos e não o inverso.

O *memorandum* de São Januário e Barbosa du Bocage publicado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1884, faz menção aos territórios do actual Enclave de Cabinda, na defesa exclusiva dos interesses nacionais portugueses. Neste conjunto de iniciativas, somam-se as considerações de Sá da Bandeira, publicadas na Imprensa Nacional, em Lisboa, em 1885. Todavia, o primeiro contributo para o estudo da região de Cabinda e para a compreensão dos seus problemas, nomeadamente, alguns aspectos históricos, políticos, económicos e culturais, remontam a 1904, 1962, 1963, 1967, 1972, 1977 e 1978, respectivamente (Matos e Silva, 1904; Dongen, 1962; Mendes da Conceição, 1963; Dias,

---

<sup>23</sup> Trata-se da resolução de 48 páginas que aprova o Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda.

<sup>24</sup> Totalizando 24 páginas, este decreto-lei aprova o Estatuto Especial para a Província de Cabinda. Ver também o Decreto Executivo nº 202/08 de 23 de Setembro que aprova os novos Estatutos Orgânicos do Governo da Província de Cabinda e das respectivas administrações municipais: Cabinda, Caçango, Belize e Buco-Zau.

1967; Martins, 1972; Obra opócrita, 1977; Dubier, 1978). E, as análises susceptíveis de servir de referência teórica e metodológica ao modelo político a instituir em Cabinda, resultam do ensaio do Professor Silva Cunha, publicado pela Revista Africana do Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, em 1992, da dissertação de Mestrado em Relações Internacionais de Avelino Ribeiro, apresentada nesta mesma Universidade do Porto, em 1995 e da dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas de Fontes Pereira, apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1997. O Professor Blanco de Moraes tornou público, em 1998, um estudo então confidencial, através das Edições da Universidade Lusíada de Lisboa, concluído em 27 de Setembro de 1992 «por solicitação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal» (Moraes, 1998: 17)<sup>25</sup>. Um outro ensaio que importa considerar, é o de Ana Barros apresentado, em Lisboa, em 2002. Em 2008, foi lançada pela Papiro Editora, do Porto, outra impressionante obra de reflexão da autoria de Francisco Luemba. Em Dezembro de 2013 foi lançado um livro – da autoria do padre Raúl Tati –, mais vocacionado à questões da Diocese angolana de Cabinda, editado em Setembro, pela Príncípa Editora, de Cascais/Portugal.

Contudo, a primeira crítica profunda, sistemática e rigorosa ao modelo de solução política adoptado no Enclave de Cabinda, foi apresentada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 31MAR2009, em sede de Mestrado em Estratégia (Bembe, 2009). A investigação foi editada e publicada, em livro, em 2013 pelas Edições de Angola, em Luanda. Nesta dissertação disponibilizou-se uma abordagem inter e multidisciplinar da «Questão de Cabinda», combinando a análise histórica com a antropológica, a vertente económica com a militar e política, desde o antigo Reino do Congo à actualidade. A partir de um levantamento cuidadoso, foi desvendado o estado já avançado em que se encontra a estratégia angolana, ou melhor, a política do Presidente José Eduardo dos Santos e sua «*entourage*» sobre a cooptação variável de muitas das elites de Cabinda e a aposta no desenvolvimento sócio-económico da região enclave, bem como o grau de realismo que a maioria dos movimentos independentistas a pouco e pouco vai fazendo seu. Será seguramente com base nessa prática «clássica» que espaço pode vir a ser aberto para uma convivência saudável exigida por uma *Realpolitik* que se coadunou sempre mal com ideias de auto-determinação. Não obstante o esforço desenvolvido neste estudo, ainda ficava quase tudo por fazer e dizer.

Pretende-se, assim, realizar a presente investigação, que propõe um novo modelo e processo de partilha do poder no Enclave de Cabinda, no contexto angolano, que poderá

---

<sup>25</sup> Esclarece o autor do estudo nas «Observações Introdutórias» da obra.



contribuir para conferir um acréscimo de sustentação teórica e de rigor metodológico ao processo instituído pelo Decreto-Lei n.º 1/07, resultado da Resolução n.º 27-B/06. O modelo a propor terá por base o estudo e a análise dos procedimentos proporcionados pelas regras básicas e pelas técnicas aplicadas em conhecidos modelos recorridos pelos Estados nos cenários contemporâneos para normalizar, conter e gerir os conflitos internos, secessionistas, político-identitários e sócio-culturais.

### **I.3. Contexto de desenvolvimento**

A questão de Cabinda tem sido menorizada, no cenário angolano, face ao conflito MPLA/UNITA. Mas, a investigação científica sobre assuntos relacionados com o Enclave tem sido rara em Angola, e a pouca existente, apresenta condicionantes objectivas e subjectivas, devido às características do regime instituído que dificultam a realização de qualquer estudo sobre aquela matéria.

Persistentemente, alguns sectores das elites política e intelectual do país, têm manifestado relutância relativamente aos assuntos de Cabinda: uns, porque não se libertaram verdadeiramente do complexo do legado colonial e das vulgatas ideologias do «partido único» vencidas pela história; outros, porque consideram inoportuno e irrelevante o estudo das questões políticas de Cabinda, tendo em conta o carácter formal *unitarista e indivisível* do Estado angolano; outros ainda, porque o conhecimento profundo e sistemático da realidade de Cabinda pode ter consequências arriscadas para Angola, quanto à permanente insistência na manutenção da estrutura do Estado como um todo homogéneo a partir de um centro único de poder e de decisão; alguns, porque paira ainda a cultura do medo relativamente à liberdade de expressão e à participação na vida democrática. Uma cultura do medo que não está apenas relacionada com questões de integridade física, mas também, ou principalmente, com o medo de perder privilégios, empregos ou acesso a bens, o que se traduz na ausência de iniciativas e exigências por parte da maioria dos cidadãos. Um conceito de medo amplo, nitidamente equivalente a dependência e que mais que um problema político, traduz uma realidade cultural (Bembe, 2010: 48). Parece ignorar-se que a vida política democrática joga-se, na articulação entre as instituições e as preocupações e ansiedades do quotidiano.

Nesse ilusionismo da utopia, se vai desfocando a realidade política e social com teorias sem práticas, infecundas e descoincidentes, que, se vão reproduzindo em algumas obras, artigos e debates ditos científicos, cheios de citações de pura conveniência, que

infelizmente vão tentando esmagar a força da verdadeira observação dos fenómenos políticos e sociais, com todas as consequências a médio e longo prazos.

Trata-se de processos que tendem a ocultar o carácter histórico-cultural e sócio-político heterogéneo dos povos que formam Angola. A conjugação destas posturas leva o cidadão comum a depreciar e a ignorar o seu dever, mas também a função essencial a desempenhar pelo Estado-aparelho de poder, no processo da construção da «Nação Angolana». Explica igualmente o forte atraso em que se encontra a investigação científica sobre esta matéria, cujo contributo específico é imprescindível para pensar a sociedade angolana em geral, e de Cabinda em particular no passado, no presente e no futuro.

Desse estado de espírito, resultam consequências científicas variáveis. Nos programas curriculares de História, Ciência política, Direito, Antropologia e Sociologia oficialmente adoptados, em todos os níveis de ensino nacional, evitam-se ao máximo, o desenvolvimento sistemático das dimensões específicas e óbvias da República de Angola, designadamente, os aspectos cultural, jurídico, político, económico e social da Província de Cabinda. Um tal esforço visa, fundamentalmente, encobrir e olvidar outras tantas realidades do património identitário, original e particular das respectivas populações. E, tem efeitos perversos na cultura histórica, política e social dos cidadãos e no devir da grande «Nação Angolana».

Com efeito, a consciência de ter uma origem comum e uma finalidade comum objectiva a unidade e particulariza a especificidade e, por essa via, ter de si uma ideia que permita a todos orientarem-se para um destino comum. Aquilo que cada um pensa, que atitudes típicas toma, a imagem que tem da sua Nação e do passado, tudo constitui um conjunto de grande importância para a determinação do poder. São as suas geratrizes estruturais que, muitas vezes, vão buscar as suas raízes à história a qual de nenhum modo, constitui um passado morto. Ao contrário, reaparece, revive, reafirma-se nos padrões de comportamento e essa ligação «passado-futuro» é condição fundamental para o «futuro-presente» e um dos grandes princípios que orientam o poder (Almeida, 1990: 189, 193 e 198).

Nestas circunstâncias, percebe-se porque são poucas as obras fundamentais sobre os fenómenos sócio-políticos e a cultura democrática em Angola, escritas por angolanos. A maioria são estudos fragmentários desenvolvidos por investigadores estrangeiros que, normalmente, não integram conceitos operacionais, nem definem processos que lhe confirmem uma validade teórica geral. Os poucos ensaios desenvolvidos por investigadores angolanos, tendem geralmente a desequilibrar a balança do lado dos governados, entontecendo-os sistematicamente. Adoptam abordagens perfeitamente vocacionadas à militância política, procurando incensar o poder político, para estar sempre bem com o regime.

Se esta situação não for alterada, o Ensino Superior e Universitário Angolano, em alguns domínios das Ciências Sociais e Humanas, permanecerá sujeitado e longe da realidade. A falta de sentido de investigação e da necessidade da sua aplicação aos problemas reais (e não aparentes) da sociedade, constitui o sintoma mais preocupante. Manter-se-á, igualmente, uma lacuna científica geral, quando se deveria promover a investigação como processo metodológico privilegiado de fonte do saber: um modelo de ensino e de aprendizagem participativo e gerador de espírito reflexivo.

Tal como então, é preciso modernizar e tornar mais competitivos os sectores do ensino superior e da investigação, em Angola, para uma maior Excelência! É necessário que a intelectualidade preserve a sua autonomia, a sua liberdade de juízo, numa atitude conscientemente liberta de condicionalismos de classe, para pensar, compreender e exprimir a verdade, sem servilismos aviltantes, antes com a força que resulta do entendimento de que lhe incumbe uma função concreta: a desocultação de factos e processos, a sua ponderação cuidada, uma sua ampla publicitação (feitos que a todos beneficiam), pondo a nu opções, tornando os movimentos mais transparentes – e quantas vezes permitindo equilibrar interesses e representações divergentes de maneiras muito mais contidas do que quantas vezes tem infelizmente sido o caso.

Será indiferença dos estudiosos e investigadores angolanos a esta «lacuna» que compromete a capacidade do país de atrair e manter os melhores talentos e de reforçar a excelência das suas actividades de investigação e ensino? Ou será que os angolanos não querem interrogar em termos científicos e objectivos sobre o seu próprio passado, presente e futuro? Ou será ainda impensável que o Estado em Angola e a sociedade civil sobrevivem um ao outro?<sup>26</sup>

A inexistência de trabalhos de investigação e teorização, de síntese, sobre a problemática em apreço acaba por constituir o principal problema de ordem conceptual com que nos deparamos, mas, também, uma motivação acrescida. Assim, a temática a que nos propomos estudar implica uma operacionalização de conceitos, que surgem como instrumentos de análise que não pode ir muito para além da matéria observável.

---

<sup>26</sup> O interesse, a eficiência e informação são os três factores que condicionam o entendimento da utilidade que cada cidadão faz, resultante do desenvolvimento de acções de participação. O interesse do cidadão por determinados assuntos depende do desejo que cada um tem de participar. A capacidade que o cidadão julga possuir para influenciar o resultado de um determinado processo, traduz a sua eficiência. O cidadão tende a participar nos processos quando entende que a sua participação pode ter influência na determinação dos resultados. O grau de entendimento dos problemas mede, a informação disponível.

Afigura-se que os problemas específicos dos povos de Angola, nomeadamente, os assuntos da região enclave descontínua do país, podem e devem ser estudados como parte da sociedade política, quer porque são susceptíveis de integração na ordem política geral, quer porque as regras básicas e as técnicas de investigação destina exclusivamente a produzir conhecimento científico, bem como a corrigir e integrar conhecimentos preexistentes.

Parece, desta forma, óbvia a necessidade de incutir recuperar o papel fundamental das Universidades na construção da sociedade do conhecimento, como contributo para a competitividade do país. Como deixámos dito atrás, talvez seja necessário, modernizar e tornar mais competitivos os sectores do ensino superior e da investigação, em Angola, para uma maior excelência! Creio que a principal urgência da Universidade jamais variou desde a sua fundação: ensinar a pensar com rigor nas disciplinas que cultiva e preparar conscienciosamente o futuro, repensando-as. Portanto, é, muito mais que as paredes e salas em que se ouvem lições; é, antes de tudo, um espírito, uma instituição viva e operativa, que encontra soluções inovadoras para viver de dia, de noite e sempre. Exige-se, somente... tempo.

#### **I.4. Objectivos a alcançar**

A partir de um aturado estudo e criteriosa análise de um vasto conjunto de fontes abertas e informadores qualificados, esta investigação de natureza intrinsecamente qualitativa<sup>27</sup>, visa contribuir para um eventual aperfeiçoamento do modelo de resolução do conflito interno angolano, em Cabinda, instituído pelo EEC resultado do MEPRC.

A adequabilidade do modelo, tem sido questionada por diversos especialistas e peritos em resolução de conflitos, bem como, pelas diferentes redes de poder de Cabinda e angolana em geral, sobretudo, devido à exclusão ou auto-exclusão de alguns actores políticos, militares e da sociedade civil, no processo de paz e reconciliação, e por falta de consensos internos alargados sobre o paradigma que conduziu à tentativa da resolução do conflito na região (1975-2006). Mais, porque a crescente tendência para a gestão centralizada da questão de Cabinda, por alguns órgãos essenciais auxiliares e serviços afectos ao Presidente da República, que devem obediência absoluta ao Chefe do Estado, Titular do Poder Executivo e Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas, tende, igualmente, a tornar – unilateral e

---

<sup>27</sup> Em relação à pesquisa qualitativa, ver entre outros, (Albarelló *et all.*, 1997; Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, 1994; Quivy e Campenhoudt, 1992; Restituto, 2005; Bembe, *et all.* 2013a).

unipartidária – as decisões que são tomadas e as acções adoptadas, na tentativa, sempre incompleta, de atenuar os problemas multidimensionais na região.

Estas decisões são tomadas sem beneficiarem de um processo efectivo, harmonioso e objectivo de preparação, teoricamente bem sustentado e que se desenvolva com maior rigor metodológico. Assim, acontece, não porque o EEC foi estabelecido de acordo com os princípios da logística constitucional da unidade: reflecte o patamar de subdesenvolvimento político resultante do desenvolvimento sistemático de uma incipiente cultura política de participação democrática, quase exclusiva de determinados nichos sociais convenientes, que põe ênfase na cultura política de sujeição. Verifica-se, que o conjunto de áreas em que o Governo da Província de Cabinda (GPC) deteria «competências especiais de âmbito específico» (EEC, 2007: 5-7), incide sobre questões de governação local, que continuam paradoxalmente na esfera de decisão da competência exclusiva do Executivo Central<sup>28</sup>.

Depois disso não foram desenvolvidos esforços complementares para construir o consenso entre – os requisitos decisórios das estratégias mais comuns e modelos frequentemente recorridos pelos Estados nos cenários modernos para a prevenção e resolução de conflitos políticos e identitários internos – e o instrumento formal instituído para a satisfação desses requisitos centrais. Para além disso, a CRA<sup>29</sup>, promulgada a 05FEV2010, reafirma, consagra e reconhece o carácter unitário do Estado, a democracia pluralista e representativa, as instituições de poder tradicional local, constituídas segundo o direito consuetudinário e a organização autónoma do poder autárquico local democraticamente legitimado. Mas, ao impedir qualquer possibilidade futura de viabilização de estruturas de auto-governo provincial e/ou eventualmente regional, parece constituir, mais de uma vez, uma «omissão» (uma omissão-lacuna jurídica, decerto politicamente intencional) sobre um dos assuntos paradigmáticos no conjunto angolano<sup>30</sup>. Nestas circunstâncias, subsistem, em

---

<sup>28</sup> Esta análise funda-se, nos termos do Decreto-Lei n.º 1/07 de 2 de Janeiro, nomeadamente no seu art.º n.º 11.º «Atribuições especiais»: «O Governo da Província de Cabinda tem por atribuições promover e orientar o desenvolvimento administrativo, económico e social da província, com base nas deliberações e opções do Governo Central e assegurar a prestação dos serviços comunitários locais».

<sup>29</sup> Composta por 8 Títulos, 244 Artigos e 3 Anexos (relativos aos símbolos da República: Bandeira, Insígnia e Hino Nacionais), a CRA foi vista e aprovada pela Assembleia Constituinte, em 21JAN2010 e, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 111/2010, de 30 de Janeiro, em 03FEV2010.

<sup>30</sup> A actual Constituição, representa o culminar do processo de transição, iniciado em 1991, com a aprovação, pela «Assembleia do Povo» da Lei n.º 12/91, de 6 de Maio, que consagrou «a democracia multipartidária, as garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o sistema económico de mercado», mudanças aprofundadas, pela Lei de Revisão Constitucional n.º 23/92, de 16 de Setembro.

Cabinda, tensões latentes que obrigam a uma atenção constante, a acções faseadas, baseadas nos princípios de bom senso e tolerância, que não escamoteiem as realidades diversas subjacentes e queiram adaptar as estruturas às pessoas e ao povo.

As várias redes de poder da sociedade de Cabinda compreenderam que a aceitação de um Memorando doméstico lhes reduziu a margem de manobra, obrigando-as a uma redefinição de políticas. Ao assinar o Memorando, aceitaram, implicitamente, uma ligação a Angola. Resta-lhes agora tentar renegociar-lhe os termos, assegurando o reconhecimento de uma identidade específica que a todos enriquece e beneficia. Trata-se, talvez, de renegociar a relação de pertença por dentro. Agora que a confrontação entre o Governo do MPLA e a UNITA/Militar se esbateu, subiu à ribalta – e com o Memorando e a vitória significativa do Partido/Estado nas sucessivas eleições, uma ribalta muito mais branda – uma contenda político-identitária de que se tinha mantido na sombra da subalternidade.

Com efeito, Cabinda tem vastas reservas de petróleo e gás natural. Tem recursos essenciais e uma posição geopolítica invejável. Quer se queira quer não, é difícil imaginar uma independência que de imediato seria retratada como uma secessão inaceitável. O que resta são provavelmente formas de partilha de poder associadas a uma autonomização tão marcada quanto seja possível garanti-lo. É essa a nova frente de luta, por assim dizer: o que não pode deixar de parecer improvável para quem conheça a mecânica política centralizante de uma República de Angola que desde os seus primórdios tem sido difícil de governar na ausência de um centro forte. Ciente deste problema, pretende-se conduzir a investigação no sentido de alcançar os seguintes objectivos:

- Identificar as causas e as motivações que estão na base da disputa política e social dos cabindeses;
- Caracterizar as condicionantes geopolíticas e geoeconómicas de Cabinda;
- Identificar e definir os contornos da sede do Poder estratégico de Angola e demonstrar em que medida esta determina e condiciona o processo de desenvolvimento político na província enclave de Cabinda;
- Analisar a estratégia da resistência de Cabinda para ultrapassar o isolamento operacional, político e diplomático;
- Analisar a estrutura e o conteúdo do EEC como resposta do Governo às reivindicações políticas dos cabindeses;

- Conceber um modelo de partilha do poder no Enclave Angolano de Cabinda, que contribua para conferir um acréscimo de sustentação teórica e de rigor metodológico ao processo instituído pelo EEC;
- Adquirir um entendimento profundo sobre os aspectos teóricos que caracterizam as formas e componentes de partilha do poder, e analisar a aplicabilidade em Angola de um modelo associado a autonomia político-administrativa ao Enclave de Cabinda, tendo em conta a pluriétnicidade ou o mosaico sócio-cultural nacional;
- Elaborar um estudo válido, razoável e simples, que não seja politicamente amorfo.

### **I.5. Metodologia de investigação**

A presente investigação toma por base os resultados da dissertação de Mestrado. Neste contexto, apesar de facilidade, a escolha do tema ou pergunta de partida foi uma tarefa que exigiu uma cuidada reflexão, de forma a revelar exactamente, com clareza, precisão, concisão, realismo e pertinência, o que se procura saber. Como corolário dessa reflexão, resultou como pergunta de partida: «*Que forma de partilha de poder poderá contribuir para conferir maior sustentação teórica e rigor metodológico ao processo instituído pelo EEC?*»<sup>31</sup> Esta questão é o fio condutor da investigação, e serviu para dar indicações sobre as leituras, as entrevistas e os métodos complementares exploratórios a utilizar para obter informação de qualidade sobre o tema. Enfatiza-se este aspecto porque, na realidade, o tema foi aperfeiçoado em resultado da interacção verificada entre as três primeiras etapas do método de investigação – pergunta de partida, exploração e problemática –, seguidas da construção do modelo, da observação, da análise da informação e das conclusões.

Com a definição da pergunta de partida, foram realizadas algumas leituras e entrevistas exploratórias, sustentadas numa permanente observação participante mantida até à conclusão da investigação. Também foi neste período identificado e explicitado alguns aspectos da problemática da investigação. Relativamente às leituras exploratórias, procurou-se garantir que asseguram a qualidade da problematização e permitam tomar contacto com trabalhos anteriores que se debruçaram sobre objectos compatíveis. Reputou-se grande significado metodológico a análise de diversa documentação emitida por intervenientes no

---

<sup>31</sup> Trata-se do Estatuto Especial para a Província de Cabinda estabelecido nos termos do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província em Agosto de 2006.

processo de decisão política e estratégica, e de alguns documentos (estudos, manuais, relatórios e legislação ou normas) que testemunham a actividade do poder político de forma intencional na definição de uma solução política para o conflito em Cabinda. Foram igualmente relevantes as leituras efectuadas noutras obras (livros e artigos de revistas especializadas), algumas das quais com várias dezenas ou, até centenas de anos.

O critério de selecção das obras consultadas não toma como factor a idade, mas a qualidade do conteúdo. Ou seja, a superior capacidade para explicar determinados aspectos relacionados com os fundamentos das estratégias mais comuns e modelos paradigmáticos contemporâneos para a regulação, contenção e gestão de conflitos político-identitários, as formas democráticas, da divisão do espaço e do território e o processo de partilha de poder. Como reconhece António Silva Ribeiro, «o tempo não só não envelhece os trabalhos que são verdadeiramente bons, como tem a capacidade de revelar a respectiva qualidade» (Ribeiro, 2010: 8). Evidentemente que foram usadas maioritariamente obras e/ou artigos muito recentes, dificilmente seleccionados, porque a maior parte situa a análise em contextos e níveis diferentes dos que se pretendem adoptar no presente trabalho. Na medida em que se trata de uma questão iminentemente académica, sobre a qual escasseiam obras fundamentais específicas, a opção residiu na consulta de obras gerais e, sobretudo, de apoio teórico e metodológico, complementadas pelas leituras de ensaios publicados em revistas técnicas e pelo estudo de obras oficiais e officinas. Fez-se o maior esforço para utilizar as obras gerais e de apoio teórico e metodológico produzidas no ISCSP, porque elas sintetizam o saber da nossa Escola. Recorreu-se igualmente a trabalhos próprios, uma vez que, a génese do modelo e processo de partilha do poder em Cabinda está na dissertação de Mestrado e em diversos artigos e trabalhos elaborados e sustentados ao longo dos anos (Bembe, 2009, 2010, 2013).

Todavia, ao retomar escritos passados e ao pretender utilizá-los como fontes do presente trabalho, não se ambiciona reivindicar a descoberta de tudo o que de relevante poderá se encontrar vertido nesta tese. Por um lado, como é evidenciado pela bibliografia anexa, muito do que é dito constitui propriedade intelectual de outros investigadores há vários anos. Por outro lado, considera-se actualmente aquela dissertação de Mestrado como insuficiente, e pretende-se elaborar esta tese para a aprofundar, especialmente no contexto da estratégia política para uma convivência mais saudável entre Cabinda e Luanda, tentando introduzir consideráveis melhorias e focalizar o seu objecto num âmbito mais restrito e sobretudo inovador. A dissertação do mestrado estuda insuficientemente o tema, por estar direccionada para a abordagem síntese, inter e pluridisciplinar da «Questão de Cabinda», na tentativa de identificar, entender e explicar as motivações e as causas do conflito, o



conhecimento da sociedade em análise, as possíveis redes de poder nela existentes e os procedimentos aplicados no modelo da solução gizada, em 2006, no esforço sempre incompleto, de atenuar os fenómenos sócio-políticos e económicos no Enclave.

São igualmente consultadas muitas obras estrangeiras para, a partir delas, deduzir as regras básicas e as técnicas fundamentais para a concepção do modelo de partilha do poder, a propor no Enclave angolano de Cabinda. Afigura-se, por isso possível, adiantar algumas complexidades para a elaboração deste trabalho. Em primeiro lugar, será necessário ultrapassar as dificuldades resultantes da falta e/ou do afastamento das principais bibliotecas e dos centros de documentação e investigação eventualmente mais actualizados e especializados sobre tema. Para isso (tal como a selecção da bibliografia associada ao presente trabalho), foram consultados portais generalistas e especializados na Internet, de onde foi recolhida bastante informação útil para a selecção e/ou consolidação da bibliografia necessária para à investigação. A disponibilidade e colaboração de vários académicos, políticos, intelectuais, e quadros diversos (em Angola, nos Congos, Gabão, Portugal, França, Bélgica, Canada/Quebeque, Espanha, EUA, Holanda, Itália, Alemanha, Reino Unido), permitiram a incorporação do conhecimento apurado em algumas universidades destes países, com o testemunho das suas experiências e investigações individuais. Desenvolveu-se igualmente um esforço considerável para lidar com as diferentes opiniões e visões apresentadas nas principais obras publicadas sobre o tema, o que obrigou a empreender reflexões e a tomar posições. Despendeu-se bastante energia na adaptação e na transposição do processo desenvolvido no modelo de solução adoptado em 2006, para o contexto da estratégia da regulação, contenção e gestão de conflitos num Estado democrático e de direito.

As entrevistas exploratórias a docentes, investigadores, especialistas e peritos com um conhecimento privilegiado em resolução de conflitos político-identitários e nas formas e componentes de partilha de poder associadas a uma autonomização, tiveram o carácter informal da troca de pontos de vista. Nestas entrevistas procurou-se garantir um ambiente calmo e tranquilo, utilizar o método não directivo, fazer apenas as perguntas essenciais, manter o interlocutor focalizado no tema da investigação e não temer os silêncios.

No tocante à componente de observação directa, as várias visitas de estudo previstas a Cabinda/Angola, possibilitaram os seguintes exercícios:

- Observação comparativa das considerações contidas na dissertação de Mestrado e noutros estudos chave, visando apreender alguns elementos de mudança e seu impacto multidimensional;
- Observação directa do ambiente social e político;

- Entrevistas não estruturadas com informadores qualificados – membros do Executivo Central de Angola e do Governo da Província de Cabinda, da ex/Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), de algumas Organizações Políticas e Sociais (igrejas, partidos políticos, ONG's) e alguns independentes;
- Recolha de vários documentos sobre vários aspectos do Enclave/Angola;
- Obter dados de análise fundamentais e testar algumas hipóteses assentes no tratamento de fontes primárias, secundárias e informadores qualificados.

O mesmo exercício foi extensivo na diáspora, com a finalidade de adquirir informação profícua, a partir de alguns protagonistas, acompanhantes e testemunhos directos e indirectos da problemática em estudo. O método suficientemente exposto supõe que é uma sucessão de desocultações e perspectivas de resposta, aquilo a que se pretende proceder, sem de todo aspirar, à prosápia de rasgar os véus do Templo. Reconhece-se a precariedade do conhecimento e a sua perene verificação num processo dinâmico e correctivo.

Escolhido o tema, efectuadas algumas leituras transitórias na metade de 2009 e as entrevistas exploratórias de Dezembro 2009 e Fevereiro de 2010, bem como usados os métodos complementares exploratórios, foi possível identificar, provisoriamente, o seguinte problema ou questão central: *«Como conceber um modelo de partilha do poder no Enclave Angolano de Cabinda, fundamentado nos conceitos operacionais das estratégias e modelos paradigmáticos contemporâneos para a regulação, contenção e gestão de conflitos político-identitários, que contribua para conferir um acréscimo de sustentação teórica e de rigor metodológico ao processo instituído pelo EEC?»* Este problema, ao qual o trabalho procura responder, foi identificado a partir da comparação de diversas abordagens reveladas pelas leituras, pelas entrevistas e pelos métodos complementares exploratórios, de forma a evidenciar aquela que se considera como a mais adequada para a investigação, caracterizada por quatro questões derivadas da questão central, que traduzem a problemática:

- Que conceitos operacionais das estratégias de regulação, contenção e gestão de conflitos político-identitários ou sócio-culturais são essenciais ao processo de partilha do poder no Enclave de Cabinda no contexto de Estado unitário angolano?
- Qual a estrutura e quais as deficiências e possibilidades de aperfeiçoamento do modelo de resolução do conflito interno angolano (em Cabinda) instituído pelo EEC, face ao modelo associado de partilha do poder?

- Que contributos oferecem os procedimentos inerentes às regras básicas e às técnicas recorridas pelos Estados nos cenários contemporâneos para a regulação, contenção e gestão de conflitos político-identitários internos, para estruturar o processo de partilha do poder no Enclave angolano de Cabinda?
- Como, a partir dos conceitos operacionais e dos procedimentos identificados, se pode conceber um novo modelo de partilha do poder no Enclave angolano de Cabinda, tirando partido da imaginação criativa e de alguns casos paradigmáticos de uma arrumação contemporânea de relações, factos e processos sócio-culturais, históricos e políticos, que contribua para conferir maior sustentação teórica e rigor metodológico ao processo instituído pelo EEC?

Tal como a identificação desta problemática, a sua explicação foi uma tarefa complexa, que obrigou a diversas interacções com as leituras, as entrevistas e os métodos complementares exploratórios, aperfeiçoando-a de forma a redefinir o objecto de estudo em conformidade com o ângulo que se pretende explorar, e a expor a orientação teórica escolhida, esclarecendo qual o sistema conceptual que se anseia organizar. O estudo, a interpretação e a análise de vários elementos complementares (imagens, fotografias e vídeos), ajudaram a apreender a realidade e a evolução de Cabinda, e a teorização das sub-hipóteses, a partir do cruzamento e justaposição de dados e sua comparação com um quadro conceptual que resulta da pergunta de partida. Tal destaca o carácter dinâmico da pergunta inicial, cuja construção é definida e redefinida em função dos materiais de análise que a cada momento de avaliação se verteram para o seu quadro global.

Para a sua realização são usados diversos critérios. Logo à partida, avaliou-se se o problema podia realmente ser resolvido pelo processo de pesquisa científica e se era suficientemente relevante para justificar a realização da investigação. Neste contexto, houve o cuidado de evitar que o entusiasmo ou os requisitos do vínculo efectivo e de vários anos a acompanhar esta questão levassem a optar ou a empreender um trabalho que, embora útil, fosse intelectualmente vulgar. Com efeito, uma dissertação de Doutoramento não é um simples relatório de gestão ou de execução. É, antes, um trabalho académico fundamentado, que potencialmente contribui para a aquisição de novos conhecimentos, que tem um campo de estudo específico e uma terminologia própria, e encontra respostas para interrogações concretas a esclarecer, pela utilização conjugada de métodos científicos dedutivos e indutivos. Por conseguinte, na identificação e explicação do problema permaneceu o esforço, não só,

para a sua adequação aos interesses pessoais mas, também, para que responda a preocupação muito marcante, para se apresentarem algumas novidades à comunidade científica.

O modelo a propor não será algo arbitrário. Encontra-se fundamentado em conceitos operacionais das estratégias mais comuns e modelos paradigmáticos frequentemente recorridos pelos Estados nos cenários contemporâneos para a regulação, contenção e gestão de conflitos políticos e/ou sócio-culturais internos, desde as federações e arrumações territoriais das populações, os modelos democráticos, da divisão do espaço e do território à partilha do poder e ao pluralismo. Serão identificados, em primeiro lugar, os conceitos mais gerais das estratégias, directamente relacionados com o processo de partilha de poder. Depois, em torno deles, dispuser-se-ão os conceitos intermédios (1ª ordem) e os conceitos particulares (2ª ordem), estabelecendo as suas ligações, de forma a desenvolver e aplicar àquele processo uma integração conceptual tão sólida, ampla e objectiva quanto possível. Os conceitos que serão incluídos são construções abstractas, que visam dar conta do real, isto é, apresentar um entendimento geral sobre o processo de regulação, contenção e gestão de conflitos político-identitários internos. São eles que definem parte das variáveis do modelo associado de partilha do poder e os indicadores<sup>32</sup> de análise dessas variáveis.

Dos conceitos que serão apresentados, a grande maioria são operatórios, embora existirão alguns sistemáticos. Os conceitos operatórios resultam de construções empíricas, realizadas por outros autores a partir de observações directas ou informação por eles recolhida. Serão desenvolvidos do geral para o particular, partindo de paradigmas desenvolvidos por grandes autores, mas estudando cada conceito em relação a outros conceitos, isolando progressivamente dimensões e indicadores. Importa realçar que, na concepção do modelo a propor, será utilizada, preferencialmente, as regras básicas, porque são elas que permitem estabelecer a estrutura e a mecânica do processo com novidade. As técnicas são referidas e, apenas pontualmente exploradas, porque da sua aplicação resulta muito mais o produto do processo (conteúdo), do que um esclarecimento acerca de «como?», «por quem?» e «quando?» é concebido.

A investigação pretende adaptar-se igualmente às sugestões de Wright, citado por Dougherty e Pfaltzgraff (2003: 64), que apostam em quatro abordagens básicas: o real (ou o ser), conhecido através do método da descrição; o possível (ou o que pode ser), conhecido

---

<sup>32</sup> Indicadores são relativos à frequência, importância, presença/ausência, associação/dissociação, orientação positiva ou negativa, maior ou menor intensidade. Distinguem-se de índices que são temas, palavras, personagens.

através do método da especulação; o provável (ou o que virá a ser), conhecido através do método da reflexão; e, o desejável (ou o dever ser), conhecido através da reflexão normativa, valorativa ou ética. Com este enquadramento pretende-se somar o ensaio de uma resposta integradora, fundamentada na interdisciplinaridade e assente numa perspectiva realista, que forma «o espírito de escola», o ISCSP, cuja dimensão, só quem dela foi aluno atento se terá apercebido cabalmente.

## **I.6. Estrutura e conteúdo**

Uma investigação realizada sobre o Modelo e Processo de Partilha do Poder no Enclave de Cabinda, no contexto do Estado unitário angolano, possui uma parte teórico-conceptual e outra de desenvolvimento. A primeira procura identificar, entender e explicar os motivos e as causas de convivência menos saudável entre Luanda e Cabinda, o conhecimento da sociedade de Cabinda e as possíveis redes de poder nela existentes. Analisa igualmente o sistema político angolano e a sua influência sobre Cabinda e as estratégias seguidas para uma mais conveniente integração da província enclave na República de Angola. A segunda parte examina e sistematiza os conceitos e os procedimentos recorridos pelos Estados nos cenários contemporâneos para a prevenção e resolução de conflitos político-identitários internos nas suas aplicações práticas.

Estruturou-se a investigação desta forma porque, num mundo cada vez mais competitivo, complexo e incerto, são necessários conceitos e procedimentos logicamente articulados em modelos que iluminem os aspectos fundamentais daquele enredo e reduzam a incerteza, para que o Estado enfrente com sucesso os desafios políticos e estratégicos e prossiga por caminhos que conduzam aos objectivos nacionais que elegeu. Porém, a abordagem ao tema foi focalizada apenas nos assuntos que possuem uma utilidade directa para o processo político relativo à Cabinda. Esta decisão baseou-se na convicção de que, num trabalho académico, é impossível abarcar com profundidade e rigor tudo aquilo que diz respeito ao seu objecto. Assim, o presente trabalho não pretende apresentar receitas para a resolução do conflito político-identitário persistente no enclave de Cabinda através dos modelos de partilha do poder e, o seu conteúdo não possui o formato clássico de alguns estudos políticos, onde as matérias estão ordenadas como se fosse possível proceder à formulação de uma resposta política, independentemente do contexto da sua aplicabilidade.

O primeiro capítulo começa por operacionalizar o conceito do Poder como objecto central e primacial da Ciência Política. Esta noção torna-se necessária para o estudo dos processos, dos actores, das dinâmicas e das tendências do desenvolvimento político de Cabinda, tendo por referência conceptual, o eixo do estudo do fenómeno político, como acontecimento implicado na luta pela aquisição, manutenção, exercício, controlo e subversão do Poder na sociedade. Em seguida, justifica o tema, explicando a necessidade e a motivação para a realização da investigação. Prossegue com a caracterização do contexto de desenvolvimento. Depois, define os objectivos a alcançar e indica a metodologia utilizada na investigação. Termina com a delimitação do processo de desenvolvimento do trabalho, explicando a sua estrutura e conteúdo.

O segundo capítulo sistematiza e identifica as causas e motivações que estão na base da contenda político-identitária e social em Cabinda. Analisa os compromissos de Simulambuco e a Lei fundamental portuguesa, evidenciando a evolução do estatuto do território de Cabinda, desde a administração colonial até aos nossos dias. Confronta os fundamentos de separatismo e da manutenção do Enclave na República de Angola. Prossegue com os futuros desejáveis e aceitáveis geralmente apresentados para Cabinda, incluindo a postura da diplomacia portuguesa e da comunidade internacional, que não vai para além do primado de angolanidade. Termina com a síntese conclusiva sobre as matérias abordadas no respectivo capítulo.

O terceiro capítulo apresenta as condicionantes geopolíticas e geoeconómicas de Cabinda. Analisa a evolução e as perspectivas gerais do sector económico do Enclave, incluindo os sectores de actividade no âmbito de comércio e serviços, transportes e comunicações, agricultura e pescas e estrutura profissional. Identifica o valor estratégico de Cabinda nos planos interno e externo. Finaliza com a síntese conclusiva, evidenciando que apesar da importância da província de Cabinda, em termos económicos e da intenção da Liderança angolana para o desenvolvimento sócio-económico da região e atenuar os sentimentos de dissociação, as populações de Cabinda continuam muito pobres e em condições de vida abaixo dos padrões de Luanda, Benguela e Lubango, resultante das políticas e das estratégias adoptadas pelo Governo central sedado em Luanda.

O quarto capítulo começa por analisar a evolução do sistema político angolano, isto é, a organização do Poder do Estado desde 1975 e a sua influência na organização e funcionamento do Governo da Província de Cabinda. Em seguida, identifica a estrutura e o papel das autoridades tradicionais na sociedade cabindesa, outras possíveis redes de poder nela existentes e, analisa alguns aspectos relacionados com a sociologia política, a cultura

política e a comunicação política no Enclave angolano. Aborda de forma sistemática a evolução da resistência política e militar de Cabinda e, termina com uma síntese conclusiva, enfatizando que não obstante um maior acesso ao funcionamento formal do poder político angolano, continua a haver grandes obstáculos a um conhecimento aprofundado dos mecanismos, dos processos, da dinâmica e dos actores operacionais do Poder<sup>33</sup>. É um exercício de difícil concretização devido ao centralismo e secretismo que envolve todo o sistema de Poder, onde o Presidente da República possui, em simultâneo, a autoridade máxima de influência dentro das decisões do Estado e do Partido. No caso de Cabinda, a forte dependência político-institucional do Governo provincial face ao Executivo Central revela profundas fragilidades nos mecanismos e processos estruturais, operacionais e de gestão política do Partido/Estado. O «fatalismo» do subdesenvolvimento multidimensional da região, tende a ser descrito como o resultado da excessiva intervenção e controlo do Estado Central.

O quinto capítulo analisa e sistematiza a estratégia da resistência de Cabinda na viragem da conjuntura internacional, regional, interna para ultrapassar o isolamento operacional, político e diplomático. Trata-se da guerra global contra o terrorismo, das alterações ocorridas no Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville onde foram instituídos regimes pró-angolanos, mudanças reforçadas com a derrota da UNITA-militar e a sua integração na vida política civil. No discurso oficial do regime angolano, a FLEC e a UNITA, no caso interno, passaram de movimentos *nacionalistas* e/ou de *oposição* a «grupos terroristas». Este capítulo prossegue com a estratégia política seguida pelo Governo do presidente José Eduardo dos Santos e pelos nacionalistas de Cabinda agrupados no Fórum Cabindês para o Diálogo, na tentativa de mudar a situação política, económica e social de Cabinda para uma mais conveniente integração do Enclave no espaço nacional angolano. Identifica os desafios políticos, económicos e sociais decorrentes da solução política adoptada através do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda que integra um Estatuto Especial para o Enclave. Termina com uma síntese conclusiva, apontando que embora o valor político-jurídico e até histórico incontestável do referido Estatuto, não existe qualquer evidência prática que permita provar alguma mudança política essencial no sistema político do Estado e na estrutura do poder vigente em Cabinda.

---

<sup>33</sup> Os actores operacionais do Poder, não significa que correspondam aos actores formais. Eles poderão ser formais não visíveis e informais. Conclui Adriano Moreira (1964), «não ajuda muito saber quem é que aparentemente tem o Poder de decidir, interessa saber quem é que realmente decide» (Adriano, *apud* Romana, 2005: 22).

O sexto capítulo expõe o instituto de partilha do poder e acomodação das elites. Examina e sistematiza os conceitos e alguns procedimentos recorridos pelos Estados nos cenários contemporâneos para a prevenção e resolução de conflitos político-identitários internos, tais como: o consociativismo, o regionalismo e o federalismo. Em seguida adopta e desenvolve um modelo integrado associado à autonomia regional considerado mais adequado para Cabinda no contexto nacional angolano. Prossegue com a apresentação do projecto de autonomia político-administrativo concebido para Cabinda, como uma indispensável etapa no longo prazo, numa perspectiva de acção contínua. Depois, tenta esclarecer a aplicabilidade gradual do modelo integrado proposto no âmbito do Estado unitário angolano.

O sétimo e último capítulo reúne as principais conclusões e apresenta a ideia global da investigação que foi feita. Na prática, procura apenas, situar o problema, uma vez que a investigação conduziu a um conjunto diversificado de sínteses conclusivas, já incluídas nos respectivos capítulos.



## II. ENQUADRAMENTO DO FENÓMENO SÓCIO-POLÍTICO DE CABINDA

### II.1. Causas e motivações do fenómeno

O mais notável de todos ensaios de Konrad Zacharias Lorenz (1903-1989)<sup>34</sup>, um dos principais responsáveis pelos estudos do comportamento animal galardoados com o Prémio Nobel, foi a plena demonstração de que o homem, tal como qualquer animal, luta por um «território exclusivo», seja para albergar a sua família, seja para concretizar os seus projectos, seja para construir o seu estado ou seja ainda, para implementar os símbolos das suas esperanças.

Konrad Lorenz (1973), de forma científica e Robert Ardrey (1966), de forma prática, evidenciaram que «o imperativo territorial é tão importante e primeiro como o imperativo de propagação da espécie» (Almeida, 1990: 190). E, sustentando-se numa das raras obras sobre a Etologia de António Marques Bessa (1978), conclui aquele autorizado Doutor, «é imperioso que o Homem aceite a sua herança e se integre no seu destino!» (Almeida, 1990: ob. cit.; idem).

Nesse «território-comunidade» de cultura, de interesses e de fins, os impulsos territoriais de cada um são potencializados pelos impulsos de todos. A um nível o Homem defende o «território de sobrevivência» no nível seguinte defende o «território familiar» onde predominam os laços afectivos, a outro nível defende o «território económico» que lhe permite controlar as fontes de bem-estar, no nível seguinte cria relações de interdependência funcional e orgânica e luta pelo «território social» e finalmente situa-se num «espaço organizado», regido por normas de conduta comumente aceites, o «território político». A qualquer dos níveis acima mencionados, a defesa da propriedade individual ou colectiva é uma característica básica. O território não só satisfaz a necessidade de identificação, como a de segurança e a de estimulação.

Com efeito, procurando sonhar e projectar o futuro, os Cabindas<sup>35</sup> lançaram-se desde muito cedo, à conquista político-militar duma «sede geográfica exclusiva» –, com expressão política significativa nas «escolhas voluntárias» que fizeram na véspera da Conferência de

---

<sup>34</sup> Konrad Zacharias Lorenz, biólogo austríaco, Prémio Nobel da Fisiologia e da Medicina em 1973.

<sup>35</sup> Termo de utilização comum na documentação oficial, por Cabindas, entende-se os naturais do Enclave, territorial e dominantemente definido aquando da partilha de África no séc. XIX.

Berlim e da partilha de África (15NOV1884 e 26FEV1885) –, para cimentar a sua cultura, os seus hábitos, a sua tradição e atitudes, para concretizar os projectos que os distinguem dos restantes agregados sociológicos e para construir uma morada onde possam ser quem são (Bragança, 2001: 12-13).

De uma forma talvez mais sólida, durante as lutas intestinais que contribuíram para a derrocada do antigo e complexo Reino do Kongo no século XIX (Setas, 2007: 21-22), a conquista dos cabindeses culminou, num primeiro nível, com a disjunção geográfica dos «reinos» de Kakongo, Loango e N’Goyo, três pequenos feudatários do então gigantesco e poderoso Reino do Kongo. No nível seguinte, foram celebrados, no séc. XIX, dois primeiros regimes de «protectorado» entre as autoridades portuguesas e os bustos reis em exercício nos «reinos» de Kakongo e Loango, através dos Tratados de Chinfuma (29SET1883) e de Chicamba (26DEZ1884), respectivamente. Num terceiro nível, a origem comum dos seus povos – etnia Bakongo e grupo etnolinguístico Kikongo (Martins, 1968: 13-14) –, e o sentimento de um «destino comum», disposto a formar uma comunidade dos mesmos sonhos, parece ter-se consolidado com a subscrição de um terceiro acordo de relações luso-cabindas – o Tratado de Simulambuco (01FEV1885), entre o Reino de Portugal e o «reino» de N’Goyo. Deste último, e mais relevante, resultou um novo ente territorial «Cabinda», que agrupa de forma voluntária os três «reinos» de Kakongo, Loango e N’Goyo sob regime de «protectorado» (Marques Guedes, 2003: 70-78; Blanco, 1998: 472, 477-478). Na visão dos pais fundadores, estava instituído um «espaço organizado», regido por normas comumente aceites, equivalente ao «território político».

Para os Cabindas, estes regimes oitocentistas com ênfase, no famoso e solenemente celebrado Tratado de Simulambuco, seria um legado político-jurídico para o tratamento distinto do «seu território» (Milando, 2013: 38-39), no contexto do segundo ciclo do processo de autodeterminação e emancipação, estabelecido pelos processos de descolonização que ocorreram sobretudo, de 1945 a 1975, liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No período em análise, Cabinda era uma das regiões africanas mais cobiçadas por diversas potências colonizadoras europeias. Para regular as várias disputas pela ocupação de África, foi convocada a Conferência Internacional de Berlim (1884-1885), que reuniu potências coloniais e não coloniais. Em complemento à tese dos direitos de ocupação efectiva, surgiu o princípio das esferas de influência, que definia «a zona onde outros Estados se abstinham de qualquer tentativa de ocupação» (Ribeiro, 2004: 101).

Nesta circunstância, o português falado constituiu-se como o acórdão umbilical que facilitou a aproximação dos Cabindas a Portugal, utilizando os caminhos do «protectorado».

Estes trilhos foram impulsionados por motivações de natureza política e psicológica, traduzidas no pânico que o expansionismo imperialista europeu, nascido das abrangências da Conferência de Berlim provocava nos africanos.

Com a subsequente ocupação militar da Ponta Negra pelos franceses, os Cabindas solicitaram a protecção do Rei de Portugal, que se concretizou com a celebração dos tratados já acima referidos, particularmente, o tratado de Simulambuco, aceite pela Conferência de Berlim como prova de que Cabinda já era «esfera de influência» portuguesa, afastando assim as pretensões das outras potências de controlar a região. O Tratado de Simulambuco foi um instrumento decisivo e exclusivo, como prova inequívoca de que Cabinda era uma zona de influência de Portugal.

Mas, a apetência dos pais fundadores do território de Cabinda nunca teve tradução concreta. Em termos práticos tudo parece ter passado como se a Conferência de Berlim reconhecesse a situação de Cabinda como sendo a de uma possessão colonial. É certo que o Tratado falava em protectorado; mas a noção, em muitos meios tácita, de que Cabinda era um espaço geográfico que fazia parte integrante da possessão colonial de Angola nunca foi directamente posta em causa, há época, nem por Portugal, nem pelas outras potências coloniais. Algum voluntarismo português de bastidor terá subjazido a esse quasi-consenso tácito geral. O catálogo oficial da exposição colonial de Portugal na célebre – Exposição Universal de Antuérpia – realizada em 1885, no mesmo ano em que foi assinado e reconhecido o Tratado de Simulambuco, referia-se a Angola nos seguintes termos:

*«A província de Angola, aquela que mais esteve em evidência nos últimos anos, por causa dos seus limites norte, situa-se na costa ocidental da África, ao sul do Equador e vai depois da embocadura do rio Zaire ao norte, até a 18.º de latitude sul, tendo as dependências de Cabinda, Lândana, Massabi, etc. a norte do Zaire. A superfície de terreno que ela ocupa é de 13.500 km ao longo da costa, 500 de largura ou seja 330.000 milhas quadradas de extensão»* (Marques Guedes, 2003: 70-78).

A Convenção de Limites, assinada com a Associação Internacional Africana, a 14FEV1885, a que pouco depois, veio-se-lhe acrescentar a Convenção Luso-Francesa de 12MAI1886, embora tenham selado a questão do conflito de interesses que até aí grassara; para Portugal, em todo o caso, não se pode dizer que se tenha tratado de uma vitória em toda linha. O tratado de Simulambuco falava num regime de «protectorado».

Na verdade, o «protectorado» como regime de relações entre poderes políticos, tem uma larga tradição na experiência europeia, e variadas formas de manifestação, umas formais,

outras informais<sup>36</sup>. O mais semântico dos modelos foi utilizado na ocupação e colonização da África no séc. XIX, onde documentos de submissão das autoridades nativas foram dignificados «protectorados», mas sem o reconhecimento internacional reservado ao instituto de que recolheram o nome. Na experiência portuguesa, o caso de Cabinda pertence a esta fileira de práticas que abundaram na marcha de Inglaterra do Cabo ao Cairo, e foi sem êxito que a política de autodeterminação da ONU inspirou a tentativa de fazer enquadrar esta situação no regime dos fideicomissos que implicaria o reconhecimento da identidade política do território e o direito à autodeterminação<sup>37</sup> (Moreira, 23OUT2007: DN).

Na data em que os confrontos territoriais no Enclave tendiam a subir aos extremos, com a manifestação mais profunda na emergência, em 1960, de Movimentos emancipalistas ditos de Libertação «Nacional» de Cabinda (como suporte à luta independentista), mas sobretudo, pelo facto de, reiteradamente, as populações do Enclave de Cabinda «não gostarem de ver as suas questões tratadas indistintamente das de Angola»; estas circunstâncias, terão estado na origem de, em 1963, António de Oliveira Salazar ter inquirido o então governador-geral de Angola, Silvino Silvério Marques, sobre se este concordaria que «Cabinda passasse a ter um estatuto especial de autonomia, e ainda que o próprio Conselho Superior de Defesa Nacional tivesse chegado a estudar a hipótese de conceder ao Enclave de Cabinda o Estatuto de Província Ultramarina» (Luemba, 2008: 123 e 292; Morais, 1998: 299 e ss.; Marques Guedes, 2003: 77). A logística constitucional da unidade não consentiu que essa proposta fosse seguida, «embora tenha sido apresentada quando as notícias sobre o petróleo começaram a sugerir que a secular lógica das especiarias viria a ser mais forte do que a lógica dos valores» (Moreira, 2004: 34).

---

<sup>36</sup> Talvez possa admitir-se, como elemento transversal de todas as variedades, o exercício de uma superioridade política orientada pela convicção de lidar com uma comunidade vista como cera mole que submeterá a uma atitude de submissão, e à programada recepção de modelos de comportamento pela respectiva sociedade civil e pela governança indígena futura.

<sup>37</sup> O fideicomisso é a disposição através da qual o testador impõe a um sucessor o encargo de conservar a herança ou o legado, para reverterem, por morte do onerado, a favor de outra pessoa. Deste modo, o fideicomisso implica um regime limitativo dos direitos do fiduciário sobre os bens que lhe são atribuídos, por efeito do encargo na sua conservação, que lhe é imposto. O direito do fiduciário atribui-lhe o gozo e a administração dos bens, segundo um regime moldado sobre o direito de usufruto, cujas disposições se aplicam ao fiduciário em tudo que não seja incompatível com a natureza do fideicomisso. Em contrapartida, a limitação que sobre ele recai quanto à disposição dos bens impede-o, em princípio, de poder alienar os bens que são objectos de fideicomisso.

A concludente descoberta de petróleo *offshore* em Cabinda, tal como no Soyo e ao longo da costa norte de Angola, não vieram facilitar uma dissociação já de si mesma pouco assumida. E, o facto de que a luta anti-colonial dos anos 60 e 70, não distinguiu cenários num e noutro dos dois territórios, «corroborou a tendência material cada vez maior de tratar em conjunto e de maneira indistinta Cabinda e Angola, ao arrepio de uma distinção político-administrativa que, também ao nível dos interesses económicos e políticos do poder e dos seus opositores, se tendia a tornar cada vez menos admissível» (Marques Guedes, 2003: 77).

De facto, o posicionamento geográfico de Cabinda ajusta-se perfeitamente na zona que poderemos designar de «triângulo estratégico de ouro negro», que Angola partilha com a Nigéria e a Guiné Equatorial. E, com a presente «disputa» mundial pelo controlo geopolítico e geoeconómico do Atlântico Sul, incluindo a presença militar, os *offshores* de Angola incluindo Cabinda, estão igualmente na ribalta (Bembe, 2009: 15). Evidentemente, as antigas especiarias, tendem para fazer esquecer as limitações que estavam implícitas na resposta do anónimo marinheiro referido no Roteiro da viagem de Vasco da Gama, para descobrir o caminho marítimo para a Índia<sup>38</sup>, e Cabinda enfrenta o risco de ser absorvida pela percepção actual da África Útil, isto é, petróleo, diamantes, minerais raros.

Com os benefícios da retrospecção, não é difícil de compreender o que jurídico-administrativamente se seguiu com o processo de descolonização de 1975 e a cada vez maior tendência actual de manutenção e reforço do *statu quo*. De algum modo por omissão (uma omissão-lacuna jurídica, decerto politicamente intencional), procedeu-se a uma espécie de subsunção formal de Cabinda em Angola nos textos dos Acordos de Alvor concluídos em 15JAN1975, sem o consentimento dos Cabindas<sup>39</sup>. Recorrendo às palavras do Professor Adriano Moreira, adaptadas à realidade de Cabinda, parece estar definitivamente em causa «o

---

<sup>38</sup> Na sua extraordinária locação sobre Cabinda, o Professor Adriano Moreira, recorda a lúcida resposta de um anónimo marinheiro referido no Roteiro da viagem de Vasco da Gama, para descobrir o caminho marítimo para a Índia. Inquirido, na chegada, por um homem do povo que o interpelara para bordo, sobre as razões que os traziam tão longe, respondeu que vinham «em busca de cristãos e de especiarias, com uma prudência instintiva que insinuava o desinteresse do negócio, mas não escondia a relevância do segundo objectivo» (Moreira, 2004: 32).

<sup>39</sup> De 10 a 15JAN1975, o Governo Português e os três movimentos político-militares de libertação de Angola (MPLA, FNLA e UNITA), reunidos em Alvor (Algarve) para negociarem o processo e o calendário do acesso de Angola à independência – vem estipulado no artigo n.º 3.º do acto final concluído entre as partes – «Angola constitui uma entidade una e indivisível nos seus limites geográficos e políticos actuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano».

homem branco, ao qual o poeta Rudyard Kipling atribuíra o pesado encargo de civilizar o mundo» (Moreira, 12JAN2009: BPD).

Assim, a relutância das Nações Unidas, da potência protectora e «da província, colónia», hoje República de Angola, em corresponder aos desígnios jurídico-políticos dos Cabindas, a região ficou marcada desde 1975, por um conflito territorial/ocupação que, bem ou mal, apelidamos de «nacionalista *versus* secessionista», entre o Governo de Angola e os Movimentos de Libertação de Cabinda (MLC), nomeadamente, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Enquanto a Liderança Angolana reitera a conservação da República de Angola como Estado unitário e democrático de direito, definindo neste contexto um estatuto especial para Cabinda, bem como a integração dos membros das forças militares da FLEC nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e dedicar-se ao desenvolvimento sócio-económico da região; a FLEC tende a fazer finca-pé nas suas históricas ambições territoriais<sup>40</sup>, que redundariam na rotura do minúsculo e luxuriante «Enclave angolano», visando, em simultâneo, restaurar a sua independência como «herança do passado» e assumir o lugar igual no sistema internacional para o qual sente vocação e capacidade.

Como já atrás ficou dito, a extraordinária coesão interna verificada na resolução estratégica dos príncipes, notáveis e governadores dos então «reinos» de Kakongo, Loango e N'Goyo, confirmava, muito provavelmente, o «pensar, o sentir e a vontade» próprio dos Cabindas para um destino comum. Na mesma senda, vários autores (Nascimento, 1985: 171-197; Ribeiro, 1995: 28-29) ao sistematizarem alguns traços característicos das «gentes das terras de Cabinda», sublinham que o seu *estatus* superior se traduzia, nomeadamente:

- a) Na «rejeição da sua assimilação aos indivíduos não livres»;
- b) Na recusa de «uma inserção duradoira» nas sociedades de acolhimento. Nas cidades, os Cabindas imigrados habitavam bairros separados e, nos dias de festas, reuniam-se para cantar e dançar a sua música e praticar os seus ritos;
- c) Na relutância em aceitar trabalhos na roça (onde a relação social se fundava na servidão). A oposição não decorre da inaptidão dos Cabindas para essas tarefas, mas ao facto de «os trabalhos relacionados com o mar serem considerados como elemento de diferenciação (e defesa) da sua condição relativamente serviçal»;

---

<sup>40</sup> A prová-lo, mesmo durante o complexo período da disputa político-ideológica e militar que bipolarizou o mundo, nenhuma das Grandes Potências (Estados Unidos e URSS) teve a FLEC como uma opção. De resto a Acta do Encontro de National Security Council de 27JUN75, parece evidenciar esta tese (ANSCM, 1975: 1-8).

- d) Na imposição de Contratos de Trabalho com especificações sobre «a duração, o repatriamento e o salário»;
- e) Numa maior capacidade reivindicativa (recorrendo frequentemente ao conflito aberto) o que lhes permitiu «assegurar formas de tratamento específico e diferenciado dos restantes naturais de Angola», facto só explicável pela sua superior coesão e identidade cultural reconhecida, e ainda, nos próprios Boletins Oficiais onde «nunca foram identificados com os serviçais».

De resto, os testemunhos escritos deixados por comerciantes e missionários, que conviveram de perto com os cabindeses, são coincidentes na constatação de que estes, mesmo quando na condição de «escravos e isolados do seu grupo social de referência», procuram «manter e fazer reconhecer» os seus tesouros clânico-tribais e o seu estatuto social anterior, designadamente se lhes corresponde o poder e o prestígio de uma origem genealógica que os distinguem relativamente ao homem comum (Ribeiro, 1995: 29).

Nos anos 70, como vem estipulado na «obra polémica» de Carlos Blanco, justamente a 15JAN1975, Cabinda é antecipada e corajosamente incorporada na então futura República de Angola, a ser proclamada a 11NOV1975: o que constitui uma clara mensagem de Portugal e dos respectivos Movimentos Nacionalistas Angolanos, às velhas ambições das autoridades congolezas, mas sobretudo aos chamados «separatistas» da FLEC e ao então presidente da República do Zaire (1965-1997), Mobutu Sese Seko (1930-1997)<sup>41</sup> com pretensões «anexionistas» do Enclave e dos seus recursos (Morais, 1998: 383-384).

Com o eclodir dos teatros estratégicos entre a FLEC e as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA's)<sup>42</sup>, consideradas como forças de ocupação, estas receberam o apoio das Forças Armadas Soviético-Cubanas mas principalmente do Movimento das Forças Armadas (MFA) Lusas. Foram igualmente indispensáveis as facilidades concedidas ao MPLA, pelo então presidente da República Popular do Congo (1970-1977), Marien Ngouabi (1938-1977), com quem mantinha uma óbvia cumplicidade ideológica e geoestratégica, para o trânsito de apoios (humanos e material bélico) e lançar incursões em Cabinda, através da fronteira daquele país. O duelo pelo controlo total do território atingiu ao patamar de «guerra de guerrilha», após a malograda batalha de quatro dias, entre 08 e 11NOV1975, conhecida também por «Guerra clássica de Cabinda», com a vitória expressiva do actual partido/Estado.

---

<sup>41</sup> Mais conhecido por Joseph Désiré Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu wa za Banga.

<sup>42</sup> Braço armado do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Com efeito, a guerra de guerrilha<sup>43</sup> hipotecou gravemente o desenvolvimento humano, a nível incorpóreo, com o agravar do conflito social, manifestando-se, por exemplo, no constante conflito reinante no seio da Igreja Católica de Angola, em especial, na Diocese de Cabinda. A nível corpóreo, a consequência deste conflito aberto, traduz-se essencialmente:

- a) No consumado estado da pobreza em que sobrevivem as suas populações, nas inarráveis violações dos direitos de Homem;
- b) Na elevada taxa do desemprego, da mortalidade infantil;
- c) No analfabetismo, na aculturação das populações do respectivo território; na insuficiência e inadequação de instalações de ensino, de meios técnicos, de recursos humanos qualificados ou de instalações sanitárias;
- d) Na degradação do ambiente e das poucas infra-estruturas físicas e institucionais disponíveis;
- e) Nos grandes saldos fisiológicos, na carência alimentar e malnutrição;
- f) Na vulgarização de condições de vida muito próximas da mera subsistência.

Desde o início do conflito, em 1975, os principais problemas com que se deparou dizem respeito à verdadeira incapacidade de aproximação das partes (Governo angolano e Resistência de Cabinda), à ausência de consensos em relação ao modelo que orientaria a resolução do problema e à radicalização das posições. Estas situações ensombraram e esmoreceram o avanço das conversações políticas entre os contendores.

Em 2006, depois de cerca de 12 meses de negociações com a «facilitação» da União Africana (UA), foi marcado um «importante passo» para o desanuviar do conflito, com a

---

<sup>43</sup> Para o Dicionário da Paz (Online no IRENEES.NET), a palavra guerrilha conheceu a sua primeira divulgação em Espanha durante a ocupação napoleónica, trata-se literalmente de uma «pequena guerra», em oposição à «grande guerra», de massacre em massa no campo de batalha entre exércitos bem identificados e regulares. «A especificidade estratégica da guerrilha é bastante simples; é um processo sobre o qual um grupo procura: a) Adquirir gradualmente o apoio da população; b) Manter a iniciativa face ao contendor, escapando-se de uma acção para a qual não está preparado; c) Assegurar o controlo das condições que favorecem a acção própria e dificultam a do contrário; d) Orquestrar sempre ataques, numa situação em que o contrário encontra-se supernumerário, desaparecendo imediatamente. Como consequência lógica da guerrilha, obriga o adversário de fixar grande parte das suas forças para ter o controlo do território face a um inimigo inacessível e que supostamente toma iniciativas. A guerrilha é uma versão moderna da guerra de desgaste, que visa minar gradualmente o moral e as capacidades do adversário mais forte. Esta técnica foi largamente teorizada pelos movimentos marxistas (mas a primeira teorização remonta desde o Império Bizantino em Ocidente e, na China, por Sun Tzu). O processo de vitória neste tipo de conflito é sobretudo ligado ao esgotamento moral, económico e político do adversário, conduzindo-o a alterar o seu mundo mental para chegar num acordo.



assinatura em 1 de Agosto do «Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda», que segundo os seus subscritores – o Fórum Cabindês para o Diálogo e Governo da República de Angola –, estatui um «estatuto especial» que decorre do reconhecimento das particularidades de Cabinda face às restantes províncias angolanas.

O acordo, embora essencial e fortemente alentado, a sua aceitação é «pouco pacífico» em alguns círculos de sociedade de Cabinda e dos partidos políticos angolanos na oposição. A credibilidade do acordo parece depender dos resultados da sua execução; sendo que, o relativo distanciamento de alguns Cabindas, designadamente a FLEC/FAC e a sociedade civil, requer esforços para ultrapassar os obstáculos internos, afastar-se dos interesses «pessoais e/ou grupais» e engajar-se num diálogo genuíno, abrangendo todos os actores, incluindo aqueles que estão no exílio para a criação de um ambiente de segurança e político conducente ao desenvolvimento social e económico da região.

Para alguns cépticos, é pouco provável que o conflito cabinda/angolano se resolva por meio de um acordo «doméstico», embora este deva existir. Outros defendem que a proposta mais realista consiste em demarcar a coexistência na vertente de angolanidade, assegurando o desenvolvimento sócio-económico da região, num quadro da interdependência com o resto do País. O terceiro patamar procura insistir o secular e radical princípio de autodeterminação e independência inatingível como única solução duradoira para remediar o fenómeno sócio-político em Cabinda. Uma quarta corrente sugere o instituto de *power sharing* como um dos possíveis instrumentos para a gestão e resolução gradual do conflito que opõe os Cabindas e o Executivo de Angola. Num dos níveis de análise, os antigos antagonistas seriam forçados a trabalhar em conjunto no contexto nacional angolano e a tomar decisões «essenciais» relacionadas à Cabinda por consenso. O objectivo último é o de transformar os adversários em parceiros. Todavia, reconhece Ulrich Schneckener num artigo publicado no *Journal of Peace Research*, «(...) this concept can only be successful under specific conditions and by specific arrangements» (Schneckener, 2002: 203).

De então em diante, evocar-se-á a necessidade de reajustamento do acordo de Agosto de 2006 sobre Cabinda, na tentativa de assegurar, em vários planos, o reconhecimento efectivo de uma identidade específica cabindesa, já indiscutível, no conjunto angolano. Abre-se, assim, uma nova era de disputa política em Angola que poderá eventualmente redundar na aplicação do regime de partilha do poder associado a uma descentralização político-administrativa tão notável quanto seja possível garanti-lo em Cabinda.

Parece uma tese indesejável ou mesmo impensável, inconcebível e inimaginável! Mas, o futuro, como se sabe, não vem garantido pela História, num projecto ascendente e pleno de

significado. É feito todos os dias no presente que se vai tornando passado, condicionando o futuro, na teia que tecem as Parcas. Como observou Norbert Elias, «os equilíbrios assentes na competição livre contêm o germe da monopolização, mas tal certeza, que se encontra em outros estudiosos das sociedades e culturas, em lugar de despertar graves receios «deve antes dar fundamento à teoria do futuro aberto e ao papel da livre e responsável acção dos homens no sentido de evitar tal ocorrência» (Bessa, 1993: 607).

## **II.2. Estatuto do Enclave de Cabinda**

### **II.2.1. Compromissos de Simulambuco e Lei fundamental portuguesa**

A estrutura político-institucional de Cabinda, no século XIX, não configuraria um Estado na sua acepção clássica. Não obstante, o importante é o reconhecimento de que a organização sociopolítica de Cabinda estava, aos olhos de Portugal e das suas «chefaturas». Uma organização bastante estruturada e capacitada para assumir os compromissos que lhe foram cometidos pelos históricos tratados oitocentistas. Pelo menos tanto quanto se poderá falar em organização estatal (tendo por base o conceito clássico de Estado) em sociedades com as peculiaridades sócio-culturais das africanas (Ribeiro, 1995: 154-156).

Com efeito, o Tratado de «protectorado» luso-cabinda, então assinado em Fevereiro de 1885, estabeleceu para o futuro, obrigações recíprocas, que comprometiam, o Estado Português e as Autoridades Nativas Cabindas. As questões de soberania, respeito pelos usos e costumes e tradições gentílicas, bem como a não permissão do tráfico de escravos, foram possivelmente as cláusulas mais significativas que enformaram o convénio.

Do lado de Portugal parece-nos afastada qualquer dúvida sobre a capacidade da estrutura político-institucional de Cabinda e das respectivas Autoridades Nativas. Pelo menos, é a conclusão implícita da interpretação lógica que se atribui à evidente autoridade dos chefes locais de Cabinda – nos termos do artigo 2.º do Tratado de Simulambuco de 1885 – permitindo-lhes, com algumas reservas, uma grande liberdade de administração e comprometendo-se a assegurar a integridade do território (artigo 3.º), seguramente o grande objectivo das duas partes, a par do reconhecimento aos «chefes do país e seus habitantes (...) do senhorio directo das terras que lhes pertencem (artigo 4.º)». Da parte de Cabinda, ainda que admitamos as naturais dificuldades de compreensão do alcance jurídico do que outorgavam, parece-nos indiscutível que pelo menos, estavam conscientes de que através

daqueles Actos estavam a colocar sob a protecção de Portugal «todos os territórios por eles governados (artigo 1.º)».

Entretanto, a «petição» do Tratado de Simulambuco parece elucidar que a situação jurídica criada por este Acto não é de todo nova para estes povos de Kakongo, Loango e N'goyo. Tal como reconhecem os requerentes; «súbditos da coroa portuguesa» já o eram, «por costumes, hábitos e relações de amizade». De facto, as viagens do navegador português Diogo Cão (1482), e, o facto de a língua de Camões estar disseminada entre a população nativa dos «reinos» de Kakongo, Loango e N'Goyo, contribuiu para que, ao longo do tempo, se fosse constituindo e entrelaçando uma série de coordenadas de natureza afectiva, formando o «background» que proporcionou uma ocupação efectiva da região em meados dos anos de 1800.

Afigura-se-nos que, seja qual for a controvérsia que possa surgir entre os juristas sobre o carácter deste «protectorado» (de Direito Internacional ou de Direito Interno), parece ser claro que os Tratados que os Plenipotenciários de Portugal e as Digníssimas Autoridades dos «Reinos» de Cabinda consignaram, no século XIX e em nome dos seus respectivos povos, implicaram um conjunto de obrigações acima elencado, que na interpretação jurídico-política de Jean Touscoz, «produziam efeitos jurídicos reconhecidos *de jure* por Portugal e, de forma mais ou menos explícita, pelo menos *de facto* pelas potências europeias»<sup>44</sup> (Touscoz, 1994: 94).

Neste contexto, qualquer que seja o tipo em que se inclua; a teoria jurídica ensina que o regime de protectorado é extremamente flexível e pode cobrir situações politicamente muito díspares (Cunha e Pereira, 1990). Afigura-se-nos, assim, claro que o protectorado de Cabinda que o Direito Constitucional Português reconheceu ao distinguir expressamente Cabinda das restantes partes do território português (incluindo Angola), adquiriu, *de facto*, relevância internacional. Bastará atentar no facto de, nas sucessivas Convenções Internacionais (1884-1886), estabelecidas para ordenar os interesses e as ambições expansionistas sobre o Continente Africano e, em particular, para solucionar as questões relacionadas com os direitos de posse, comércio e navegação naquele muito disputada área a norte do rio Zaire (Congo)<sup>45</sup>,

---

<sup>44</sup> Com efeito, o reconhecimento *de jure* caracteriza o reconhecimento formal e produz efeitos plenos de Direito; o reconhecimento *de facto* resulta de um comportamento *de facto* e os seus efeitos jurídicos podem ser parciais ou progressivos (Touscoz, 1994: 94).

<sup>45</sup> Recorda o Professor António de Sousa Lara, neste contexto, a reacção da França em relação à renovação do convénio de 1898 entre a Grã-Bretanha e a Alemanha em 13AGO1913, devido «Cabinda e o norte

se ter reconhecido, tácita ou expressamente aos actos jurídicos (dos Tratados de «protectorado») ali exarados pelos portugueses.

Entretanto, os juristas exegetas dos regimes coloniais entenderam sempre que estes tratados com lideranças nativas não eram, «naturalmente» tratados internacionais; eram instrumentos de consolidação das soberanias colonizadoras. Mas tal doutrina é suficientemente reconhecível como dependente de interesses coloniais datados, para que seja consentido que obscureça a natureza das relações políticas que, no que respeita a Cabinda, e vista a persistente leitura histórica do Tratado de Simulambuco, foram sempre entendidas como de «protectorado».

A verdade é que, antes e depois, da assinatura dos tratados oitocentistas de «protectorado» (1883-1885), Cabinda apareceu referida especificamente, separado e distintamente de Angola, nos vários textos Político-Constitucionais de Portugal (1882-1975). Evidentemente, ainda em pleno Antigo Regime, na convenção adicional ao tratado de 26JAN1815, assinado em Londres, a 28JUN1817, entre a Inglaterra, representada por Castlereagh, e Portugal, pelo conde de Palmela, especificava-se no Artigo II, parágrafo 2.º, o seguinte:

*«Os territórios situados na Costa Ocidental de África, sobre os quais Portugal mantinha direitos reservados, eram Cabinda, Molembo e Ambriz (ou seja, os situados entre 5º 12' e 8º de latitude sul)»* (Castro, 1858: 328; Madureira, 2001: 217).

Por outro lado, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, de 1822, no Título II «Da Nação Portuguesa, seu território, religião, governo e dinastia» depois de declarar que a nação portuguesa era a «união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios e que o seu território formava o Reino de Portugal, Brasil e Algarve», enumera as diversas parcelas. Quanto ao Ultramar, diz textualmente:

*«África Ocidental Bissau e Cacheu; na Costa da Mina, o forte de S. João Baptista d'Ajudá, Angola, Benguela e suas dependências, Cabinda e Molembo ...»* (Rego, 1966: 10).

Na mesma direcção, a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, decretada e oferecida por Dom Pedro IV, Rei de Portugal, no Rio de Janeiro, a 29ABR1826, no Título I

---

de Angola pertencerem à bacia do Zaire» e por outro lado, a França tinha receio da expansão daquelas grandes potências, e ainda, não lhe eram indiferentes os territórios de Cabo Verde, Guiné e Cabinda (Lara, 2007: 51).

«Do Reino de Portugal, seu território, governo, dinastia e religião», no Artigo II, Parágrafo 2.º, afirma:

*«Na África Ocidental – Bissau e Cacheu (...), Angola, Benguela e suas dependências, Cabinda e Molembo...»* (Castro, 1858: 512).

Com efeito, a Constituição de 1838 saída da revolução setembrista retomava exactamente os mesmos termos das suas predecessoras (Madureira, 2001: 175). Finalmente, as Constituições em vigor entre 1815 e 1933, referem-se de Cabinda como uma entidade «especial» que politicamente integrava a Nação Portuguesa, conforme o estabelecido no Tratado de Protectorado.

Contudo, para alguns analistas e estudiosos políticos e cientistas jurídico-constitucionais, as Leis Constitucionais que vigoraram entre 1815, 1822, 1826 e 1838, eram completamente «confusos», não facultando a tarefa aos «investigadores científicos», para a produção de estudos comparativos que pudessem garantir melhor compreensão da situação jurídica dos diversos territórios. Mas, alguns estudos insuspeitos produzidos por cientistas desinteressados vão em sentido contrário!

Num exercício de clarificação ainda ambígua, mas talvez, mais compreensível, a Lei Fundamental portuguesa de 1911, no seu artigo n.º 2.º afirma genericamente que o território da Nação Portuguesa era o existente à data da proclamação da República em 05OUT1910. Obviamente que e, na tese de Ana Barros, foi a Constituição que imediatamente lhe seguiu que definia a pluricontinentalidade do território português, ou seja, a de 1933, no seu artigo n.º 1º, parágrafo 2.º, que esclareceu irrepreensivelmente o estatuto jurídico dos territórios africanos, designadamente os da África Ocidental (Barros, 2002: 20; George, 1997: 33-34, 103-104, 165-166, 209-210). Parafraseando ainda o Professor George Miranda, o articulado acima elencado, estabelecia textual e especificamente que «O território de Portugal» é aquele que ocupa actualmente e compreende:

*«(...) §2.º Na África Ocidental: os Arquipélagos de Cabo Verde, a Província de São Tomé e Príncipe e as suas dependências, o São João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola (...), (George, 1997: 209-210)»*

Assim, a Constituição Portuguesa de 1971 manteve a distinção de Cabinda com o resto dos territórios ultramarinos da África Ocidental Lusófona (Bragança, 2001: 13) e, na tese conclusiva do então Ministro de Ultramar, Professor Adriano Moreira, «o ordenamento constitucional português que durou até 1974, nunca impediu a definição reiterada da

identidade específica de Cabinda, nem a especificidade do título que a uniu a Coroa de Portugal, o anualmente e solenemente festejado Tratado de Simulambuco, em que também, com expressão única, no facto de os bustos dos reis portugueses em exercício por vezes assinalarem as sepulturas dos líderes políticos locais que faleciam» (Moreira, 2004: 44).

Com efeito, a região de Cabinda usufruía de uma clara particularidade no âmbito dos territórios ultramarinos portugueses. Esta circunstância era reforçada pelo princípio «direitos reservados» que Portugal sempre apresentou em relação a este espaço territorial.

Da enumeração que os textos constitucionais fazem das parcelas ultramarinas portuguesas ressalta uma perfeita identidade entre Metrópole e Ultramar, não apresentando «Cabinda e Molembo» quaisquer sinais que contrariem esta asserção no contexto africano português. E, nunca os portugueses questionaram a ideia, tácita mas arreigada como o são muitos desafios, de que o «protectorado» de Cabinda era, a título administrativo, «uma parte integrante do território angolano (por sua vez parte do território que politicamente, integrava Portugal)». E apenas a esse nível, ou título. Já que, a título político-constitucional, «desde 1822 e até à Lei Constitucional 3/71, de 16 de Agosto (que se encontrava em vigor à data da independência de Angola), sempre o Território de Cabinda apareceu mencionado especificamente, separado e distintamente do de Angola» (Marques Guedes, 2003: 76).

### **II.2.2. Evolução do estatuto político-administrativo**

As potências coloniais, designadamente a França, Bélgica e Portugal, entenderam racionalizar a estrutura administrativa dos seus impérios, visando garantir uma gestão eficiente (e com menos custos) às suas colónias. Foram introduzidas reformas (ligações político-administrativas), que vieram revogar o procedimento político-administrativo então em vigor, nas colónias, territórios ou protectorados em África.

Dessa reforma, «colónias, territórios ou protectorados ...» são agrupados sob administrações. A cada conjunto de territórios, a administração cabe a um «super-administrador» que no caso português, se veio designar por «governador-geral», a residir numa das cidades (capital) do grupo de territórios sob sua tutela (Governo Geral)<sup>46</sup>.

Como produto das alterações administrativas operadas nos impérios coloniais em África, o número de exemplos é de tal maneira excessiva, que seria fastidioso citá-los a todos.

---

<sup>46</sup> Capital do território expressamente escolhida pela própria metrópole (Lisboa).

De qualquer modo, julgamos indispensável centrar especial atenção, nos arranjos ocorridos nos países «límitrofes» de Cabinda.

Nessa perspectiva, os territórios da ex. África Equatorial Francesa (AEF), que entre 1910 e 1958 compreendiam o Congo Médio (actual República do Congo), Ubangui Chari (actual Centro Africano), Gabão e Tchad, todos dependiam de Brazzaville (Capital da República do Congo). Por outro lado, os territórios da ex. África Ocidental Francesa (AOF), de que faziam parte desde 1858, a Costa de Marfim, o Níger, o Dahomey (actual Benin), o Senegal, a Mauritânia e o Sudão Francês (actual Mali), dependiam de Dakar (Capital do Senegal). Sabe-se também que, os territórios da Bélgica, designadamente, ex. Congo Belga (actual República Democrática do Congo, RD-Congo), Ruanda e Burundi (até no momento da sua ascensão à soberania internacional) foram todos eles administrados pelo mesmo governador que residia em Léopoldville, actual Kinshasa (Bembe, 2009: 88-89).

Em Cabinda, com as novas circunstâncias políticas emanadas da Conferência de Berlim, foi primeiramente colocado um residente na região. A escolha recaiu em Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel, oficial da Marinha Portuguesa, que desembarcou em Cabinda, em 19FEV1885 (AHU, pasta 5).

Por conseguinte, contra uma decisão estatal tão impopular quão inevitável, resistência burocráticas mais ou menos oblíquas foram-se fazendo sentir. Assim, porventura em resposta aos constrangimentos impostos pela correlação interna de forças existentes, foram-se instalando diversas «anomalias» na formatação, chame-se-lhe isso, do estatuto administrativo de Cabinda. Várias delas de peso. Atenhamo-nos à mais significativa. Em 1885, foi criado o Distrito do Congo dentro da Província de Angola<sup>47</sup>, uma circunscrição cuja capital se tornou, a partir de 1887, a cidade de Cabinda. Em 14JUL1887, chegava e desembarcava a expedição ocupante, chefiada pelo capitão-tenente João Brissac das Neves Ferreira, que foi o primeiro governador do Distrito do Congo. Fazia parte dessa expedição o médico João de Mattos e Silva (Madureira, 2001: 173-174).

Aquele distrito englobava o território do que é hoje Cabinda e o que hoje compreende a Província noroeste angolana do Zaire. Uma curiosa situação que se manteve por mais de 30 anos. Com efeito, só a partir de 1919 foram os territórios sob domínio português a norte do rio

---

<sup>47</sup> O documento pelo qual se constituiu o já aludido Distrito do Congo, fazendo parte da Província de Angola, é de 18JUN1885, e o regulamento fundamental é de 31MAI1887. Todavia, no diploma que presidiu ao nascimento do novo distrito não ficou exarado o local onde ficaria a sua capital. Ajuizados os desígnios geográficos, pois que fica a meio caminho, entre-os-Rios Zaire e Chiloango, e possui um razoável porto, mas sobretudo políticas, foi escolhida a cidade de Cabinda para capital do novo Distrito (Madureira, 2001: 173-174).

Zaire separados do então Distrito do Congo, passando aqueles a constituir o Distrito de Cabinda. Seria no entanto um erro presumir que esse acerto de passo Republicano tenha sido mais do que um mero acto de resignação e coerência formal. Foi mais e menos do que isso. Eliminada a «anomalia» de jure, uma forte dose de ambiguidade de facto manteve-se (Marques Guedes, 2003: 75-76).

Como deixámos dito atrás, a verdade é que, nunca os portugueses questionaram a ideia, tácita mas arreigada como o são muitos desafios, de que o «protectorado» de Cabinda era, a título administrativo, uma parte integrante do território angolano (por sua vez parte do território que politicamente, integrava Portugal). Bem pelo contrário, com o tempo e o andar das coisas ir-se-ia acentuar em várias das suas dimensões essa fusão, tanto nocional como material, que as querelas e negociações diplomáticas tinham empurrado as autoridades portuguesas a ter de tentar torner sob pena de uma perda intolerável de face.

Desta feita, o procedimento de subsunção formal de Cabinda em Angola nos defuntos Acordos de Alvor de 1975, impingiu o silêncio que se propagou, do mesmo modo na proclamação unilateral da Independência de Angola, bem como no reconhecimento (embora tardia) dessa independência pelos demais Estados com os quais a Angola pós-colonial mantém relações diplomáticas.

Com a independência, interna como externamente, em termos jurídicos Cabinda passou de um estatuto de «Enclave»<sup>48</sup> ao de «Província» do Estado soberano de Angola. Uma Província igual, a qualquer das outras que compunham o novo Estado pós-colonial (Marques Guedes, 2003: 78). Facto que, como é sabido, não é tido como pacífico em todos os círculos de Cabinda em particular e alguns sectores de Angola em geral. O que por sua vez tem levado a uma atenção redobrada do Executivo Central, tendo por isso optado a 01AGO2006 por uma solução «polémica» (pelo menos à partida, tal como tivemos oportunidade de verificar), baseada num pretenso Estatuto Especial, plasmado no Memorando de Entendimento sobre Cabinda. Ainda que encorajado, os trâmites do acordo são pontualmente postos em causa, por certas circunscrições do Enclave e de Angola em geral<sup>49</sup>. Mas, o verdadeiro «utopismo» do binómio «político-administrativo» atribuído ao Estatuto Especial de Cabinda, afigura-se, um

---

<sup>48</sup> Criado pelo então polémico Tratado do Zaire assinado em Londres, a 26FEV1884, entre Portugal e a Inglaterra, pouco antes, da Conferência de Berlim e do Tratado de Simulambuco. Com efeito, o Tratado do Zaire reconhecia a soberania de Portugal sobre os Territórios de Kakongo e do Loango.

<sup>49</sup> A propósito, refere-se alguns dissidentes do FCD, como a FLEC/FAC de Nzita Tiago, alguns elementos da já extinta MPALABANDA e partidos políticos angolanos, como a UNITA, ex-FpD, FNLA ...



«paradoxo» a estratégia angolana, pois levanta sérios desafios que poderão requerer um bom enquadramento de eventuais e indispensáveis ajustes a ser injectados no convénio<sup>50</sup>.

Num exercício de síntese cronológica, afigura-se-nos pertinente referir alguns arranjos, chame-se-lhe isso, «político» e/ou «administrativo» operados no estatuto do conturbado Território de Cabinda, desde a administração portuguesa à actualidade (Martins, 1972: 36-37; Marques Guedes, 2003: 76-77):

- a) 1885 – É celebrado o Tratado de Simulambuco que deu corpo ao reconhecimento, pelas potências europeias participantes na Conferência de Berlim (1884-1885), a soberania de Portugal sobre Cabinda;
- b) 1887 – Sede do Distrito do Congo, criado em 1885 dentro da Província de Angola, do qual fazia parte;
- c) 1917 – Continua a pertencer ao Distrito do Congo, mas deixa de ser sede, que passa para Maquela do Zombo;
- d) 1921 – Passa a Intendência, mas continua a depender de Maquela do Zombo;
- e) 1922 – É criado o Distrito do Zaire, e Intendência de Cabinda passa a depender deste;
- f) 1930 – Transforma-se numa única Intendência (Zaire e Cabinda);
- g) 1932 – Com a integração do Zaire no Distrito de Zaire e Congo, a Intendência de Cabinda passa a depender directamente do Governo-geral de Angola;
- h) 1934 – Com a divisão de Angola em cinco (5) Províncias e Catorze (14) Distritos, Cabinda fica dependente do Governo de Luanda;
- i) 1945 – Desliga-se do Governo de Distrito de Luanda e, ainda como Intendência, torna a depender directamente do Governo-geral de Angola;
- j) 1946 – É nomeado para Cabinda – agora Distrito – o governador Intendente Raúl de Lima;

---

<sup>50</sup> Em contextos de mudança, a improvisação não só é a alternativa principal mas também a prática mais robusta para sobreviver e prosperar. Com efeito, um paradoxo é uma contradição. Enquanto instrumento de gestão o paradoxo permite manter conjuntos de práticas opostas ao mesmo tempo. A improvisação é um exemplo. O planeamento tem vantagens em comparação com a acção reactiva e irreflectida. No entanto a acção imediata parece ser o único caminho possível quando se torna necessário reagir rapidamente a mudanças na envolvente. A improvisação, definida enquanto acto de planear enquanto se age, permite manter estes dois processos a funcionar em simultâneo obtendo as vantagens de ambos. Gerir com paradoxos é portanto uma prática que requer elevados níveis de criatividade mas que recompensa a organização com maior eficácia e eficiência (RGA, 16JUN07).

- k) 1956 – Cabinda volta a depender administrativamente de Angola;
- l) 1960 – No âmbito do processo de descolonização, a Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral da ONU, aprovada no dia 15 de Dezembro, a qual, no seu n.º 1., referindo os territórios não autónomos administrados por Portugal, de acordo com a Carta da ONU, Cabinda é nomeada na al. e), como «*Angola, including the enclave of Cabinda*»<sup>51</sup>;
- m) 1975 – Com a independência, interna como externamente da «Província, Colónia» de Angola, em termos jurídicos Cabinda passou de um Estatuto de Enclave ao de Província igual a qualquer das outras que compunham o novo Estado pós-colonial<sup>52</sup>;
- n) 2006 – Com a mudança da conjuntura regional (desde 1997) que marca a crescente influência de Angola nos dois Congos vizinhos de Cabinda e, o fim da guerra civil em Angola (04ABR02), Cabinda passou (em 01AGO2006) de «um simples» Estatuto de Província ao de Província Especial nos termos «político-administrativo». Mas, pelo menos jurídica, política e administrativamente e em termos práticos e concretos, pouco veio então a mudar, senão, o reforço e a manutenção da autoridade do Estado numa região rica e pobre, descontínua e territorialmente exígua, bem como a sua maior integração na divisão político-administrativa angolana;
- o) Para onde vai o enclave angolano? O que nos reserva o futuro?

Com efeito, em 1956, sem demora, regista-se, a oposição dos naturais de Cabinda face ao simultâneo agrupamento e subordinação burocrática do Enclave a Angola, levado a cabo por Portugal. Como escreve Adulcino Silva, alguns filhos Cabindas mais esclarecidos não concordavam com a mudança «repentina» operada em 1956 (Silva, 1994). Ainda que de maneira pouco evidente, mas detectada pelas autoridades portuguesas, o espírito independentista dos Cabindas consolida-se nesses últimos anos cinquenta.

---

<sup>51</sup> «(...) Angola, nela compreendido o enclave de Cabinda». Cfr., texto francês: «L'Angola y compris L'Enclave de Cabinda», (Morais, 1998: 166).

<sup>52</sup> Pretendendo efectivar o processo de descolonização da África Lusófona, nomeadamente, Angola, no defunto acordo da Penina de 15 de Janeiro, assinado pelo Governo Português e três Movimentos de Libertação Nacional de Angola (FNLA, MPLA e UNITA); acordo que conduziria à independência de Angola, Cabinda foi aclamada «parte integrante e inalienável do território angolano».

De facto, o acordo de protectorado luso-cabinda, não era, certamente, tratado de anexação de um território. E, a Lei constitucional portuguesa em vigor até à data da independência de Angola, sempre referia o Território de Cabinda, separadamente de todos os territórios da África Ocidental Lusófona; embora na prática a administração do território (de Cabinda) tivesse passado a depender de Luanda a partir de 1956, tal não alterou o seu estatuto jurídico. Finalmente, não obstante a doutrina constitucional portuguesa sobre a unidade, e independentemente do que toca as alterações internas do estatuto administrativo de Cabinda, o facto é que a celebração anual e solene do Tratado de Simulambuco, entendido como instituidor de um protectorado, foi sinal permanente e respeitado da reconhecida identidade de «povo e território», que o apontava para o tratamento individualizado, mas que, a Carta da ONU levou a dispensar a outras realidades.

### **II.3. Princípio de autodeterminação e separatismo da região enclave**

#### **II.3.1. Debate entre fundamentos e objecções**

Procurando tecer um dos pilares que baliza a vontade dos Cabindas para uma «sede geográfica exclusiva», verifica-se o constante recurso dos movimentos de resistência à descontinuidade territorial do Enclave em relação à Angola, à especificidade social, histórico-cultural do seu «povo» e à riqueza do território.

Consequentemente, exige-se de uma forma muito sonante que Portugal assuma o «seu erro histórico»<sup>53</sup> enquanto «potência tutelar» pelo destino que «unilateralmente deu a Cabinda», designadamente a sua «integração» no novo Estado Angolano, extraviando por completo o espírito dos Tratados oitocentistas já atrás elencados. Conduta, no entanto nunca assumido por Portugal<sup>54</sup>.

Em consonância com o «espírito de Bandung – independência imediata, completa e absoluta dos povos de territórios dependentes», Nzita Tiago e alguns «nacionalistas» Cabindas, defendem «a independência imediata, total e incondicional» do Enclave, com os

---

<sup>53</sup> A exigência é exclusivamente da FLEC e da sociedade civil de Cabinda.

<sup>54</sup> No entanto, a incapacidade de mobilizar a Comunidade Internacional «ensurdecadora» sobre o assunto e a ausência do apoio de Portugal, travaram o sentido do progresso tão esperado por este «povo dispensado».

gritos de alguns populares a soar no mesmo sentido: (Separar, separar, separar<sup>55</sup>: «Cabinda de Angola»<sup>56</sup>; *Ansia litomba?*<sup>57</sup> – «Dipanda»<sup>58</sup>; *Itónia*<sup>59</sup>: *Unvé*<sup>60</sup>!); numa conjuntura em que o «Caso-Cabinda» parece encontrar-se já arquivado por razões díspares.

De facto, alguns círculos da sociedade cabindesa recusam radicalmente qualquer solução que não seja «a autodeterminação e a independência» do território que consideram «protectorado português» à luz do Tratado de Simulambuco, por isso, «sob ocupação angolana». Por outro lado, a ênfase da coexistência dos dois povos (cabindês e angolano), através de uma «autonomia alargada» com as características das regiões autónomas lusas, surge como o balizar do pensamento da nova geração de Cabinda.

Como refere o então Bispo Emérito de Cabinda (1984-2006), Dom Paulino Fernandes Madeca (1927-2008):

*«Não se fale em autonomia. Aqui deve falar-se em independência. Cabinda quer a independência. Todos aqui têm esse sentimento mesmo que alguém tente camuflá-lo. A população rural, que está fora das cidades e das vilas, está mais inclinada para a independência. Os que vivem nas cidades, que têm mais conhecimentos, talvez tenham em mente a autonomia, mas, mesmo esses, pensam que, mais tempo menos tempo, essa autonomia vai desembocar numa independência (Madeca, 07NOV2000: TSF). (...) A miséria existente no Enclave é uma das razões que faz com que a população se revolte. A população do território sabe que existe o petróleo, mas beneficia muito pouco do facto de concentrar na Província uma importante parcela das reservas petrolíferas do país» (Madeca, 04DEZ2000: TSF).*

Na perspectiva de alguns especialistas, o consenso mundial para os intentos dos Cabindas, é seguramente impensável com a proclamação do «Fim das independências». No entanto, a realidade do fenómeno parece demonstrar o contrário na sequência da independência da Namíbia (21MAR1990), da Eritreia (24MAI1993), do Timor-Leste

---

<sup>55</sup> Início do grito por um «fiote» Binda ou um «elemento Cabinda» – (sob forma de um cântico). (3x).

<sup>56</sup> Resposta dos cabindeses (ou Cabindas – entende-se os habitantes do Enclave de Cabinda).

<sup>57</sup> Suposta pergunta da liderança angolana: «Ansia litomba: em português: O que desejam?»,

<sup>58</sup> Resposta da comunidade Cabinda: «Dipanda: em português: A Independência».

<sup>59</sup> Suposta alternativa do «regime» angolano: «Itónia: em português: Autonomia no contexto angolano.

<sup>60</sup> Pronta resposta dos «separatistas» de Cabinda: «Unvé: em português: Não»! (Retomar com o grito «patriótico/separatista» (3x), assim sucessivamente.

(20MAI2002), do Sudão do Sul (21JUL2011), a constante internacionalização do conflito do Sahara Ocidental, a proclamação unilateral da independência do Kosovo (17FEV2008)<sup>61</sup>, as tensões entre Moscovo e Tbilissi, relativamente às regiões separatistas da Geórgia pró-russa, a Ossétia do Sul e Abkházia que reivindicam a sua Soberania<sup>62</sup>. Não estariam estes episódios a pôr em xeque o tão insinuado paradigma do «fim das independências»?

Parece que nesse ilusionismo da utopia, se vai desfocando a realidade com teorias sem práticas, quando a teoria da prática devia (e deve) nascer face ao actual contexto pós-conflito de Angola, um novo Conceito Estratégico Nacional (se que alguma vez existiu), desde que este pudesse ser fecundo, pelos princípios de Estado de Direito fundamentais, que responde em simultâneo, a um Estado de Justiça e a um Estado Constitucional: uma Constituição bastante clara, densa e moderna (Canotilho, 2009; Gonçalves, 27ABR2009: JD), indo além das «vulgatas das ideologias vencidas pela história, que, se vão reproduzindo em algumas obras e artigos ditos científicos, cheios de citações de pura conveniência, que infelizmente vão tentando esmagar a força da verdadeira observação da realidade» com todas as consequências a prazo (Maltez, 2004: 36).

Mas o que parece mais pesado de consequências em relação a estas utopias, é o facto de a própria ONU se afastar da sua política de respeito pelas fronteiras geográficas, e de enriquecer a experiência da mal definida política de ingerência com a capacidade de autonomizar e independentizar parcelas de um Estado soberano, por muito ambíguas que agora considere as expressões que adoptou. A questão dos precedentes ganha uma irrecusável importância no quadro agitado de várias regiões europeias, e designadamente no que respeita à política do alargamento. A Espanha, o Reino Unido, a França, Chipre, a Bélgica, são eventualmente referências com diverso grau de atenção requerida. Mas a declarada política de alargamento a leste, no que respeita por exemplo aos curdos, e às várias soberanias que os

---

<sup>61</sup> Perante a «independência» do Kosovo, países como a Espanha, Chipre, Grécia, Eslováquia, Bulgária e Roménia, referiram não terem para já, a intenção de reconhecer a independência da província sérvia. Um dos receios de alguns países, é o despertar com novo vigor dos desejos independentistas de minorias étnicas em territórios sob a sua jurisdição. Não é de estranhar, o pronto pedido da Rússia às Nações Unidas e à NATO para anularem imediatamente a proclamação da suposta independência do Kosovo.

<sup>62</sup> As relações entre a Geórgia e a vizinha Rússia têm-se vindo a degradar desde que a primeira estabeleceu duas prioridades: aderir à NATO e retomar o controlo das duas Províncias russófonas separatistas: a Ossétia do Sul e a Abkházia. A Rússia teria enviado, a 06AGO2008, tanques para a Ossétia do Sul, província da Geórgia que reivindica a independência. Os ossetas do sul são russófonos (vizinhos da Ossétia do Norte, em território da Rússia) e não aceitam as propostas de autonomia apresentadas nos últimos meses pelo Governo de Tbilissi (capital), que enviou tropas para preservar a integridade territorial.

mantêm submetidos, será certamente um tema da primeira exigência, muito claramente porque a admissão da Turquia implica assumir essa questão nacional com que se debate. Não foi sem fortes motivos que a ONU adoptou como regra que a definição política dos territórios a autonomizar respeitaria as fronteiras existentes, o que não evitou severos dramas no continente africano, uma experiência a rever.

No que diz respeito ao «enclave angolano», muitos são os factores que influenciam decisivamente o passo e o alcance do ambicioso objectivo dos Cabindas. A incapacidade de mobilizar a Comunidade Internacional «ensurdecadora» sobre o assunto e a ausência do apoio de Portugal e um «embrulho» de obstáculos técnicos (intencionais), nomeadamente, sócio-políticos, económicos, culturais, legais e/ou organizacionais, continuam a travar o sentido de progresso tão esperado por este «povo dispensado». Assim, o paradigma (conveniente para o regime) de *modus vivendi* no contexto nacional, parece começar a ganhar cada vez mais espaço.

De forma reiterada, a conjuntura nunca favoreceu (e afigura-se cada vez mais difícil que venha o fazer) a viabilidade de tão famigerada tese independentista da Província de Cabinda, jogando (a tese) talvez apenas um vazio papel estimulador. A multiplicação de soberanias interessadas no seu estatuto efectivo, num quadro internacional incerto, com todas as sedes de legitimidade em crise: a falta de dinamismo, do potencial político, diplomático, estratégico, (militar) e económico (...) dos movimentos de Cabinda, dispensa esta possibilidade, embora deva reconhecer-se a sua coragem, determinação e virtude «patriótica», ainda que fissíparas e fusionistas.

Com efeito, «consulta popular» ou «referendo» afigura-se como uma das soluções possíveis frequentemente apontadas<sup>63</sup>. Perfilham esta opinião, o Governo de Angola, a FLEC, a sociedade civil e de Angola em geral, bem como, algumas personalidades portuguesas, embora com divergências notáveis.

Desta feita, as questões persistentes são de natureza endógena e exógena. A primeira diz respeito aos consensos internos (entre os Cabindas e o Governo de Angola) sobre «quem deverá votar». Seguidamente, a falta do reconhecimento internacional da questão de Cabinda,

---

<sup>63</sup> No caso de Timor, o povo português sempre encorajou os governantes a agir, e foram também os indonésios mais honestos e corajosos que intervieram decisivamente. Esperemos que neste caso suceda algo semelhante, mas os Cabindas deverão também estar dispostos a sacrificar uma parte do que querem em troca de uma solução de compromisso aceitável, se essa for possível. Tenho defendido, mesmo em entrevistas dadas em Angola, que embora a solução justa fosse a realização de uma consulta popular, a solução possível seria talvez a concessão a Cabinda de uma ampla autonomia ou do estatuto de território federado (Bragança, 2001).

afasta a intervenção da Comunidade Internacional, sob pretexto de ingerência nos assuntos internos do Estado angolano.

O Direito Internacional Público, entendido no seu sentido mais amplo e portanto compreendendo os costumes relevantes e aceites, consagrou o princípio da manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo, nos quais faz especial finca-pé a China Popular, como já fez a URSS. Assim, sendo, só em situações extremas se pode caucionar a intervenção internacional na resolução de conflitos considerados «internos».

Como esclarece o Professor António de Sousa Lara:

*«Só muito dificilmente e em virtude de uma intervenção da Organização das Nações Unidas, ou de um sancionamento internacional alargado, para a resolução de conflitos internos que provoquem genocídios, se tem assistido à aceitação do desmembramento de unidades políticas previamente consagradas em unidades menores, concordantes com o mapa cultural, linguístico, religioso e étnico. Mas longe de se tornar uma solução aceitável por quem decide à escala internacional, trata-se de um recurso extremo, tomado a contragosto, que não deve abrir precedente, mesmo que o constitua de facto e, porque não admiti-lo, de direito também» (Lara, 2002: 52-53).*

No tocante à questão endógena, clarifica o Presidente Angolano, José Eduardo dos Santos:

*«(...) Está em curso um processo de revisão constitucional. Esta é também uma questão a tratar no âmbito da reforma constitucional. Temos que saber o que é que os angolanos todos querem, qual é a sua opinião sobre Cabinda. (...) Considero Cabinda como parte integrante de Angola. Assim está na nossa constituição, assim é reconhecido pelo direito internacional. Falo da população de Angola. Não particularizo a população de Cabinda. Falo do povo de Angola. É uma questão que deve ser resolvida não apenas pelo Governo, mas pelo povo de Angola. (Eduardo dos Santos, 28FEV2002: VOA).*

Em síntese, Eduardo dos Santos, que não chega a utilizar a palavra «referendo» preferindo o termo «consulta popular», faz uma ressalva: «será uma consulta dirigida não

apenas aos Cabindas mas a todos os angolanos». No fundo, é a essência da solução destacada há algum tempo em Luanda, pelo Prémio Sakharov, Dom Zacarias Kamuenho<sup>64</sup> em 2001:

*«É preciso conversar, para se poder chegar a um diálogo, a um ponto de autonomia em que as pessoas se sintam Cabindas, mas angolanas. Um referendo é «uma das soluções possíveis que os políticos devem adoptar, para não atingirem situações extremas», (Zacarias Kamuenho, 31OUT2001: TSF).*

Deste modo, considera a FLEC/FAC de Henriques Tiago Nzita que, enquanto o «regime de Luanda» não se pronunciar «sobre a independência imediata, total e incondicional de Cabinda», sem excluir o diálogo, apenas «cerrando as fileiras» nas matas se poderá garantir a inclusão do «problema de Cabinda» na agenda política «nacional e internacional».

*«O povo de Cabinda e a FLEC/FAC estão decididos a continuar com a sua luta de libertação nacional do jugo angolano até que os seus direitos legítimos e inalienáveis à autodeterminação sejam respeitados», (porta-voz da FLEC/FAC, 28FEV2002: TSF).*

Em contraste, face ao novo contexto geoestratégico e geopolítico que domina a região e sua influência na questão de Cabinda, o presidente do FCD e Secretário-geral executivo da FLEC, António Bento Bembe, considerou em 2005, «suicidário continuar a privilegiar a via militar» e deixa um legado:

*«(...) Quando se fala de paz em política só existem duas vias, a via militar ou a via pacífica através do diálogo». (...) É suicidário continuar a privilegiar a via militar. Temos a cada momento refazermos uma revisão estratégica. (...) A luta que nós devemos levar é de conseguirmos o facto de dialogar com Angola. O nosso discurso é um discurso de paz e não podemos fazer o contrário. Existem na FLEC pessoas que continuam a privilegiar a guerra e outras que defendem a via pacífica. Na minha experiência (...) não acredito que vamos fazer de novo uma guerra como aquela que já durou 30 anos, temos agora de entrar noutra etapa. (Bento Bembe, 16DEZ2005: PNN). «A política é uma actividade do possível. A FLEC deve pautar a sua acção no ser e não no dever ser. Devemos estar atentos com os sinais de abertura do inimigo,*

---

<sup>64</sup> Arcebispo de Lubango, Dom Zacarias Kamuenho, nascido em Chimbundo (Huambo, Angola) em 1934, laureado em 2001 com o Prémio Sakharov, em 2003, renunciou à Presidência da Conferência Episcopal de Angola e de São Tomé (CEAST).



*explorar com eficácia os seus posicionamentos, procurando sempre perseguir gradualmente os nossos objectivos dentro do possível»* (Bento Bembe, 2006: RFI).

Se é verdade que a Política é a arte do possível, manda a ética que os políticos façam da Política a arte de tornar possível o que é necessário, porque o que é fundamental é o programa ético da acção política. Aparentemente, a postura talvez «moderada» e demasiada «pacifista» assumida pelo FCD/FLEC, não foi globalmente bem acolhido nalguns círculos de Cabinda. À margem do «núcleo executivo» da FLEC, Nzita Tiago (agrupado em Paris), pede explicações ao executivo reunido em Brazzaville, pela nova postura adoptada, que considera «a via militar suicidária» para se alcançar a paz em Cabinda<sup>65</sup>.

Desta feita, o porta-voz do FCD, Macário Romão Lembe, elucida:

*«A independência é um direito mas, por outro lado, sendo homens que vivem numa sociedade com problemas, interesses, muitas das atitudes que tomaremos serão jurídicas e não políticas. Há que levar em conta também a conjuntura na África Central, pois há situações nesta região que influenciam a situação em Cabinda. O Fórum é que vai decidir»* (Macário Lembe, 07FEV2006: VOA).

Numa abordagem apriorística e incompleta do mundo dos Cabindas<sup>66</sup>, a partir da análise dos períodos que designaremos de «paz possível», é perceptível a unanimidade dos seus desejos territoriais, mas a linha divisória situa-se provavelmente na escolha dos mecanismos para alcançar os seus objectivos, e na definição e alcance «do possível» tão defendido por alguns. Com as percepções nitidamente fraccionárias, moderadas e radicais, que continuam a dominar a postura dos principais actores da cena político-militar e civil em Cabinda, emergem outras questões: *qual deverá ser a atitude de Luanda, num universo cabindês cada vez mais dividido? Em que medida o eventual «acordo de paz» entre o*

---

<sup>65</sup> Depois de Janeiro de 2003 (Paris), em Agosto de 2004, em meio da pressão militar do governo de Angola (2002), as facções independentistas de Cabinda, reunidas em Helvoirt, na Holanda decidiram congelar a luta armada. Sem dar por ela as mesmas facções estão de novo em pé de guerra. Desta vez, a guerra de guerrilha opõe várias tendências do movimento. De um lado o presidente Nzita Tiago agrupado em Paris com alguns apoiantes, entre os quais familiares, do outro António Bento Bembe», asilado no Zaire desde 1976 (Luís Costa, 07FEV2006: VOA).

<sup>66</sup> Numa perspectiva científica das concepções realistas e idealistas na Teoria das Relações Internacionais, recorda-se que «The history of modern political thought is the story of a contest between to schools that differ fundamentally in their conceptions of the nature of man, society and politics» (Morgenthau, 1993: 4).

*governo e um dos eventuais interlocutores de Cabinda (FCD-Helvoirt ou FCD-Paris), garantiria uma paz verdadeira e estável no Enclave? Com quem negociar? O que se deve negociar?*

Com efeito, as decisões de um governante são geralmente urgentes e marcadas por um risco político importante. A inspiração, o talento e a decisão são agora mais importantes, sem dispensar a prudência e os estudos exaustivos de cada situação. Estando distante das suas putativas bases internas, há mais de 30 anos, as questões que se colocam são as seguintes<sup>67</sup>: *quais são os efeitos de uma mudança operacional na distribuição e exercício do poder na FLEC-FAC? Em que medida Nzita Tiago influência a elite política e militar no actual processo de mudança e num contexto incerto?*<sup>68</sup>

Estas questões são, no nosso entender, relevantes pois, numa perspectiva sociológica, o efectivo poder operacional das elites implica a avaliação do grau de poder considerando que, nuns casos, a elite tem um forte poder de influenciar os acontecimentos e, noutros casos, porém, o poder surge disperso por vários sectores da sociedade (Barata, 1986: 236; Romana, 2005: 156).

### **II.3.2. Futuros desejáveis e aceitáveis**

O enquadramento das políticas adoptadas pelo regime de Luanda, para manter a inclusão de Cabinda em Angola e as abordagens defendidas pela maioria das forças sociais angolanas (políticas, cívicas, religiosas) com excepção dos movimentos oriundos do Enclave,

---

<sup>67</sup> Muitos elementos e quadros ligados aos movimentos, que haviam escapado à repressão e fugido de Cabinda, dos Congos ou de Africa, procuraram sempre actuar de forma conexas nos respectivos movimentos a distância, na maioria parte dos casos, como forma de garantir o seu protagonismo político (na prática incipiente), mas sobretudo, a própria sobrevivência do que a continuação da luta. No fundo, é quase uma clara repetição daquilo que tinha acontecido com os elementos da UPA e os quadros do MPLA, depois dos acontecimentos de Luanda, de Fevereiro de 1961, mas estes sublinhamos, «fizeram-no de forma positiva».

<sup>68</sup> Pouco importa se, até meados dos anos 60, vários movimentos da África Lusófona, como os de Moçambique (última colónia a organizar movimentos de independência verdadeiramente nacionais), haviam sido «formados no exílio e dirigidos do exílio». Reportamo-nos aos seguintes grupos: (Frente de Libertação de Moçambique – FRELINO, União Nacional – MANU, União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO, União Nacional Africana de Moçambique Independente – UNAMI). Estes grupos eram todos apoiados pela respectiva etnia. O suporte da formação dos movimentos em apreço, comparados com os dos Cabindas, e à causa que os seus dirigentes alvoram defender, não nos parece minimamente correspondente.

coincidem inteiramente com as teses dos estrategas, politólogos, juristas ou historiadores exegetas dos regimes coloniais.

Neste contexto, tendo integrado as delegações portuguesas presentes na Cimeira de Algarve que decorreu entre 11 e 15JAN1975, na qual foi negociado o defunto «Acordo de Alvor» conducente à independência de Angola, com audácia e subtileza, Pedro de Pezarat Correia afirma o seguinte:

*«A exigência belga da saída para o Atlântico separou territorialmente Cabinda de Angola, tornando-se um Enclave mas continuando a pertencer administrativamente à colónia portuguesa, alimentando equívocos que estão na base das actuais reivindicações independentistas em Cabinda, que não assentam em razões de geografia humana mas de geografia política e económica»* (Correia, 2004: 324 e 326).

Acresce o autor:

*«Reivindicações que assumem um carácter cisionista através de movimentos independentistas, mas que têm também uma componente fusionista. Os apoios da República do Congo e da República Democrática do Congo aos grupos separatistas não são inocentes, pois encobrem ambições anexionistas sobre o Enclave e os seus recursos»* (Correia, ob. cit.; idem)

Este *approach* é, reconhecemos, bastante influenciado por um *insight* conveniente, como é evidente, tributário das teses, de estrategas e intercessores do já referido «extinto Acordo». Entretanto, apenas permanece vigente o articulado que integra o território de Cabinda na província, colónia ou Estado de Angola. O Acordo foi suspenso pelo DL n.º 458-A/75, de 22 de Agosto, por ter sido, desde a sua celebração, objecto de frequentes violações por parte dos movimentos de libertação, numa manifestação da sua incapacidade de superarem divergências, em prol do interesse nacional angolano<sup>69</sup>. Paradoxalmente, nunca é posto em causa a vigência do artigo 3º, igualmente cooptado pela Lei Fundamental Angolana que vigorou entre 1975 e 2010. O artigo estabelece que «Angola constitui uma entidade una e

---

<sup>69</sup> Assim, e como refere texto: «Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte: ARTIGO 1.º Considera-se transitoriamente suspensa a vigência do Acordo de Alvor, concluído em 15 de Janeiro de 1975 entre o Estado Português e a FNLA, o MPLA, e a UNITA, no que diz respeito aos órgãos de governo de Angola», O Presidente da República, Francisco da Costa Gomes.

indivisível nos seus limites geográficos e políticos actuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano».

O articulado acima referido define a postura da Política Externa dos sucessivos Governos de Lisboa e a conduta política do Governo do MPLA, embora, reconhece-se, todo este sistema está, em certa medida, imbuído de contradições internas permanentes. O reflexo destas contradições é evidenciado pela multiplicação de debates promovidos por alguns sectores angolanos. Estes defendem um modelo de governação baseado numa ideologia que dê coerência, às particularidades dos «vários povos» que formam a «Nação Angolana».

Ao longo de mais de três décadas de conflito e vários anos de acompanhamento deste assunto, assume, assim, particular importância situar e identificar as linhas orientadoras da política do Governo de Luanda, na tentativa de impedir os desígnios territoriais dos Cabindas, a saber:

- a) Muitas reivindicações que são feitas em Cabinda resultam fundamentalmente de uma falta de atenção à resolução de muitos problemas de natureza económica e social. A paz permitirá libertar mais recursos para que o Governo dedique maior atenção a «estas províncias» (Eduardo dos Santos, 28FEV2002: VOA).<sup>70</sup>
- b) Histórico, geográfico, político ou jurídico, Cabinda sempre esteve, desde 1887, administrativa e politicamente integrada em Angola e «nunca» dependeu directamente do Governo de Lisboa<sup>71</sup> (João Lourenço, 10ABR2001: TSF).
- c) Em 1975, quando Angola se tornou independente, as suas fronteiras compreendiam o território de Cabinda (João Lourenço, 11ABR2001: DN). Assim está na Lei Constitucional, assim é reconhecido pelo Direito Internacional (Eduardo dos Santos, ob. cit.; idem).
- d) Qualquer tentativa dirigida à rotura total ou parcial da unidade nacional e da integridade territorial do país é incompatível com as intenções e princípios da Carta das Nações Unidas (Resolução 1514, n.º 6 da Assembleia Geral).

---

<sup>70</sup> Acresce, o Presidente da República Angolano que, «(...) temos feito uma campanha junto de todas as empresas que trabalham no norte de Angola, particularmente nas províncias do Zaire e de Cabinda, para que dediquem mais atenção, canalizem mais recursos para a reabilitação e construção de infra-estruturas para o desenvolvimento humano e para a melhoria das condições de saúde, educação, em suma para o desenvolvimento daquelas regiões».

<sup>71</sup> O então Secretário-geral do MPLA, afirma reconhecer «apenas algumas vantagens fiscais ou aduaneiras que eram concedidas ao Enclave», mas «sempre esteve ligado a Angola».

- e) O conflito de Cabinda, é um assunto estritamente interno de Angola. Qualquer solução deverá ser encontrada no quadro do Estado Soberano Angolano, respeitando à Lei Constitucional e demais legislação em vigor na República de Angola, como Nação una e indivisível, sem qualquer ingerência externa (Assunção dos Anjos, 2002: RDP-África).
- f) É possível abordar a questão no âmbito do processo de Revisão Constitucional, por via de consulta popular dirigida «a todos os angolanos» (Eduardo dos Santos, 28FEV2002: VOA).
- g) «A autonomia é discutível e nós estamos abertos à discussão, mas a autonomia pode esconder muitas coisas, pode esconder também a independência» (João Lourenço, 10ABR2001: TSF). Não se exclui em definitivo o uso da força militar como «se resolveu a guerra entre o Governo e a UNITA, com as forças directamente envolvidas no problema» (João Lourenço, 2003: VOA).

Contudo, qualquer que seja a «solução» que vier a ser adoptada, afigura-se relevante verificar que, o discurso oficial do Governo do MPLA, vem levantar algumas perplexidades. Se Cabinda e Angola não fossem distintas, se «nunca, (desde 1887) até 1975, Cabinda deixara de estar integrada na província, colónia ou Estado de Angola», qual a pertinência ou a utilidade, de tão solene e peremptória afirmação no articulado do Acordo? Para quê tornar Cabinda «parte integrante e indivisível» de Angola, em 1975, se já o seria desde 1887?

Com o devir do tempo, a resolução do «Caso Cabinda», tenderá, gradualmente, a deixar de ser balizada, em termos de conceitos operacionais, pela dicotomia unipartidário/centralizador. Poderá alargar-se aos sectores aparentemente moderados, não obstante, também reaccionários e adversos do desmembramento. Estes sectores, encabeçados pela maioria dos partidos da oposição angolana, são adeptos da despartidarização e nacionalização do debate das questões do Enclave, reservando o papel principal à Assembleia Nacional. Defendem ainda a inclusão de todas as forças Cabindas na resolução da questão.

Trata-se, no fundo, de uma série de organizações políticas/apolíticas, que visando garantir a sua influência junto da liderança da República, essencialmente, nos eixos das decisões provinciais<sup>72</sup>, procuram activamente abrir precedentes, no protótipo da solução a

---

<sup>72</sup> Estas organizações estão convencidas de que, os seus desejos, só serão possíveis com uma profunda reforma das normas que estatuem o funcionamento do sistema político e da organização do Estado.

adoptar para o «Caso Cabinda», podendo eventualmente ser alargado para as outras regiões de Angola.

Mas o emergir das percepções para a mudança dos rumos imprimidos pelo Governo/MPLA, reconhecemos, tem alavancas construídas, no modelo de governo, mas também no grau de satisfação bastante inferior nos resultados da acção do governo. São denunciadas, designadamente a ausência de perspectivas de progresso e bem-estar para todos angolanos num ambiente de acomodação e respeito pela diversidade cultural do país, e também no desejo de inserção nas oportunidades de desenvolvimento global. As reivindicações são sempre as mesmas: maior inclusão dos angolanos no processo de tomada de decisão e a criação de instâncias que facultam a participação política dos cidadãos.

O sociólogo angolano Victor Kajibanga insiste que o projecto democrático para África (incluindo Angola), não deve ser reduzido às eleições multipartidárias, à proliferação de partidos políticos, à liberdade de expressão e de imprensa. A «africanização» como processo de reapropriação do debate e dos valores da democracia pelos africanos deve ser um processo de desenvolvimento social, cultural e sustentável (Kajibanga, 2009: 1, 6 e 7).

Assim, ao contrário do Governo/MPLA, embora a essência das soluções preconizadas, passam também, pela conservação da ligação de Cabinda com Angola, a abordagem defendida pelos outros sectores angolanos, pode ser sintetizada em três pilares fundamentais, a saber:

- a) Angola «é constituída por diversos povos, com particularidades na sua tradição e cultura, mas todas as dezoito províncias constituem a nação angolana». Mais importante que uma decisão política «é a garantia e a maior importância que se atribuem às particularidades de cada uma das províncias angolanas» (Isaías Samakuva, 01JUN2008: LUSA; EXPRESSO)<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Esclarecimentos feitos num comício realizado na cidade de Cabinda, por Isaías Samakuva (actual líder da UNITA), a 01JUN2008. Na ocasião, quando o líder da UNITA se dirigiu às cerca de 600 pessoas que assistiram ao comício, lembrando que «Angola já não está em guerra, apelando agora à criação da paz social, depois de conquistada a paz militar», ouviu dos presentes um clamoroso: «Cabinda ainda está em guerra». Samakuva sentiu-se na obrigação de explicar que mais importante que uma decisão política é a garantia de que a UNITA dá a maior importância às particularidades de cada uma das províncias angolanas.

- b) A especificidade cultural e tradicional da Província de Cabinda, implica uma solução baseada numa «autonomia alargada para o Enclave segundo o modelo das Ilhas da Madeira e dos Açores» (Isaías Samakuva, 18ABR2008: SIC)<sup>74</sup>.
- c) «É preciso conversar, para se poder chegar a um diálogo, a um ponto de autonomia em que as pessoas se sintam Cabindas, mas angolanas» (Zacarias Kamuenho, 31OUT2001: TSF).
- d) O Processo de Paz e a solução do «caso Cabinda» necessitam da contribuição resoluta e responsável de todas as forças políticas e sociais do território, incluindo nelas, o FCD, «a FLEC e as Forças Armadas Cabindesas Unificadas, a MPALABANDA, o clérigo, as autoridades tradicionais e os notáveis da Sociedade Cabindesa» (Luís do Nascimento, 02AGO2006: ANGONOTICIAS)<sup>75</sup>.

Por conseguinte, com algumas diferenças substanciais das teses acima mencionadas, alguns sectores partidários reconhecem que os problemas internos de ordem social, política e organizacional de Angola, terão de ser ultrapassados através de uma profunda mudança do modelo de governação. Estes projectos de mudança com ambições «federalistas», reiteradamente caracterizados pelo Governo/MPLA, como «utópicos e disruptivos», não dizem respeito à uma região específica, pretendem abranger todas as províncias angolanas. E, a sua implementação, necessitará a uma consulta prévia às populações, eventualmente através de um Referendo.

Como defende o Programa Eleitoral do Partido de Renovação Social (PE-PRS)<sup>76</sup>, o «Federalismo simétrico», é o modelo de governação adequado para Angola. Para o PRS:

*«O estado democrático e de direito que se propõe construir deve garantir o princípio da separação de poderes e a interdependência funcional dos órgãos do Estado. O PRS entende que o Federalismo é um sistema de organização de Estado e de Governação*

---

<sup>74</sup> «Nós pensamos que Cabinda deveria ter uma autonomia, mais ou menos do tipo que Madeira e Açores têm aqui em Portugal».

<sup>75</sup> O Secretário-geral da ex-Frente para Democracia (FpD), actual Bloco Democrático (BD) tornou público a sua posição sobre Cabinda, na véspera da visita do Presidente José Eduardo dos Santos, em 12AGO2008. Para além de reiterar «a necessidade da realização de uma conferência sobre uma autonomia para Cabinda», defendeu a «necessidade de inclusão», num comunicado de imprensa, a partir da própria cidade de Cabinda. A distribuição da mensagem valeu o aprisionamento do seu secretário provincial.

<sup>76</sup> Programa de Governo: Estabilidade e Desenvolvimento - Eleições 2008, disponível no site, PRS (<http://www.prs-angola.com/prs.html?id=101:programa-de-governo-eleicoes-2008>, [12.09.2013]).

*que pode garantir a verdadeira autonomia e liberdade às regiões e às pessoas; minimizar as injustiças sociais, económicas e as assimetrias em termos de crescimento e desenvolvimento equilibrado. Por isso o Federalismo nada mais será do que a concretização das promessas não cumpridas, por todos os governos que se constituíram em Angola» (PE-PRS: 2008).*

Para além do partido de Renovação Social, eram também defensores do «federalismo» o então Partido Liberal Democrático (PLD) e o ex-Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional de Angola (PDP-ANA). Esta perspectiva é reforçada por Mário Paiva, que apesar de ressaltar a prudência necessária na abordagem deste assunto, nomeadamente o contexto histórico de Angola enquanto nação independente». Paiva reconhece paradoxalmente que «um país com a extensão geográfica de Angola, com um mosaico cultural muito diversificado e com diferentes níveis de desenvolvimento, aconselha que exista realmente um balanço em termos do poder e de representação da população no sistema institucional» (Paiva, 14AGO2008: VOA)<sup>77</sup>.

Em síntese, consciente dos efeitos endógenos (a corrosão da cultura política; a turbulência social; a diminuição do nível de influência e controlo sobre as unidades políticas, com a emergência; a perda de liderança e da virtude popular), que podem advir destas iniciativas (ainda estéreis), o MPLA faz especial finca-pé na continuidade. Apoia-se como sempre, numa ideologia nacionalista, que enfatiza a «unidade nacional e a integridade territorial», mas que nos últimos anos, tem vindo a procurar prestar tributo a momentos e figuras da história (mártires e heróis), que ao longo dos tempos marcaram o seu sentimento de patriotismo<sup>78</sup>. No fundo, a liderança do MPLA, aproveita para apresentar o seu partido junto

---

<sup>77</sup> O jornalista Mário Paiva, que já participou em vários processos eleitorais na região da SADC, como observador, entende que o federalismo não pode ser encarado como tabú, mas afirma que o assunto aconselha muita prudência para não afectar a unidade dos angolanos. «Penso que isto não deve ser encarado como tabu, é um assunto cujo debate deve ser chamado a sociedade em geral e deve ser aprofundado».

<sup>78</sup> Como afirma, o secretário-geral do MPLA, Julião Mateus Paulo «Dino Matrosse», «é preciso não deixarmos que, com o passar do tempo, as coisas novas e boas da vida nos façam esquecer o percurso e sacrifícios consentidos para que hoje vivamos em paz e sossego. Fazendo uma incursão a trajectória de Angola, desde a independência, em 11NOV75, o líder do MPLA lembra que o partido promoveu as alterações constitucionais, introduzindo o multipartidarismo e a transformação da orientação socialista para economia de mercado. O partido defendeu as instituições democráticas, conseguiu manter a integridade do país e organizou o povo e as Forças Armadas Angolanas (FAA), pondo fim definitivo a violência armada», (Dino Matrosse, ANGOP: 02AGO2008).



das populações, como «continuador do orgulho angolano, única força e líder da mudança, factor catalizador do progresso e desenvolvimento do país», sendo que «a paz em Angola só resulta da tolerância e fraternidade» deste partido.

A questão de Cabinda parece assumir uma maior sensibilidade no presente, tendo em conta, o aproveitamento que o modelo de resposta pode constituir às restantes províncias angolanas. Contudo, pouco prudente será o executivo angolano, se este dilema constituir um obstáculo para o tratamento pragmático que aconselha a questão em análise. Cabinda encontra «grande expressão» nas suas especificidades geográfica, histórica, cultural e económica. É nossa percepção que, a ausência de «pragmatismo» jurídico-político do Governo/MPLA, visando a resolução do problema, tenderá a alimentar outras formas de resistência (activa e passiva), talvez incontroláveis.

Com efeito, qualquer caminho a seguir, à guisa de resposta pressupõe mudanças institucionais e de valores mais ou menos profundas, produzidas internamente, e que leva em conta as dinâmicas regionais e internacionais nas quais a República de Angola se encontra inserida. Esta realidade observada, decorre da ineficácia do modelo defendido pelo Partido no Poder, que poderemos designar de «anomia política» e que se traduz, face ao actual contexto pós-conflito, de «vazio ideológico», sendo imprescindível a emergência de «ideologias de substituição». Como facilmente se compreende, «sempre que a comunidade está fortemente penetrada por uma só ideologia, a coincidência entre os aspectos concreto e abstracto da instituição política é grande; sempre que a comunidade está fortemente dividida quanto à ideologia, a coincidência entre ambos os aspectos é menor e pode chegar à ruptura da paz pública, à revolução, à rebelião, isto é, ao repúdio activo e pela força da ordem jurídica estabelecida» (Moreira, 1963: 62; Romana, 2005: 249).

Em Cabinda, os «nacionalistas» não ignoram este facto; se querem pois levar a sua avante, têm de estar preparados para suportarem eles próprios e fazerem suportar ao povo de que se arvoram representantes penosíssimos sacrifícios. É este o cruel dilema de todos os líderes independentistas. Porém, por mais adiamentos por parte do regime de Luanda, o Enclave de riba-Zaire<sup>79</sup>, geográfica e historicamente identificável em relação a Angola, será sempre um caso especial. A História tem muita força e os movimentos respectivos, uma vez

---

<sup>79</sup> O mesmo que Enclave de Cabinda, expressão utilizada muitas vezes pelos especialistas para se referir de Cabinda, pelo facto de estar situada a sul do rio Zaire ora rio Congo.

desencadeados, não podem voltar para trás (Mota Amaral, 12MAR2003: PÚBLICO; 14JUN5003: Diário de Notícias)<sup>80</sup>.

### **II.3.3. Diplomacia portuguesa e internacional: o primado de angolanidade**

O primado de angolanidade predomina a perspectiva da política externa portuguesa sobre o «Caso Cabinda». Portugal tende a fundar a sua tese nas reivindicações anteriores a 1885, segundo as quais, o Enclave de Cabinda era parte integrante de Angola, mas também no vínculo administrativo de Cabinda e Angola e nos compromissos assumidos entre Portugal, a ONU e a OUA que exigiam que na transferência do poder, fosse respeitada a integridade territorial das colónias.

Com efeito, em 1933, o Decreto-lei n.º 23.228 de 15 de Novembro, aprovou a Carta Orgânica do Império Português. O seu art.º 1.º estatua serem oito, as colónias portuguesas, designadamente Cabo-Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor. A Lei Orgânica do Ultramar Português n.º 2066, de 27JUN1953, refere na sua Base I, n.ºs I e II, que o Ultramar português se compõe de oito províncias correspondentes à sua situação geográfica e à tradição histórica, e, que, «a extensão e os limites de cada uma das Províncias Ultramarinas constam da lei e dos tratados ou convenções internacionais que lhes digam respeito». Ainda o Decreto n.º 40225 de 05JUN1955 que aprovou o Estatuto da Província de Angola, confirma o disposto no Decreto-lei 571/34 de 24 de Fevereiro (que cria de novo o distrito angolano de Cabinda), ao enumerar no seu art.º 50º, n.º 1: «o Distrito de Cabinda, com sede em Cabinda», de entre os 13 distritos de Angola. Um novo Estatuto político-administrativo de Angola foi aprovado pelo Decreto 45374 de 22NOV1963, fixando a existência de 15 distritos, continuando a manter o art.º 55º, n.º 1º, al. a) o de Cabinda, com sede em Cabinda.

Por outro lado, e como veremos, a Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral da ONU, aprovada em 15DEZ1960, a qual, no seu n.º 1., referindo os territórios não autónomos administrados por Portugal, de acordo com a Carta das Nações Unidas, afirmava, na al. (e), «(...) Angola, nela compreendido o enclave de Cabinda».

---

<sup>80</sup> O então Presidente da Assembleia Nacional Portuguesa, João Bosco Mota Amaral, terá feito aquelas declarações, quando efectuava uma visita de três dias em Lunda (entre 12-e-14MAR2003). Integravam a Comitativa Lusa, líderes parlamentares do PSD, Guilherme Silva; do PS, António Costa; do CDS-PP, Telmo Correia e do PCP, Bernardino Soares.

Talvez seja relevante começar por referir algumas Resoluções tomadas pela Organização da Unidade Africana (OUA), no âmbito de acompanhamento e fiscalização do processo de independência de Angola.

A primeira decisão (da primeira sessão do Comité de Libertação Africana da OUA) respeita à definição dos territórios a descolonizar, num total de 16 territórios. Angola e Cabinda surgiam identificados em termos próximos dos da Constituição de 1933 (Cabinda e Angola), eram listados da seguinte forma: «Angola e Cabinda, Moçambique, Guiné portuguesa e Cabo Verde, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, Sudoeste Africano, África do Sul, Suazilândia, Basutulândia, Bechuanalândia, Camarões, Sahara Ocidental, Fernando Pó, Rio Muni, Djibuti e Reunião». Convirá advertir que estes 16 territórios englobavam conjuntos como Angola e Cabinda, Guiné e Cabo Verde, contando cada conjunto como um só território. Esta lista foi ulteriormente aprovada pelo Conselho de Ministros da Organização. O novo posicionamento da OUA, extravia a sua anterior Resolução de 1963, na qual identificava como territórios a aceder à independência «Angola e Cabinda», e a Resolução de 1964, na qual atribuía aos mesmos (enquanto territórios africanos a descolonizar) números diferentes, designadamente o número 35º a Angola e o 39º a Cabinda (Marques Guedes, 2003: 78).

A segunda decisão do Comité de Libertação Africana, e ulteriormente homologada por deliberação dos órgãos competentes, incidiu sobre o reconhecimento oficial dos movimentos de libertação nacional. Assim, era a seguinte a lista dos movimentos legitimados pela OUA: «FNLA (Angola), MPLA (Angola), PAIGC (Guiné e Cabo Verde), FRELINO (Moçambique), SWAPO (Namíbia), PAC (África do Sul), ZANU (Rodésia), ZAPU (Rodésia), MOLINACO (Comores), LMD (Djibuti) e FICS (Djibuti)». Em 1971 retirou-se o reconhecimento ao Governo da República de Angola no Exílio (GRAE), marcadamente identificado com a FNLA. E em 1975 reconheceu-se a UNITA como legítimo movimento de libertação nacional. A nova postura, reforçada com a publicação pela OUA da lista dos movimentos de libertação nacional (na qual foi notoriamente excluída a FLEC), implicava a extensão da luta dos movimentos de libertação angolanos a Cabinda, e nesta perspectiva, Angola implicava Cabinda.

Em 14DEZ1960, a Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU, veio estabelecer no seu n.º 6, que, qualquer tentativa dirigida à rotura total ou parcial da unidade nacional e da integridade territorial do país é incompatível com as intenções e princípios da

Carta das Nações Unidas<sup>81</sup>. Em Dezembro do mesmo ano, ao identificar os territórios não-autónomos sob administração portuguesa a serem descolonizados, Angola foi nomeada, «Angola, including the enclave of Cabinda». Como estabelece o n.º 1., da Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada no dia 15DEZ1960:

*«Considers that, in the light of the provisions of Chapter XI of the Charter, General Assembly Resolution 742 (VIII) and the principles approved by the Assembly in Resolution 1541 (XV) of 15DEZ1960, the territories under the administration of Portugal listed hereunder are Non-Self-Governing Territories within the meaning of Chapter XI of the Charter: a) The Cape Verde Archipelago; b) Guinea, called Portuguese Guinea; c) São Tomé and Príncipe, and their dependencies; d) São João Batista de Ajudá; e) Angola, including the enclave of Cabinda; f) Mozambique; g) Goa and dependencies, called the State of India; h) Macau and dependencies; i) Timor and dependencies».*

Sabe-se, entretanto, que desde 1957, os fortíssimos indícios de existência de petróleo em Cabinda (entre outros enormes recursos do seu território) conduziram a celebração de um contrato de concessão entre o Governo e a Gulf Oil. A produção arrancou com carácter regular, a partir de 1968 (Barata, 1973: 177). Não se admira pois, que, já por alturas de 1974, as gigantescas jazidas de petróleo do Enclave de Cabinda, «rendiam anualmente a Portugal cerca de 450 milhões de dólares» (Macqueen, 1998: 211).

Desta feita, importa referir que determinados sectores políticos tentaram incluir, seja na lei orgânica do Ultramar, seja no estatuto de Angola, um «regime especial» que permitisse que Cabinda beneficiasse de uma «maior autonomia administrativa» em face do Governo de Luanda. A oposição do governador-geral de Angola teria inviabilizado esta iniciativa. António de Oliveira Salazar favoreceria o referido regime especial, já que existiria nas gentes de Cabinda, uma intenção de diferenciar os seus problemas específicos, em relação aos de Angola (Morais, 1998: 135). Entretanto, o mesmo autor afere, em conclusão, que no plano administrativo, desde o próprio ano de 1885, em que foi celebrado o Tratado de Simulambuco, os territórios compreendidos no Enclave de Cabinda jamais deixaram de fazer parte do que foi a «colónia, província» e Estado» de Angola. E isto, seja na qualidade de

---

<sup>81</sup> Resolution 1514 (XV) of the General Assembly of the United Nations (Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples): 6. Any attempt aimed at the partial or total disruption of national unity and the territorial integrity of a country is incompatible with the purposes and principles of the Charter of United Nations.

parcelas fundidas com a zona continental do Congo a título de distrito, seja como intendência, dependente do governador-geral de Angola, seja, ainda, como «distrito de Cabinda» (Moraes, 1998: 136).

No entanto, a tese triunfalista de angolanidade do Enclave de Cabinda fundamentada, com base nas Leis Orgânicas da potência colonizadora, parece estar implícito que a mesma encobre algumas verdades inconvenientes. Nos primórdios, o vínculo do «protectorado de Cabinda» à «colónia de Angola», desde os anos oitocentistas, era um subterfúgio estratégico «encontrado por Portugal para manter o território, não tendo capacidade para ocupá-lo efectivamente» (Carla Folgôa, 2002: JANUS); ligação que mais tarde, se solicitara passasse a ser de carácter definitivo (Luemba, 2008: 64)<sup>82</sup>.

Assim, no plano internacional Cabinda faz parte de Angola, a ONU reconheceu como parte integrante de Angola e «mesmo ao nível europeu esse ponto de vista está definitivamente aceite» (Durão Barroso, 10NOV2003)<sup>83</sup>.

Com audácia, os Governos portugueses, são unânimes de que a independência de Angola deu-se, conforme a doutrina da ONU, segundo os limites das fronteiras geográficas herdadas do colonialismo, ou seja, a independência de Angola foi negociada como um todo. Desta feita, a posição da diplomacia portuguesa é a de que Cabinda é um problema interno de Angola, no qual Portugal não deve interferir. Compete ao Governo Angolano e às partes interessadas resolver esta problemática. Neste caso, como noutros, o comportamento de Portugal, que aceita apenas prestar os seus bons ofícios, tem-se pautado sempre pela tentativa de não ferir as susceptibilidades angolanas.

Contudo, se é correcto afirmar que, o princípio da não interferência nos assuntos internos dos outros Estados tem sido abandonado em prol da consagração de um princípio de ingerência humanitária e até de jurisdição universal; correcto é também afirmar que, no

---

<sup>82</sup> Acresce Francisco Luemba, «O triunfo da tese angolana tem sido muitas vezes interpretado como uma consequência da queda de Spínola e do consequente fisco do poder pelas forças revolucionárias gonçalvistas, comunistas, pró-comunistas ou visivelmente manipuladas por aquelas, no seu próprio interesse e em prol da grande estratégia soviética. Além da ajuda das forças políticas e governamentais portuguesas, concedida ao MPLA e, consequentemente, à tese angolana; aquele movimento beneficiava também do apoio manifesto do MFA – a força inspiradora, dirigente e executora da Revolução dos Cravos, garante das reformas institucionais inauguradas por esta: a verdadeira fonte e sede do poder político até à instauração do regime constitucional, em 1976».

<sup>83</sup> Durão Barroso, foi questionado na Suíça por Alban-Monday Kouango (Ex. representante da FLEC-Renovada), autor do livro «Cabinda. Un Koweït Africain, 2003». Em 05NOV2005, Alban Kouango anunciara oficialmente o abandono da carreira política.

período de conflito armado entre Angola e Cabinda, nenhum dos princípios tinha sido invocado, pela comunidade internacional. No caso português, este panorama terá reforçado a percepção dos portugueses de que «Cabinda só existe quando há raptos» (António Pacheco, 2002: RR).

No âmbito de reconhecimentos internacionais, seria impossível dissociar a questão de Cabinda a Angola, da dinâmica política da guerra-fria. Um bom exemplo será o de, logo após o 25ABR1974, os EUA manifestarem a Portugal a sua visão segundo a qual o futuro de Cabinda ligado ao de Portugal e não ao de Angola. Por outro lado, através da «solidariedade comunista», Agostinho Neto solicitou, em 1975, à URSS, que usasse da sua influência em África para impedir que o Zaire e o Uganda voltassem a agendar a questão de Cabinda nas discussões suscitadas no âmbito da OUA (Marques Guedes, 2003: 77-78). Recorde-se a este respeito o projecto de União dos 3 Congos (português - Cabinda, francês - Congo e belga - Zaire), na «República Cristal», que suscitaram na OUA a questão da independência de Cabinda. Impelidos pelos interesses económicos, os EUA também manifestaram, em 1975, a intenção de desagregar a província de Angola, numa tentativa de integração do território de Cabinda no Zaire de Mobutu. A acta do National Security Council Meeting (ANSCM) de 27JUN1975<sup>84</sup>, parece evidenciar esta tese:

*«We might wish to encourage the disintegration of Angola. Cabinda in the clutches of Mobutu would mean far greater security of the petroleum resources»* (James Schlesinger, 1975: 7).

Inicialmente relutante, a OUA reconheceu em Fevereiro de 1976 o Governo do MPLA, consagrando a aceitação internacional da então República Popular de Angola (hoje, República Popular de Angola). Deste modo, a tentativa da coligação anti-MPLA de estabelecer um Governo alternativo da República Democrática de Angola, com sede no Huambo, desfez-se com a retirada sul-africana decidida depois da adopção pelo Congresso americano da famosa «emenda Clark» e não obteve apoio de nenhum país. Em oposição com os outros territórios da África lusófona, não foi possível efectuar a transferência de poderes em Angola, no âmbito do processo da descolonização e demorou em reconhecer o Governo

---

<sup>84</sup> Faziam parte do «meeting», que teve lugar na Casa Branca, em Washington, o Presidente dos EUA, Gerald Ford; o Secretário de Estado, Henry Kissinger; o Secretário da Defesa, James Schlesinger; o Presidente do Joint Chiefs of Staff do Departamento de Defesa, General David Charles Jones; e William Colby, Director da Central Intelligence Agency (CIA).

Angolano então unilateralmente constituído por MPLA, tanto por parte de Portugal, como dos EUA, Zaire, entre outros Estados.

Porém, Portugal que reconhecia desde 11NOV1975 o Estado Soberano Angolano, embora não o fazendo em relação aos dois governos proclamados (MPLA e UNITA-FNLA), acabou também, em 23FEV1976, por reconhecer o Governo do MPLA, tal como Mobutu o fez pragmaticamente, embora no seu caso sem abertura recíproca de Embaixadas. Washington optou pelo não reconhecimento, atitude que manteria por longos anos. A presença cubana em Angola constituiu a motivação principal de uma política utilitária gerida em função dos interesses económicos americanos em Angola, nomeadamente a exploração do petróleo do Enclave de Cabinda. Apesar do reconhecimento do Governo do MPLA por Portugal, o relacionamento bilateral entre Luanda e Lisboa tornou-se persistentemente complicado e difícil de gerir. A instabilidade governativa em Portugal também não autorizava planeamentos de gestão estratégica a longo prazo. Essas dificuldades reflectem-se no modo como políticos e intelectuais americanos, tanto de esquerda como conservadores, olham a diplomacia portuguesa nesse período. A descrição de Chester Crocker, constitui, talvez, uma boa súmula desses pontos de vista:

*«Portugal did not know how to redeem itself and set down a valid basis for productive post-colonial relations. Having left a power vacuum and helped MPLA to fill it, Lisbon sought to co-exist with the unhappy results, seizing opportunities for its firms and nationals when they emerged»* (Monteiro, 2003: 11).

E mais adiante, acresce Chester Crocker:

*«As time passed and the Portuguese Communist Party passed gradually into political oblivion, the government of Lisbon was torn between exploiting its 'family' ties to the MPLA and its disgust with Luanda's feckless subservience to Cuban and Soviet pressures. It was not until 1990, in fact, that Portugal was able to mount a coherent Angolan strategy aimed at ending the continuing civil war...»* (Monteiro, 2003: 12).

Os portugueses que segundo Chester Crocker, tinham, felizmente, começado a descobrir o seu sentido de responsabilidade para os assuntos angolanos há muito perdido, agora interessados cada vez mais em estimular o sector empresarial privado em Angola, fundamentalmente através da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD), nunca terão feito qualquer menção «pública» sobre o chamado «Drama de Cabinda». No campo do investimento, e se exceptuarmos os investimentos na área do petróleo e dos

diamantes, Portugal é o mais importante investidor angolano nas áreas financeira, dos serviços, da construção civil e da indústria transformadora.

Em conclusão, afigura-se-nos que a «questão de Cabinda» é parcialmente vincada pelo Estado português como uma fatalidade histórica penosa, de que Portugal não pode desembaraçar-se, como não pode livrar-se dos problemas que a África lusófona lhe coloca, devendo procurar (no caso em análise) a influenciar o herdeiro «Estado angolano» a resolver o problema. Nesta medida, o território de Cabinda, historicamente definido pelas longas relações coloniais e sua herança, quadro a que Portugal não poderá furtar-se, exigirá, eventualmente, um ousado exercício diplomático, que por mais prudência, tenderá a tornar-se, em parte, um incómodo dispensável para continuar a manter a longa tradição de amizade e cooperação entre os dois países.

#### **II.4. Síntese conclusiva**

Parece pacífico inferir, que o nacionalismo de dissociação cabindês é largamente estimulado por factores histórico-geográfico e cultural, ambições política e territorial e condições social e económica.

Como demonstrou o biólogo austríaco Konrad Lorenz, o homem, tal como qualquer animal, luta por um território exclusivo e, o imperativo territorial é tão importante e primordial como o imperativo de propagação da espécie, sendo, por isso, imperioso que o Homem aceite a sua herança e se integre no seu destino.

Os dados reunidos neste capítulo parece evidenciar que as estratégias de mobilização independentista em Cabinda, iniciaram desde as lutas intestinais que estiveram na base do desmoronamento do Reino do Kongo no século XIX<sup>85</sup> (e que culminaram com a disjunção geográfica dos «reinos» de Kakongo, Loango e N'Goyo), passando pela assinatura dos tratados oitocentistas luso-cabinda de 1883 e 1884<sup>86</sup>, com destaque para o célebre Tratado de Simulambuco de 1 de Fevereiro de 1885 (que integrou o território de Cabinda na Nação Portuguesa sob regime de protectorado colonial), pela criação das associações mutualistas e

---

<sup>85</sup> com o advento da Conferência de Berlim e de Partilha da África que ocorreu entre 15NOV1884 e 26FEV1885.

<sup>86</sup> Refira-se aos dois primeiros tratados celebrados entre as autoridades portuguesas e os «reis» em exercício nos «reinos» de Kakongo (Tratado de Chinfuma, 29SET1883) e Loango (Tratado de Chicamba, 26DEZ1884).



culturais (fusionistas) entre 1948 e 1957<sup>87</sup>, pela fundação da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda em 2 de Agosto de 1963 até a celebração do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda em 1 de Agosto de 2006.

A síntese cronológica de alguns arranjos internos operados no estatuto do agitado território de Cabinda, desde a administração portuguesa à actualidade, tenderam a desrespeitar o espírito de Simulambuco, entendido como instituidor de um protectorado colonial, bem como a reconhecida identidade de «povo» de Cabinda, que o apontava para o tratamento distinto.

Com efeito, o discurso oficial dos decisores políticos e da elite angolana aponta Cabinda como uma parcela do território nacional desde os primórdios da história. Os líderes nacionalistas de Cabinda lançam mão no tratamento especial e na autonomia que reservaram aos «reinos» de Kakongo, Loango e N’Goyo (mais tarde território de Cabinda), no contexto do antigo Reino do Kongo e da administração colonial portuguesa. A ideia de autodeterminação implica que cada povo determine livremente o seu estatuto político. Subjacente à sua aparente simplicidade, este princípio levanta dificuldades imensas na sua implementação, estando a mais espinhosa ligada ao carácter indefinido da noção de povo. Aparentemente, o princípio de autodeterminação parecia razoável: «deixemos o povo decidir. Mas, de facto, era ridículo pois o povo não pode decidir antes de alguém decidir quem é o povo» (Jennings, 1956: 56; Dieckhoff, 2001: 221).

Assim, verifica-se um grande distanciamento entre os futuros desejáveis e os futuros aceitáveis sobre o conflito político-identitário de Cabinda. O Governo Angolano tendo conseguido conservar os movimentos nacionalistas cabindeses politicamente controláveis, retardou o processo de negociações, enquanto se mantivera alguma condição favorável aos

---

<sup>87</sup> Tal como nos restantes territórios da África Lusófona, impossibilitados de criar organizações com cunho político, os primeiros movimentos de Cabinda surgem dos dois Congos vizinhos sob a forma de organizações culturais. Com efeito, nasce, em 1948, em Léopoldville, a Communauté Cabindaise (COMCABI): uma associação mutualista e cultural que congregava Cabindas e Congolezes das regiões fronteiriças com o Enclave. Em 1957, por razões diversas, os Cabindas de gema filiados à COMCABI, criam a Association des Ressortissants de L’Enclave de Cabinda (AREC), que teria uma irmã no Congo-Brazzaville, a Associação dos Originários do Enclave de Cabinda (AOECA). Ambas as organizações com cunho marcadamente nacionalista, originariam os primeiros movimentos verdadeiramente políticos de Cabinda, nomeadamente, em 1960, o Movimento de Libertação do Estado de Cabinda (MLEC), no início de 1962, o Comité de Acção da União Nacional dos Cabindas (CAUNC) e da Aliança do Maiombe (ALIAMA), cuja fusão em Agosto de 1963, nasceria a FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (Luemba, 2008: 123 e 292; Morais, 1998: 299 e ss.).

nacionalistas, podendo proporcionar «futuros indesejáveis»<sup>88</sup> pelo Governo; reforçou e sustentou a fissiparidade das organizações nacionalistas e explorou a divergência dos seus políticos<sup>89</sup>, para argumentar que «não há um interlocutor válido para negociar a paz em Cabinda»<sup>90</sup>; desviou a atenção dos dirigentes de resistência e da sociedade civil sobre assuntos que realmente importam à sua luta, nomeadamente, a previsão das tendências e o estabelecimento de futuros possíveis (médio e longo prazo), através da interpretação dos ambientes externos e internos<sup>91</sup>; e, consolidou os cenários já estabelecidos sobre os futuros «desejáveis e aceitáveis»<sup>92</sup>, considerados como melhores para Cabinda, nomeadamente a mais conveniente integração da província enclave no espaço nacional, reconhecendo a sua especificidade no contexto angolano.

Lisboa considera que a independência de Angola deu-se, conforme a doutrina da ONU, segundo os limites das fronteiras geográficas herdadas do colonialismo. Assim, a diplomacia portuguesa defende que Cabinda é um problema interno angolano, no qual Portugal não deve interferir. Compete ao Governo angolano e às partes interessadas resolver esta problemática.

O empenho do Governo/MPLA para atenuar os sentimentos independentistas em Cabinda, parece perceptível com a persistência da convivência menos saudável entre Cabinda

---

<sup>88</sup> Futuros indesejáveis, correspondendo àqueles que o Governo considera necessário evitar ou contrariar, (Ribeiro, 1998: 148).

<sup>89</sup> Reportando aos Movimentos Nacionalistas de Cabinda, Dom Duarte de Bragança, afirma que «a sua grande fraqueza é a divisão em duas facções militares e a existência de graves divergências entre os seus políticos, que retira credibilidade internacional ao movimento» (DN: 25MAR2001).

<sup>90</sup> Com a multiplicação em flecha de FLEC's onde todos reivindicam a sua legitimidade deu o argumento de força ao Governo Angolano para afirmar que «*não há um interlocutor válido para negociar a paz em Cabinda*», aproveitando as divergências na resistência para as mediatizar largamente, reforçando assim os seus argumentos.

<sup>91</sup> Com efeito, «os cenários mundiais, e regionais construídos relativamente à área de interesse não são mais do que os previsíveis ambientes externos em que as organizações terão de prosseguir as suas finalidades últimas e para os quais devem estar preparadas. Permitem a percepção dos potenciais problemas a superar e das eventualidades a explorar para a consecução daquelas finalidades» (Ribeiro, 1998: 145). Assim, a questão da previsão das tendências importantes e o estabelecimento de futuros possíveis para um determinado período, através da interpretação dos ambientes externos e internos e da experiência passada, permitem identificar os grandes problemas a superar e as eventualidades a explorar.

<sup>92</sup> Futuros desejáveis, correspondendo àqueles que, na óptica do Governo, melhor servirão as finalidades últimas da política, por outro lado, os Futuros aceitáveis correspondem àqueles que, embora não sendo considerados pelo Governo os melhores, ainda servem aquelas finalidades (Ribeiro, 1998: 148).

e Luanda que encontra um terreno fértil com o impacto negativo das estratégias e políticas adoptadas na região; o sub-desenvolvimento político, económico e social do Enclave; o consumado estado da pobreza e vulgarização de condições de vida dos Cabindas muito próximas da mera subsistência; pela degradação e insuficiência das infra-estruturas básicas, de meios técnicos, de recursos humanos qualificados na província; e a sua crescente dependência de Luanda e dos dois Congos vizinhos.

O nacionalismo de dissociação exprime-se com vigor renovado precisamente no momento em que os Cabindas se sentem excluídos nos processos de planeamento, tomada de decisão e gestão dos destinos da própria Província e, na ausência de reformas eficazes que promovam, em Angola, sistemas de representação que consolidem e ampliem os mecanismos de integração dos cidadãos no processo democrático.

Borges de Macedo parece que anda muito acertado ao insistir que «não é possível aproveitar as viabilidades e recursos de uma sociedade subalternizando os grupos que não estão no poder e impondo-lhes critérios de hegemonia sem alternativa» (Bessa, 1993: 596).

### III. CONDICIONANTES POLÍTICAS E ECONÓMICAS DE CABINDA

#### III.1. Condição geopolítica

No século XIX a questão da soberania portuguesa sobre os territórios a norte do rio Zaire seria, ainda que pontualmente, posta em causa pela França. Este país assinou em 29MAI1845 com a Grã-Bretanha (então fortemente empenhada na defesa das teses abolicionistas do tráfico escravagista) uma convenção em que se estatuiu uma acção combinada das respectivas forças navais nos mares da África Ocidental, desde Cabo Verde ao paralelo 16.º 30', latitude Sul, prevendo à força e a ocupação militar de alguns pontos daquela costa sempre que fossem tidos como necessário para a repressão daquele tráfico.

Como o território de Cabinda e o norte de Angola pertencem à bacia do Zaire, a concretização desse acordo significaria na prática, a perda por Portugal de Moçambique que caberia à Grã-Bretanha, com excepção do Niassa e, à Alemanha, os territórios de Angola, do dito Niassa, Cabinda e São Tomé e Príncipe. Facto entretanto ultrapassado, com as explicações do Governo Inglês, através de Lord Aberdeen, de que as disposições do tratado não se aplicariam aos territórios portugueses (Lara, 2002: 51).

Assim, foi salvaguardada a soberania portuguesa sobre os territórios de Cabinda e Molembo (já consagrados pelo art.º 2.º do primeiro Texto Constitucional como territórios portugueses) compreendidos entre o paralelo 5.º 12' e o 8', latitude Sul, reserva que, não obstante, não seria de todo pacífica no século XIX, numa altura em que os apetites imperialistas europeus convergiram vorazmente para a África<sup>93</sup>.

A questão seria parcialmente resolvida em 12MAI1891 com a celebração de um protocolo que interpretava e completava o artigo 3.º da Convenção de 12MAI1886, relativo ao traçado da linha de fronteira franco-portuguesa que delimitava as possessões destes dois países na Costa Ocidental africana. Mas foi o protocolo luso-belga de Julho de 1913 assinado em Bruxelas, que viria estabelecer a demarcação «definitiva» da fronteira de Cabinda (Martins, 1972: 35).

---

<sup>93</sup> Os portugueses tiveram de ceder a baía de Casa-mansa, na Guiné, em troca do reconhecimento da sua esfera de influência entre Angola e Moçambique. «Portugal fez pressão para anexar ao tratado um mapa dos limites, o que a França entrou por desconhecimento geográfico do local. Na solução última, o mapa foi concedido pela Real Sociedade de Geografia de Lisboa e anexos aos protocolos» (Lara, 2002: 46).

A este respeito, Cabinda (décima-oitava província angolana), é um minúsculo enclave descontínuo do país, localizado na costa ocidental africana, com cerca de 7.680 km<sup>2</sup>, tendo como fronteiras terrestres, a norte, a República do Congo, numa extensão de 196 km), a nordeste, leste e sul, a República Democrática do Congo, com 153 e 100 km, e a oeste, o oceano atlântico, com 103 km (Moreira, 2004: 34).

A sua população ronda cerca de 500 mil habitantes, distribuídos em quatro municípios, estes constituídos em doze comunas, designadamente, município de Cabinda (Cabinda, Malembo e Tando-Zinze), de Cacongo (Cacongo, Massabi e Dinge), de Buco-Zau (Buco-Zau, Inhuca e Necuto) e de Belize (Belize, Luali e Miconje), (Revista Ngonje, 2007: 36-37). Os seus habitantes pertencem ao grupo etnolinguístico Kikongo e à etnia Bakongo da grande família Banta (Martins, 1968: 13-14; 1972: 9-14). Os Cabindas (naturais do enclave de Cabinda), são compostos maioritariamente por clãs, subdivididos em duas tribos. Uma tribo constituída pelo clã Basundi e outra composta por seis clãs (Bauoio, Bakongo, Balinge, Baluango ou Baiombe, Bavili e Bakoki).

Embora a exiguidade do seu território, Cabinda apresenta um flagrante contraste entre a região litoral, representada pela planície costeira onde domina a savana e a região montanhosa do interior (com altitudes superiores a 700 metros), quase totalmente ocupada por uma floresta cerrada e de grande porte. Além das suas principais riquezas, o petróleo e a madeira da densa floresta equatorial do Maiombe, o enclave angolano possui outros recursos naturais como manganês, fosfato, ferro, urânio, cobre, ouro, diamantes e potássio. No domínio agrícola as suas terras são férteis para a cultura de café, cacau, amendoim, banana, mandioca, batata, feijão e milho (ANGOLAACONTECE: 20NOV2009).

A costa de Cabinda apresenta condições privilegiadas para a navegação, designadamente a Baía de Cabinda, formada por uma linha costeira de cerca de 25 km, aproximadamente 70 km a norte do rio Zaire – a Baía das Almadias ou Golfo das Almadias, como é designado nos mapas do português Diogo Homem (1521-1576) e do italiano Philippo Pigafetta (1533-1604), (Martin, 1977: 47-59; 1985: 45). Com efeito, a costa estende-se desde a foz do Rio Massabi na (latitude 5° 02'S) até um pouco a sul da Ponta vermelha (latitude 5° 45'S). O troço da costa de Cabinda tem cerca de cinquenta milhas (50 M) de extensão e desenvolve-se na direcção SSE desde a fronteira norte na foz do Rio Massabi até a Baía de Cabinda. Por seu lado a Baía é formada por uma espécie de degrau na linha de costa, na extensão de cerca de 3M, e, se orienta na direcção este-oeste, voltando depois a encurvar para sul até atingir a orientação primitiva. Vista do largo, a costa tem um aspecto geralmente monótono, arborizado, não havendo acidentes fiosiográficos conspícuos. Os pontos de mais

fácil identificação são a Enseada de Lândana, Ponta de Lândana, Ponta do Malembo, Baía de Cabinda, Ponta do Táfe e Ponta Vermelha (ANPC: 2007).

A Enseada de Lândana é a de maior relevo. Este situa-se na parte norte da Província de Cabinda (Latitude 5° 13'S Longitude 12° 08E) e corresponde ao troço de costa desde a foz do Rio Chiloango (a norte até a Ponta de Lândana. Na ponta do Táfe, situa-se o farol de Cabinda, cerca de 19M a sul do anterior. Embora o seu alcance efectivo seja de 15M, dispõe de um alcance luminoso de cerca de 38M. Devido aos trabalhos de exploração de petróleo em Cabinda, datados nos anos de 1966, têm sido colocados numerosas cabeças de poços e torres de prospecção de petróleo, facto que obriga a uma navegação acautelada na zona definida pelo meridiano 11° 34'E e a costa, entre os paralelos 5° 02'e 6° S.

Nunca se verificaram importantes rivalidades internas entre os clãs e/ou as sete tribos que formam a província de Cabinda. Nos últimos anos, são apontadas tendências para o emergir de conflitos de liderança, especialmente o cargo de governador da Província geralmente atribuído aos Cabindas da região sul (Bauoio) e nunca aos cabindeses oriundos do norte (Baiombe/Baluango)<sup>94</sup>. Mas para alguns, este assunto interessa apenas aqueles que pretendem «perpetuar o actual estatuto político de Cabinda que não passa de uma província ultramarina de Angola» (Raúl Tati, 13AGO2012: Club-k). E por mais adiamentos, a repartição do município de Bucu-Zau em dois, é uma questão de tempo e de interesse político.

### **III.2. Enquadramento geoeconómico**

A região de Cabinda é a mais rica (ou no mínimo, uma das mais privilegiadas) de todas quantas integram a República de Angola. Com efeito, os recursos petrolíferos de Angola concentram-se no noroeste, sobretudo ao longo do litoral de Luanda a Cabinda (um território que é essencialmente Mbundo/Bakongo), enquanto os principais recursos diamantíferos estão na zona dos Lunda-Chokwe, no nordeste (Hodges, 2000: 49).

A fruição plena dos recursos naturais do seu solo e subsolo, não permitindo a sua auto-suficiência sócio-económica (como a nenhum Estado por mais rico que seja), possibilitaria a Cabinda rendimentos suficientemente elevados para melhorar o nível de vida das suas

---

<sup>94</sup>Zona do maiombe é limitada pelo rio Luango (fronteira leste), rio Luali, limite sul da reserva florestal de Cacongo, rio Inhuca e fronteira com Congo-Brazzaville. A sua área é de 290.000 hectares. A parte sul é tipicamente uma região de Tola branca, enquanto a parte norte é constituída essencialmente por Limba.

populações e creditar externamente os meios necessários para satisfazer as suas necessidades de desenvolvimento e bem-estar material.

A maior parte do território de Cabinda é ocupada por floresta de clima equatorial pluvioso e húmido (floresta densa e húmida) que se estende, praticamente sem interrupção por todo o território, a nordeste de uma linha que passa nas proximidades de Panga-Mongo e da fazenda Ventura, constituindo o conjunto orográfico (maciço florestal) conhecido por «floresta do Maiombe ou cordilheira do Maiombe» integrando a grande «Bacia ou cordilheira congolosa» (das mais vastas do mundo e uma das mais ricas do continente africano) que se estende ao norte de Angola (Uíge, Zaire), Congo-Brazzaville, Congo-Kinshasa, Gabão, Guiné Equatorial até às Camarões, com uma orientação NO-SE., e dispersa-se em manchas mais ou menos extensas pelo resto da Província.

Nesta última parte do território, que Gossweiller (1939) enquadra no domínio da zona fitossociológica da *Adansonia digitata*, ocorrem várias formações que alternam com a floresta densa húmida, devendo registar-se como principais: savanas com arbustos (a segunda formação em extensão), povoamentos arbustivos de matos cerrados atribuídos à *Laurifruticeta*, palmares naturais de *Elaeis guineensis* Jack, e agrupamentos de palmeiras do género *Hyphaene*. Em síntese, são cinco tipos de vegetação dominantes no território de Cabinda (Diniz, 1973; Zau e Dende, 2004: 15):

- a) Floresta Densa Húmida Sempervirente. Ocupa a parte nordeste designada por Alto de Maiombe, caracterizada pela sua rica composição específica, constituída por árvores sempervirentes e de grande porte. Nesta formação destacam-se espécies florestais de elevado valor económico, sobressaindo as dos géneros *Entandrophragma* e *Gilbertiodendron*.
- b) Floresta Densa Húmida Semicaducifólia. Caracteriza a região do Baixo Maiombe, onde aparecem alternando com manchas de savanas arbustivas e relativamente rica em espécie com valor económico, destacando-se as dos géneros *Gossweilerodendron*, *Terminalia* e *Ricinodendron*.
- c) Formação Florestal Edáfica (Mangal). Destacam-se os mangais circunscritos ao estuário do rio Chiloango e às zonas lodosas da lagoa de Massabi. Essa formação corresponde a locais sujeitos a inundação devido à acção das marés, as quais se revestem de povoamentos puros de *Rizophora mangle* com elevada estatura;
- d) Savana Arbustiva. Encontra-se na faixa litoral, ocupando os largos vazios de floresta. Destacam-se aqui espécies dos géneros *Hymenocardia*, *Piliostigma* e *Annona* disseminados pelo estrato graminoso denso de *Hyparrhenia* e

*Andropogon*. Em certos locais essa comunidade tem aspecto de savana quase arborizada, com elevada densidade de arbustos e pequenas árvores das espécies mencionadas.

- e) Savana Herbosa. Ainda na faixa litoral, encontram-se as formas de savana em que predominam agrupamentos de palmeira matebeira (*Hyphaene guineensis*).

As exportações angolanas de madeiras só começam a ter alguma expressão a partir da II Guerra Mundial. Cabinda tem sido o principal centro explorador da madeira (a segunda maior riqueza do território, depois do petróleo), consequência da sua óptima posição geográfica (litoral) e da sua maior riqueza dendrológica. As potencialidades florestais do território de Cabinda abrangem uma área de aproximadamente 250 mil hectares, das quais 175 mil correspondem à densa floresta do Maiombe. A sua densidade média varia entre os 40 e 50 mil metros cúbicos, com uma reserva de, pelo menos, 20 milhões de madeira em pé (Coelho, 12JUL2005: JA).

Num exercício de sistematização sempre incompleto, são registadas 24 principais espécies florestais de Cabinda:

«Benge, Kambala, Kumgulo, Lifuá, Limba, Livuite, Longui, M'bili, M'bosa, M'possa, Mafumeira, Menga-menga, Moabi, N'dola, N'singa, Pau-rosa, Sapelli, Sipo, Tacula Coral, Tola Branca, Tola chinfuta, Undianunu branco ou Undianunu-mpembe, Undianunu preto, e Undianunu vermelho» (Rodrigues, 1996: 374-397).

A região de Cabinda é também domicílio de uma grande variedade de biodiversidade faunística, desde insectos e outros invertebrados, aos peixes de água doce e salgada, répteis, pássaros e mamíferos. Como observa Tamar Ron (Consultora Técnica Principal do PNUD para a biodiversidade), a zona do maiombe, é habitat para espécies de grande interesse universal, tais como as duas espécies de grandes primatas, chimpanzé e gorila da planície. Afirma a autora, dentre outras espécies de mamíferos, sobressaem:

«O elefante da floresta (*Loxodonta africana cyclotis*), a pacaça (*Syncerus caffer nanus*), o macaco barbudo (*Cercopithecus cephus*), o macaco de nariz-branco (*C. ascanius*), o Potto de Bosman (*Perodicticus potto*), e o potto dourado (*Arctocebus calabarensis*), as diversas espécies de galagos (*Galago alleni*, *Euoticus elegantulus*, *Galagoides demidovi*), as diversas espécies de antílopes pequenos veado, gazela, cabra-do-monte, etc. (*Cephalophus sylvicultor*, *C. dorsalis*, *C. nigrifrons*, *C. Monticola*, *Hyemoschus aquaticus*, *Tragelaphus spekei gratus*), o javali



*(Potamochoerus porcus)* e o porco da floresta (*Hylochoerus meinertzhageni*), as diversas espécies de gatos-bravos (*Genetta spp.*, *Nandinia binotata*), o leopardo (*Panthera pardus*), os pangolinos (*Manis gigantea* e *Manis tricuspis*), esquilos voadores (*Anomalurus derbianus*, *A. beecrofti*), porco-espinhos, sîbisis e uma variedade de esquilos, roedores, e morcegos. O manatim (*Trichechus senegalensis*) é encontrado no rio Zaire» (Ron, 2004: 5-6).

Acresce ainda a mesma autora:

«Os papagaios cinzentos (*Psittacus erithacus*) são de particular interesse; há também uma variedade de pelo menos 95 espécies de aves, incluindo águias, owls, hornbills, sunbirds, bulbuls, weavers, small parrots, Great crested laurie (*Corynthus cristata*), entre outras» (Ron, ob. cit; idem).

A floresta é um dos mais importantes recursos naturais de Cabinda. Um ecossistema vivo e dinâmico, tendo a particularidade dos seus recursos serem renováveis. A importância económica, social das florestas, da fauna selvagem e das áreas protegidas traduz-se no fluxo de bens e serviços directos (mensuráveis) e indirectos (não mensuráveis), que estes recursos proporcionam ao sector público, privado e à sociedade em geral.

Como salienta o diploma que define a «Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas Protegidas», elaborado, em 2007, pelos ministérios angolanos do Urbanismo e Ambiente e da Agricultura e Desenvolvimento Rural:

- a) Ao sector público: receitas arrecadas através das licenças de exploração florestal, caça e cauções, taxas de entrada das pessoas e meios nos parques e reservas, taxas e impostos de exploração turística nos parques e reservas, taxas e impostos de exploração industrial e comercialização de produtos e subprodutos florestais e da fauna selvagem.
- b) Ao sector privado: receitas obtidas da venda e exploração de madeira, animais selvagens (individual ou por quotas, disponíveis para caça), produção e venda de carne, troféus, peles, couros e outros despojos e oferta de serviços diversos aos turistas, fora e dentro das áreas protegidas (transporte, alojamento, alimentação e outros).
- c) À sociedade ou público em geral: madeira, lenha, carvão, materiais de construção, carne de caça, peixe das águas interiores, mel e outros produtos silvestres comestíveis e não comestíveis utilizados pela população para subsistência; postos

de emprego e de rendimento por cada trabalhador ou emprego nas actividades de gestão e utilização da floresta, da fauna selvagem e áreas protegidas; usufruto dos recursos disponíveis para fins ambientais, estéticos, científicos, culturais, educacionais, religiosos, tradicionais e outros (PNFFSAP, 2007: 9).

Num exercício de sistematização e de síntese, a partir da observação no terreno, os recursos naturais representados pelas florestas desempenham um valor de incalculável dimensão na sociedade cabindesa, nomeadamente económica, social e cultural. Em síntese, estes recursos:

- a) Tendem a oferecer possibilidades de gerar importantes rendimentos, capazes de fazer face às necessidades domésticas e contribuir para o investimento rural, onde poucas oportunidades de género podem estar disponíveis.
- b) Proporcionam uma rica variedade de produtos e serviços que não são objecto das estatísticas nacionais, nomeadamente a energia obtida a partir da bio-combustível para as indústrias e energia doméstica (lenha e carvão vegetal), a madeira para as construções rurais, os alimentos provenientes da fauna e da flora, etc..
- c) Oferecem os mais diversos produtos usados pelos curandeiros no tratamento de certas doenças, tais como hemorróides, hemorragias, fracturas de membros, diarreias, etc. No exercício da medicina tradicional, o uso dos produtos provenientes da floresta é preferido por grande parte da população local, sobretudo para doenças específicas. Os habitantes residentes na floresta acabam por desenvolver um conjunto de hábitos, estilos de vida e, frequentemente, manifestações culturais ligadas ao seu habitat.
- d) Fornecem também produtos que constituem fortes e verdadeiros estimulantes como é o caso do vulgarmente conhecido «pau de Cabinda» (Tchikwali), cujas propriedades conferem-lhe um alto índice de procura e reputação. O pau de Cabinda, é explorado e aceite, devido às suas poderosas propriedades estimulantes, anti-hipnóticas, provocando uma complexa acção fisiológica que actua, sobretudo, ao nível dos ritmos respiratórios e da circulação sanguínea, pelo que é considerado um óptimo estimulante do comportamento e do desempenho físico (Bembe, 2009: 107-108).

Com efeito, as florestas e as árvores podem produzir colheitas comerciais, representando uma fonte segura de rendimentos e ocupação de muitas pessoas. Além dos

rendimentos e do emprego gerados pela exploração industrial da madeira, as florestas fornecem materiais de construção e outras matérias-primas, em pequena escala, para aplicação local. Em todo o mundo em vias de desenvolvimento, os produtos florestais não transformados encontram grande aplicação dentro das comunidades locais, em que são empregues no fabrico de portas, mobiliário, ferramentas e instrumentos agrícolas. Estes produtos, em conjunto com o artesanato de madeira e outros à base de matérias-primas distintas da madeira podem ser vendidos fora da comunidade (Relatório do Workshop do GPC, 2004: 17).

Mas, os recursos naturais de Cabinda, outrora baptizado pelos portugueses como «Porto Rico», não se resumem apenas na sua vasta floresta tropical densa e húmida<sup>95</sup>. Complementar da agricultura, o sector da pesca tem um lugar preponderante na procura da auto-suficiência alimentar do enclave. A pesca artesanal constitui, em matéria de proteínas, fonte fundamental para a melhoria das condições alimentares das populações. Nos últimos anos, verifica-se, em termos gerais, uma estagnação na evolução do sector das pescas, associada a uma diminuição substancial do volume de captura. Tal facto pode estar relacionado com a poluição do mar e a contracção do poder de compra da população cabindesa, mas também, com diversas dificuldades, como sejam a conservação, a transformação e a distribuição da produção. Embora, não seja ainda suficientemente conhecido o potencial de Cabinda em recursos marítimos, a pesca pode contribuir para a riqueza do enclave, se forem realizados investimentos para dinamizar a actividade.

O sector da produção animal é quase inexistente, sendo a maioria das iniciativas exclusivamente caseira. A indústria está limitada a poucas fábricas, principalmente no sector agro-alimentar (pão e óleo de palma), nas pequenas transformações da madeira e outras indústrias ligeiras (tijolos, cerâmica).

Contudo, desde o século XIX, o petróleo passou a ritmar a vida e a determinar o rumo da história e do seu destino. A este respeito, à diversidade e quantidade dos recursos minerais do seu subsolo, com especial ênfase ao «ouro negro», cuja prospecção datada desde 1915, a sua exploração iniciou-se apenas em 1966<sup>96</sup> pela *Cabinda Gulf Oil Company* (a filial local da empresa petrolífera norte-americana *Chevron Texaco*), barricada na cidade petrolífera de Malongo<sup>97</sup>, 29 km a norte da cidade de Cabinda (Sébille-Lopez, 2007: 149).

---

<sup>95</sup> Cabinda é conhecida pelo petróleo e a madeira, mas é o ouro negro que desde o século XIX passou a ritmar a vida, a determinar o rumo da história.

<sup>96</sup> Dados extraídos da página do Porto de Cabinda (28JUL2008).

<sup>97</sup> Rodeado de arame farpado e de campos de minas, o seu campo é um enclave dentro do Enclave.

O relatório da OCDE sobre «Perspectivas Económicas para África em 2012», considera Angola como segundo maior produtor de petróleo de África, logo depois da Nigéria. Estima a sua em mais de 1 milhão e 900 mil barris por dia (bpd), onde, Cabinda representa entre (50 e 65 por cento)<sup>98</sup> da produção do país, ou seja, respectivamente (entre 800 mil barris e 1 milhão e 40 mil barris por dia), aproximadamente (entre 46 milhões de dólares e 60 milhões de dólares por dia)<sup>99</sup>. Na verdade, o petróleo é a principal fonte de receitas do Estado angolano, onde as vastas reservas petrolíferas de Cabinda (considerado por muitos como Kuwait da África), «produzem cerca de dois terços das receitas totais do Estado» (Aido, 2003), sem que a população de Cabinda lhes sinta o cheiro (Sébille-Lopez, 2007: 50).

Em conclusão/síntese, a economia do Enclave assenta igualmente, na exploração da madeira<sup>100</sup> (a segunda maior riqueza do território, depois do petróleo) da densa floresta equatorial do maiombe, nas produções agrícolas do café, cacau, mandioca, amendoim, milho, feijão, banana, bata e o óleo de palma e do coconote, na exploração do ouro, diamante, cobre, manganês, fosfato, ferro, urânio e potássio, exportados e, fundamentalmente, na exploração de hidrocarbonetos de petróleo no litoral, onde se situam uma das principais bacias de petróleo e gás angolano em expansão, tornando Cabinda, uma das regiões mais ricas do país. Mas, a ambivalência «terra rica, povo pobre», tem sido considerada como uma das razões para o reforço e manutenção das históricas reivindicações a favor da independência da região, iniciadas na década de 40 do século XX.

---

<sup>98</sup> Como afirma Paul Simão, Cabinda's offshore oil wealth already accounts for between «50 and 65 percent of the barrels of oil produced each day in Angola», sub-Saharan Africa's second largest petroleum producer after Nigeria (Agência Reuters, 28JAN2007).

<sup>99</sup> A produção do petróleo em Cabinda é estimada por cerca de (17 mil milhões de dólares e 22 mil milhões de dólares por ano). A produção diária de Angola em geral é cerca de (93 milhões de dólares) e um total de (34 mil milhões de dólares por ano). Os resultados dos cálculos oferecidos estimam o preço internacional do crude como que fixado a 58USD, de acordo com a declaração de 03MAR2007 de Abdallah el Badri, secretário-geral da OPEP, à revista Middle East Economic Survey (MEES), edição de 08MAR2007.

<sup>100</sup> Segundo o Relatório «Grémio das Madeiras do Distrito de Cabinda de 1968», no sentido de racionalizar a sua exploração, o governo português instituiu, pela Portaria n.º 12627, de 23/2/63, a Reserva Florestal do Alto Maiombe (a Tola Chinfuta, a Tola Branca, o Benge, a Limba, a Kâmbala e o Pau Rosa constituíam então, as principais espécies vegetais objecto de exploração industrial). A sua exploração manter-se-ia interdita até princípios de 1967 (despacho de 10.04.1966), exigindo-se, a partir de então, a obtenção de alvarás de exploração (Ribeiro, 1995: 16).

### III.3. Comércio e serviços

O sector do comércio é bastante incipiente, desenvolvendo-se à volta de alguns armazéns (Angolissal, Impex e Pombal, entre outros) e estabelecimentos de retalho. O supermercado «Simbila», a rede «Nosso Super»<sup>101</sup> e os mercados de São Pedro<sup>102</sup>, de Cabassango, de Alto das Rolas ou praça grande, Comandante Gika e «Papá Ngoma», são exemplos paradigmáticos. Todavia, os serviços bancários, de hotelaria, restauração, de construção civil, pequenas boutiques, bar, tendas, bem como o trabalho de cozinheiro e de empregado de mesa, o alfaiate e a modista, constituem uma quota-parte importante no sector da actividade comercial.

Como é recorrente em maioria das regiões e/ou países menos desenvolvidos, o trabalho de carácter administrativo, associado à função pública, constitui o grosso do sector terciário na província de Cabinda. Com efeito, os funcionários públicos e actividades relacionadas representam, relativamente, a maior percentagem de trabalhadores, o que, no entanto, não tem correspondência em termos de modernização do aparelho burocrático e em termos de desenvolvimento global do enclave de Cabinda. A realidade observada demonstra que, a instalação na região de várias empresas petrolíferas, em especial, a *Cabinda Gulf Oil Company*, contribui significativamente para o desequilíbrio da estrutura profissional local, aumentando ainda mais as disparidades com outros sectores de actividade.

### III.4. Transportes e comunicações

#### II.4.1. Porto de Cabinda

A história angolana reserva o porto de Cabinda, uma originalidade excepcional. Construído em Fevereiro de 1953 e elevado à categoria de porto comercial em 1962, pelas

---

<sup>101</sup> A unidade comercial «Nosso Super» de Cabinda é a 29ª loja reinaugurada em Angola e conta com mais de 31 trabalhadores. Retomou em 06NOV2012 as suas actividades de atendimento ao público depois de uma paralisação de aproximadamente um ano.

<sup>102</sup> Situado na zona sul do Enclave (na periferia da cidade de Cabinda), o mercado de São Pedro, inaugurado em 27AGO2012, ocupa uma área de 11.000 m<sup>2</sup> e conta com 162 armazéns, sete restaurantes, duas subestações, geradores de energia eléctrica de 230 KVA, um escritório para administração, refeitório para os funcionários, 12 casas de banho e um parque de estacionamento para 170 viaturas (ANGOP/SOL, 27AGO2012).

autoridades coloniais, o porto de Cabinda é uma infra-estrutura metálica, coberta de pranchas (taco) de madeira rija e que carecia de outras estruturas de apoio. As operações portuárias na região de Cabinda começaram desde 1758, com o comércio de mercadorias efectivado através da Marinha Real Inglesa. As principais cargas manuseadas no porto de Cabinda após 1953 eram, a madeira, coconote, o café, e mineiros para além de atender também a transportação de passageiros (ANPC, 28JUL2008).

Localizado na cidade de Cabinda, o porto tem uma configuração que só permite a acostagem de navios de calado médio. O porto de Ponta Negra tem sido a principal fonte para a entrada de mercadorias importadas a Cabinda, pagando altos impostos aduaneiros.

Com um valor contratual de 19.998.900.00 \$USD, a nova ponte-cais do porto de Cabinda, inaugurada em 19AGO2012 (com 319 metros de comprimento por 12 de largura), faz parte de um programa conjunto do Governo provincial, porto de Cabinda e ministério dos Transportes, visando a criação de condições de atracagem de navios de médio e grande porte, bem como facilitar as operações de manuseamento de cargas (ANGOP, 19AGO2012).

Todavia, o *hinterland* natural contíguo ao porto de Cabinda cobre uma população entre 400 a 450 mil pessoas, com um potencial de geração ou atracção de cargas estimado entre 405.000 a 410.000 toneladas/ano. Existe igualmente o mercado potencial da região associada aos portos de Boma e Matadi (Congo-Kinshasa), estimada em 350 mil pessoas. Em termos de concorrência na região, o porto de Ponta Negra (Congo-Brazzaville) é o que mais tem capitalizado a nível de carga movimentada, cerca de 3.300.000 toneladas desde 2006. Este porto encontra-se bem posicionado quer a nível do abastecimento do *hinterland* contíguo, quer a nível dos tráfegos de *transshipment*. O seu crescimento é reforçado pelas cargas perdidas pelos portos de Matadi e Boma, que devido à convulsão político-social, têm vindo a perder sucessivamente a sua carga ao longo dos últimos anos.

Na região da África central, o porto do Enclave angolano evidência maior potencial/ritmo de crescimento na carga movimentada, devido à localização do porto nos tráfegos de «maior valor», nomeadamente na carga contentorizada. O porto de Cabinda tem um potencial *hinterland* económico que se estende numa área com cerca de 15 milhões de habitantes. Trata-se do «eixo Kinshasa e Brazzaville», segundo maior aglomerado populacional da África ocidental a seguir à região de Lagos, Nigéria (ANPC, 28JUL2008).

A utilidade da infra-estrutura portuária de Cabinda, prende-se também com a inexistência de rodovias e ferrovias capazes de o Enclave com o resto do território angolano. O barco, o avião e as vias terrestres transfronteiriças, são os meios de transporte exclusivos na região. Entretanto, o porto de Cabinda, não reúne as condições essenciais para a realização

das operações portuárias. Esta situação tem conduzido a um agravamento dos preços das mercadorias em Cabinda. Refira-se que Luanda, Lobito e Namibe constituem os três principais portos de Angola. Cabinda, Soyo e Amboim integram a grande família dos portos secundários do país, desprovidos de capacidade operacional para navios de longo curso.

O Decreto-Lei n.º 4/04, de 21 de Setembro do Governo central, definiu um Regime aduaneiro e portuário especial adequado à situação geográfica de Cabinda, aplicável às mercadorias importadas ou exportadas por empresas aí sedeadas, qualquer que seja a sua origem ou destino. A solução para assegurar (a médio e longo prazo), a contribuição do porto no desenvolvimento sócio-económico da de Cabinda e satisfazer as necessidades básicas das populações, continua a ser a construção de uma nova infra-estrutura portuária de longo curso e sobretudo, de águas profundas.

Em 20AGO2012, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, procedeu ao lançamento da primeira pedra do projecto de construção do porto de águas profundas, no Caio litoral (cerca de 15 km da cidade de Cabinda). Destituída de infra-estruturas portuárias e logísticas adequadas, a situação de enclave da província de Cabinda, dificulta o desenvolvimento sócio-económico do território, que sofre um efeito centrífugo dos dois países limítrofes, já que as suas importações e exportações dependem essencialmente dos dois Congos (via terrestre ou marítima - porto de Ponta Negra).

Recorde-se a esse respeito o chumbo do projecto de ampliação e melhoramento de serviços da ponte-cais que suscitara sérias divergências, em Março de 2008, entre o Governo da Província de Cabinda, a Administração do porto de Cabinda e o ministério dos Transportes. Para o Governo Provincial de Cabinda, a alternativa para os constrangimentos causados pela inexistência de um porto de longo curso em Cabinda, «passa pela elaboração de um estudo aprofundado sobre a construção de um porto de águas profundas para a região».

Como afirma o então governador da Província de Cabinda, José Aníbal Rocha:

*«O Governo da Província de Cabinda, suportou 80% do valor de um estudo que foi complementado com 20%, por parte das empresas petrolíferas que durante três anos procuraram ver como resolver a questão do porto de águas profundas para Cabinda. Esse estudo foi realizado e remetido ao Ministério dos Transportes, que argumenta que o mesmo está incompleto; bom se está incompleto então o ministério que completa o estudo com argumentos que eventualmente tenha mais. O estudo encomendado pelo governo aponta uma série de factores importantes que viabilizam que seja efectivamente construído um porto de águas profundas, não só em relação à*

*situação local e do interesse da província como também a nível regional»* (Aníbal Rocha, 13MAR2008: VOA).

Por outro lado, a Capitania do porto de Cabinda enfrenta dificuldades de meios e recursos humanos para a administração marítima e a salvaguarda da vida humana no mar. Além do mar, há também um longo espaço na costa de Cabinda a vigiar, que é um território pouco habitado. As pessoas preferem os meios urbanos, tornando perigoso penetrar nas áreas costeiras<sup>103</sup> (Piçarra, 2007: 26). O mar terá sempre sido uma força activa que influenciou a história e as instituições sociais dos Cabindas (Martin, 1977 e 1985). A faixa de território que separa o Enclave constitui para o Congo-Kinshasa, o seu único acesso ao mar e o espaço que serve de embocadura ao gigantesco rio Congo. Nesse cenário, é fundamental que esta faixa separadora assuma para este país limítrofe um autêntico interesse económico e estratégico.

#### **II.4.2. Aeroporto de Cabinda**

Situado ao norte da cidade de Cabinda, o aeroporto assegura a totalidade do tráfico inter-provincial. Em 2007, foram feitos melhoramentos nas suas infra-estruturas reinauguradas em 10 de Agosto. O aeroporto de Cabinda possui um aeródromo que serve para receber aviões de pequeno, médio e grande porte, dada a extensão da pista, «2.500 metros de comprimento e 30 de largura» (Revista Ngonje, 2007: 11-13).

Carece de qualificações para ser de dimensão internacional, não servindo, por isso, de alternativa ao de Luanda. Para além da exiguidade das instalações do aeroporto de Cabinda, acresce-se a falta de água canalizada e da energia eléctrica da rede pública, estando assim, desautorizado em receber voos a noite. Está em curso um projecto de iluminação ao longo da pista, para permitir a aterragem e descolagem dos aviões no período nocturno, bem como a construção de um terminal de carga, tendo em conta o movimento de passageiros com grandes volumes de mercadorias (ANGOP: 01NOV2008).

---

<sup>103</sup> Em entrevista com o capitão João Louro, chefe da capitania de Cabinda. Acresce, Louro, «as capitánias administram os territórios marítimos, quanto à certificação dos navios que queiram fazer-se ao mar e dos provenientes de fora».



### III.5. Valor estratégico interno e externo de Cabinda

O Enclave de Cabinda é, nos planos interno e externo, sem dúvida, um permanente factor de tensão e uma questão vital para Angola, constituindo a eventual persistência das sublevações internas e a sua regionalização e/ou internacionalização, um problema magno para a liderança de Luanda. O Enclave em apreço, é considerado como um «escândalo natural», possuindo valores incomparáveis com as restantes províncias angolanas, distribuídos de maneira cosmopolita por todo território, transformando-se assim, num dos pontos de lança incontornáveis para o próprio país, a região e o mundo.

No presente, a ameaça real de uma instabilidade, reside na acentuada tendência para o desenvolvimento de actos de sabotagem que são favoráveis a elementos vulgarmente caracterizados por «contestadores do processo de paz», com apoio de grupos internos e/ou externos (formais ou encobertos).

Assim, o emergir em Cabinda e nos países limítrofes de movimentos aparentemente civis (religiosos e direitos humanos), com objectivos puramente políticos e com ligações entre si, é motivo de preocupação para o regime de Luanda.

Entre outros factores, o prelúdio destas novas atitudes inspiradas nas experiências dos anos 20 e 30 tanto em Angola como em Moçambique<sup>104</sup>, decorre da intransigência do modelo político angolano, que impede a existência de partidos ou movimentos políticos com base regional/provincial. Para o MPLA, a instauração deste modelo seria um obstáculo e um enorme caos e incerteza para um Estado uno e indivisível. Neste aspecto, os angolanos de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste, são parte de uma só cultura política, una e indivisível.

No Congo-Kinshasa, refere-se do movimento político-religioso Bundi Dia Kongo (BDK) e no Enclave, são notáveis a Seita Nzambi Kúngulo (SNK), a Comunidade

---

<sup>104</sup> Apesar de todos os motivos de queixa, demorou a aparecer um movimento anticolonial e, quando surgiu, as suas manifestações foram intermitentes. Separados pela língua das mais numerosas populações dos Impérios Francês e Britânico e sem as suas possibilidades de se organizarem politicamente, limitadamente que fosse, o nacionalismo africano no Império Português desenvolveu-se nas mais difíceis condições. Os primeiros movimentos que podem ser vagamente considerados nacionalistas, num sentido moderno, surgem nos anos 20 e 30 entre os Africanos e os mestiços educados nas cidades, tanto em Angola como em Moçambique. Eram habitualmente, constituídos mais sob a forma de organizações culturais do que explicitamente políticos. Logo em 1920 fora fundada em Lisboa a Liga Africana, como centro social e intelectual para os Africanos que estudavam nas universidades da Metrópole. Entre as organizações mais importantes criadas nas próprias colónias contam-se a Liga Nacional Africana e o Grémio Africano, em Angola, e o Centro Associativo dos Negros de Moçambique».

Lubundunu de Cabinda (CLC) apontada como a nova Igreja Católica de Cabinda e a MPALABANDA, que embora extinta por ordem judicial, continua activa.

O grupo sócio-político-cultural congolês *Bundi Dia Kongo* (que significa no idioma kikongo «coesão do Congo»), é sobejamente conhecido pela sua hostilidade aos «não originários» da província do Baixo-Congo e pela sua resistência contra o poder central.

Com assento parlamentar e capacidade bélico não assumida, *Bundi Dia Kongo* é militarmente defensável e reivindica a independência da região do Baixo-Congo que pretende hipoteticamente rebaptizar «Kongo-Central» até restabelecer o Reino do Congo na sua forma originária, incluindo as partes dos territórios dos dois Congos, de Angola e Gabão. Aqui residirá, talvez, uma das perfeitas justificações para as FAA conservarem uma forte presença militar no Enclave, embora reconhece-se a sua redução tímida, após o Acordo de Paz de 01AGO2006.

Da análise das políticas adoptadas pela liderança de Luanda sobre Cabinda, nomeadamente expressas essencialmente, no discurso que o Presidente Angolano proferiu a 28FEV2002 em Washington, aponta para a existência de cinco objectivos políticos estratégicos, a saber:

1. Desviar e inverter as causas e motivações que estão na base do conflito de Cabinda a meras questões sócio-económicas e ambições políticas separatistas;
2. Persuadir os países limítrofes para que não apõem a «guerrilha», chamando a si a opção de uso da força, contra qualquer esquema de interferência externa no «assunto interno do Estado», cuja solução «deverá ser encontrada no quadro angolano»;
3. Desencorajar e enfraquecer a vontade autonomista dos Cabindas, persuadindo-lhes a abandonarem a propensão de uma «sede político-territorial exclusiva»;
4. Compelir as negociações com «base no respeito à Lei Constitucional e demais legislação em vigor na República de Angola»;
5. Consolidar a reconciliação nacional, a nação angolana e a independência nacional, salvaguardar a unidade e a integridade territoriais do país, sendo que Cabinda é uma «parte integrante de Angola».

Para além das importantes considerações e vulnerabilidades/ameaças acima elencadas, em Cabinda, é possível sistematizar alguns aspectos fundamentais, que consideramos de valor estratégico para Angola, a partir da observação, no terreno, da interpretação e da análise de

um vasto conjunto de fontes abertas. São, na nossa perspectiva, dez aspectos chave, a saber (Bembe, 2009: 185-188):

- a) A posição geográfica do Enclave de Cabinda enquadra-se na zona que podemos designar de «*Triângulo Estratégico de Ouro Negro*», que Angola partilha com a Nigéria e a Guiné Equatorial. E, no contexto da «batalha» pelo controlo *geopolítico*, incluindo *militar*, e *geoeconómico* do Atlântico Sul, os *offshores* de Cabinda e Angola, estão igualmente na ribalta;
- b) Outro factor muito importante, consiste no facto de o Enclave angolano localizar-se, na área da floresta tropical (densa e húmida), que integra a grande «Bacia Congolesa»<sup>105</sup>, a segunda vasta floresta tropical húmida depois de Amazona, levando consigo a sua rica biodiversidade de alta qualidade nacional e internacional, sua linda e natural paisagem turística<sup>106</sup> com as espécies vegetais e animais (de interesse económico e cultural)<sup>107</sup>;
- c) A Madeira é a segunda produção do Enclave depois do petróleo<sup>108</sup>, por qual não tem concorrente no âmbito interno da República de Angola;
- d) Do ponto de vista geoestratégico, a localização do Enclave que adimos a sua situação política, será, sem dúvida, uma porta aberta, para Angola justificar a sua hegemonia ou implicação directa ou indirectamente nos assuntos internos dos países vizinhos, sempre que existir razões que justificassem esta prática;

---

<sup>105</sup> Para além de Cabinda, esta zona estende ao norte de Angola (Uíge, Zaire), Congo-Brazzaville, Congo-Kinshasa, Gabão, Guiné Equatorial até às Camarões, com uma orientação NO-SE.

<sup>106</sup> Prevê-se montar estruturas, embora de médio porte dentro da Floresta do Maiombe, na localidade de Bulo, para acomodar os turistas que desejariam visitar a densa floresta tropical: um hotel, um hospital, um sistema de abastecimento de água e uma micro-barragem hidroeléctrica. Destarte, o turismo constitui uma das outras maiores potencialidades económicas do país através da província de Cabinda, sendo mais que provável, estas estruturas poderem disseminar-se pelo todo Maiombe.

<sup>107</sup> Uma floresta com maior facilidade de reprodução e condições de circulação em vastas zonas interligadas na região permitindo assim perpetuar as espécies em vias de extinção), relevos e redes hidrográficos com o fenómeno de sedimentação e transportação permanente dos resíduos orgânicos e inorgânicos na mesma bacia petrolífera.

<sup>108</sup> O petróleo tende a aparecer como o produto de maior valor estratégico de Cabinda, por constituir o recurso mais explorado até então. Todavia, as considerações seguintes provam o contrário. Cabinda é muito mais do que o petróleo. A essa moldura de riquezas se juntam outras matérias de importância menos visíveis mas bastante significativas para a população que aliás não sobrevive do petróleo.

- e) O Enclave, proporciona a Angola alguma apetência «hegemónica» que tende a projectar, nos domínios de segurança, defesa, política e economia, pois, o resto do país insere-se perfeitamente na África Austral. Cabinda, desfrute de uma costa marítima pronta a receber um dos maiores Portos da região<sup>109</sup>. A posição dos seus eixos parece possuir a capacidade de controlar ou contrabalançar as duas dos vizinhos Congos) e influenciar (nos termos concorrenciais) algumas Repúblicas da África Central como a República Centro Africana que afigura-se depender sobremaneira da cidade de Ponta Negra;
- f) Embora a exiguidade do seu espaço geográfico, o potencial agrícola do Enclave parece incontestável de larga escala (diversas culturas tropicais: as oleaginosas) praticáveis em todo território. Solo e subsolo rico com minérios que justificam a presença de uma gama de indústrias de exploração e de transformação nacional e internacional;
- g) A grande influência comercial da região, que podemos chamar de «zona franca», com confluência de diversas nacionalidades onde o Português, o Francês e o Inglês são faladas com fluidez para além dos diversos dialectos locais e regionais dos países vizinhos<sup>110</sup>;
- h) Zona de intercâmbio regional e internacional com um mercado vasto, fortemente integrado, económica e culturalmente com os dois Congos e Gabão, fértil para «investigações científicas» (universitárias) para vários domínios, devido à convergência de diferentes povos com actividades sócio-económicas e culturais (antropológico) de diversas nações. Região com maior facilidade de intercâmbio nacional e internacional, talvez apenas comparável à fronteira de Santa Clara com a Namíbia;

---

<sup>109</sup> Convirá sublinhar que a construção de «um Porto de Águas Profundas em Cabinda», tão exigida pelas populações locais, embora o seu impacto na sua vida e a região, requererá sempre, um estudo muito aprofundado e suscitará vários debates, na medida em que desde 1963, algumas análises apontam que «as condições naturais são imensamente adversas a que se possa fazer em termos económicos uma obra com facilidade» sendo «certamente uma obra muito dispendiosa e de resultados pouco certos» (Conceição, 1963: 23).

<sup>110</sup> Cabinda pode constituir uma zona comercial franca (zona tampão), atraindo os negociantes do Soyo, Boma-Matadi e Ponta Negra e consequentemente produzir receitas abundantes para a caixa de tesouro do Estado. Recorda-se que em 2007 a província de Cabinda lançou uma Feira Regional, que produziu efeitos significativos visíveis até a presente data.

- i) Cabinda, é a Província de Angola com maior número de quadros Superiores com diversas formações e níveis depois de Luanda<sup>111</sup>;
- j) Cabinda constitui igualmente, a única ligação terrestre e marítima entre Angola e a República do Congo.

Todavia, a faixa de território que separa o Enclave do Norte de Angola assume para a República Democrática do Congo, um interesse económico e estratégico fundamentais, sendo o seu único acesso ao mar e, espaço que serve de embocadura ao famoso rio Zaire (Congo)<sup>112</sup>. As ligações de cabotagem e terrestres entre Cabinda e Luanda ficarão sempre dependentes da concessão do direito de passagem dos países limítrofes<sup>113</sup>.

Nessa perspectiva e com algum exagero, Cabinda será sem dúvida, um factor permanente de tensão para esta região centro-oeste africana. A suceder, será um grande problema para o executivo de Luanda, na medida em que os países da região (Congo e Gabão), são parceiros fundamentais no desenvolvimento de alguns objectivos políticos estratégicos acima elencados (Nies, 2003: 111-114)<sup>114</sup>.

Conseguida a paz, com o incremento dos contactos bilaterais entre Angola e os dois Congos, o regime de Luanda procura, sobretudo, alcançar um novo patamar na cooperação

---

<sup>111</sup> Do ponto de vista antropológico e religioso, Cabinda foi a província que registou o menor tempo de colonização, mas num tempo record registou o número de intelectuais mais significativos baseando-se da sua dimensão perante as demais províncias do país. Recordamos que já nos anos 70, Cabinda registou o maior número de Bispos de Angola, Dom Muaca, Dom Franklin da Costa, Dom Damião, Dom Madeca. Na década de 90 Cabinda registou o maior número de Técnicos Superiores de Angola, com excepção da província de Luanda.

<sup>112</sup> A sua localização próxima da embocadura do Zaire, conferiu a estas paragens, durante a «Corrida a África; provocada pela Revolução Industrial, um grande valor estratégico que esteve na origem da cobiça que as potências europeias manifestavam, então, por elas. Ao longo do Século XIX, ali se cruzaram os interesses de Portugal, legítimo detentor da soberania na área, da França e, sobretudo, da Inglaterra que tentava sobrepor-se com o argumento da supressão da escravatura. É sabido que as suas verdadeiras intenções eram outras e que pretendia penetrar no coração de África por aquela região em busca de matérias-primas e de zonas comerciais com interesse» (Pires, 2005).

<sup>113</sup> Da circunscrição geofísica acima elencada, o território de Cabinda (décima oitava província angolana) completamente separado de Angola por uma faixa de território do Congo-Kinshasa, este aspecto constitui um factor geoestratégico de peso que adimos a sua importância económica que se alicerçava nas indústrias da madeira extraída da riquíssima floresta do Maiombe.

<sup>114</sup> Nomeadamente deter e converter as ambições separatistas dos Cabindas, e retirar as bases da sua resistência.

militar e forjar uma «parceira político-económica» nas questões regionais e internacionais em que interesses de cada regime estejam envolvidos.

Convirá sublinhar, contudo, que na actual conjuntura a balança parece pender mais para o lado de Luanda, na sequência dos apoios estratégicos que disponibilizou, no tocante as insurreições (visando o golpe de Estado) organizadas com sucesso em Maio de 1997 – por Laurent-Désiré Kabila (1939-2001)<sup>115</sup> contra o regime de Mobutu Sese Seko (1930-1997) e – em Junho de 1997 por Denis Sassou Nguesso (1943) contra Pascal Lissouba (1931), Presidente eleito da República do Congo<sup>116</sup>. Desde final dos anos 1990, que a influência ainda que conjuntural de Angola sobre estes dois países africanos revela-se indubitável.

Desta feita, comprometido com o regime de Luanda, a mediação do processo tão polémico como inevitável de negociações sobre Cabinda em Julho de 2006 por Sassou Nguesso, embora tenha assumido nessa altura, a presidência rotativa da União Africana, não parece uma mera coincidência. Porém, a previsibilidade de tensões quase inevitáveis na região, tem alavanca na própria história que evidencia, que as questões de fronteira constituem uma área extremamente sensível da aplicação da força nas Relações Internacionais.

Finalmente, a importância deste minúsculo território para Angola assenta, fundamentalmente, nas enormes potencialidades económicas que se alicerça nas indústrias – da madeira extraída da riquíssima floresta do Maiombe e do petróleo explorado que assegura o crescimento das exportações do país.

Apesar de rico em outros recursos, o petróleo constitui um factor geoeconómico e geoestratégico vital para Angola, sendo a principal fonte de receitas do Estado. As razões do *status quo* não são inocentes, pois, a região costeira do sudoeste da diagonal, inscreve-se na bacia petrolífera da África Ocidental e abrange as faixas litorais atlânticas da República do

---

<sup>115</sup> Laurent-Désiré Kabila, assassinado em JAN01, herdou o filho Joseph Kabila Kabange (1971) a presidência do país. Joseph é sem dúvida, também um forte aliado do regime angolano, sem o qual seria impossível manter-se no poder.

<sup>116</sup> Num exercício da síntese histórica sempre incompleto, lembra-se que Denis Sassou Nguesso chegou ao poder pela primeira vez em 1979, através de golpe de Estado, tendo abandonado o cargo após de ter perdido as primeiras eleições multipartidárias do país, realizadas em 1992. Sassou-Nguesso voltou ao poder em 1997 depois de uma rápida e sangrenta guerra civil, em que contou com o apoio do regime de Luanda. Em Março de 2002, Nguesso venceu as novas eleições presidenciais, nas quais dois dos seus principais concorrentes – o ex-presidente Pascal Lissouba e o ex-primeiro-ministro Bernard Kolelas – foram impedidos de participar devido a novas leis de residência no país. O terceiro rival, André Milongo, desistiu da candidatura dois dias antes do pleito alegando que as eleições seriam fraudadas.

Congo e do noroeste de Angola. «Em Angola as maiores reservas situam-se no Enclave de Cabinda, cuja especificidade geográfica, (social, histórica, cultural e económica), alimentam disputas em torno da soberania» (Correia, 2004: 326).

Para além, do factor económico, adimos ainda os múltiplos interesses políticos e (de segurança) do poder instituído e dos seus aliados. Como atrás deixámos dito, com a corrente «disputa» pelo controlo político, incluindo a presença militar, e económico do Atlântico Sul, devido a sua importância estratégica como plataforma *offshore* com significado mundial e como «corredor» de fornecimento alternativo, com facilidade logística e de resposta rápida para as potências ocidentais do eixo Norte, em particular para o novo hegemonismo, dos Estados Unidos da América, no caso de estrangulamentos no Golfo Pérsico, no Mediterrâneo, no Estreito de Bósforo e no Mar das Caraíbas; os *offshores* de Cabinda e Angola, inscrevem-se igualmente nesta vasta zona marítima de palco estratégico<sup>117</sup>.

### III.6. Síntese conclusiva

Num exercício de sistematização e de síntese conclusiva, as potencialidades económicas do território de Cabinda são consideradas muito elevadas, mas utilizadas de modo ineficaz, com reflexos no subdesenvolvimento do Enclave e do estado de miséria e pobreza na qual sobrevivem cerca de meio milhão das populações ali residentes.

Os recursos hídricos são pouco aproveitados e estão repartidos de modo desigual e sujeitos à flutuações sazonais. A maioria da população não tem acesso à energia, à água potável e aos serviços sanitários de base. Verifica-se uma quase inexistência de estudos hidrológicos aprofundados para a região. O acesso aos serviços de telecomunicações é oneroso e desigual, sendo a clivagem digital em Cabinda uma das mais elevadas da região.

Cabinda desfrute de uma diversidade de matéria-prima, mas privada de indústrias que respondam às necessidades das populações. É transformada na região cerca de 10% de

---

<sup>117</sup> Um observação atenta da situação no Mediterrâneo, no Golfo Pérsico ou no estreito de Bósforo (por efeito de alterações na Turquia e turbulência no Mar Negro), e numa eventual perda total de controlo da situação do Mar das Caraíbas (turbulência na Venezuela, o segundo maior produtor latino-americano depois do México, e na Colômbia), movimentações da Bolívia, podem ajudar a entender como o Atlântico Sul pode ser uma verdadeira válvula de segurança. Esta nossa análise é um exercício de sistematização e adaptação do artigo de Jorge Nascimento Rodrigues, (2002) – Editor e autor de janela na Web.com, da Centro Atlântico e colaborador do Semanário Português Expresso.

madeira para consumo local, sendo que 90% do produto madeireiro é exportado em toro, através do porto de Ponta Negra. As actividades da pesca são quase inexistentes. O nível de capturas de pescado é muito inferior às potencialidades de água doce e salgada do Enclave, devido a exiguidade de investimento público no sector. O complexo burocrático tem dificultado a expansão do investimento privado nesta província.

A finalização da construção do Pólo Industrial de Fútila, situado entre a aldeia com o mesmo nome e a de Malembo (35 km a norte da cidade de Cabinda), a implantação do projecto agro-pecuária e industrial do Vale do Yabe, em Cabinda, juntamente com os de Viana e da Catumbela, poderão dar lugar a três Zonas Francas Industriais.

As vastas reservas de petróleo de Cabinda, mas sobretudo, o petróleo extraído no Enclave, que representa, cerca de 65% do valor total da produção petrolífera de Angola e cerca de 2/3 das receitas totais do Estado<sup>118</sup> (O PAÍS: 23AGO2010; LUSA&SIC: 01MAIO2013); o peso dos rendimentos deste recurso não reflecte nas duas problemáticas únicas: assegurar a melhoria de vida da população e a sustentabilidade económica da província. Pesa embora o petróleo criou muitas expectativas às populações, estando a ser interpretado como remédio santo, como elixir para todos os males do território.

Entretanto, a indústria petrolífera transformou-se num «perigoso enclave estrangeiro»<sup>119</sup> para o Enclave de Cabinda. Não é um factor de dinamização da economia com capacidade de vencer a inércia da pobreza, proveniente da falta de vontade política para a formulação e implementação de um programa estrutural e transversal que visa o desenvolvimento integrado e sustentável da própria província. Verifica-se um ciclo vicioso, baseado no oportunismo (ou *rent-seeking*), normalmente associado ao comportamento de carácter generalizado, que tem por objectivo a captura da renda através de meios, na maioria das vezes, corruptos (Menezes, 2005: 5-6).

---

<sup>118</sup> Como sublinha o artigo «Recursos Naturais» publicado no site da Embaixada de Angola na República Helénica, «o petróleo constitui o principal suporte da economia angolana. Esse sector representa mais de 90% das exportações do país. Actualmente o país é o segundo maior produtor de petróleo da África subsariana com reservas provadas de 3,1 biliões de barris, e estimadas por descobrir de 1,9 biliões de barris. As principais reservas de petróleo estão localizadas na Província de Cabinda e na Costa norte entre o Soyo e Quinzau». Disponível no (<http://www.angolanembassy.gr/Portugues/RECURSOS.htm>, [20.09.2013]).

<sup>119</sup> A diversidade e quantidade dos recursos mineiros do seu subsolo, com especial ênfase ao «ouro negro», cuja prospecção datada desde 1915, a sua exploração iniciou-se apenas em 1966 pela Cabinda Gulf Oil Company, a filial local da Chevron Texaco, «barricada na cidade petrolífera de Malongo, 29 km a norte da cidade de Cabinda», rodeada de arame farpado e de campos de minas. O campo petrolífero de Malongo é considerado um enclave dentro do Enclave (Séville-Lopez, 2007: 149).



O desenvolvimento de infra-estruturas adequadas e serviços associados, melhora a qualidade de vida dos cidadãos, aumenta a competitividade e ambientes empresariais no país, incentiva o crescimento económico e promove as trocas comerciais e a integração regional. Como na maioria das províncias angolanas, o sistema de transporte de Cabinda está pouco desenvolvido. A circulação de pessoas e mercadorias efectua-se essencialmente por transporte rodoviário, sendo as ligações e os serviços claramente insuficientes.

Existem em Cabinda, três sistemas de transportes públicos: o rural, cujo objectivo é transportar a população que vive nas aldeias mais longínquas; o tender-municipal, que faz a ligação diária entre a cidade e os municípios e vice-versa; e o urbano. As estradas esburacadas afectam significativamente os autocarros. Em 2007, existiam apenas 41 autocarros, na Província de Cabinda, para a cobertura da área urbana, quando eram necessários, de pelo menos o dobro (Revista Ngonje, 2007: 18-20).

Foi suspenso, *sine die*, o projecto de construção de uma obra «empolgante e bastante preciosa», que seria uma das maiores obras de Angola no período pós-independência. Trata-se do projecto «*Cabinda Link*», destinado à construção de uma ponte sobre o rio Zaire, assegurando a ligação entre a província de Cabinda e o resto de Angola, atravessando o território da República Democrática do Congo (, afirma Alberto Coelho (Revista Ngonje, 2007: 32). Para além da vitalidade comercial da obra para a região, o projecto responderia a questões mais profundas e dilemáticas que estão no fascínio do executivo de Luanda.

Como sublinha, o então governador de Cabinda, José Aníbal Rocha:

*«Com a construção da ponte, Cabinda estará mais integrada ao resto do país e, assim sendo, estamos em crer que com este projecto implementado, teremos realizado o sonho de todos os angolanos, que é a integração total de Cabinda ao Cunene»* (Revista Ngonje, 2007: 34).

Em síntese, pelo que ficou exposto e a partir da observação no terreno, é possível identificar alguns problemas ainda insuperáveis em Cabinda, desde o início da implementação do Memorando de Entendimento em 30 de Agosto de 2006 (Bembe, 2009: 116-117):

1. Não se verifica investimentos nos sectores sociais, nomeadamente na educação, na formação profissional e na saúde, ou apenas são materializadas nesses sectores acções muito tímidas.
2. Não se afere na prática uma interacção micro-económica entre indivíduos, famílias, empresas e os mercados de bens específicos.

3. Não há uma alocação dos rendimentos para o funcionamento do resto da economia.
4. A sua dependência aos países limítrofes, faz sobressair o estado de aparente abandono a que se encontra confinada, carecendo entre outras infra-estruturas adequadas, a maior parte das mercadorias que entram no enclave, provêm dos Congos, em particular do porto de Ponta Negra (Congo-Brazzaville). Um dos factores que acabam por pesar na carestia de vida local, com reflexos a nível da descapitalização crescente do empresariado local, da falência do sector produtivo, do desemprego e do empobrecimento geral das populações.
5. A pobreza quase absoluta da componente social de Cabinda que tende a ser considerada como um das causas do fervor independentista de alguns sectores.
6. Os recursos são desbaratados, através de um forte consumo em torno de uma pequena elite, principalmente angolana, improdutiva e na realização de investimentos desajustados e improdutivos ou não prioritários.

Convirá frisar que a problemática das estruturas sociais em Cabinda, afigura-se, uma herança da então antiga potência colonizadora. Em Novembro de 1963, o presidente do Conselho Legislativo da então Província de Angola, respondendo às questões relativas «às justas aspirações da população daquele distrito» levantadas pelo vogal Lourenço Mendes da Conceição, na Sessão do Concelho Legislativo, em Luanda, referiu o seguinte:

*«(...) Quanto ao problema das estradas e dos portos das comunicações, duma forma geral tem completa razão o Senhor Vogal acerca das considerações que fez. Só a não tem completamente no que diz respeito a portos, e não tem por isto: é que está verificado que o problema dos portos de Cabinda ou em Lândana, é um problema muito complexo. Quer dizer, as condições naturais são imensamente adversas a que se possa fazer em termos económicos uma obra com facilidade. A obra a fazer numa das duas cidades é uma obra certamente muito dispendiosa e é uma obra de resultados pouco certos. Infelizmente, esta é a situação. No que diz respeito às circulações rodoviárias tem completa razão e evidentemente que o facto de não se ter acudido ainda a Cabinda resulta das considerações que fez. Há realmente muitas necessidades a acudir e entre as prioridades a estabelecer não se chegou à conclusão que Cabinda tivesse podido ter, infelizmente, uma prioridade maior. Em todo o caso pode ter a certeza que Cabinda está nas preocupações do Governo da Província» (Mendes da Conceição, 1963: 22).*

Acresce ainda o primeiro Magistrado da Província, o supremo representante da Nação Portuguesa na Província de Angola:

*«Tem-se feito relativamente ao Município de Cabinda aquilo que é possível e Cabinda deve ser hoje uma das cidades, das pequenas nas cidades da Província, mais bem tratadas. Eu tenho mesmo a impressão que se o Senhor Vogal se deslocar agora a Cabinda já vê realmente algo de novo na cidade, Cabinda é hoje das cidades médias mais airoas e com, enfim, as suas legítimas aspirações talvez mais a caminho de uma solução. Contribuir-se-á a fazer por Cabinda o que for possível, evidentemente dentro dum conjunto de necessidades que todos sabem realmente muito grandes»* (Mendes da Conceição, 1963: ob. cit.; 23).

## **IV. QUADRO POLÍTICO ANGOLANO E A SUA INFLUÊNCIA SOBRE CABINDA**

### **IV.1. Sistema político angolano - dinâmicas da mudança e implicações**

Como noutros quatro Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)<sup>120</sup>, o primeiro texto Constitucional de Angola, foi caracterizado principalmente por uma visão monista do poder, consubstanciada no partido-único correspondente ao MPLA (movimento nacionalista vencedor na capital, Luanda). Ainda o MPLA-Partido do Trabalho constituía a vanguarda organizada da classe operária e cabia-lhe «como partido marxista-leninista, a direcção política, económica e social do Estado nos esforços para a construção da (fantasiosa) sociedade socialista» (Miranda, 2010: 2).

Passados vários anos desde a independência política, verificam-se «mudanças e continuidades e, apesar dos desenvolvimentos em algumas áreas, muitas promessas ficaram por cumprir gerando esperanças frustradas de uma vida melhor para todos os angolanos» (Bembe, 2010: 29).

Nos cinco países da África Lusófona, o poder foi conquistado por movimentos de libertação vindos de duras lutas, que exigiam um comando centralizado e, por vezes, personalizado<sup>121</sup>. Portugal não promoveu nos seus antigos territórios nem instituições, nem tradições democráticas, liberais e pluralistas – «até porque desde 1926 tão pouco haviam neste país europeu instituições dessa natureza» (Miranda, 2010: 3). Tudo isto e a influência ou a aproximação à União Soviética (então no máximo do seu apogeu) podem explicar o carácter não democrático e o afastamento dos modelos ocidentais nos Países da África Lusófona. Pese embora, em Portugal, no contexto de ruptura com a ditadura e de auto-controlo do novo Estado de direito democrático, a Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, adoptou um sistema de repartição do exercício do poder por diferentes instituições políticas, instituindo as Regiões Autónomas e o Poder Local como verdadeiros níveis políticos de contra-poder ou de contenção do poder centralizador do Estado (Bembe, 2009: 328-329).

Com efeito, o poder político apresenta, em toda a parte, uma dupla dimensão: é o lugar da organização da sociedade e o gestor dos seus problemas. A vida política democrática joga-se, por isso, na articulação entre as instituições e as preocupações e ansiedades do quotidiano.

---

<sup>120</sup> Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

<sup>121</sup> Com algumas diferenças, na África dos anos 70 e 80 também era o modelo de Partido-único que prevalecia por toda a parte.

Perante esta realidade, o MPLA adopta a estratégia da abertura política gradual, na medida em que tal abertura não alterasse, no essencial, a sua manutenção como única força condutora do País. Assim, a questão do modelo de Estado e de Governo, a instituir em Angola, motivou fortes discussões, fundamentalmente partidárias e «públicas», no quadro do processo de elaboração da nova Constituição da República, entretanto, promulgada, em 05FEV2010, após ter sido vista e aprovada pela Assembleia Constituinte, em 21JAN2010 e, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional<sup>122</sup>, em 03FEV2010. Trata-se, dos princípios da separação dos poderes, nas suas duas vertentes: vertical e horizontal<sup>123</sup>. Todavia, a CRA em vigor até Fevereiro de 2010, representava o culminar do processo de transição constitucional iniciado em 1991, com a aprovação, pela Assembleia do Povo, da Lei n.º 12/91, de 6 de Maio, que consagrou:

- a) A democracia multipartidária;
- b) As garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- c) O sistema da economia social de mercado, mudanças aprofundadas, mais tarde, pela Lei de Revisão Constitucional n.º 23/92, de 16 de Setembro.

É o início do período democrático em Angola!

Com efeito, a Lei Constitucional Angolana de 1992 (LCA), introduziu alterações de fundo sobre os órgãos do Estado que levaram à reformulação de toda a anterior redacção. Entre outras mudanças, alterou a designação do Estado para República de Angola, do órgão legislativo para Assembleia Nacional e retirou a designação Popular da denominação dos Tribunais. Por outro lado, definiu Angola como Estado democrático, de direito assente num modelo de organização do Estado baseado na separação de funções e interdependências dos

---

<sup>122</sup> Refira-se do Acórdão do Tribunal Constitucional Angolano n.º 111/2010, de 30 de Janeiro.

<sup>123</sup> A temática das «formas de Estado» diz respeito ao princípio de separação de poderes mais concretamente à separação vertical dos poderes, ou seja, o modo como um determinado Estado resulta estruturado na sua totalidade, tendo em conta essencialmente a maneira como os elementos que o compõem (o povo, o território e o poder ou a soberania). Por outro lado, a temática está igualmente relacionada com a definição da «forma de governo» que compreende o princípio da separação de poderes, na perspectiva «horizontal dos poderes». Este pressupõe uma separação simultaneamente funcional e orgânica do poder (distinguem-se várias funções, as quais são atribuídas a distintos órgãos), preconiza um arranjo balanceado ou equilibrado dos poderes como forma de evitar a excessiva concentração de poder num único órgão. Em síntese, enquanto que para a definição da «forma de governo» basta ter em conta um dos elementos do Estado, o poder político, para a definição de «forma de Estado» é necessário ter em consideração os três elementos fundamentais do Estado.

órgãos de soberania e num sistema político semi-presidencialista que reserva ao Presidente da República um papel activo e actuante.

Pelo menos quatro razões estão na base destas ocorrências no país:

- a) A alteração do sistema de direcção centralizada da economia angolana (1985);
- b) A derrocada do sistema socialista (1987);
- c) Os Acordos de Nova Iorque de 22DEZ1988;
- d) Os Acordos de Bicesse de 31MAI1991 (Feijó, 2001: 141; Assis e Costa, 2010: 71).

Baseando-se no acima referenciado e nalguns estudos realizados em 2006 e 2011, é possível identificar e sistematizar quadro períodos essenciais que caracterizaram o desenvolvimento do Estado angolano independente:

- a) 1975-1991: Estado centralizado com sistema partidário monolítico. Com a proclamação unilateral da independência pelo MPLA, o então Movimento Popular de Libertação de Angola, implantou um Estado de partido-único centralizado, formalmente consagrado na Lei Constitucional Angolana (LCA), com um regime monista assente no princípio da unidade do poder;
- b) 1991-2002: Ruptura constitucional com o regime político mono-partidário. Foi adoptado a «democracia pluripartidária», com o sistema partidário tendencialmente centralizado na actividade política e militar dos dois principais partidos políticos - MPLA e UNITA. Os acordos de Bicesse que pretendiam o fim da guerra da I.<sup>a</sup> República foram decisivos para o tipo do regime político instituído;
- c) 2002-2008: Institucionalização do pluralismo político (democracia multipartidária). Com o fim da guerra civil (1975-2002), dá-se início ao processo de transição política e de consolidação da democracia. Em 2002, apesar de se manter o período sociológico da II.<sup>a</sup> República, foi alcançada a paz definitiva em 04ABR2002, completada em 01AGO2006, com o Memorando de Entendimento sobre Cabinda (1975-2006). Assim, foi possível garantir a participação efectiva das forças políticas da oposição com assento no parlamento no «controlo» da actividade do complexo Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN);
- d) 2008-2010: Fim do processo de transição política (extinção do GURN); e, Promoção e reforço dos mecanismos nacionais para a consolidação do processo

democrático. Foram realizadas as Segundas eleições legislativas<sup>124</sup>, e consequente elaboração e aprovação da primeira Constituição da República Angolana (CRA)<sup>125</sup> (o Governo deixa de ser órgão de soberania)<sup>126</sup>. As eleições determinaram o fim de transição política de partilha de cargos governativos. Foi extinto o GURN e a sede do exercício do Poder foi conquistada pelo Partido maioritário, MPLA nas Eleições legislativas de Setembro de 2008 (vitória renovada nas Eleições Gerais de Agosto de 2012). É o início da III.ª República (Carvalho, Kajibanga, Pinto de Andrade, 2006: 6; Bembe, 2011a: 33-34; Bonifácio, 2011: 63 e ss.).

Na realidade, já no primeiro plenário da segunda legislatura, a Assembleia Nacional tinha revogado a 17OUT2008, por unanimidade (após 12 anos de vigência), a lei de 1995 que criou o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, prevista no Protocolo de Lusaka de Novembro de 1994. Este acordo priorizava a partilha de várias pastas ministeriais, governos provinciais, municipais, comunais e embaixadas no estrangeiro entre o MPLA e a UNITA. A proposta de revogação da referida lei apresentada pelo MPLA e aceite por unanimidade, marcou o arranque dos trabalhos do Parlamento Angolano, que tinha 220 deputados, dos quais 191 do MPLA, 16 da UNITA, 8 do Partido de Renovação Social (PRS), 3 da FNLA e 2 da Coligação Nova Democracia.

Entretanto, em 2008, foram conservados nos Governos – Central e Provincial de Cabinda – angolanos oriundos do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), «cooptados» em 10SET2007, pelo Governo/MPLA, no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cabinda, assinado em 01AGO2006, entre o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional e o Fórum Cabindês para o Diálogo. O mesmo panorama repetiu-se em 2012.

Não será certamente inocente a presença e a manutenção de ex-independentistas Cabindas nos sucessivos Governos/Executivos do MPLA desde 2007. Esta cartada do Bureau

---

<sup>124</sup> As eleições legislativas realizadas entre 5 e 6SET2008, venceu esmagadoramente o MPLA com 81,64% (reservando-lhe 191 deputados dos 220 assentos da Assembleia Nacional). Nas eleições gerais de 31AGO2012, voltou a ganhar o MPLA, com 71,84% (175 deputados dos 220 da AN).

<sup>125</sup> Constituição aprovada folgadoamente pela maioria parlamentar do Partido MPLA, com 186 votos a favor, 2 abstenções nenhum contra, registando-se a ausência do Partido UNITA maioritário na oposição, que abandonou o Parlamento no período de aprovação.

<sup>126</sup> Passamos de quatro (4) órgãos de soberania (a Assembleia Nacional, o Presidente da República, o Governo e os Tribunais) para três (3) previstos na actual Constituição (o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais).

Político do MPLA pode ser entendida como uma estratégia para esbater o descaso para com a situação de Cabinda feita passar pelos sectores mais radicais nas suas posições separatistas. Efectivamente a situação no terreno parece inspirar cuidados, havendo a necessidade de se aprofundar o processo de reconciliação nacional naquela parcela do território angolano que regista uma vivência atípica. Esta praxe leva alguns analistas a considerar os novos Executivos de Angola (publicados entre 02 e 10OUT2008 e entre 29SET e 10OCT2012) como uma espécie de «GURN mitigado» por conter elementos do FCD/FLEC<sup>127</sup>.

Em última análise, um dos princípios estruturantes da actual Lei Fundamental, é talvez, a manutenção e o reforço da República de Angola como «Estado democrático de direito que tem como fundamentos a soberania popular (...), a separação de poderes e interdependência de funções (...), o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa» (n.º 1 do art.º 2.º da CRA).

O regime político adoptado pretende promover e assegurar a totalidade da população adulta angolana a participar, directa ou indirectamente, na tomada de decisões e na escolha de governantes. Na essência, admite que o Poder seja compartilhado por todos os cidadãos, que alternadamente governam e são governados.

Para além de respeitar e proteger a propriedade privada das pessoas singulares ou colectivas e a livre iniciativa económica e empresarial, a CRA consagra como tarefas fundamentais do Estado:

- Garantir a independência nacional, a integridade territorial e a soberania nacional;
- Assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais;
- Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efectivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos; promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano (...);
- (...) Promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos (...);
- Defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais;
- Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional;

---

<sup>127</sup> Breves adaptações das análises do jornalista angolano Eugénio Mateus, proferida na Voz da América em 02OUT2008.



- Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação (...)» (CRA, art.<sup>os</sup> 14.º e 21.º).

#### **IV.1.1. Organização do Poder do Estado**

Na sequência das alterações de fundo levadas a cabo, passamos de quatro (4) órgãos de soberania (o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais, LCA, art.º 53.º, n.º 1), para três (3) previstos na actual Constituição (o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais, CRA, art.º 105.º, n.º 1). Estes órgãos, no exercício das suas funções devem respeitar a separação e interdependência de funções estabelecidas na Constituição.

A Lei Constitucional de Setembro de 1992, estabeleceu em Angola um sistema político semi-presidencialista, onde o Presidente da República tinha um papel activo e actuante. A nova lei fundamental angolana de 2010, instaura um sistema de governo misto Presidencialista-Parlamentar, passando a ser eleito Presidente da República e Chefe do Executivo, o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votado no quadro das eleições gerais. O cabeça de lista é identificado, junto dos eleitores, no boletim de voto. Esses aspectos parecem evidenciar que, o poder político angolano é «unidimensional elitista», ou seja, o Chefe de Estado e Titular do Poder Executivo é a chave de toda organização política angolana, atribuindo-lhe ainda o poder de moderador no conjunto do sistema político nacional (Bonifácio, 2011: 63).

Desta feita e, ainda que incorrendo em transcrições eventualmente longas, parece-nos relevante identificar e apresentar com pormenor, as competências de alguns órgãos e instituições essenciais que constituem o Poder do Estado em Angola.

##### **IV.1.1.1. Presidente da República**

O Presidente da República é o Chefe de Estado, o titular do Poder Executivo e o Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas (CRA, art.º 108). É, sem dúvida, a chave de toda organização política angolana. Promove e assegura a unidade nacional, a independência e a integridade territorial do País e representa a Nação no plano interno e

internacional; devendo ainda respeitar e defender a Constituição, assegurar o cumprimento das leis e dos acordos e tratados internacionais, promover e garantir o regular funcionamento dos órgãos do Estado.

O Presidente da República exerce o poder executivo, auxiliado por um Vice-Presidente, Ministros de Estado e Ministros. Por sua vez, os Ministros de Estado e os Ministros são auxiliados por Secretários de Estado e/ou Vice-Ministros, se os houver. Nessa mesma qualidade, o Presidente da República dirige a administração directa do Estado, tem o poder de superintendência sobre a administração indirecta do Estado e o poder de tutela sobre a administração autónoma. Esta função implica uma grande intervenção do Presidente da República na gestão corrente dos assuntos de Estado, directamente, através dos seus órgãos auxiliares integrados no nível central pelos Departamentos Ministeriais e no nível local pelos serviços territoriais desconcentrados, representados pelos Governadores Provinciais. A intervenção indirecta do Presidente da República faz-se através dos institutos públicos, agências reguladoras e empresas públicas; e, de forma autónoma, através do Poder local autárquico e associações públicas, bem como por entidades administrativas independentes.

Os Governadores Provinciais como representantes da administração central do Estado na respectiva província, são nomeados pelo Presidente da República, perante quem respondem política e institucionalmente<sup>128</sup>.

As competências do Presidente da República de Angola, definidas na Constituição podem ser divididas, pelo menos, nas seguintes cinco dimensões principais:

- a) Enquanto Chefe de Estado (art.º 119.º);
- b) Como titular do Poder Executivo (art.º 120.º);
- c) Na área das Relações Internacionais (art.º 121.º);
- d) Enquanto Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas (art.º 122.º);
- e) Em matéria de Segurança Nacional (art.º 123.º).

**(A) O Presidente da República, enquanto Chefe de Estado tem as seguintes competências:**

- a) convocar as eleições gerais e as eleições autárquicas, nos termos estabelecidos na Constituição e na lei;
- b) dirigir mensagens à Assembleia Nacional;

---

<sup>128</sup> Ao Governador Provincial incumbe, em geral, conduzir a governação da respectiva província e assegurar o normal funcionamento da administração local do Estado.

- c) promover junto do Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva e sucessiva da constitucionalidade de actos normativos e tratados internacionais, bem como de omissões inconstitucionais, nos termos previstos na Constituição;
- d) nomear e exonerar os Ministros de Estado, os Ministros, os Secretários de Estado e os Vice-Ministros;
- e) nomear o Juiz Presidente do Tribunal Constitucional e demais Juízes do referido Tribunal;
- f) nomear o Juiz Presidente do Tribunal Supremo, o Juiz Vice-Presidente e os demais Juízes do referido Tribunal, sob proposta do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- g) nomear o Juiz Presidente do Tribunal de Contas, o Juiz Vice-Presidente e os demais Juízes do referido Tribunal, nos termos da Constituição;
- h) nomear o Juiz Presidente, o Juiz Vice-Presidente e os demais Juízes do Supremo Tribunal Militar;
- i) nomear e exonerar o Procurador-Geral da República, os Vice-Procuradores Gerais da República e os Adjuntos do Procurador-Geral da República, bem como os Procuradores Militares junto do Supremo Tribunal Militar, sob proposta do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público;
- j) nomear e exonerar o Governador e os Vice-Governadores do Banco Nacional de Angola;
- k) nomear e exonerar os Governadores e os Vice-Governadores Provinciais;
- l) convocar referendos, nos termos da Constituição e da lei;
- m) declarar o estado de guerra e fazer a paz, ouvida a Assembleia Nacional;
- n) indultar e comutar penas;
- o) declarar o estado de sítio, ouvida a Assembleia Nacional;
- p) declarar o estado de emergência, ouvida a Assembleia Nacional;
- q) conferir condecorações e títulos honoríficos, nos termos da lei;
- r) promulgar e mandar publicar a Constituição, as leis de revisão constitucional e as leis da Assembleia Nacional;
- s) presidir ao Conselho da República;
- t) nomear os membros dos Conselhos Superiores das Magistraturas, nos termos previstos pela Constituição;
- u) designar os membros do Conselho da República e do Conselho de Segurança Nacional;

- v) exercer as demais competências estabelecidas pela Constituição.

**(B) Enquanto titular do Poder Executivo, o Presidente da República, tem as seguintes competências:**

- a) definir a orientação política do País, nos termos da Constituição;
- b) dirigir a política geral de governação do País e da Administração Pública;
- c) submeter à Assembleia Nacional a proposta de Orçamento Geral do Estado;
- d) dirigir os serviços e a actividade da administração directa do Estado, civil e militar, superintender a administração indirecta e exercer a tutela sobre a administração autónoma;
- e) definir a orgânica e estabelecer a composição do Poder Executivo;
- f) estabelecer o número e a designação dos Ministros de Estado, Ministros, Secretários de Estado e Vice-Ministros;
- g) definir a orgânica dos Ministérios e aprovar o regimento do Conselho de Ministros;
- h) solicitar à Assembleia Nacional autorização legislativa nos termos da Constituição;
- i) exercer iniciativa legislativa, mediante propostas de lei apresentadas à Assembleia Nacional;
- j) convocar e presidir às reuniões do Conselho de Ministros e fixar a sua agenda de trabalhos;
- k) dirigir e orientar a acção do Vice-Presidente, dos Ministros de Estado e Ministros e dos Governadores de Província;
- l) elaborar regulamentos necessários à boa execução das leis.

**C) O Presidente da República, no domínio das relações internacionais tem as seguintes competências:**

- a) definir e dirigir a execução da política externa do Estado;
- b) representar o Estado;
- c) assinar e ratificar, consoante os casos, depois de aprovados, os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais;
- d) nomear e exonerar os embaixadores e designar os enviados extraordinários;
- e) acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros.

**D) Como Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas, o Presidente da República, tem as seguintes competências:**

- a) exercer as funções de Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas;
- b) assumir a direcção superior das Forças Armadas Angolanas em caso de guerra;
- c) nomear e exonerar o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas e o Chefe do Estado-Maior General Adjunto das Forças Armadas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- d) nomear e exonerar os demais cargos de comando e chefia das Forças Armadas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- e) promover e graduar, bem como despromover e desgraduar os oficiais gerais das Forças Armadas Angolanas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- f) nomear e exonerar o Comandante Geral da Polícia Nacional e os 2.<sup>os</sup> Comandantes da Polícia Nacional, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- g) nomear e exonerar os demais cargos de comando e chefia da Polícia Nacional, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- h) promover e graduar, bem como despromover e desgraduar os oficiais comissários da Polícia Nacional, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- i) nomear e exonerar os titulares, adjuntos e chefes de direcção dos órgãos de inteligência e de segurança do Estado, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- j) conferir condecorações e títulos honoríficos militares e policiais.

**E) O Presidente da República, em matéria de segurança nacional tem as seguintes competências:**

- a) definir a política de segurança nacional e dirigir a sua execução;
- b) determinar, orientar e decidir sobre a estratégia de actuação da segurança nacional;
- c) aprovar o planeamento operacional do sistema de segurança nacional e decidir sobre a estratégia de emprego e de utilização das Forças Armadas Angolanas, da Polícia Nacional e demais organismos de protecção interior e dos órgãos de inteligência e de segurança de Estado;
- d) convocar e presidir ao Conselho de Segurança Nacional;
- e) promover a fidelidade das Forças Armadas Angolanas, da Polícia Nacional e dos órgãos de inteligência e de segurança de Estado à Constituição e às instituições democráticas.

#### **IV.1.1.2. Assembleia Nacional**

A Assembleia Nacional é o Parlamento da República de Angola; um órgão unicameral, representativo de todos os angolanos, que exprime a vontade soberana do povo e exerce o poder legislativo do Estado.

O Parlamento Angolano tem três principais competências, nomeadamente, no âmbito político e legislativo (art.º 161º); no domínio do controlo e da fiscalização (art.º 162º); e, em relação a outros órgãos (art.º 163.º).

##### **A) A Assembleia Nacional, no domínio político e legislativo tem as seguintes competências:**

- a) aprovar alterações à Constituição, nos termos da Constituição;
- b) aprovar as leis sobre todas as matérias, salvo as reservadas pela Constituição ao Presidente da República;
- c) conferir ao Presidente da República autorizações legislativas e apreciar, para efeitos de cessação de vigência ou modificação, os decretos legislativos presidenciais autorizados, nos termos da lei;
- d) apreciar, para efeitos de conversão em lei ou rejeição, os decretos legislativos presidenciais provisórios;
- e) aprovar o Orçamento Geral do Estado;
- f) fixar e alterar a divisão político-administrativa do País, nos termos da Constituição e da lei;
- g) conceder amnistias e perdões genéricos;
- h) pronunciar-se sobre a possibilidade de declaração pelo Presidente da República de estado de sítio ou estado de emergência;
- i) pronunciar-se sobre a possibilidade de declaração pelo Presidente da República de estado de guerra ou de feitura da paz;
- j) propor ao Presidente da República a submissão a referendo de questões de relevante interesse nacional;
- k) aprovar para ratificação e adesão os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais que versem matéria da sua competência legislativa absoluta, bem como os tratados de participação de Angola em organizações internacionais, de rectificação de fronteiras, de amizade, de cooperação, de defesa e respeitantes a assuntos militares;

- l) aprovar a desvinculação de tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais;
- m) promover o processo de acusação e destituição do Presidente da República, nos termos previstos nos artigos 127.º e 129.º da Constituição;
- n) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas pela Constituição e pela lei.

**B) No âmbito do controlo e da fiscalização, a Assembleia Nacional possui as seguintes competências:**

- a) velar pela aplicação da Constituição e pela boa execução das leis;
- b) receber e analisar a Conta Geral do Estado e de outras instituições públicas que a lei obrigar, podendo as mesmas ser acompanhadas do relatório e parecer do Tribunal de Contas, assim como de todos os elementos que se reputem necessários à sua análise, nos termos da lei;
- c) analisar e discutir a aplicação da declaração do estado de guerra, do estado de sítio ou do estado de emergência;
- d) autorizar o Executivo a contrair e a conceder empréstimos, bem como a realizar outras operações de crédito que não sejam de dívida flutuante, definindo as respectivas condições gerais, e fixar o limite máximo dos avals a conceder em cada ano ao Executivo, no quadro da aprovação do Orçamento Geral do Estado;
- e) analisar, para efeitos de recusa de ratificação ou de alteração, os decretos legislativos presidenciais aprovados no exercício de competência legislativa autorizada.

**C) Relativamente a outros órgãos, a Assembleia Nacional tem as seguintes competências:**

- a) eleger juizes para o Tribunal Constitucional, nos termos da Constituição;
- b) eleger juristas para os Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público;
- c) eleger o Provedor de Justiça e o Provedor de Justiça-Adjunto;
- d) eleger membros dos órgãos de administração eleitoral, nos termos da lei;
- e) eleger os membros de outros órgãos cuja designação seja legalmente cometida à Assembleia Nacional.

#### **IV.1.1.3. Tribunais**

Os Tribunais angolanos são o órgão de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo. No exercício da função jurisdicional, incumbe aos Tribunais dirimir conflitos de interesses público ou privado, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, bem como os princípios do acusatório e do contraditório e reprimir as violações da legalidade democrática.

O Sistema jurisdicional angolano é formado por Tribunais Superiores, designadamente, o Tribunal Constitucional, o Tribunal Supremo, o Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal Militar. O seu sistema de organização e funcionamento compreende, uma jurisdição comum encabeçada pelo Tribunal Supremo e integrada igualmente por Tribunais da Relação e outros Tribunais; e, uma jurisdição militar encabeçada pelo Supremo Tribunal Militar e integrada igualmente por Tribunais Militares de Região.

Em geral, o Tribunal Constitucional administra a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional e, é composto por 11 Juízes Conselheiros designados de entre juristas e magistrados. O Presidente da República indica 4 juízes incluindo o Presidente do Tribunal; o mesmo número de juízes é escolhido pela Assembleia Nacional por maioria de 2/3 dos Deputados em efectividade de funções, incluindo o Vice-Presidente do Tribunal; ao Conselho Superior da Magistratura Judicial cabe escolher 2 juízes; e, é seleccionado um juiz por concurso público curricular.

O Tribunal Supremo é a instância judicial superior da jurisdição comum. Os seus Presidente do Tribunal Supremo e o Vice-Presidente são nomeados pelo Presidente da República, de entre três candidatos seleccionados por 2/3 dos Juízes Conselheiros em efectividade de funções. Os Juízes Conselheiros do Tribunal Supremo são igualmente nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Conselho Superior da Magistratura Judicial, após concurso curricular de entre Magistrados Judiciais, Magistrados do Ministério Público e juristas de mérito. O Conselho Superior da Magistratura Judicial enquanto órgão superior de gestão e disciplina da magistratura judicial, é presidido pelo Presidente do Tribunal Supremo e apresenta a seguinte composição: 3 juristas designados pelo Presidente da República, sendo pelo menos um deles Magistrado Judicial; 5 cinco juristas designados pela Assembleia Nacional e 10 juízes eleitos entre si pelos Magistrados Judiciais.

O Tribunal de Contas é o órgão supremo de fiscalização da legalidade das finanças públicas e de julgamento das contas que a lei sujeitar à sua jurisdição. O Presidente, o Vice-



Presidente e os demais Juízes Conselheiros desse Tribunal são nomeados pelo Presidente da República, de entre magistrados e não magistrados.

O Supremo Tribunal Militar é o órgão superior da hierarquia dos Tribunais Militares. O Juiz Presidente, o Juiz Vice-Presidente e os demais Juízes Conselheiros são igualmente nomeados pelo Presidente da República de entre magistrados militares.

#### **IV.1.1.4. Procuradoria-Geral da República e Provedor de Justiça**

Parece-nos ainda essencial, salientar alguns aspectos sobre o Ministério Público<sup>129</sup> enquanto órgão da Procuradoria-Geral da República essencial à função jurisdicional do Estado, e o Provedor de Justiça como instituição essencial de defesa e garantia dos direitos fundamentais do cidadão.

A Procuradoria-Geral da República é um organismo do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira, com a função de representação do Estado, nomeadamente no exercício da acção penal, de defesa dos direitos de outras pessoas singulares ou colectivas, de defesa da legalidade no exercício da função jurisdicional e de fiscalização da legalidade na fase de instrução preparatória dos processos e no que toca ao cumprimento das penas. O Procurador-Geral da República e os Vice-Procuradores-Gerais são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público. Os Procuradores-Gerais Adjuntos da República são também nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público. Este Conselho é presidido pelo Procurador-Geral da República e integra: os Vice Procuradores-Gerais da República; membros eleitos pelos Magistrados do Ministério Público entre si e nas respectivas categorias; membros designados pelo Presidente da República; e, membros eleitos pela Assembleia Nacional. A Procuradoria-Geral da República tem como órgãos essenciais: o Ministério Público, o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público e a Procuradoria Militar. Esse último órgão assume a função de controlar e fiscalizar a legalidade no seio das Forças Armadas Angolanas, da Polícia Nacional e dos órgãos de segurança e ordem interna, garantindo o estrito cumprimento das leis.

---

<sup>129</sup> Compete-lhe representar o Estado, defender a legalidade democrática e os interesses que a lei determinar, promover o processo penal e exercer a acção penal, nos termos da lei.

Por último, o Provedor de Justiça é uma entidade pública independente que tem por objecto a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, através de meios informais, a justiça e a legalidade da actividade da Administração Pública. O Provedor de Justiça e o Provedor de Justiça-Adjunto são eleitos pela Assembleia Nacional, por deliberação de maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

#### **IV.1.2. Órgãos de poder local**

Dentro da organização do poder político angolano incluem-se também os órgãos autónomos do poder local<sup>130</sup>. Esse poder local corresponde a uma expressão constitucional que assinala enfaticamente a presença de uma verdadeira dimensão do «poder político» não-soberano, democrático e tradicional, que tem de conviver com outros poderes administrativos do Estado, em especial os de controlo. Ou seja, não invade nem pode ameaçar os poderes de soberania reservados ao Estado, que continua unitário (Bembe, 2011b: 11). Não estamos na presença de um simples segmento da administração pública. Enquanto o poder local autárquico (democrático e autónomo) deriva do ordenamento do Estado, o poder tradicional dispõe de um ordenamento originário próprio.

Sem dúvida, a Constituição optou claramente pela configuração do poder local como um «poder político» que envolve a organização democrática do Estado (sem todavia com ele se confundir), compreendendo três formas organizativas (CRA, art.º 213.º). Poder local é, na CRA, um poder político, subordinado, autónomo e com feições diferenciadas (derivado e democrático, originário e tradicional, meramente legal). Todavia, é muito diferente a posição do Estado em relação a cada uma dessas formas organizativas:

- a) Às autarquias locais, o Estado tem o dever de as criar, de as prover de meios e de respeitar as garantias constitucionais que as protegem;
- b) Às instituições do poder tradicional, o Estado tem o dever de as reconhecer e de configurar as relações recíprocas;

---

<sup>130</sup> A autonomia local compreende o direito e a capacidade de as autarquias locais gerirem e regulamentarem, nos termos da Constituição e da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais. Os recursos financeiros das autarquias locais devem ser proporcionais às atribuições previstas pela CRA ou por lei, bem como aos programas de desenvolvimento aprovados. Uma parte destes recursos deve ser proveniente de rendimentos e de impostos locais.

- c) Às modalidades de participação dos cidadãos, o Estado deve criar por lei esses mecanismos e apoiá-los no futuro (Alexandrino, 2010: 9).

Assim sendo, e como temos vindo a sublinhar com insistência, a instituição do poder local visa em Angola romper com o centralismo de Estado e firmar um compromisso fundador daquilo que de mais democrático existe: o poder deve estar onde está o povo. Porque só existe para servir a comunidade, o poder deve ter uma relação o mais próxima possível com os seus destinatários. Só um poder de proximidade será capaz de conhecer as aspirações e os anseios dos cidadãos (Bembe, 2011a: 33; 2012a: 38).

#### **IV.1.2.1. Autarquias locais**

Tanto a Lei Constitucional Angolana de 1992 como a nova Constituição de 2010, contêm um conceito constitucional de «autarquia local» que, com apoio recíproco, permite chegar a uma formulação quase perfeita da ideia.

Dizia-se no texto de 1992, que «as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais que visam a prossecução de interesses próprios das populações, dispondo para o efeito de órgãos representativos eleitos e da liberdade de administração das respectivas colectividades» (LCA, art.º 146.º). Por sua vez, dispõe a nova Constituição, que «as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos representativos eleitos das respectivas populações» (CRA, art.º 217.º, n.º 1). Em ambos os textos, o conceito de autarquia local envolve cinco elementos.

Deste modo, estão expressa ou implicitamente presentes na CRA os seis elementos do conceito de autarquia local: personalidade jurídica, comunidade de residentes, território, interesses próprios, carácter electivo dos órgãos e poderes locais. A CRA é talvez, «das constituições conhecidas, aquela que mais valoriza o princípio da autonomia local» (Alexandrino, 2010: 6-7), cujo conceito, conteúdo e garantias são objecto de uma definição expressa (CRA, art.<sup>os</sup> 214.º, 215.º, 216.º, 217.º, 219.º).

Sistematizando, a CRA elevou a autonomia local a limite material de revisão constitucional, o que significa uma garantia de não retrocesso das instituições autárquicas no ordenamento angolano. A CRA define o sistema de governo das autarquias locais em

paralelismo com o sistema de governo nacional, com a previsão de três órgãos, designadamente, uma assembleia dotada de poderes deliberativos, um órgão executivo colegial e um presidente da autarquia (art.º 220.º). Admite candidaturas provenientes não só de partidos, mas também de grupos de cidadãos (art.º 220.º, n.º 5), afastando neste domínio a regra do monopólio dos partidos; e, impõe um princípio de solidariedade e cooperação entre as autarquias locais, princípio que implicitamente não deixa de envolver também o Estado (art.º 222.º).

Por outro lado, nas autarquias locais, estão presentes mecanismos pertencentes a todas as principais feições da democracia, desde a democracia representativa, a democracia semi-directa à democracia participativa.

Quanto à democracia representativa, estão presentes todos os seus aspectos mais salientes, a saber:

- a) a existência de órgãos representativos das comunidades locais (art.º 217.º da CRA);
- b) a imposição da regra geral do sufrágio directo, secreto e periódico como modo de designação dos titulares desses órgãos (art.º 220.º, n.º 2, da CRA);
- c) o pluralismo partidário, bem como a possibilidade de apresentação de candidaturas não só pelos partidos, mas também por intermédio de grupos de cidadãos eleitores (art.º 220.º, n.º 5, da CRA);
- d) a necessária previsão de diversos mecanismos de concretização do princípio da responsabilidade política.

No âmbito das categorias, as autarquias locais organizam-se nos municípios. Tendo em conta as especificidades culturais, históricas e o grau de desenvolvimento, podem ser constituídas autarquias de nível supra-municipal. A lei pode ainda estabelecer, de acordo com as condições específicas, outros escalões infra-municipais da organização territorial da administração local autónoma.

A democracia semi-directa tem a sua marcante expressão no instituto do referendo local. A ideia de democracia participativa, tem em geral a ver com o envolvimento mais intenso dos cidadãos do que aquele que se traduz no periódico exercício do direito de voto, pressupondo por conseguinte uma activação ou produção de inputs por parte dos cidadãos, a título individual ou colectivo, na gestão da informação, no debate, no processo de decisão e na avaliação das decisões tomadas pelos órgãos do poder. Sendo complementar relativamente à

democracia representativa e passível de envolver múltiplas formas (desde a participação consultiva até a formas de auto-administração e de auto-governo dos grupos interessados).

A concretizar-se, provavelmente a partir de 2015, as autarquias serão uma das mais conseguidas realizações de Angola democrática. Gradualismo e concertação parecem ser a chave para uma reforma equilibrada dos poderes.

#### **IV.1.2.2. Instituições do poder tradicional**

Se o poder local torna-se derivado na sua manifestação autárquica local, ou seja, «adquire o estatuto de poder público através de um processo de atribuição»; por outro lado, as instituições do poder tradicional, também uma manifestação do poder local, é uma realidade «pré e extra-estadual» que por força do reconhecimento constitucional, se afirma como um «verdadeiro poder público» (Caupers, 1994: 258; Feijó, 2001: 135).

Para efeitos de arrumação lógica, a CRA procede ao enquadramento jurídico-constitucional das instituições do poder tradicional nos cinco seguintes termos:

- a) Existência de uma garantia institucional a favor destas entidades (garantia de um complexo normativo de base costumeira);
- b) Primado do conteúdo material da Constituição sobre o costume, no limite, sob reserva de decisão de um tribunal (tendo o Tribunal Constitucional a última palavra nessa matéria);
- c) Primado da dignidade da pessoa humana e do conteúdo essencial dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana sobre as normas do ordenamento tradicional;
- d) Limitação do exercício dos poderes públicos estaduais e locais (designadamente do poder legislativo e do poder regulamentar estadual e autárquico), no seio da respectiva organização político-comunitária tradicional;
- e) Delimitação legal das atribuições e dos poderes das instituições do poder tradicional, ainda no respeito pelo princípio da autonomia local (Alexandrino, 2010: 10).

À essa decisão constitucional foi dada uma justificação política difícil de tornear. No fundo, o poder local consagrado na CRA, *lato senso* (as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos) constitui um

elemento estruturante indispensável da organização política, territorial e democrática do poder. Em regra, o poder tradicional como poder público local conhece uma forma de legitimação exclusivamente ligada às normas de direito consuetudinário<sup>131</sup>, que não se confunda em processos eleitorais. As autoridades tradicionais impõem-se muitas vezes – por uma espécie de efeito mecânico – como interlocutores do Estado e mediadores dos centros para as periferias e das periferias para os centros.

Com a reafirmação do poder autárquico e o reconhecimento das instituições do poder tradicional, o Estado tende a respeitar o peso histórico, social, cultural, político e jurídico que os mesmos representam no desenvolvimento e na afirmação plena da administração local autónoma em Angola. Mas com limites. Já que, todavia, o carácter unitarista e democrático da República Angolana e a perspectiva «una e indivisível» da sua soberania, materializa «um suporte único para a estadualidade» (Feijó: 2001: 243). Ou seja, só pode haver um Estado e órgãos de soberania únicos para todo o território nacional angolano (CRA, art.º 8.º e art.º 3.º, n.º 1). Este suporte único afasta qualquer pluralismo estadual do tipo federal ou confederal, e o não-reconhecimento de qualquer forma ou direito de secessão de comunidades locais em Angola.

Certo, porém, a recuperação e capacitação das «autoridades tradicionais» pelo Estado é uma atitude encarada por ambas as partes como conveniente.

- a) Do ponto de vista do Estado, o reconhecimento/integração de figuras do poder local cumpre duas funções principais: permite, por um lado, uma extensão da sua implantação, mesmo que apenas em termos indirectos; e, por outro, gera, e põe em circulação, imagens de um retorno às tradicionais formas de organização que incorpora esperanças num regresso a uma comunidade perdida no tempo que o colonialismo teria destruído e a cuja busca a brutal experiência de guerra não pode deixar de conduzir.
- b) Da perspectiva das «autoridades tradicionais» elas próprias, um tal reconhecimento/integração também preenche várias funções – amplia o seu território e implantação, aumenta os seus meios para o exercício do poder, e, especificamente, a viabiliza a aquisição das muito convenientes e variadas comissões que o novo *status* lhes confere; o crescimento meteórico no número dessas autoridades atesta-o (Marques Guedes, 2008: 19-20; Bembe, 2011b: 21-22).

---

<sup>131</sup> Direito consuetudinário é «complexo de normas não escritas originárias dos usos e costumes tradicionais dum povo, direito costumeiro».

Mas a evidência de que estamos perante algo que é mutuamente conveniente de modo nenhum neutraliza a ambivalência sentida. Pode, ao invés, torná-la mais patente.

Grosso modo, o discurso angolano estandardizado sobre o «Direito tradicional» e as «autoridades tradicionais» tem duas linhas de força, a saber:

- a) Uma delas é política num sentido pragmático: liga-se a uma intencionalidade e a um decifrar da realidade social com que os angolanos se confrontam.
- b) A outra trave-mestra manifesta uma colecção mais profunda de pressuposições sobre a própria realidade social, cultural, e histórica, para a qual olha (Bembe, 2011b: 23).

#### **IV.1.3. Partidos políticos**

Uma definição clássica dos sistemas de partido distinguia-os, com base no número de unidades, em sistemas mono-partidários, bipartidários e multipartidária. O primeiro sistema caracteriza alguns regimes autoritários, tidos com frequência de partido-único, no segundo, são referidos como exemplos clássicos de sistema, com uma alternância de poder entre dois partidos. O terceiro, é possível frisar, que a maior parte das democracias vê sistemas multipartidários nascidos da ocorrência e cristalização de conflitos sociais (Pinto, 2009: 410-413)<sup>132</sup>.

A instauração do multipartidarismo em Angola, não pode dissociar-se do complexo processo de pacificação, reconciliação nacional e democrática da sociedade angolana. Esta mudança é, em simultâneo, consequência da consagração constitucional da implantação da democracia pluripartidária e da assinatura dos fracassados Acordos de Paz de Bicesse, em Lisboa, em 31MAI1991, entre o Governo da República de Angola e o movimento insurrecto da UNITA, com a mediação do Governo português e observação dos representantes dos governos dos EUA e da Federação da Rússia.

As mudanças introduzidas pela Lei Constitucional Angolana de Março de 1991, visavam principalmente à criação das premissas constitucionais necessárias a implementação

---

<sup>132</sup> As diferenças entre sistemas de partido derivam das características de algumas instituições, em particular do sistema eleitoral. Enquanto o mono-partidário é determinado pela proibição de construir outros partidos, os bipartidários e multipartidários são influenciados, nesta hipótese, pela lei eleitoral, com o sistema maioritário a um ponto que favorece o bipartidarismo e o proporcional, que leva ao multipartidarismo.

da democracia pluripartidária, a ampliação do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como a consagração constitucional dos princípios basilares da economia de mercado.

Uma nova revisão constitucional, aprovada em Setembro de 1992, permitiu a realização, pela primeira vez na história de Angola, eleições gerais multipartidárias, assentes no sufrágio universal directo e secreto, para a escolha do Presidente da República e dos Deputados à Assembleia Nacional.

Num exercício de sistematização, o sistema partidário angolano pode ser arrumado em dois períodos distintos, a saber:

- a) 1975-1991: altura em que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), era único partido político legalizado, transformado em Partido do Trabalho, que proclamou a independência de Angola e empurrou para a clandestinidade a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA);
- b) A partir de 1991, com a abertura ao sistema multipartidário, sendo possível a constituição e legalização de outros partidos e de organizações da sociedade civil.

A institucionalização do pluralismo político conduziu ao surgimento de novas formações político-partidárias e a uma mudança na estrutura, na organização e na estratégia do MPLA, que durante muitos anos se assumiu como Partido-Estado.

Em 2000, havia em Angola 120 partidos políticos registados, embora só 25 tivessem actividade plena. Em 2006, o número de partidos políticos ultrapassava os 200, mas a maioria deles destituído de qualquer base social de apoio e sem actividade política digna de registo.

Segundo uma lista actualizada do Gabinete dos Partidos Políticos do Tribunal Constitucional (GPPTC), até Agosto de 2012, estavam legalizadas 88 formações partidárias, designadamente, 78 partidos políticos e 10 coligações de partidos. Foram extintos 22 partidos políticos por não terem obtido 0,5% dos votos validamente expressos nas eleições legislativas de Setembro de 2008.

O sistema partidário angolano, apesar de incluir a existência de um número excessivo de partidos políticos, que tende a decrescer com a realização de pleitos eleitorais (embora conforme se extinguem pela força da legislação eleitoral conforme renascem com outra



designação)<sup>133</sup>; actualmente o espectro partidário do país compreende dois principais formações, a saber: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Estão ainda representados no Parlamento, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Partido de Renovação Social (PRS) e a Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE). A CASA-CE parece constituir um sério desafio ao MPLA, mas sobretudo à UNITA (pelo menos à partida). Criada em Março de 2012, seis meses antes das eleições gerais, por Abel Chivukuvuku (antigo quadro de topo da UNITA), esta Coligação Eleitoral formada por cerca de 40 partidos sem assento parlamentar, surpreendeu ao passar a ser a terceira força política mais representada no Parlamento.

Regra geral, os partidos políticos angolanos não estão estruturados com base numa plataforma ideológica. Com excepção do Bloco Democrático, que é um partido de quadros, os restantes partidos políticos angolanos têm uma composição social mista, algumas vezes confusa e até ambígua.

Parece-nos não haver partidos políticos em Angola que tenham surgido com base em diferenças sócio-económicas nem em divisões sócio-culturais. Podemos distinguir os partidos angolanos pelo perfil dos seus dirigentes cujos conflitos pessoais e visões ou ambições políticas estão na base da sua formação. Não são, igualmente, em primeiro lugar considerações políticas que influenciam uma pessoa a aderir a um outro partido. Lealdades políticas são muitas vezes extensões de lealdades entre amigos ou familiares<sup>134</sup>. Não é, entretanto, um erro manifesto considerar que, a aproximação de muitos quadros Cabindas às formações partidárias, como UNITA, CASA-CE e PRS, deve-se, em grande medida, às promessas políticas e estratégias eleitoralistas.

Todavia, a raiz histórica da população angolana e as características particulares do seu sistema sócio-cultural cria condições favoráveis à emergência de organizações políticas de índole étnica, religiosa ou de natureza sessionista, tal como se verifica em grande parte dos Estados africanos. Tal facto (entre outras realidades), afigura-se ser principal condicionante e, em simultâneo, determinante do teor reservado ao regime de criação dos partidos políticos, que impede, entre outros aspectos, a constituição e actividade de partidos políticos que tenham carácter local ou regional.

---

<sup>133</sup> A legislação eleitoral angolana estabelece que todo Partido ou coligação de Partidos concorrentes às eleições que não conseguirem alcançar pelo menos 0,5% do total dos votos deverá ser extinto.

<sup>134</sup> Ligeiras adaptações das análises de Gerhard Seibert (1995) citadas por Heitor Romana relativamente ao São Tomé e Príncipe (Romana, 1996: 181).

Com efeito, a constituição e o funcionamento dos partidos políticos em Angola devem respeitar os seguintes princípios fundamentais:

- a) carácter e âmbito nacionais;
- b) livre constituição;
- c) prossecução pública dos fins;
- d) liberdade de filiação e filiação única;
- e) utilização exclusiva de meios pacíficos na prossecução dos seus fins e interdição da criação ou utilização de organização militar, paramilitar ou militarizada;
- f) organização e funcionamento democráticos;
- g) representatividade mínima fixada por lei;
- h) proibição de recebimento de contribuições de valor pecuniário e económico, provenientes de governos ou de instituições governamentais estrangeiros;
- i) prestação de contas do uso de fundos públicos.

Por outro lado, os partidos políticos devem, nos seus objectivos, programa e prática, contribuir para:

- a) a consolidação da nação angolana e da independência nacional;
- b) a salvaguarda da integridade territorial;
- c) o reforço da unidade nacional;
- d) a defesa da soberania nacional e da democracia;
- e) a protecção das liberdades fundamentais e dos direitos da pessoa humana;
- f) a defesa da forma republicana de Governo e do carácter laico do Estado.

Observa Kajibanga (2000), Angola é um espaço sócio-cultural multi-étnico, sendo as etnias mais representadas a Ovimbundu, Ambundu, Bakongo e Lunda-Chokwe. Os três movimentos de libertação angolanos representam os três principais espaços etnolinguísticos. Dos três, o MPLA é de origem urbana (fundamentalmente do litoral do país), para além de congregar a maioria dos integrantes do espaço étnico Ambundu (corredor Luanda - Malanje). A exclusão da FNLA do quadro político angolano em 1978 provocou a quebra do seu protagonismo no espaço étnico bakongo, resultando daí mais tarde a proliferação de partidos políticos com base étnica bakongo. A esmagadora maioria dos partidos políticos angolanos de actualidade possui a base étnica bakongo.

O que sucede é que, ao contrário dos demais espaços étnicos, o espaço Kongo é o mais fragmentado em Angola, do ponto de vista político, que a grande maioria dos partidos

políticos são de origem Bakongo em termos do espaço sociológico. No espaço étnico Ovimbundu mantém-se apenas a UNITA, enquanto no espaço Ambundu se mantém o predomínio do MPLA, registando-se alguns outros partidos políticos com pouca expressão demográfica. Hoje em dia, o MPLA, fruto da sua acção política conjugada com o poder político, constitui o partido político angolano mais representado nacionalmente. A UNITA é o segundo partido mais representado no Parlamento e a CASA-CE ocupa a terceira posição. Os restantes partidos políticos com assento parlamentar (PRS e FNLA) ocupam o quarto e quinto lugar, respectivamente.

É possível apontar dois sérios problemas que os partidos angolanos enfrentam. Trata-se da luta entre gerações ou a sucessão de gerações (a geração da luta de libertação nacional e a geração posterior) e com conflitos internos e dissidências. O primeiro dos problemas diz respeito aos partidos políticos tradicionais, enquanto o segundo diz respeito a todos eles.

A questão dos conflitos internos alega-se que nem sempre resultam de divergências ideológicas, podendo decorrer também da violação de preceitos estatutários ou outras normas internas dos partidos políticos, bem como da luta pela liderança ou da luta por um maior protagonismo por parte de militantes do partido político (envolvendo conflito de gerações ou nem por isso). Trata-se de um dos factores que animam o mercado político angolano.

A maioria dos partidos políticos angolanos depara-se ainda com uma forte dependência do líder, uma elevada dose de autoritarismo por parte dos líderes partidários (resultante da ausência de tradição democrática), uma fraca capacidade de mobilização dos cidadãos, a propensão para dissidências e para lutas internas entre gerações. Outra situação não menos importante tem a ver com a insuficiência de recursos financeiros para a actividade político-partidária (Carvalho, Kajibanga e Andrade 2006: 13-14).

Finalmente, afigura-se relevante apresentar uma síntese retrospectiva dos resultados finais das eleições organizadas entre 1992 e 2012.

- a) Dos 18 partidos que participaram nas eleições gerais de 1992, apenas 12 partidos conseguiram garantir assentos no Parlamento. O MPLA conquistou o maior número de assentos parlamentares (129), seguido da UNITA (70), PRS (6), FNLA (5), PLD (3) e sete outros com apenas um deputado cada, designadamente, AD-Coligação, FDA, PAJOCA, PDP-ANA, PNDA, PRD e PSD<sup>135</sup>;

---

<sup>135</sup> Respectivamente, Coligação Aliança Democrática, Fórum Democrático Angolano, Partido da Aliança dos jovens Operários e Camponeses de Angola, Partido Democrático pelo progresso/Aliança Nacional Angolana, Partido Nacional Democrático Angolano, Partido Renovador Democrático, Partido Social-Democrata.

- b) Em 2008, incluindo uma coligação, foram apurados cinco partidos para a Assembleia Nacional com a seguinte expressão: MPLA (81,64% dos votos obtidos nas eleições legislativas de 5 e 6 de Setembro, correspondentes a 191 assentos), UNITA (10,39%; 16 assentos), PRS (3,17%; 8), ND (1,20%; 2)<sup>136</sup>.
- c) Nas eleições gerais de Agosto de 2012, as primeiras realizadas na base da nova Constituição, concorreram 9 formações partidárias, sendo, 5 partidos políticos (FNLA, MPLA, PAPOD, PRS e UNITA)<sup>137</sup> e 4 coligações (CASA-CE, CPO, FUMA e ND)<sup>138</sup>. Apenas cinco foram apurados (MPLA, 71,84%; 175 assentos), UNITA (18,66%; 32), CASA-CE (6,00%; 8), PRS (1,70%; 3) e FNLA (1,13%; 2).

#### **IV.1.4. Centralidade da figura do Presidente da República**

Partindo do conteúdo exposto, é possível inferir que o Presidente da República é, sem dúvida, o principal centro do poder do Estado em Angola. Todavia, a análise da centralidade do Presidente da República no sistema do poder do Estado angolano, implicaria uma investigação em sede própria. Este estudo, abrangeria, em nossa perspectiva, uma abordagem analítica macro e micro política, desde as instituições do Estado, o partido que governa às organizações sem poder, incluindo partidos políticos, associações políticas, grupos de pressão, grupos de interesse. A organização política da sociedade não se esgota no Estado-aparelho de poder.

Com efeito, desde o início da década de 1990, os verdadeiros centros do poder em Angola, deixaram de ser o próprio partido (MPLA), o Comité Central do partido ou mesmo o seu Bureau Político, mas também não passaram para o Governo que, na altura não tinha qualquer autonomia. Os últimos anos pós-conflito não trouxeram mudanças significativas na forma de actuação das instituições, apesar de se notar a tendência para uma maior

---

<sup>136</sup> Informação divulgada, em 16SET2008, no portal oficial da Comissão Nacional Eleitoral que indicava os resultados finais das eleições legislativas de 05SET2008.

<sup>137</sup> Respectivamente, Frente Nacional de Libertação de Angola, Movimento Popular de Libertação de Angola, Partido Popular para o Desenvolvimento, Partido de Renovação Social e União Nacional para a Independência Total de Angola.

<sup>138</sup> Respectivamente, Convergência Ampla de Salvação de Angola, Conselho Político da Oposição, Frente Unidade para a Mudança de Angola e Nova Democracia União Eleitoral.

responsabilização dos ministérios, não sendo visível um elevado grau de descentralização, (Hodges, 2002: 82).

Reconhece-se, assim, a existência de um grupo restrito de pessoas que exerce influência sobre o Presidente da República; todas elas ligadas ao MPLA – apelidados em Angola, por «*entourage*» do Presidente da República (abrangem os seus Conselheiros, alguns dos seus Assessores e os Presidentes das principais Companhias ou Empresas). No seio do MPLA, outro importante centro de poder político é o Bureau Político (onde pontificam o Presidente e o Vice-presidente do Partido).

De resto, a centralidade da figura do Presidente da República tem sido apoiada e plasmada em documentos, discursos e outros actos oficiais do MPLA. No 2.º Congresso do então MPLA-Partido do Trabalho realizado em Dezembro de 1985, foi apresentada, discutida e aprovada uma tese intitulada «O Papel do Líder na Revolução», onde se refere que ao Camarada José Eduardo dos Santos é confiada a irrecusável missão histórica de «dirigir o povo angolano na construção da democracia» [MPLA 1995: 11].

Mais adiante, a figura do líder canonizada como «líder do partido e do povo angolano e fiel continuador da obra e do legado político do saudoso Presidente Neto<sup>139</sup>, como símbolo da unidade nacional, como factor de confiança onde o conjunto do povo e toda a nação encontram um baluarte<sup>140</sup> sólido» [MPLA 1995: 15].

Em Agosto de 2005, o MPLA organizou uma «Mesa Redonda» sob o lema «A Liderança do Presidente José Eduardo dos Santos na Consolidação da Nação Angolana», com a participação de intelectuais orgânicos e políticos, onde foram apresentados mais uma vez os fundamentos filosóficos e políticos do seu papel na direcção dos destinos de Angola.

Foram apresentados quatro temas fundamentais nessa mesa redonda, a saber:

- a) A figura política do Presidente José Eduardo dos Santos e o carácter de liderança na afirmação do Estado;
- b) O impacto da liderança política e económica de José Eduardo dos Santos na estabilidade dos Estados africanos;
- c) O Presidente da República como garante da Constituição;

---

<sup>139</sup> Trata-se de António Agostinho Neto (1922-1979), antigo Presidente do MPLA e primeiro Presidente de Angola (1975-1979), que proclamou a independência deste país. Nasceu em Catete (Luanda), em 17 de Setembro de 1922 e faleceu, em Moscovo, em 10 de Setembro de 1979.

<sup>140</sup> Suporte, apoio, sustentáculo, fortaleza ...

- d) O papel do Presidente Eduardo dos Santos como principal garante da consolidação da unidade, democracia e reconciliação nacional (Carvalho, Kajibanga e Pinto de Andrade, 2006: 13-14).

Como todos os governos de matriz marxista-leninista, o MPLA enfrenta duas difíceis questões de tensão entre a velha geração de veteranos que expandiu a revolução e a geração pós-revolucionária de tecnocrata<sup>141</sup>:

- a) Como desenvolver instituições que permitissem as elites mais novas substituir sem convulsões as primeiras gerações de revolucionários;
- b) Como recrutar elites com os conhecimentos técnicos necessários à transição da revolução e da transformação social para o desenvolvimento económico.

Afigura-se, contudo, que no estudo do poder da República de Angola, aplicando o modelo tridimensional da análise política (forma, sede do Poder e ideologia) criado pelo Professor Adriano Moreira (2009) e a percepção do Professor Heitor Romana (2005) sobre a estratégia do Partido Comunista Chinês (PCC), a questão analítica central é a da sede do poder, mais do que a ideologia ou a própria forma do poder, incluindo a problemática sobre o tipo de autoridade. A percepção dos processos, das dinâmicas de funcionamento do aparelho de decisão do MPLA, surge assim, como fundamental na avaliação do papel de Angola na conjuntura internacional e no perspectivar da evolução interna do país.

O poder que os dirigentes angolanos dispõem hoje está submetido a tensões constantes, que não são perceptíveis através da mera observação dos aspectos factuais do sistema político angolano. A mudança da situação interna do país, o fim do reinado de José Eduardo dos Santos e a inexistência de consensos sobre sua sucessão entre as diferentes facções que forma o núcleo duro do MPLA, poderá originar rupturas no seio do Partido ou mesmo a sua descontinuidade no poder, resultantes de factores exógenos (as pressões externas geradas a partir do processo de abertura ao exterior) e factores endógenos (a disputa entre os sectores mais e menos moderados do Partido e o despertar nos angolanos para a participação política e a alternância do poder como princípio num regime democrático e importante qualidade da democracia).

---

<sup>141</sup> Adaptação das considerações de Heitor Barras Romana em relação ao processo de mudança na China (Romana, 2005: 160).

Angola conhece uma incessante procura de interiorização da reconciliação nacional e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos, a solidariedade social e a autoridade do Estado através de uma estabilidade política num quadro de diversidade. O país passou a consagrar um regime político guiado por ideais democráticos onde todos os cidadãos são chamados a participar activa e permanentemente na vida política do país, traduzindo assim um direito e dever dos cidadãos à participação para a ampliar e consolidar a democracia em todos os níveis da sociedade.

## **IV.2. Problemática política de Cabinda**

### **IV.2.1. Organização e funcionamento do Governo provincial**

A Lei n.º 17/10, de 29 de Julho<sup>142</sup>, determina que, para efeitos de Administração Local do Estado, o território da República de Angola organiza-se «em províncias e estas em municípios, podendo, ainda, estruturar-se em comunas e em entes territorialmente equivalentes, nos termos da Constituição e da lei».

Este diploma, aprovado pela Assembleia Nacional, define os princípios e estabelece as normas que devem obedecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração directa do Estado, a nível local. A estrutura e actividade desses órgãos regem-se pelos princípios da desconcentração administrativa, da constitucionalidade e legalidade, da diferenciação, da transferência de recursos, da transitoriedade, da participação, da colegialidade, da probidade administrativa, da simplificação administrativa e da aproximação dos serviços às respectivas populações (art.º 3.º, n.º 1).

Com efeito e sem prejuízo da autonomia do poder local, a administração local do Estado é exercida por órgãos desconcentrados<sup>143</sup> da administração central e visa assegurar, a nível local, a realização das atribuições e dos interesses específicos da administração do Estado na respectiva circunscrição administrativa.

---

<sup>142</sup> Aprova a organização e o funcionamento dos órgãos de administração local do Estado, especialmente, Governos Provinciais e Administrações municipais e comunais.

<sup>143</sup> Entende-se por «desconcentração administrativa», o processo administrativo através do qual um órgão da Administração Central do Estado transfere poderes a outro órgão da Administração Local do Estado (Lei n.º 17/10, art.º 4.º, al. a).

O Governo provincial é o órgão superior da administração local do Estado na respectiva província. É presidido pelo respectivo Governador e integra os Vice-Governadores, os Delegados e Directores provinciais.

Enquanto as Direcções provinciais dependem orgânica, administrativa e funcionalmente do Governo provincial; as Delegações provinciais estão sujeitas à dupla subordinação. Dependem orgânica, administrativa e metodologicamente do órgão central de especialidade e funcionalmente do Governo provincial. Os Delegados provinciais representam e executam, a nível local, tarefas dos respectivos Ministérios, particularmente, do Interior, das Finanças e da Justiça.

O Governador e os Vice-Governadores provinciais iniciam as suas funções com a tomada de posse perante o Presidente da República. Os restantes membros do Governo provincial iniciam as suas funções com a tomada de posse perante o Governador provincial.

Procurando reunir as pontas dispersas deste tecido que envolve Cabinda, a província Enclave, integra a divisão político-administrativa de Angola, sendo uma extensão da administração directa do Estado e estando sujeito, com ligeiras excepções, ao mesmo regime jurídico nacional reservado à administração local do Estado.

Neste quadro, o território da província de Cabinda, estrutura-se em 4 municípios, designadamente, o município de Cabinda, de Cacongo, de Bucu-Zau e de Belize. Estes municípios encontram-se subdivididos em 3 comunas cada, num total de 12 comunas. O município de Cabinda (Cabinda, Malembo e Tando-Zinze), o município de Cacongo (Cacongo, Massabi e Dinge), o município de Bucu-Zau (Bucu-Zau, Inhuca e Necuto) e o município de Belize (Belize, Luali e Miconje).

O Governo da província de Cabinda é composto por dois órgãos da administração local do Estado. Por um lado, os órgãos colegiais que abrangem o Governo da província, a Administração do município e a Administração da comuna; por outro lado, os órgãos singulares constituídos pelos respectivos titulares, ou seja, o Governador provincial, o Administrador municipal e o Administrador comunal.

O Governador de Cabinda representa a administração central no Enclave, com o pesado encargo de conduzir, em geral, a governação da província e assegurar o normal funcionamento da administração local do Estado e as funções do Poder Executivo.

No exercício das suas funções, cabe ao Governador provincial promover e orientar o desenvolvimento sócio-económico de Cabinda, com base nos princípios e nas opções estratégicos definidos pelo Presidente da República como titular do Poder Executivo e no Plano Nacional, bem como assegurar a prestação dos serviços públicos na região.



Assim, o Governador da Província de Cabinda é nomeado pelo Presidente da República, perante quem responde política e institucionalmente. O Governador atende directamente a coordenação institucional; o orçamento e as finanças; a justiça, a segurança, e a ordem pública; a administração pública; o registo e o apoio aos processos eleitorais e o recenseamento militar.

Para efeitos protocolares, remuneratórios e de imunidades, o Governador de Cabinda, é equiparado a Ministro. No exercício das suas funções, é auxiliado por três Vice-Governadores (equiparados a Vice-Ministro), que respondem pelos sectores: económico; político e social; e, serviços técnicos e infra-estrutura.

#### **IV.2.2. Estrutura e papel das Autoridades tradicionais**

Como temos enfatizado, em Angola, as autoridades tradicionais são entidades que personificam e exercem o poder no seio da respectiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pelo regime jurídico do país (Bembe, 2011b: 17; 2012a: 46-47).

Fica, então, evidente que o poder local angolano corresponde a uma expressão constitucional que assinala a presença de uma autêntica dimensão do «poder político» não-soberano, democrático e tradicional, que tem de conviver com outros poderes administrativos do Estado, em especial os de controlo. Este regime de tutela administrativa do Executivo sobre o poder local tem como fundamento os interesses gerais que prossegue e a sua cooperação com a administração no cumprimento das suas atribuições.

Conviria, entretanto, não perder de vista o carácter complexo e muitas vezes irónico do poder tradicional. Complexo e/ou difuso, devido à clara ausência de uma tipologia uniforme das instituições do poder tradicional<sup>144</sup>; muitas vezes irónico, tendo em conta a forma de surgimento de alguns actores políticos locais, por vezes instalados por motivações económicas, e outras vezes guiados por habilidades políticas, noutros casos guiados por

---

<sup>144</sup> Relativamente a tipologia das Autoridades tradicionais, no Município do Andulo - Província do Bié, apresentam a seguinte estrutura: Regedores ou Sobas Grandes, Secretario do Regedor, Adjunto do Regedor ou Soba Grande Soba, Ajudante do Soba e Sekulus (PMA, 2011: 27 e 74). Por outro lado, a Província de Uíge, a maior em número de unidades administrativas em Angola, apresenta a seguinte estrutura: Regedores, Regedores adjuntos, Autoridades tradicionais, Sobas, Sobas adjuntos e Sekulus (Pacheco, 2002: 6).

finalidades religiosas ou místicas, numa poucas situações enquanto portadores de agendas médico-sanitárias (Bembe, 2011b: 12-13).

Assim, as autoridades tradicionais de Cabinda, estruturadas no topo, em «Regedores e Sobas» (PMC, 2011: 24), não passam de «agentes eficazes» na ligação-articulação entre o nível central e o local. São claramente destituídas de autoridade e autonomia relevante, quando comparadas aos bustos «reis» em exercício no Kakongo, Loango e N’Goyo no contexto do antigo e complexo Reino do Kongo. Recorde-se a esse respeito, a maior autoridade e autonomia «política e jurídica» que estes ostentaram nos anos de 1800, e a forma serena e brilhante como colocaram sob o protectorado da Nação Portuguesa todos os territórios por eles governados<sup>145</sup>.

Hoje, o Estado angolano confere um reconhecimento do valor e poder simbólico que as autoridades tradicionais representam para as comunidades onde se encontram inseridas. No seu reconhecimento, o Estado garante um subsídio mensal às autoridades tradicionais, que varia de acordo com as respectivas categorias e responsabilidades para garantir a sua subsistência (Guerreiro, 15.08.2012: JA).

Por 2002, havia em Angola «25.000 autoridades tradicionais» na folha de pagamento do Estado. Em 2004, o número tinha subido para «35.000 e acima dos 40.000 no ano de 2007» (Marques Guedes, 2010: 8). Curiosamente, em 2010, o número terá caído para 31.845 autoridades tradicionais (Feijó, 2012). A confirmar-se, deste último número, o minúsculo Enclave angolano somava, em 2010, 4.068 autoridades tradicionais (Bembe, 2011b: 14).

Com efeito, no âmbito da organização e estruturação do poder tradicional, alguns dados oficiais apontam que, a província de Cabinda, possui:

*«36 Regedorias, sendo 36 Regedores, igual número de Secretários dos Regedores; 2.039 Autoridades tradicionais; 96 Sobas; 51 Coordenadores dos Bairros e 165 Adjuntos de Coordenadores de Bairros; 371 Chefes das Aldeias e 289 Secretários de Chefes das Aldeias; 110 Chefes de Zonas; 97 Anciãos; 139 Conselheiros; 298 Advogados tradicionais; 350 Apeladores»* (ANGOP: 13FEV2010; Bembe, 2011b: ob. cit.; idem).

---

<sup>145</sup> O documento parece retirar quaisquer dúvidas sobre os intentos territoriais exclusivos dos Cabindas desde os anos de 1800. Este texto «dava provas de grande sabedoria e prudência, mesmo quando negociado com um país amigo» (Bragança, 2001: 13), e constitui, desde a década de 40 do séc. XX, um dos símbolos incontornáveis dos sentimentos autonomistas e da consciência nacionalista do povo Binda (Bembe, 2009: 55).

E, a título ilustrativo, o Estado pagou em 2012, «o valor anual de 181.697.780.880,00 AKZ, a 924 autoridades tradicionais», apenas do Município de Cabinda (PMC, 2011: 24).

As autoridades tradicionais como agentes de ligação entre as comunidades das áreas da sua jurisdição e os órgãos da Administração Local do Estado, fazem julgamentos tradicionais e concedem as sentenças de acordo com o peso do acto cometido. Promovem ainda a participação das respectivas comunidades na identificação dos problemas que afligem as respectivas aldeias e influenciam a sua resolução.

Em síntese, as autoridades tradicionais detêm, de forma genérica, um conjunto de funções exercido de forma mais ou menos autocrática ou colegial, a saber:

*«Estabelecem a ligação com os antepassados das linhagens dominantes; Assumem os aspectos mágico-religiosos e práticas de feitiçaria ou fazem recurso a agentes específicos para esse efeito; Administram a justiça, podendo dispor da vida e da morte dos seus súbditos; Gerem a terra, protegem-na e condicionam o acesso a ela pelos seus súbditos ou por estranhos; Gerem a vida comunitária nos aspectos ligados à caça, organização dos trabalhos agrícolas, a força de trabalho, a organização dos sistemas de troca; Controlam a população, tanto do ponto de vista estatístico como de segurança; Estabelecem normas sociais e jurídicas; Orientam o recrutamento de mancebos para o exército; Negoceiam as relações das comunidades com os diversos agentes externos que com elas se relacionam: Estado, ONG, agências das Nações Unidas, empresários e agentes privados, etc.; Negoceiam a exploração de recursos naturais: lenha, carvão, materiais de construção (inertes), etc.; Estabelecem ligações com os partidos políticos (embora a maioria seja militante do MPLA); Transmitem informação ao povo; São os porta-vozes das comunidades; Assumem-se como elementos de ligação com as instituições do Estado» (Pacheco, 2002: 8-9; Bembe, 2011b: 13).*

Com efeito, algumas das funções acima mencionadas podem ser de carácter residual e provavelmente, outras podem ser-lhes acrescentadas em função das características do «chefe» ou das condições locais. Apesar do seu estatuto social, não lhes é negado os direitos políticos e de cidadania.

Como cidadãos, as autoridades tradicionais têm a liberdade de exteriorizarem as suas convicções políticas, podendo-se filiar, militar e/ou manifestar a sua simpatia numa ou outra formação político-partidária. A realidade no terreno demonstra que, a maioria das autoridades

tradicionais angolanas em geral e da província de Cabinda em particular, são simpatizantes e/ou fervorosos militantes do MPLA.

Na verdade, as novas «autoridades tradicionais» emergentes são «agentes locais organizados», intermediários cujo perfil é muitas vezes totalmente atípico. Assumem diversas facetas, simplesmente porque são pouco mais do que actores políticos locais.

Tais actores surgem sob várias guisas ou motivações, designadamente sócio-políticas e/ou sócio-económicas. Em resultado de todas estas reconfigurações que estão na base da sua rápida multiplicação, temos agora como «chefes» uma plétora de entidades que poderemos talvez chamar «neo-chefes», que dificilmente encaixam em moldes clássicos.

Os «chefes» com que hoje em dia deparamos, em Angola incluindo Cabinda, são de facto bastante diferentes dos «tradicionais» do passado. O poder que têm é muitas vezes mal definido, como no caso de líderes carismáticos, sendo um resultado da sua posição como nexo entre as cidades e as áreas rurais, ou entre as gerações dos dias passados e as vindouras.

Não raramente, através de curiosos processos de *«bricolage»*, os novos *«notables»* emergentes manipulam velhos símbolos prestigiados e dessa forma adquirem suplementos imensos de legitimidade. É curiosamente paradoxal – mas torna-se compreensível nos termos de imagem de Herbst de uma dança entre local e central – que estas muitas vezes novas entidades sejam apelidadas de «autoridades tradicionais» (Marques Guedes, 2008: 8).

Com o esbatimento da presença estadual, muitos «clientes periféricos habituais» viram os seus relacionamentos com o centro esvaziar-se de conteúdo. Amplamente como uma reacção a tais desenvolvimentos o Estado angolano decidiu, em 1999, reorganizar-se – especialmente no que respeitou a relações entre o «centro» e a «periferia».

Para tanto decidiu-se fazer ressuscitar figuras locais («autoridades tradicionais»), reconhecendo a eficácia no papel que tinham como intermediárias face aos vários grupos locais e regionais distribuídos ao longo do seu extenso e heterogéneo território. As «autoridades tradicionais» receberam uniformes, em muitos casos jipes de tracção às quatro rodas, e um salário mensal.

#### IV.2.3. Socialização, cultura e comunicação política

Para o desenvolvimento deste ponto, seguiremos a perspectiva funcionalista da Ciência Política, que utiliza operatoriamente o conceito de socialização política obtido a partir da antropologia e da sociologia<sup>146</sup>.

Por socialização política, entende-se «o conjunto de mecanismos psicológicos e culturais que levam um indivíduo a interiorizar, designadamente através da família, da religião, da escola, do trabalho e das associações, os valores e normas do sistema político em que está inserido» (Almond *apud* Romana, 1997: 69).

Para a análise das funções de socialização política e de recrutamento em Cabinda, propõe-se dois tipos de abordagens conceptuais. O primeiro considera a *socialização política* como «processo de indução na cultura política e a inculcação de atitudes básicas em relação ao sistema político» e o *recrutamento político* como «processo de indução em papéis políticos especializados» (Almond, 1965: 35). A segunda abordagem faz a distinção entre os sistemas políticos e sociedades tradicionais africanas e as novas organizações sociais e sistemas políticos criados, que emergiram progressivamente da descolonização.

Tratando-se de uma região enclave angolana, dois aspectos especiais relacionados com o processo de socialização tornam-se ainda necessários. Um diz respeito à natureza do processo de socialização em África, o qual assenta em complexas redes de parentesco, de linhagens, de grupos tribais e de posição social<sup>147</sup>. O outro diz respeito à socialização política nas áreas urbanas, que é essencialmente directa e manifesta, ao contrário do que se verifica com a socialização nas áreas periféricas tradicionais, que é, de natureza indirecta e latente (Coleman, 1969: 320-322).

Como já atrás ficou aflorado, entre 1991 e 1992, foi institucionalizado o pluralismo político em Angola. A introdução do multipartidarismo viabilizou a constituição e legalização de novas formações político-partidárias e de organizações da sociedade civil.

O sistema multipartidário tende a ser apresentado como o garante de um efectivo funcionamento democrático dos Estados. Constitui ainda, na óptica do desenvolvimento político, uma componente fundamental na criação de condições para a viabilidade das

---

<sup>146</sup> Uma perspectiva aplicada por Heitor Romana para analisar o desenvolvimento político na África negra no período pós-independência (Romana, 1997: 57-88). Ver, também, estudos como os de Armando Marques Guedes (2011: 89-111).

<sup>147</sup> Em algumas áreas africanas, estas complexas redes continuam a ser o fulcro da organização política das comunicações.

instituições que escoram o Estado, contribuindo, assim, numa perspectiva integrada, para o estabelecimento de condições favoráveis a um desenvolvimento sócio-económico sustentável e, reflexivamente, para uma efectiva integração dos Estados sub-desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento na nova ordem mundial.

Importa, no entanto, sublinhar que o regime angolano de criação dos partidos políticos impede a constituição e a actividade de partidos políticos que tenham carácter local ou provincial. Estará na base deste travão, a possibilidade de a origem histórica e as características étnicas e/ou sócio-culturais das populações angolanas, favorecer o surgimento de organizações políticas de cariz étnica, religiosa ou de índole separatista<sup>148</sup>. Uma das fórmulas encontrada para tentar combater o tribalismo e, concomitantemente, criar condições à construção do Estado-Nação em Angola<sup>149</sup>.

Não existe no País (pelos menos por enquanto) nenhuma formação político-partidária criada ou liderada por cidadãos nacionais de origem cabindesa. Sobrevive uma organização política apartidária que negociou e rubricou com o Governo os Acordos de paz e de reconciliação de Agosto de 2006: o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD)<sup>150</sup>. Para além de exigir o desenvolvimento político e sócio-económico do Enclave e melhores condições de vida dos cabindeses, esta organização apoia abertamente o regime e o Partido/Estado, sobretudo nos processos eleitorais. Por tradição, a maioria dos quadros cabindeses milita principalmente, no MPLA e uma minoria simpatiza-se com a UNITA. A sua aproximação às outras formações partidárias, como CASA-CE, PRS e FNLA, deve-se, em grande medida, às promessas políticas e estratégias eleitoralistas. O acordo político de 14AGO2012, assinado nas vésperas das eleições gerais angolanas, entre CASA-CE de Abel Chivukuvuku e personalidades cabindesas, representados, respectivamente por William Afonso Tonet e Jorge Casimiro Congo, parece revelar esse interesse.

Cabinda carece igualmente de uma organização cívica. A única criada em Setembro de 2003 –, o Mpalabanda-Associação Cívica de Cabinda (Mpalabanda-ACC) –, foi extinta em 28JUL2005, com base na aplicação da Acção Especial de Extinção de Associação, movida pelo Ministério Público de Angola, junto do Tribunal Provincial de Cabinda. Está definitivamente em causa em Cabinda, a efectivação do princípio geral e específico de participação e representação política.

---

<sup>148</sup> Tal como se verifica em grande parte dos Estados africanos.

<sup>149</sup> Armando Marques Guedes (2005) parece estudar este aspecto de forma muito conseguida.

<sup>150</sup> Organização que pretende agrupar todas as forças da resistência cabindesa e alega representar as aspirações e os interesses das populações locais.

Entretanto, tal como veremos ulteriormente, a sociedade civil, incluindo as Igrejas de Cabinda, dificilmente poderá ser ultrapassada ou marginalizada no processo de desenvolvimento político de Cabinda. Se a sociedade civil contribuiu para a construção da identidade colectiva da ideia de Cabinda, a expressão religiosa assumida pelos autores religiosos, foi fundamental para a consolidação desta ideia nas populações, no âmbito da memória estratégica.

De resto, a cidade é hoje o foco central da vida política: o ponto de maior inovação. Aqui o indivíduo pode escapar às restrições familiares e de parentesco, aos chefes tradicionais e aos valores tribais. É na cidade que os partidos políticos se desenvolvem. Os seus líderes, mormente os dirigentes no poder estão mais influenciados por pressões das elites urbanas ou pelas reivindicações dos trabalhadores do que pelas manifestações de descontentamento nas aldeias ou povoações. A união das elites e dos trabalhadores estimula a sua organização em grupos que expressem os seus respectivos interesses.

Relativamente aos chefes tradicionais, a situação é exactamente idêntica em toda Angola. Assim, em Cabinda, as autoridades tradicionais têm a liberdade de exteriorizarem as suas convicções políticas e manifestarem a sua simpatia numa ou outra formação político-partidária. Por tradição histórica são apoiantes e/ou dedicados partidários do Movimento Popular de Libertação de Angola.

Com efeito, a cultura apresenta valores que orientam o comportamento na direcção dos interesses comuns individuais ou de grupos. Os interesses comuns só podem ser entendidos a partir da dinâmica da comunidade, que se revê em valores específicos partilhados por uma população organizada culturalmente, que se identifica historicamente num espaço – território, cuja afirmação interna e externa, se traduz na existência de um poder político – Estado – que congrega vontades e mobiliza a comunidade na procura dum objectivo nacional (Romana, 1997: 1999).

No caso de Cabinda, a questão da mobilização à volta do poder político enquanto símbolo da grande comunidade angolana organizada em Estado parece colocar-se com acuidade. Perante a dificuldade, sempre existente, em unificar o Enclave à volta da autoridade central, o poder favorece a criação de valores e comportamentos, baseados no conceito de angolanidade como um manifesto colectivo de convivência de todos os angolanos, ao serviço da tolerância e da paz, procurando, assim, unir a população cabindesa à volta de um projecto nacional de objectivos comuns.

Assim, a actuação do Estado-Partido aparelho de poder<sup>151</sup> prioriza as vertentes política, económica e sócio-cultural, visando quatro objectivos estratégicos, a saber:

- Evitar a fragmentação étnica de Angola;
- Afastar uma «providencialização» do sistema político e do sistema de partidos no País;
- Garantir o reconhecimento de interesses próprios e específicos das populações, cuja gestão deve competir aos órgãos representativos das respectivas populações;
- Facilitar uma «acção afirmativa» de inclusão na vida política e social dos diferentes grupos de identidade e regiões, fundando um «bloco histórico nacional» (Bembe, 2013c: 177).

Reforça-se, assim, a ideia de Manuel Meirinho Martins, segundo a qual a democracia não se esgota na vertente representativa, mas o ideal democrático exige uma vertente participativa, que remete para uma intervenção mais intensa, mais efectiva e mais próxima da realização de problemas específicos<sup>152</sup>. Trata-se de uma «intervenção baseada em deveres morais e em valores comuns aceites pela comunidade em que o cidadão se insere, apontando, neste caso, para aspectos da cultura política, em sentido lato» (Martins, 2010: 71).

Deste modo, a estratégia angolana de desenvolvimento político de Cabinda deve valorizar a identidade nacional como pressuposto da coesão nacional gerada na base da coesão interna dos povos de Angola, pelas mesmas crenças e pelos mesmos mitos, valores e princípios de que se orgulham, pelos mesmos sacrifícios e pelos mesmos prazeres que, nas mais diversas circunstâncias, inspiraram o comportamento das várias comunidades sócio-culturais que agiu como uma só vontade (refere-se ao período antes e pós-independência)<sup>153</sup>.

---

<sup>151</sup> Os órgãos de soberania (o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais), o Executivo, os órgãos e serviços de Segurança e Defesa, a Administração directa e indirecta do Estado e o MPLA.

<sup>152</sup> Assim, parece seguro associarmo-nos à visão de Joseph Schumpeter (1942), segundo a qual «a democracia não significa nem pode significar que o povo governa, mas simplesmente, que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os homens que o pretendem governar», ou a perspectiva de Benjamim Barber (1984), que argumenta que “a democracia forte significa uma actividade autónoma de cidadãos mobilizados que aspiram a controlar as suas próprias vidas e a afectar a natureza da comunidade em que vivem” (Schumpeter e Barber, *apud* Martins, 2004: 37).

<sup>153</sup> Refira-se aos grandes espaços etno-sociológicos ou sócio-culturais, designadamente «os Khoisan, ou Hotontote-Bochimane, onde se inscrevem os povos Kede, Nkung, Bochimanes e Kazama, os Vâtwa ou pré-bantu, com os povos Cuissis e Cuepes, e o Bantu com os povos Ovibundu, Bakongo, Ambundu Tucôkwe, Ngangela, Ovambo, Nyaneka, Humbe, Helelo, Axindonga e Luba» (FEIJÓ 2001: 101).



A formação desta identidade nacional passa necessariamente pela educação patrimonial como veículo que permite as instituições patrimoniais agir como actores sociais, ajudando os angolanos a estabelecer ligações entre eles e as suas raízes, promovendo assim uma cultura de tolerância, de paz e sobretudo de unidade nacional.

Afigura-se, assim, fundamental reconhecer aos cabindeses a plena cidadania que corresponde, na acepção de Marshall e Bottomore (1992), «à posição concedida aos cidadãos como membros completos de uma comunidade, pela atribuição generalizada de direitos civis, políticos e económicos, pois a junção dos três direitos possibilita também a plena participação<sup>154</sup> directa na comunidade política» (Martins, 2010: 68).

O Estado tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo, designadamente através da veiculação de um sentimento de pertença como elemento vital para a conservação da unidade e da soberania nacional em Angola.

Com efeito, a coesão nacional só se sublima, só fica inquestionável, quando não se lhe opuserem sérias reservas decorrentes de uma iníqua repartição dos sacrifícios, de uma injusta e permanente distribuição dos bens sociais e de um excessivo afastamento entre governantes e governados. Estas, são situações que conduzem a uma irremediável perda da solidariedade social e esta, por sua vez, provoca, especialmente em tempos de crise social e política, sérias lesões à coesão nacional. A pobreza corrói e é impeditiva de uma coesão nacional sadia. Por isso se justifica, amplamente, o cuidado que deve merecer, ao poder político, a delicada problemática da coesão nacional. Criá-la, mantê-la ou reconstruí-la é tarefa permanente que já mais deve ser descurada no âmbito da construção e/ou da conservação da «nação» em Angola.

A realização do desenvolvimento auto-sustentado e centrado nas populações depende da capacidade de uma nação em mobilizar e utilizar as energias da sua população. Uma questão política importante e que a liderança angolana carece de decidir diz respeito a quais actividades económicas é que deverão ser assumidas pelo Estado e quais as que serão melhor assumidas pelo sector privado. Esta situação que, é nacional, influencia sobremaneira o desenvolvimento político na província enclave de Cabinda.

Neste contexto, é necessário demarcar claramente os três (3) papéis económicos do Estado:

- A sua responsabilidade pela gestão macroeconómica;

---

<sup>154</sup> A participação tanto pode referir-se a comportamentos activos ou passivos dos cidadãos; a atitudes e motivações face à vida política e pública; a acções individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão política; a actividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais; a comportamentos consentidos e não consentidos; ou a intervenções na esfera política e social (Martins, 2004: 39-41).

- O seu papel de planeamento e regulamentação, através do qual influencia a afectação de recursos nos sectores público e privado;
- O seu papel enquanto empresário.

Não obstante alguns progressos pontuais, a situação actual no sector da educação em Cabinda continua a apresentar indicadores bastante negativos. Da análise da situação ressalta o facto do aumento dos efectivos escolares conduzir a que grande parte dos estabelecimentos de ensino primário e médio sejam apenas escolas de fachada. De facto, existe uma sobrecarga de alunos por sala, bem como uma falta de meios e equipamentos didácticos mínimos. Os manuais escolares ou não existem ou não se adaptam, bem como não há, normalmente, técnicos com habilitações profissionais para o ensino.

Por outro lado, Cabinda integra e partilha com a Província do Zaire a terceira região universitária pública denominada «Universidade Onze de Novembro (UON)». Todavia, a província enclave possui uma frágil e incipiente estrutura de ensino superior e universitária, nos planos de instalações e dos recursos humanos. A maioria dos recursos humanos da região é formado nos Congos vizinhos, em especial, no Congo-Kinshasa. Em suma, o Estado não conseguiu criar um quadro de funcionários civis com suficiente formação e competência e imbuído do necessário espírito de serviço público para o desempenho das complexas tarefas da administração.

Afigura-se-nos, assim, necessário priorizar a formação e a valorização dos recursos humanos na região. A estratégia para a valorização dos recursos humanos encontra, nos domínios da educação, da ciência e da investigação e desenvolvimento, um campo que é de importância vital melhorar, tirando partido das qualidades intrínsecas dos povos de Angola e dos meios disponíveis. Nesse desiderato:

- Há que educar para preservar a identidade nacional e, sob sua inspiração, estimular o desenvolvimento da província de Cabinda, em particular e de Angola, em geral;
- Há que fortalecer os sentimentos de pertença nacional (de Cabinda ao Cunene) e os mecanismos de construção de uma cidadania livre e activa;
- Há que formar, permanentemente, para dotar cada cidadão angolano das ferramentas necessárias ao seu progresso individual e colectivo;
- Há que inovar para conferir especificidade ao país e torná-lo mais competitivo, também pela via da diferenciação (Bembe, 2013c: 172).

A qualificação dos recursos humanos é, assim, uma aposta estratégica, que passa, inelutavelmente, por um modelo educacional flexível mas exigente e de formação de excelência. Só com recursos humanos qualificados e um sistema educativo exigente e eficaz, que não deixe ninguém fora dele, é possível realizar, na prática, um verdadeiro conceito estratégico nacional que traga esperança ao futuro de Cabinda, em particular e de Angola, em geral.

Verifica-se ainda, em Cabinda, profundas desigualdades na distribuição dos rendimentos. Estas para além de serem sinal de graves desigualdades de oportunidades, especialmente no acesso à educação e valorização profissional de qualidade, devem ser encaradas como uma vulnerabilidade associada aos fenómenos da pobreza, da exclusão social e da criminalidade. Assim e, como temos vindo a insistir, o processo de desenvolvimento político de Cabinda deve promover a consolidação e a criação de novas instituições políticas, sem as quais, como a experiência o demonstra, qualquer tentativa no sentido do desenvolvimento sócio-económico estará bastante fragilizada. O desenvolvimento político define-se como a diferenciação e a especialização crescentes das estruturas políticas e a crescente secularização da cultura política.

Analisando uma «estrutura» como uma reunião de «desempenhos», é possível definir a «diferenciação estrutural» como o «processo pelo qual os desempenhos mudam e tornam-se mais especializados ou autónomos, ou pelo qual novos tipos de desempenhos são estabelecidos ou novas estruturas e subsistemas surgem ou são criados» (Almond e Powel, 1978: 19-22). A segunda dimensão do desenvolvimento político é a da «secularização cultural» definida como o processo pelo qual os indivíduos se tornam cada vez mais participativos e integrados na acção política.

Destarte, a democratização das estruturas políticas e a modernização do Estado devem também incluir-se, designadamente, um contexto democrático que garanta os direitos humanos fundamentais como objectivo essencial do desenvolvimento centrado nas populações, constituindo, ao mesmo tempo, um instrumento crucial para a intensificação do ritmo do desenvolvimento.

A área da comunicação política, entendida como «o processo de transmissão pelo qual a informação política circula de um lado para o outro do sistema político, entre este e o sistema social; ou nas palavras de Roger-Gérard Schwartzenberg, «um processo contínuo de troca de informação entre os indivíduos e os grupos a todos os níveis (Schwartzenberg, 1979: 176), ela encontra-se bastante fragilizada em Cabinda.

Embora a existência de alguns meios de comunicação especializada em Cabinda, designadamente uma delegação estatal da Rádio Nacional de Angola (RNA), da Televisão Pública de Angola (TPA), bem como uma estação privada da Rádio Comercial, os mecanismos de relacionamento entre o poder político e a sociedade são ainda bastante marcados por valores e padrões tradicionais, que integram os cinco tipos clássicos de estruturas de comunicação política (Almond e Powel, 1978: 142-143)<sup>155</sup>. Além da representação da Agência de Notícias Estatal (Angola Press) não existe nenhum jornal, digital ou impresso, baseado em Cabinda.

De todos meios identificados, a rádio é utilizada como veículo de transmissão de notícias e recados entre a população, detendo, assim, uma função de comunicação imprescindível. Devido ao auditório bastante limitado da televisão e dos jornais, a rádio assume um papel fulcral na divulgação de campanhas e de acções de esclarecimento junto da população, no tocante, nomeadamente, a cuidados de saúde, e no plano político, à difusão das actividades governativas, criando, assim, condições a um maior acesso à participação dos cidadãos.

Porém, a realidade no terreno demonstra que, os contactos informais «*face-to-face*» e as estruturas sociais não políticas são os principais veículos de comunicação política. O conhecimento do funcionamento do poder é obtido através da informação ou «recado» passado oralmente dos pontos de encontro da cidade para a periferia, através da vendedora, do taxista, dum «primo» ou familiar que trabalha na função pública, do professor ou do trabalhador da «roça» que informa os restantes elementos sobre algum facto importante para o meio.

Os partidos políticos possuem espaço de intervenção social mais activa. Mas salienta-se, que, com excepção do Partido-Estado, MPLA, as restantes formações partidárias têm algumas dificuldades de movimentações dentro da máquina burocrática-administrativa do Estado. Enraizado, na base e no topo da estrutura do Estado, incluindo os municípios, comunas e povoações de todo País, a máquina partidária do MPLA constitui um instrumento singular de socialização política e comunicação política, sem descurar o papel relevante

---

<sup>155</sup> Nomeadamente, 1) Contactos formais *face-to-face*, também designados por comunicação primária; 2) Estruturas sociais não políticas, tais como a família, grupos religiosos e económicos; 3) Estruturas políticas de *input*, designadamente os partidos políticos e outras organizações mais ou menos especializadas; 4) Estruturas políticas de *output*, tais como os governos, os órgãos legislativos e a administração pública; e, 5) Os meios de comunicação especializada, tais como os jornais, a rádio e a televisão (Almond e Powel *apud* Romana, 1997: 197).

assumido pela família (o chefe-de-família ou o membro mais velho que funciona como «fazedor de opiniões e decodificador das mensagens emitidas»), pelo novo grupo social (formado por estudantes e técnicos) ou pelas Igrejas, em especial as Comunidades Católica e Evangélica.

Em síntese, parecem merecer destaque, três desafios essenciais em Cabinda por parte da liderança angolana: pensar global, agir localmente<sup>156</sup> para o reforço da solidariedade e cooperação<sup>157</sup>; apostar no desenvolvimento sustentável (o amanhã começa já); e aprofundar a democracia através do reforço da cidadania<sup>158</sup>.

Importa, que as populações se revejam na progressiva evolução do modelo, que o consolidem, garantindo a sua constante e necessária participação democrática. Se a participação pública assume como ponto de partida essencial a eleição de representantes políticos para cargos governativos, pode dizer-se que ela assume um grau muito elevado quando aos cidadãos é permitido participar activamente nos processos de planeamento, tomada de decisão e gestão propriamente dita.

O processo de desenvolvimento e/ou de modernização multidimensional de Cabinda, exigirá um certo número de reformas institucionais e políticas a nível nacional do País. Como afirma o Relatório da Comissão Sul (1990) citado por Heitor Romana, «o Estado é mais capaz de desempenhar as suas exigentes funções quando existe um consenso nacional quanto às metas e propósitos do desenvolvimento e quanto à repartição quer dos seus custos quer dos seus benefícios» (Romana, 1997: 78). Reforça Manuel Meirinho Martins, instituições democráticas, que possibilitam a participação plena através da qual consenso pode ser alcançado e expresso, constituem, por conseguinte, não só um dos objectivos do desenvolvimento centrado nas populações, mas também o seu verdadeiro instrumento (Martins, 2004: 39).

---

<sup>156</sup> Mesmo para agir localmente, importa pensar sempre globalmente porque é cada vez maior o número de problemas que, embora possam requerer soluções locais, revestem uma dimensão transversal com carácter nacional, regional, ou até, global.

<sup>157</sup> Visando a redução das assimetrias locais e regionais e o desenvolvimento nacional, valorizando, igualmente, o tempo de globalização marcado por uma interdependência das economias e das relações sócio-políticas e culturais entre os povos.

<sup>158</sup> A confiança dos cidadãos na democracia local (incluindo o poder local e o poder regional), é um dos factores de estabilidade do regime político. A manutenção dessa confiança na evolução da repartição e exercício de competências administrativas é por isso essencial.

Provavelmente seja necessário investir na criação de uma consciência de povo, nos cabindeses, que se revê no Estado que política e juridicamente o enquadra, o que na nossa perspectiva deve ser entendido não apenas no âmbito meramente do progresso económico e social, mas sobretudo do mecanismo de desenvolvimento político. O modelo político, talvez possa servir de referência um conceito observante, que reconhece aos Cabindas «o direito e a capacidade efectiva de regularem e gerirem os seus interesses próprios e uma parte importante dos assuntos públicos» nos planos provincial e infra-provincial ao mesmo tempo que mantêm a sua presença a nível estadual e supra-estatal por cooptação variável (Bilhim, 2004: 13).

#### **IV.2.4. Grupos organizados em Cabinda**

O processo contemporâneo de construção política caracteriza-se, cada vez mais, pelo envolvimento de múltiplos agentes; não apenas aqueles que são formalmente responsáveis, tais como as autoridades governamentais ou seus representantes, como as Organizações Governamentais (OG), mas também os grupos de interesses empresariais ou outros em conjunto com Organizações Não-Governamentais (ONG), Governos Internacionais e Instituições Intergovernamentais, bem como grupos de peritos (Burns, 2004: 126).

Existem, em Cabinda, algumas redes que envolvem grupos de interesses implicados em temas e problemas políticos específicos, às vezes em cooperação, outras vezes em conflito com as instituições estatais. A diversidade dessas formas é baseada sobretudo na (e envolve agentes da) sociedade civil.

Pesem, embora, estas considerações, a especificidade geográfica e demográfica, próprio dum micro-Enclave, a que se adita a situação de vulnerabilidade estrutural, característica dum pequeno território descontínuo de Angola, escandalosamente rico em recursos naturais, mas social e economicamente subdesenvolvido, criam dificuldades à emergência de uma cultura política escorada nas instituições da sociedade civil.

Assim, a frágil estrutura organizacional da sociedade civil na província de Cabinda, reflecte a existência de um quadro de desenvolvimento político, ainda num estágio inicial.

Afigura-se, entretanto, evidente que, os agentes da Sociedade Civil Binda, que se constituem, mobilizam e envolvem em diversas actividades públicas são bastante diversificados, entre os quais:

- a) as organizações de interesses económicos: indústrias, banca, outros interesses empresariais, sindicatos, etc.

- b) as associações profissionais;
- c) as organizações voluntárias que desempenham serviços comunitários e organizam actividades comunitárias;
- d) as associações e redes de vizinhança;
- e) a igreja e outras organizações religiosas;
- f) as ONG's que actuam no sentido de influenciar a formação da opinião pública, as políticas públicas, a elaboração e implementação de leis<sup>159</sup>;
- g) os movimentos de resistência política e militar com aspirações independentistas, que se opõem a integração do Enclave de Cabinda na República de Angola;
- h) as organizações mafiosas, criminosas ou terroristas.

#### **IV.2.4.1. Grupos de pressão**

##### **IV.2.4.1.1. União dos sindicatos**

A União dos Sindicatos de Cabinda, filiada à Confederação Sindical (UNTA), agrupa sete Organizações Sindicais de diversos ramos de actividade, nomeadamente, agro-pecuário, comércio, hotelaria e turismo, indústria alimentar e outros sectores. Para além da UNTA, é possível identificar outras organizações profissionais e sindicais como a União dos Jornalistas Angolanos (UJA), Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA) e Associação dos Taxistas de Cabinda (ATC).

Uma das últimas marchas da greve promovida pela União dos Sindicatos de Cabinda, data entre Maio de 2011 e Maio de 2012, respectivamente, por ocasião do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.

Para comemorar a efeméride, o Sindicato de Cabinda para Saúde, Médicos e Enfermeiros, promoveu iniciativas vinculadas à dignidade do trabalhador e o respeito pelos direitos humanos, tendo por lema: «Trabalhadores Unidos, pela Estabilidade do Emprego e Salários Justos».

---

<sup>159</sup> As ONG's assumem formas muito variadas: associações culturais e recreativas, partidos políticos, organizações de interesses, *lobistas*, organizações religiosas (que se envolvem em acções de lóbi e de formação de opinião), a Amnistia Internacional, a Greenpeace, os grupos de acção, os «grupos de cidadãos» (Burns, 2004: 130). Isto significa que muitas associações e organizações voluntárias da «sociedade civil» não são ONG's neste sentido: não estão intencionalmente empenhadas em influenciar a opinião pública e a formação de políticas.

Na verdade, Cabinda tem sido uma das províncias angolanas onde as entidades empregadoras público-privadas, tendem a violar de forma sistemática, consciente e escandalosa, os mais elementares direitos dos trabalhadores ou melhor não implementam a Lei Geral do Trabalho.

Assim, a fragilizada rede dos sindicatos de Cabinda pugna pelos direitos dos trabalhadores, procurando ainda elucidar os respectivos cidadãos sobre as suas obrigações ou deveres à luz da lei. Com efeito, nos finais de 2011, apenas 11.984 trabalhadores estavam inscritos e distribuídos pelas seguintes organizações sindicais (PMC, 2011: 25):

- a) Sindicato da Administração Pública e Serviços;
- b) Sindicato de Agricultura e Pescas;
- c) Sindicato de Comércio, Indústria e Transportes, Turismo e Similares;
- d) Sindicato de Construção e Indústria de Mobiliários;
- e) Sindicato de Educação, Cultura, Desportos e Comunicação Social;
- f) Sindicato de Metalurgia, Indústria Extractiva e Electricidade;
- g) Sindicato de Saúde, Médicos e Enfermeiros.

Para alguns activistas mais radicais, Cabinda está completamente asfixiado, com uma rigorosa tempestade que causa muita crise: «obstáculos ao desenvolvimento industrial e comercial, irregularidades no sistema de abastecimento de água e de energia; empobrecimento da população autóctone» (Marcos Mavungo, 30ABR2012: MPALABANDA.NET).

O Sector da saúde, por exemplo, queixa-se da falta de quase tudo, desde o material gastável, medicamentos de primeiros socorros ao salário de miséria dos agentes da saúde. O empresariado local encontra-se empobrecido por uma governação «corrupta que o discrimina». Acresce, o mesmo autor, «as políticas seguidas, não servem, é necessário, outra geração de políticos e de políticas, que pense mais no bem das populações de Cabinda, do que no seu próprio bem; que pense na distribuição equitativa das riquezas e tudo faça para impedir o enriquecimento escandaloso de alguns; que se engaje num processo de paz para Cabinda fundada na justiça e dignidade dos povos» (Marcos Mavungo, ob. cit.; idem). Em suma, a solução para estes e outros fenómenos sociais e políticos, só será viável quando for contemplada a extinção do actual *status quo* integracionista e tratar os assuntos de Cabinda distintamente dos de Angola.



#### IV.2.4.1.2. Congregações religiosas

Existem, em Cabinda, várias congregações religiosas, muitas delas com práticas estranhas a cultura local. Numa visão macro, verifica-se que a maioria da população angolana é cristã e desta, o maior grupo é o Católico Romano. A confirmar-se, 55% da população é adepta do catolicismo.

Segundo dados do Instituto Nacional dos Assuntos Religiosos, do Ministério da Cultura, as denominações cristãs africanas representam 25% da população angolana; 10% segue as principais Igrejas Protestantes como Metodista, Baptista, Assembleia de Deus e Congregacionalista ou Igreja Unida de Cristo; e 5% pertence a várias igrejas evangélicas brasileiras, designadamente, a Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial Internacional, Igreja Mundial da Promessa de Deus, Igreja Mundial Renovada e Igreja Evangélica Pentecostal Nova Jerusalém<sup>160</sup>. Uma pequena percentagem da população rural pratica o animismo ou religiões tradicionais indígenas<sup>161</sup>, e 1 a 2,5% da população fazem parte da comunidade islâmica<sup>162</sup>, composta sobretudo por imigrantes da África Ocidental e famílias de origem libanesa (Bembe, 2012b: 101-102).

Na província de Cabinda, a Igreja Católica possui o maior número de fiéis entre as demais, seguida pelas Igrejas Protestante, Baptista e Nova Apostólica. O povo Binda acredita que Deus criou o Homem como entidade com as características duais.

O corpo físico é considerado como a miniatura do mundo corpóreo, tangível, e o corpo espiritual como representante e senhor do mundo incorpóreo. Embora não possa ser visto naturalmente, porque é uma realidade imaterial, por isso impalpável; o mundo espiritual é, efectivamente, a extensão automática e inevitável da vida na terra, a pátria eterna, original, criada por Deus – o Pai Celestial, o Pai último da humanidade (Moon, 2004: 265; 1990: 73).

---

<sup>160</sup> As actividades das igrejas de origem brasileira, acima mencionadas foram suspensas em Fevereiro de 2013, na base das conclusões da Comissão de Inquérito nomeada pelo Presidente angolano José Eduardo dos Santos. A comissão foi criada após a morte de 16 pessoas por «asfixia e esmagamento», num evento religioso que causou ainda 120 feridos, promovido em Luanda, em 31DEZ2012, pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O culto, denominado «Vigília do Dia do Fim», convidava todos a dar um fim a todos os problemas, nomeadamente, doença, miséria, desemprego, feitiçaria, inveja, problemas na família, separação, dívidas.

<sup>161</sup> Relatório dos EUA sobre Liberdade Religiosa no Mundo – Angola, 2009.

<sup>162</sup> O Islão em Angola é uma minoria religiosa. A Associação do Desenvolvimento do Islão em Angola é a principal organização evangelizadora. Os angolanos muçulmanos estão representados pelo Conselho Supremo dos Angolanos Muçulmanos de Luanda.

Não é um lugar para onde o Homem pode ir se lhe agrada ou recusar ir, se não lhe apetecer. Não há escolha possível, independentemente do estatuto social que o Homem desfruta na vida terrena, efémera e finita. Tal como Deus é o Ser último, absoluto, único, eterno e imutável, o mundo espiritual criado por Ele é também eterno e imutável (Moon, 1979: 129; 2004: 19).

Para além de acreditarem na existência de um ser Supremo, invisível, criador do universo e de todos os seres que o povoam, o Deus ou Nzambi-Pungu; os Cabindas garantem Fé absoluta, amor absoluto e obediência absoluta ao Nzambi-Pungu, Yavé, Yahweh, Jeová ou Allah, mas entretanto, dão crença em seres protectores invisíveis, intermédios entre Deus e os viventes, são os «Bakisi-ba-si».

Na sociedade existe o «ndotche», feiticeiro, com poderes maléficos para dificultar a vida dos outros ou mesmo tirar a vida a outros. Por conseguinte, aquele que praticar o verdadeiro amor como essência de Deus, estará capacitado para dissipar todas as barreiras criadas e superar as malícias perpetradas pelos Homens maus e/ou caídos.

Os arquivos de 2011, da Secretaria Provincial de Cabinda para a Cultura revelam que, apenas 47 igrejas foram reconhecidas em Cabinda. Cerca de 121 igrejas não reconhecidas exercem as suas actividades, incluindo ainda 47 Ervanários e 37 Células de Oração. Das instituições reconhecidas, sete afiguram-se mais influentes:

- a) Conferência Episcopal de Angola e de São Tomé (CEAST);
- b) Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA);
- c) Aliança Evangélica de Angola (AEA);
- d) Conselho de Igrejas de Reavivamento de Angola (CIRA);
- e) Associação Olangui Wosho/Combate Espiritual;
- f) Associação das Testemunhas de Jeová;
- g) Associação da Liga Missionária Cristã em Angola.

Com efeito, a Igreja Católica em Cabinda tem algumas particularidades no conjunto angolano. A sua singularidade reflecte-se (entre outros aspectos), nos antecedentes que estão na base da criação da Diocese de Cabinda em 02JUL1984.

Afigura-se, impossível separar a Igreja Católica de Cabinda da luta política dos Cabindas. Desde os primórdios, os Sacerdotes angolanos de origem cabindesa sempre defenderam os direitos, a justiça e a paz a favor dos Cabindas como um Povo distinto do Povo Angolano. Daí, a sua constante conotação com organizações políticas, ditas de libertação do Enclave de Cabinda – a FLEC.

Numa síntese retrospectiva, em 10JAN1975, os padres de Cabinda escreveram a carta «Não Podemos Ficar Calados». Afirmavam, nesta carta, dirigida aos Bispos de Angola, Vaticano, Comunidades Cristãs da Igreja local, Bispos e Arcebispos dos Congos Kinshasa e Brazzaville e à imprensa internacional, que não queriam um dia serem obrigados a pedirem «desculpa ao povo de Cabinda» por não terem denunciado a situação que se vivia no Enclave.

Como efeito, os religiosos pretendiam «salvar o direito do nosso povo», e denunciavam «a opressão sistemática do governo português e dos movimentos de libertação de Angola contra a vontade do povo cabindês de se separar de Angola e de gozar de uma independência total, imediata e incondicional».

Após desenvolverem os princípios da legitimidade de Cabinda à independência, a carta, assinada por Dom Paulino Fernandes Madeca, Dom Manuel Franklin da Costa, Amândio, padre Brito e Barão de Puna, lembrava ainda que, «o povo cabindês, muito antes das lutas de libertação, sempre se opôs a esta anexação. Perante esta recusa, Portugal constantemente e cruelmente reprimiu» (Rui Neumann, 09JAN2008: IBINDA).

Na mesma senda, mais tarde, em 10JAN1976, Sacerdotes de Cabinda refugiados na República do Zaire (actual Congo-Kinshasa), publicaram outro documento: «Não Podemos Deixar de Falar». Os seus objectivos e conteúdo pouco diferem da carta anterior.

A 02JUL1984, foi criada a Diocese de Cabinda, na qual Dom Paulino Fernandes Madeca, natural do Enclave, foi ordenado primeiro Bispo de Cabinda. Aos 75 anos, a reforma de Dom Paulino Madeca, nascido em 01OUT1927, e a necessidade da sua substituição, provocaram, desde 2002, sérias convulsões na Diocese de Cabinda.

Para alguns nativos do Enclave, esta medida torna-se incómoda para a Santa Sé, já que nas reflexões do então Vigário Geral da Diocese de Cabinda, a sucessão do Bispo da Diocese «também é uma questão política».

Considera o Padre Raúl Tati (2004):

*«É verdade que o bispo de Cabinda, logo depois de ter cumprido os seus 75 anos, que é a idade da reforma, fez a sua carta de pedido de reforma. O Vaticano para nomear outro bispo necessita de avaliar toda uma série de questões e factores. No caso de Cabinda, achou melhor que o bispo continue por mais algum tempo. Esta situação gerou muitos comentários dentro da Igreja e fora dela, dado que há muitos que não são da Igreja e que estão interessados nessa sucessão. É uma questão não só religiosa e eclesial, mas também uma questão política»,* (Raúl Tati, 13OUT2004: IBINDA).

A expectativa sobre o novo Bispo termina a 11FEV2005, quando a CEAST anuncia o nome de Dom Filomeno Vieira Dias, natural de Luanda, como novo Bispo da Diocese de Cabinda. O novo Bispo tomou posse no dia 10JUN2006, dezasseis meses após sua nomeação pelo Papa João Paulo II (1920-2005).

Alguns fiéis católicos do Enclave sentiram-se «injustiçados e discriminados» com esta decisão do Vaticano, que consideram como a melhor para Luanda. Após momento de silêncio, alguns sacerdotes genuínos, começaram a manifestar-se publicamente contra a «conivência» da CEAST, e divulgaram em Março de 2005, uma carta aberta intitulada «Oh Deus porque nos abandonaste» na qual manifestavam apreensão pela nomeação de um bispo não Cabinda.

Em desacordo total com os conterrâneos, alguns sacerdotes como Carlos Mbambi, recusou-se a assinar a referida carta, declarando-se favorável à designação de um Bispo natural de Luanda para a Diocese do Enclave Angolano. Esta rejeição foi mal recebida nalguns círculos presbíteros pró-independência de Cabinda, tendo formalizado o início da cisão dentro do clero local.

Por sua vez, a FLEC solidariza-se com a revolta das populações do interior. Reunido nos dias 12-e-13FEV05, o Nkoto Likanda – Conselho Nacional do Povo de Cabinda (uma espécie do Parlamento do Povo de Cabinda que congrega membros da FLEC e da Sociedade Civil de Cabinda), emitiu um comunicado onde deplorava e desaprovava «a afectação de um Bispo de origem angolana em Cabinda, tendo em conta que a Igreja Católica angolana sempre esteve indiferente ao drama do povo de Cabinda devida à ocupação militar angolana» (Neumann, 2005: 161).

Esta problemática terá estimulado a fundação da chamada «Comunidade Lubundunu de Cabinda» (Tati, 2013: 295-298), apontada como a nova Igreja, eventualmente Católica do Enclave (PNN: 02FEV2008). Estava em curso uma nova forma de resistência, ímpar em Cabinda, expressa através da desobediência civil, com ênfase:

- a) Nos incidentes de 25MAR2005, por ocasião da eucaristia celebrada por Dom Damião Franklin<sup>163</sup>;
- b) Na manifestação de 13MAI2005 contra a presença no Enclave, do Núncio Apostólico em Angola, Dom Ângelo Baccio<sup>164</sup>;

---

<sup>163</sup> Em 25MAR05, no final da celebração da eucaristia em Cabinda, jovens católicos chegaram a apedrejar o arcebispo e acompanhantes, quando se deslocavam da catedral para a sacristia.

<sup>164</sup> Ao revelar que, apesar da contestação que a nomeação tem provocado entre alguns fiéis católicos do Enclave, o novo bispo de Cabinda pode tomar posse em Junho de 2005; uma «multidão de fiéis» que aguardava

- c) Na agressão física de 18JUL2005 contra o Administrador Apostólico de Cabinda, Dom Eugénio Dal Corso (italiano de 66 anos);
- d) Na solidariedade que alguns cleros «autóctones» manifestaram, a 26ABR2006, ao então Vigário Geral da Diocese de Cabinda, padre Raúl Tati, entretanto, substituído por um sacerdote de origem checa, de nome Milan Zednichek<sup>165</sup>;
- e) Na sequência da carta do padre Raúl Tati endereçada ao Padre Milan Zednichek, alguns sacerdotes «genuínos» propuseram a saída da Diocese do Vigário Geral, o checo Milan Zednichek, cuja nomeação não reconhecem.

Por último, e criticando «a atitude inesperada e estranha dos irmãos da Província de Cabinda em recusarem a nomeação feita pelo Santo Padre ao prover de Pastor próprio esta Diocese irmã», a CEAST recordava em 11MAR2005, a nota pastoral «Angola no Caminho da Esperança nº 6» de Março de 2004, na qual afirmava o seguinte:

*«(...) Não é nossa competência dizer que solução dar ao caso de Cabinda. Mas é nossa competência dizer que a guerra não deve ser solução nem caminho para chegar a ela. Também (...) hoje dizemos que a violência, mesmo verbal, não é caminho para chegar ao coração do outro (concordia) nem solução para lhe conquistar o íntimo (confiança)», (CEAST, 11MAR2006).*

Em 08JUL2005, Dom Francisco da Mata Mourisca dando o exemplo de Dom Damião Franklin, questionou: «Se é possível o Arcebispo de Luanda ser natural de Cabinda, porque não há-de ser possível que o Bispo de Cabinda seja natural de Luanda?» (Octávio Carmo, 08JUL2005: Agência Ecclesia).

Afigura-se que o raciocínio dos sacerdotes nacionalistas é talvez, uma herança cultural e religiosa dos fundadores. Trata-se da Carta de 10JAN75, intitulada «Não Podemos Ficar Calados». Os cinco subscritores – padres naturais de Cabinda –, denunciavam neste

---

Ângelo Baccio para ouvir a última posição da Igreja sobre a indicação de D. Filomeno Vieira Dias para Bispo de Cabinda, apedrejou a sua viatura e «valeu a intervenção do padre Raúl Tati que teve de tirar o seu casaco para impedir agressões físicas ao núncio apostólico em Angola.

<sup>165</sup> Os padres de Cabinda reuniram-se em 26ABR2006, na sequência da carta de Raúl Tati endereçada ao padre Milan Zednichek, com cópias ao administrador apostólico de Cabinda, a D. Paulino Madeca, Bispo Emérito e ao Clero da Diocese. O Clero autóctone propôs a saída da diocese do vigário-geral, o checo Milan, cuja nomeação não reconhece, e pediu que seja encontrado um sacerdote que reúna o «consenso» da maioria do Presbitério, manifestando-se ainda solidário com o padre Raúl Tati, anterior vigário do Enclave.

documento «as arbitrariedades e abusos dos soldados do MPLA», apoiam «a causa da independência de Cabinda» e solicitam a «criação da Diocese de Cabinda», a qual deverá ser «dirigida por um originário do território de Cabinda» (Neumann, 2005: 173).

Na sequência da contestação de que tem sido alvo o novo Bispo de Cabinda, Dom Filomeno Vieira Dias, que envolve fiéis e parte do clero local, Dom Damião Franklin, natural de Cabinda, arcebispo de Luanda e Presidente da CEAST, foi designado pela Santa Sé, administrador apostólico da Diocese de Cabinda até à tomada de posse do novo Bispo.

A 25MAR05, no final da celebração da eucaristia em Cabinda, jovens católicos locais «chegaram a apedrejar o arcebispo e acompanhantes, quando se deslocavam da catedral para a sacristia», (IBINDA: 25MAR005).

Em 17MAI2006, foram suspensos sete clérigos da Diocese de Cabinda, quando um grupo de sacerdotes, incluindo os padres Raúl Tati e Alexandre Pambo, decidiu fazer parte de uma eucaristia pela reconciliação do clero, promovida em 14 de Maio, pela Comissão Diocesana da Juventude. A iniciativa foi considerada como uma afronta ao então administrador apostólico da Diocese, Dom Eugénio Dal Corso e ao seu vigário geral, Milan Zednichek, por ter carecido de uma autorização da hierarquia da igreja. A Congregação para a Evangelização dos Povos, de que era prefeito o Cardeal Crescêncio Sepe, suspendeu todos os sacerdotes Cabindas que tomaram parte do evento.

Os três sacerdotes foram figuras proeminentes do clero local com grandes responsabilidades pastorais. Com efeito, o padre Raúl Tati (antigo Vigário-Geral e Reitor do Seminário Maior de Filosofia de Cabinda), padre Jorge Casimiro Congo (ex-Pároco da Imaculada Conceição) e padre Alexandre Pambo (ex-Pároco da Sé Catedral de Cabinda).

Curiosamente, os três foram subscritores, em Março de 2005, duma carta aberta do clero de Cabinda, «Oh Deus porque nos abandonaste», pela escolha de luandense Dom Filomeno Vieira Dias, como novo Bispo da Diocese de Cabinda, em substituição de Dom Paulino Fernandes Madeca (1927-2008).

Dos sacerdotes suspensos, quatro viram as suas penas canónicas levantadas e três, designadamente, Jorge Casimiro Congo (vinte e sete anos de ministério) e Alexandre Chocolate Pambo (vinte e cinco anos de ministério), Raúl Tati (vinte anos de ministério), foram «definitivamente afastados de todas as celebrações eucarísticas e a administração de sacramentos segundo os costumes da Igreja Católica Apostólica Romana».

O decreto papal exarado no dia 16ABR2011, foi tornado público em Cabinda, no dia 22MAI2011, por iniciativa do Bispo da Diocese de Cabinda, Dom Filomeno do Nascimento

Vieira Dias, após este ter convocado, os respectivos sacerdotes ao Paço Episcopal, em 19 de Maio. Raúl Tati declinou o convite.

O afastamento de Raúl Tati e Jorge Congo foi acelerado pelo seu envolvimento activo no processo político de Cabinda. Os seus pronunciamentos e posições públicos foram, ao longo dos últimos anos, combatidos sem sucesso pelo Executivo de Luanda e por alguns círculos da CEAST devido à utilização do altar e da batina para fins políticos.

A situação agravou-se para os dois sacerdotes com a indicação de Filomeno Vieira Dias para Bispo da Diocese, uma nomeação abertamente contestada pelo clero de Cabinda pela sua ligação familiar a algumas figuras do poder (José Manuel, 24MAI2011: VOA).

O episódio provocou o afastamento dos crentes das igrejas e a multiplicação em flecha das manifestações de solidariedade com o clero local, bem como o reforço da Igreja Lubundunu (IBINDA: 07FEV2007).

Como revela, a edição da «África Monitor Intelligence» de 10OUT2012, foi recomendado pela Santa Sé, o esforço de reconciliação da comunidade católica de Cabinda. Para a Prefeitura da Congregação para a Evangelização do Povos, a continuação do ambiente de dissídio constitui uma clara ameaça à unidade da Igreja.

A atitude das autoridades angolanas que manifestaram o seu apoio ao processo de reagrupamento dos católicos de Cabinda, é considerada em harmonia com a adopção pelo Executivo de uma «nova política de apaziguamento» social e político para Cabinda e as substituições de altos funcionários do Estado e de quadros dirigentes da administração.

O ponto culminante da mudança visto como dissipador de tensões no território, foi o afastamento, em 02JUL2012, do governador Mawete João Batista (2009-2012), substituído por Aldina Matilde Barros da Lomba, em 28SET2012.

Como deixámos dito atrás, a cisão na comunidade católica de Cabinda, no conjunto cerca de 85% da população, ocorreu por via da afirmação de uma ala interna, «Lubundunu», que considerando-se hostilizada/marginalizada pelo Bispo da Diocese, Dom Filomeno Vieira Dias, ao qual eram também atribuídas motivações políticas, se rebelou contra o mesmo.

As políticas do regime para Cabinda são delineadas e acompanhadas por um «grupo de trabalho» a funcionar na esfera da Presidência da República sob a «orientação» de José Eduardo dos Santos e, de forma mais constante, do Ministro do Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, General Manuel Hélder Vieira Dias Júnior «Kopelipa», este assistido por alguns «especialistas».

#### IV.2.4.1.3. MPALABANDA-Associação Cívica de Cabinda

Como veremos mais adiante, no âmbito das cisões e proliferações dos movimentos nacionalistas de Cabinda, entre outras, assim se deve o surgimento da MPALABANDA-Associação Cívica de Cabinda, abreviadamente «MPALABANDA-ACC», proclamada em Cabinda, em 17MAR2004.

Refere o n.º 1 do art.º 1.º dos Estatutos da Mpalabanda<sup>166</sup>, publicados no Diário da República<sup>167</sup>, 3.ª série, n.º 96 de 05DEZ2003, a associação foi criada por decisão do fórum da sociedade civil, realizado de 8-9JUL2003, «cuja vocação é de congregar e representar a sociedade civil de Cabinda e promover e defender os seus direitos e interesses legítimos».

A FLEC, outrora em circunstâncias delicadas, dispersas e sem uma organização aglutinadora, vários activistas em Cabinda consideram que o novo quadro político militar do Enclave estava a ofuscar a realidade no terreno. Segundo alguns tratadistas do interior, as FLEC's entrincheiradas nas florestas estavam mais preocupadas com as acções defensivas que propriamente com as realidades rurais e urbanas, numa ausência total de uma voz, embora as representações do movimento espalhadas através do mundo.

Assim, numa iniciativa que atingiu números sem precedentes, durante dois dias de intensos debates e palestras, a Conferência «Uma visão Comum Sobre Cabinda», realizada, em Julho de 2003, em Cabinda, no Centro Cultural Chiloango, com a facilitação da Fundação Open Society, terá mobilizado, espontaneamente, mais de dois mil jovens. Os participantes do fórum manifestaram a necessidade de organizar a sociedade civil e sua participação activa na definição do futuro do território de Cabinda.

Fundada desde Setembro de 2003 e reconhecida em Dezembro do mesmo ano, a associação foi só proclamada em Março de 2004, após duas interdições. Na realidade, o acto público de proclamação enquadrou-se no âmbito do lançamento, em Cabinda, da «Campanha por uma Angola Democrática», testemunhado por líderes sociais e políticos (Luemba, 2008: 313).

São subscritores do acto constitutivo da associação, onze figuras da sociedade civil de Cabinda, por ordem de procedência, Agostinho Chicaia, Francisco Luemba, Martinho da Cruz Nombo, Simão António, Belchior Lanço Tati, Pedro de Assunção Cevo Agostinho, Jorge Casimiro Congo, Raúl Tati, Isabel Pemba Filipe, José Marcos Mavungo e Afonso Bumba.

---

<sup>166</sup> «MPALABANDA», designação duma pequena árvore, comum na planície de Cabinda, reputada pelas suas longas raízes e capaz de resistir a todas as intempéries climáticas.

<sup>167</sup> Órgão Oficial da República de Angola.



A associação, sem fins lucrativos e com sede em Cabinda, pretende dedicar-se a actividades culturais e de solidariedade, com os seguintes objectivos:

- a) fomentar, promover, divulgar os valores culturais locais;
- b) promover, divulgar e defender os direitos humanos e monitorar a sua prática quotidiana, denunciando as suas violações;
- c) pesquisar, recolher, conservar e divulgar os documentos referentes à realidade histórica e cultural local;
- d) intervir e implicar-se na vida social, política, cultural e económica local, promovendo e protegendo os interesses da população;
- e) enquadrar, organizar e mobilizar a população com vista ao exercício dos seus direitos de cidadania;
- f) fomentar e promover o desenvolvimento comunitário, protegendo e preservando o meio ambiente e os ecossistemas locais;
- g) participar em todas as iniciativas e esforços tendentes à restauração da paz e à solução pacífica do problema de Cabinda;
- h) praticar, promover e divulgar o ideal democrático, a gestão transparente, sadia e responsável dos bens públicos e sociais, o humanismo africano e a solidariedade;
- i) promover uma maior inserção e integração do homem no meio local através da inculcação dos valores culturais autênticos e da prática da solidariedade social (...).

De facto, a associação afirmava-se, formalmente, em matéria de defesa dos direitos humanos em Angola, particularmente na província de Cabinda, mas que, com uma prudência instintiva não insinuava o desinteresse às motivações políticas e nacionalistas próprias dos Cabindas, que se vislumbraram claramente no seu «*modus operandi*».

O discurso do padre Jorge Casimiro Congo, então Presidente da Assembleia Geral da Associação, proferido em Abril de 2004, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, parece evidenciar esta percepção.

Na sua comunicação com conotações patrióticas, o sacerdote enuncia o seguinte<sup>168</sup>:

*«Nunca a Juventude Cabinda esteve tão animada politicamente como agora se não com a Mpalabanda, o que significa dizer que os jovens ganharam uma animação*

---

<sup>168</sup> Citada pelo Ministério Público de Angola no âmbito do processo «Acção Especial de Extinção de Associação», movido em 28JUL2005, pelo Ministério Público, junto do Tribunal provincial de Cabinda.

*política evidente. (...) Esta juventude, além de ser o futuro, é fundamentalmente a nossa força do presente. A Mpalabanda passou a ocupar o espaço político pouco visível da Flec militar, devido à actual situação em que o contacto directo com o povo é reduzido e o povo sente uma certa orfandade. A Mpalabanda chegou como o pai e a mãe de um povo órfão, e por isso, recuperou esse espaço político para dar visibilidade a uma cultura, a um povo e a um desejo. As pessoas congregaram-se de uma forma muito humana e natural, como que uma parte da solução da questão de Cabinda passasse, fazendo da Mpalabanda o nó que aglutina todo o Cabinda sem olhar a sua tribo ou para as suas opções políticas» (29ABR2004).*

Na prática a associação terá reiteradamente desenvolvido actos resolutamente políticos e de «agitação das massas, incitamento à violência e à desobediência civil» no Enclave angolano de Cabinda, «contrários à independência e unidade da nação e integridade territorial»<sup>169</sup>. As razões fácticas apresentadas pelo Ministério Público de Angola, em 28JUL2005, estariam na base da aplicação da Acção Especial de Extinção de Associação (AEEA), movida junto do Tribunal Provincial de Cabinda.

Como fundamenta o processo levantado pelo Ministério Público (2005):

*«A matéria fáctica apresentada demonstra o carácter proibitivo da referida associação na continuidade da sua vida activa, cujos fins se vislumbra claramente nocivos ao clima de paz e concórdia que o momento aconselha, propugnando, ao invés, uma forte e organizada agitação das massas e incitamento à violência e à desobediência civil, à confusão, a tumultos, à desordem pública e social, à imoralidade e, finalmente, todos actos ... contrários à independência e unidade da nação e integridade territorial, aos princípios e objectivos consagrados na Lei Constitucional», (AEEA, 2005: 3).*

A douta sentença proferida, em 20JUL2006, pela Juíza Ana Maria de Oliveira, declarou extinta a Mpalabanda-Associação Cívica de Cabinda (Mpalabanda-ACC).

Como prova testemunhal no «processo-crime», 27 na sua totalidade, avança com elementos do Estado-aparelho de poder, designadamente, membros do governo provincial de Cabinda, militares, polícia nacional, ex-SINFO (actual SINSE, secreta angolana), polícia de

---

<sup>169</sup> O que se contrapõe obviamente ao estatuído na Lei Constitucional Angolana, vigente até Fevereiro de 2010 (art.º 11º, n.º 1 e art.º 5º da LCA, in fine).

intervenção rápida (PIR), polícia criminal. No grupo de testemunhas também se destacam várias notabilidades da CEAST e da hierarquia da Igreja Católica em Angola, padres, bispos, arcebispo, administrador apostólico e núncio apostólico<sup>170</sup>.

Certo é também que nunca se juntaram tantos para exigir o fim da guerra em Cabinda e denunciar os excessos das violações dos direitos humanos no Enclave praticados por algumas instituições, então, representadas como testemunhas contra o fenómeno Mpalabanda<sup>171</sup>.

Recorda-se que durante a existência da associação vários relatórios sobre os direitos humanos foram publicados muitos dos quais responsabilizando as Forças Armadas Angolanas pelos assassinatos e espancamentos de civis em Cabinda. Trata-se dos seguintes relatórios: Terror em Cabinda (2002); Cabinda, um ano de dor (2003); Cabinda, o Reino da Impunidade (2004); Cabinda, entre a Verdade e a Manipulação (2005)<sup>172</sup>. O Executivo angolano e a FLEC não ficaram impunes nos relatórios da Mpalabanda.

Todavia, apesar do monograma «MPALABANDA» adoptado pela nova organização, entretanto extinta, o protagonismo e a popularidade obtidos pela FLEC durante as décadas de 60 e 70 transformaram esta sigla num termo quase «mágico»<sup>173</sup>. Da euforia e depressão para a autodeterminação, das incoerências insolúveis, da crescente emergência de novas facções *flecistas* (flekistas), da ininterrupta fragmentação das já existentes e de um negócio chamado FLEC<sup>174</sup>, torna difícil a tarefa de contabilizar as FLEC's existentes.

---

<sup>170</sup> O portal angolano de notícias, nexus, avança os nomes de algumas personalidades e os cargos que ocupam no aparelho do Estado (28JUN2006): o governador provincial de Cabinda, José Aníbal Lopes Rocha (2002-2009), o delegado do ministério do Interior e Comandante da polícia em Cabinda, sub-comissário Simão Queta, o delegado dos serviços de informação, os comandantes de zona militar do Maiombe, os administradores municipais bem como altas figuras da hierarquia da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e do representante do Papa João Paulo II, em Angola, Dom Ângelo Baccio.

<sup>171</sup> É marcante também que nas 27 testemunhas para a «extinção» da associação não constam cidadãos comuns naturais do Enclave.

<sup>172</sup> Os relatórios foram geralmente elaborados por uma Comissão AD-HOC para os Direitos Humanos em Cabinda, incluindo a Coligação pela Reconciliação, Transparência e Cidadania, composta por várias ONG's e sindicatos angolanos com o patrocínio da Open Society.

<sup>173</sup> Na sequência das Conferências Nacionais Soberanas de 1990 e 1991 organizadas no Congo e no Zaire, a multiplicação exponencial dos partidos políticos no Zaire de Mobutu terá influenciado a estrutura da «Causa» defendida pela FLEC. Nessa época, as organizações Cabindas multiplicaram-se também, tornando duvidosa a representatividade da maior parte delas.

<sup>174</sup> António Lopes criou vários documentos, desde 'o Bilhete de Identidade da República de Cabinda ao Cartão de Resistente e à Certidão de Nascimento de Cabinda', o que provocou a revolta dos representantes da

Numa espécie de homenagem pelo passamento físico de Bispo Emérito de Cabinda, em 09JAN2008, foi elaborado, em 10 de Janeiro do mesmo ano, pela sociedade civil de Cabinda, o «Manifesto da Consciência da Nação Cabindesa». O manifesto apresenta-se como uma nova iniciativa que tendia a abrir espaço para «uma nova abordagem do conflito de Cabinda, através da busca de entendimentos que passam por uma nova capacidade de diálogo conducente a uma solução que satisfaça as lúdimas aspirações dos cabindas, salvaguardando um futuro de cooperação, com reciprocidade de vantagens. O conteúdo do manifesto, constituído novo pontos, evidencia o histórico sentimento nacionalista dos Cabindas.

*«Nós, Signatários deste Manifesto, fazemo-lo com espírito de fidelidade à Terra (espaço comum), à História (memória colectiva) e à Identidade (rosto específico). Esta tríade realidade, que nos agrega, ultrapassa os aspectos meramente visíveis. Daí que a nossa missão é a de colocarmos ao serviço desta nobre causa todo o nosso capital intelectual e afectivo. Por isso, trazemos ao mundo, de forma clara e inequívoca, a vontade e a determinação que nos animam neste momento decisivo da nossa História», (MCNC, 2008: 1).*

Em 10AGO2012, representantes da sociedade civil de Cabinda e a coligação Convergência Ampla de Salvação de Angola (CASA-CE) assinaram um acordo que prevê a realização de um referendo sobre o território. O compromisso político eleitoralista foi assinado em Cabinda por William Tonet, um dos vice-presidentes da CASA-CE, e pelo ex-padre católico Jorge Casimiro Congo.

#### **IV.2.4.1.4. Associação Tratado de Simulambuco**

Não obstante, a herança histórico-cultural de Cabinda e a língua portuguesa, «enquanto elemento aglutinador da cultura lusófona e de afirmação desta cultura no Mundo», a função da comunicação social concretizar-se-ia «numa vasta pluralidade de meios, de

---

FLEC/FAC e da FLEC/Renovada. «Dizem que os meus documentos são ilegais, mas a República de Cabinda ainda não existe! Assim são legais! Seriam ilegais se a República de Cabinda existisse e eu fizesse documentos falsos», argumenta Lopes. Com a venda dos documentos, no conjunto em cerca de 200 euros, garante uma independência económica e dedica-se à sua revolução. (Neumann, 2005: 121).

iniciativas e de projectos, em ordem a salvaguardar e incentivar a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos»<sup>175</sup>.

Ao contrário do que seria desejável, o conceito e a prática da comunicação social que adimos a própria postura oficial do Palácio das Necessidades, desmotiva a solidariedade da sociedade civil portuguesa à «questão de Cabinda».

Mas, na óptica de alguns analistas, foi também a manifesta desorganização da resistência de Cabinda, peritos em desentendimentos e a sua incapacidade de assumir uma alternativa séria e credível do destino de Cabinda (aspectos muito enfatizados pelos analistas, actores políticos e imprensa), que inviabilizaram qualquer acção sedutora de simpatia dos portugueses à «Causa Binda» (Luemba (2008: 68).

Mau grado às lideranças de Lisboa e Luanda, a 24MAR2003, é fundada em Lisboa, a Associação Tratado de Simulambuco-Casa de Cabinda em Portugal (ATS-CC), na Sede provisória sita em Agualva-Cacém (Sintra), por um grupo variável de cidadãos portugueses e cabindeses.

O artigo n.º 2.º dos Estatutos da recém organização, publicados no Diário da República<sup>176</sup>, 3.ª série, n.º 160 de 14JUL2003, ressalta os 27 objectivos da ATS-CC, os quais (não, tendo seguido a ordem de procedência do original) seleccionamos os sete seguintes:

- a) Reforçar os laços históricos, culturais entre Portugal, Cabinda e as diversas comunidades e minorias étnicas existentes no Concelho de Sintra, no Distrito de Lisboa e em todo o País.
- b) Criar e trabalhar para a implementação da Casa de Cabinda em Portugal, fazendo dela um pólo de debates com a realização de palestras; amostras culturais; exposições; um centro de recolha de documentação histórica e acima de tudo apoiar e informar os cidadãos sobre as mais diversas matérias.
- c) Estabelecer laços, contactos com a Fundação Camões e outras similares com vista à preservar e desenvolver a Língua Portuguesa em Cabinda; realização de protocolos e acordos com as misericórdias e outras Instituições similares, para programas de formação profissional; acompanhamento e aconselhamento de famílias e jovens em risco de exclusão social; elaborar estudos e programas de reintegração e inserção social e profissional; promoção das empresas do Conselho,

---

<sup>175</sup> Enfatizava o Programa do XV Governo Constitucional Português, subtítulo «Investir na qualificação dos portugueses».

<sup>176</sup> Boletim Oficial da República Portuguesa.

do Distrito e do País, noutros Países, com vista a sua instalação e internacionalização; incentivação na geminação de Cidades, Vilas e Aldeias.

- d) Publicitar junto das instituições e da opinião pública a natureza e os fins do Tratado de Simulambuco.
- e) Encorajar, promover debates e dinamizar a comunicação sobre o Tratado de Simulambuco; promover o conhecimento sobre os descobrimentos e incentivar o conhecimento da história dos Povos.
- f) Promover o interesse da sociedade Portuguesa e Cabindesa sobre as relações históricas entre os Povos.
- g) Desenvolver os laços com a Sociedade Civil, as Igrejas, Instituições de Solidariedade Social, Fundações e outras similares; servir de ponte e ligação entre as mais diversas Associações; elaboração de um site para informação generalista.

Em síntese, depois da Conferência «Para uma visão comum para Cabinda» realizada, em Cabinda, em Julho de 2004, com apoio da Fundação Open Society; o futuro de Angola foi objecto de um colóquio que a Fundação Mário Soares com apoio da Open Society, resolveu organizar em Lisboa, em 26MAI2004.

Em debate estiveram assuntos económicos, sociais e, sobretudo, políticos. O grosso de participantes para a provocação das discussões saiu expressamente de Luanda.

Foram dois dias de fortes debates, sobressaindo a polémica «Questão de Cabinda», com a qual se encerrou o colóquio, a mais quente de todas.

Num exercício estratégico e de receio aos contestatários, os portugueses acabaram por deixar que os angolanos se embrulhassem em discussões «basicamente estéreis, em especial a que envolveu o Stephane Barros, uma figura ligada à FLEC, e uma voz marcadamente de aluguer que o partido da situação colocara em campo para defender os seus interesses» (Semanário Angolense, 05JUN2004: 15; Lucas Adão, 26MAI2004: ANGOLA-SAIO).

Acrescem os mesmos autores, ao contrário de um dos comunicadores desse painel, que se saiu a contento ao responder à diversidade de dúvidas que lhe foram apresentadas sobre Cabinda, o Padre Raúl Tati terá apenas feito «recurso ao seu direito de não comentar ou responder às perguntas que lhe foram colocadas, nomeadamente a propósito do papel da Igreja que representava como testemunha, na fusão da FLEC-Renovada e FLEC-FAC e, na criação do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD).

Em 23SET2004, «A história e cultura de Cabinda e imigração, liberdade e direitos humanos», foi escolhida como tema de debate, na ocasião de apresentação e proclamação pública da ATS-CC, no Auditório Adriano Moreira da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Um ano depois de assinatura dos Acordos de Paz em Cabinda, entre o Governo Angolano e o FCD com a facilitação da União Africana, a 23NOV2007 «Cabinda – os caminhos para a Paz», é a temática preferida para o debate organizado pela Associação Tratado Simulambuco, na Sociedade de Geografia. A iniciativa mereceu protestos de alguns meios de comunicação social angolanos.

Como deixámos dito atrás, uma das outras iniciativas, desenvolvidas por estas instituições e associações (ATS-CC, MPLABANDA), partidos políticos e/ou personalidades cívicas e políticas portuguesas ligadas à (Casa Real Portuguesa, PS, CDS e PND), bem como a Comunidade Santo Egídio (Roma/Itália), foi sem dúvida, a sua solidariedade e auxílio público para a libertação do ex-Secretário-geral da FLEC e Presidente FCD, António Bento Bembe, detido na Holanda entre 25JUN-15NOV2005, «quando se encontrava no interior do edifício da ONU (na sequência de contactos já iniciados) com vista a encontrar uma solução pacífica para o conflito de Cabinda» (PNN; IBINDA: 16NOV2005).

Finalmente, a absolvição de Bento Bembe pelo Tribunal Supremo de Haia, em 15NOV2005, é, antes de mais, um tributo das ondas de solidariedade local (Cabinda) e internacional, geridas em Lisboa pela Casa de Cabinda. Essa vaga de solidariedade espontânea, obrigou a Diplomacia Angolana a interceder directamente e a contragosto, em 14NOV2005 a favor do líder da FLEC e do FCD. A notoriedade de Bento Bembe foi considerada por vários analistas como a manifestação de reconhecimento oficial da legitimidade do Fórum Cabindês para o Diálogo, como o único interlocutor válido para a «Questão de Cabinda», o que vai de encontro do desejo formal dos fundadores da nova organização cabindesa.

#### **IV.2.4.2. Resistência político-militar: uma análise sistemática**

Afastada da política interna de Angola até aos anos 60, Cabinda fruía da sua própria organização nacionalista desde os meados da década de 50 (Macqueen, 1998: 53).

A propósito, escreve Luemba (2008), em 1948, o recém-ordenado sacerdote, Manuel Franklin da Costa, foi portador dum «memorandum» elaborado pelos descendentes e representantes dos Príncipes e Governadores de Cabinda (signatários do Tratado de

Simulambuco), endereçado ao Governo Português, na pessoa de António de Oliveira Salazar (1819-1970), chefe do regime (1932-1968).

No mesmo ano (1948), nasceu, em Léopoldville (actual Kinshasa), a Communauté Cabindaise (COMCABI), uma associação mutualista e cultural que congregava Cabindas e Congolese das regiões fronteiriças com o Enclave.

Em 1957, cinco cabindeses de gema filiados à COMCABI, nomeadamente, Luís Gonzaga Ranque Franque, José Mbuanga Puna, coronel Púcuta e José Francisco Quintão, considerando-se vítimas de «discriminação e de zombaria» da parte dos congoleses, abandonam aquela mutualidade e criam, em 1959, a Association des Ressorissants de L'Enclave de Cabinda (AREC), que teria uma irmã no Congo-Brazzaville, a Associação dos Originários do Enclave de Cabinda (AOECA). Ambas as organizações, AREC e AOECA, com cunho marcadamente nacionalista, impulsionariam o aparecimento dos primeiros movimentos efectivamente nacionalistas do Enclave de Cabinda (Luemba, 2008: 118-119).

Assim, o espectro das organizações emancipalistas do território de Cabinda dos 60, cuja fusão resultaria a FLEC, compreende três principais, a saber: Movimento de Libertação do Estado de Cabinda (MLEC), criado em 1960, por Luís Ranque Franque (1924-2007), Comité de Acção da União Nacional dos Cabindas (CAUNC) e Aliança do Maiombe (ALIAMA), criados em Léopoldville, em 1962, respectivamente por Nzita Henriques Tiago (1927-) e António Eduardo Zau (1928-). Todavia, a resistência político-militar contemporânea de Cabinda abrange por dois movimentos fundamentais: a FLEC-FAC e a FLEC-Renovada, lideradas, respectivamente, por Nzita Henriques Tiago e António Bento Bembe (1950-).

Não inesperadamente, as alterações supervenientes de circunstâncias, que o tempo e a história não deixaram de causar, trouxeram-nas à superfície. Os ventos de democracia de 1974 estariam indubitavelmente na origem do verdadeiro «boom» de nascimento e renascimento de partidos ou movimentos políticos. Em Cabinda não foi uma excepção.

Se bem que fragmentada e fissípara, os Cabindas tentaram juntar, em Agosto de 1963, as suas diferentes facções num só movimento, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), mas que permaneceu dividido, mergulhado ao longo do período da descolonização em disputas internas, movidas em simultâneo, pela apetência de comando própria dos Povos Bakongo e, alimentadas pelas manobras rivais dos dois Congos com «apetências expansionistas», tendo relegado ao segundo plano os objectivos essenciais das suas organizações (Morais, 1998: 299; Bembe, 2009: 178-179).

Desta feita, apesar das movimentações e das manifestações da FLEC, a sua inerente instabilidade, que adimos as respectivas estratégias dispersas, limitadas e sobretudo,



encravadas nos dois Congos, deixaram Cabinda praticamente invisível para a Comunidade Internacional, mais concentrada no complexo processo de descolonização da «jóia de África» – Angola.

Até porque, como Correia (1991) esclarece, em 31OUT1975, a opinião pública internacional desperta para a questão de Cabinda, onde sangrentos incidentes militar entre a FLEC e a facção Agostinho Neto do MPLA fazem eco pela supremacia no território. A 2 de Novembro, o MPLA, acompanhado por uma companhia do exército português, vem do Maiombe e entra no Tchiowa (cidade capital de Cabinda), sem disparar um único tiro, e sem resistência alguma, dado que as forças preparadas para a defesa da capital foram dispersadas na sequência das agitações de Outubro. Trata-se, sem dúvida, de um talento pouco artístico e um atentado ao lirismo ocidental, na tentativa sempre estropiada de encobrir o despido subterfúgio do FMA-Angola!

Cabinda foi essencial para o triunfo do MPLA em Angola. Mas, a campanha de Outubro de 1975, serviu mais como meio de fazer reconhecer a sua identidade guerrilheira e de facultar uma arena para a luta armada, do que por se terem conseguido quaisquer êxitos políticos ou militares que, na realidade, eram escassos e, destituído de simpatia popular, pelo menos, na região sul do Enclave.

Do estudo e análise de todos os aspectos atrás afluídos e da interpretação dos resultados, pode inferir-se a inexistência duma capacidade organizativa efectiva da resistência cabindesa. A sua incipiente cultura política tornou a FLEC débil e politicamente controlável pelo adversário angolano. Tal como se verifica, os Cabindas revelaram-se incapazes de adoptar um plano de acção estratégica, que não é mais do que um esquema dialéctico onde é definida uma «manobra estratégica»<sup>177</sup>.

Parece não haver factores de mobilização à volta de um interesse comum cabindês (como em Fevereiro de 1885), uma vez alcançado ou preservado, deveria provocar o desequilíbrio angolano e afectar algumas das forças por si utilizáveis. Daqui decorre um

---

<sup>177</sup> André Beaufre, considerada a «manobra estratégica» essencial para conferir à estratégia uma noção consciente do que se vai desenvolvendo e das reacções que devem ser esperadas. Ao resultar da dialéctica da luta, da esgrima abstracta dos dois combatentes, tem associado um certo número de acções e de reacções relativas à ofensiva, à defensiva e às forças. No que se refere à ofensiva, identifica: o ataque; a ameaça; a surpresa; a dissimulação; o engano; o forçar; o fatigar e o perseguir. Relativamente à defensiva, considera: o proteger; o parar; o ripostar; o libertar; o esquivar; e o separar (Beaufre, 1963: 33). Quanto às forças estabelece: concentrar; dispersar; economizar; aumentar ou reduzir. Conclui, António Silva Ribeiro, a combinação destas alternativas no tempo e no lugar constitui o chamado «jogo estratégico ou batalha» (Ribeiro, 1998: 95).

requisito fundamental inerente à regra do valor do objectivo, «a flexibilidade do objectivo final», que se traduz pela:

- a) Necessidade de decomposição em objectivos parcelares, por forma a ser possível conduzir a acção por aproximações sucessivas (progressividade);
- b) Possibilidade de, a qualquer momento, se optar por outros objectivos, que permitam fazer face a problemas não previstos e explorar com oportunidade as diferentes eventualidades (reversibilidade, sensibilidade à evolução e sensibilidade ao insucesso).

Na ausência de opções político-estratégicas dinâmicas e flexíveis a alcançar, torna-se no fundo impossível aplicar, entre 1975 e 2005, princípios estratégicos adaptáveis ao processo de resolução política da «questão de Cabinda»<sup>178</sup>. Na realidade, como a estratégia tende a ser de longo prazo nos seus desenvolvimentos, execução e efeitos, a chave do sucesso da sua formulação e operacionalização encontra-se na atempada e rigorosa escolha de objectivos apropriados. Nesta circunstância, poderá conseguir-se muito com pouco esforço, enquanto na sua ausência obter-se-á muito pouco com grande esforço. Os Cabindas tentaram esporadicamente assegurar sem sucesso o princípio da economia de esforço. Todavia, a escolha de um objectivo unificador nem sempre é suficiente para permitir a coordenação das acções necessárias a consecução da unidade de esforço.

Para além de não terem conseguido identificar e perseguir objectivos claramente definidos e exequíveis, cuja consecução ou preservação favorecesse mais o interesse do povo

---

<sup>178</sup> Cada conjunto de forças de uma determinada natureza constitui um factor do potencial estratégico, isto é um agente, elemento, condição ou causa que concorre para a valoração das acções estratégicas. Podemos considerar factores básicos do potencial estratégico: «factor económico, que integra as forças de natureza económica; um factor político, que abarca as forças de natureza política; um factor psicológico, que encerra as forças de natureza psicológica; um factor militar, que engloba as forças de natureza militar; um factor físico, relacionado com o meio onde se desenvolve a acção estratégica; um factor humano, relativo ao quadro populacional que torna possível a realização dessa acção; e um factor histórico, traduzindo figuras e acontecimentos que através dos tempos têm caracterizado a vida de determinado actor. Convirá notar que esta categorização não é mais do que uma construção intelectual, destinada a facilitar a penetração da inteligência humana no tratamento de elementos complexos. Para além disso, também não estabelece fronteiras rígidas entre a multiplicidade de factores existentes, a maioria dos quais são interpenetráveis. Por esta razão, deve ser tomada como uma orientação susceptível de ser adaptada a cada situação, em função das informações disponíveis, da psicologia do actor do estudo e da sua finalidade, por forma a que a resultante final exprima a realidade em análise», (Ribeiro, 1998: 94).

que alegam defender; os independentistas mostraram-se inflexíveis à concentração dos «factores do potencial estratégico»<sup>179</sup>, nos locais e nos momentos decisivos.

Em conclusão, o número e a diversidade de actores Cabindas contribuíram para a dispersão e a conflitualidade dos esforços realizados nos diferentes domínios de acção. Assim, não lhes foi possível adoptar um objectivo exequível, isto é, que esteja na justa medida das acções que os seus meios permitam.

Num exercício sempre incompleto de levantamento, foi possível identificar inúmeras facções da FLEC ou Frentes de Libertação do Enclave de Cabinda, a saber:

«*FLEC (1963); FLEC/Rouge (Jean da Costa); FLEC/FAC (antes também conhecida FLEC/Negro de Nzita Tiago); FLEC/Original e FLEC/Histórica (Ranque Franque); FLEC-Lubota (Francisco Lubota); FLEC/PM (Mantando Brás); FLEC/Renovada (ex. FLEC/PM – Tibúrcio Zinga Luemba e posteriormente liderado por Bento Bembe); FLEC/PLATAFORMA com a sigla FLEC (ex. FLEC/Renovada – Bento Bembe, inclui FLEC/Renovada, sociedade civil, e quadros do interior e exterior); FLEC/Cabinda (António Luís Lopes); FLEC/Mavungo (Benício Mavungo); FLEC Nova Visão (Tibúrcio Zinga Luemba, após a sua dissidência da FLEC/Renovada); FLEC/CSA (Liberal Nuno); FLEC/FP (Stephane Barros); etc.*» (Neumann, 2005: 117; Bembe, 2009: 262).

Com efeito, apesar da multiplicidade de siglas, eram reconhecidas, de forma diplomaticamente encoberta, duas FLEC's: a FLEC/FAC de Nzita Tiago e a FLEC de Bento Bembe que, em Agosto de 2004 reforçaram a sua posição após a decisão conjunta duma efémera fusão no âmbito dos Acordos assinados na Holanda.

De resto, até ao final de 1996, os grupos armados da FLEC revelaram algum «poder de pressão»<sup>180</sup> ainda que disperso, mas sem flexibilidade do objectivo final, ou seja, não

---

<sup>179</sup> As forças ou o conjunto das forças – compreendem todos os meios, susceptíveis ou não de avaliação objectiva, a que um actor pode recorrer para alcançar os seus objectivos. Tendo em vista facilitar a realização de estudos analíticos e interpretativos das forças, o Professor Silva Ribeiro adoptou a seguinte classificação, elaborada a partir do General Couto e Lopes Alves: quanto à natureza as forças podem ser classificadas em materiais ou tangíveis e morais ou intangíveis; quanto à situação as forças podem ser classificadas em imediatamente disponíveis, em latentes ou disponíveis após activação, conversão, desenvolvimento ou exploração, e em latentes ou disponíveis; quanto à concentração as forças podem ser classificadas em concentráveis normais e anti-concentráveis ou inconcentráveis» (Ribeiro, 1998: 93).

<sup>180</sup> A decisão sobre o comportamento estratégico a adoptar pelos contendores em litígio depende, entre outros factores, dos meios que, em todos os sectores, materializam as suas possibilidades. O conjunto dessas

aceitavam outra solução não fosse a independência, no entanto sem capacidade para a sua materialização. Contando com a colaboração dos próprios Cabindas, Luanda ensaiou com assinalável sucesso a promoção de inúmeras estratégias de negociações para melhor dividir, adquirir, manter e explorar a iniciava<sup>181</sup>. Com isto, foi-lhe possível assegurar o controlo dos factores que favoreciam a acção própria e dificultavam a dos Cabindas.

Certo, porém, a guerrilha encetada pela FLEC, nos finais dos anos 70, é, antes de mais, uma categoria menor de um fenómeno sociológico bem mais conhecido e genérico: a guerra. Esta, foi já definida por Huntington (1996) como, toda a acção recíproca violenta entre dois grupos políticos organizados (governos ou não). Na essência, toda a guerrilha se apoia numa situação de descontentamento passivo, por parte de sectores vastos da população. Este sentimento tem sempre um fundamento real que pode ser estimulado por grupos interessados no seu aproveitamento.

Esta situação de insatisfação, por parte de sectores da população, deriva do desejo de ver realizadas algumas das seguintes aspirações (Lara, 1987: 191-194):

- a) Independência nacional;
- b) Afrouxamento da opressão (real ou imaginária) em que vivem;
- c) Fim da ocupação ou exploração estrangeira;
- d) Desenvolvimento económico e social;
- e) Eliminação da corrupção;
- f) Liberdade religiosa.

Mas há, todavia, uma evidente conotação ideológica das guerrilhas contemporâneas. Mesmo que se não confessem abertamente marxistas, tal como a esmagadora maioria das

---

possibilidades é denominado potencial estratégico e pode ser definido com conjunto das forças de que qualquer natureza, materiais e morais, que uma organização (Estado) pode utilizar em apoio da sua estratégia. O potencial estratégico distingue-se assim de poder, que é a revelação da força em circunstâncias concretas e com vista à consecução de determinados objectivos»; ou seja, por outras palavras, o general Abel Couto, diz também que «é a capacidade de um actor político impor a sua vontade a outro actor, mediante a suposição de sanções eficazes nos casos da não-aceitação dessa vontade» (Ribeiro, 1998: 93-94).

<sup>181</sup> Trata-se das práticas da antiga potência colonizadora. Como reconhece Henry Kissinger, «muitas vezes as potências coloniais acharam útil dividir grupos étnicos ou tribais de forma a complicar o surgimento de uma oposição unificada ao domínio imperial» (Kissinger, 2003b: 189-191). Luanda explorou com alguma oportunidade a fragilidade dos Cabindas, evidenciada com inúmeras dissidências e a fundação de vários movimentos independentistas, alguns deles fusionistas e com representatividade duvidosa.

guerrilhas da actualidade, a FLEC, segue os padrões ideológicos e táticos das doutrinas genericamente assim classificáveis<sup>182</sup>.

Esta perspectiva é, reconhecemos, bastante influenciada por um «insight» realista, tributário das teses do Professor Sousa Lara. Resultam da noção apontada, algumas características fundamentais da guerrilha, no nosso entendimento, aplicáveis no contexto cabindês e que esquematicamente reuniremos da forma que segue:

- a) Partes em conflito: o Executivo Angolano e várias facções nacionalistas Cabindas (FLEC);
- b) Finalidade principal: o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência nacional. A FLEC pretende resgatar o Enclave de Cabinda do Estado angolano e reassumir o lugar independente e separado para o qual sente vocação e capacidade<sup>183</sup>;
- c) Utilização dos meios político-militares, entre outros.

Destarte, ainda que incorrendo em transcrições eventualmente longas, afigura-se-nos pertinente referir com pormenor, outras características do fenómeno em análise, e, apenas aquelas que, parecem-nos tipificar a fragilizada guerrilha empreendida em Cabinda. Nomeadamente, a FLEC:

- a) Adota esta forma de luta devido a sua debilidade estratégica (depois da pesada derrota na guerra de 4 dias)<sup>184</sup>;

---

<sup>182</sup> Poderíamos desenvolver inúmeras classificações, partindo da noção apontada e baseando-nos em características diversas como sejam os agentes da guerra, os meios de que se servem, os objectivos que pretendem atingir, a duração do conflito, a sua extensão e assim por diante.

<sup>183</sup> Não se trata de reclamar a união a Estado diferente, ou de um Estado reclamar território de outro. A circunstância determinante da guerra é geralmente o facto de a Nação estar abrangida pela soberania de um Estado que repudia. De facto, existe uma identidade fundamental entre «irredentismo e nacionalismo». Mas a diferença mais saliente é que neste último caso pretende-se fundar um Estado nacional, e naquele caso existe em regra um Estado que reclama uma parte do território de outros Estados onde alega viver parte da sua Nação (Moreira, 2002: 269-270). Em todos os casos se fala da guerra nacionalista quando uma alienação efectiva, imposta por grupo ou poder político diferente, não lhes parece deixar outra alternativa.

<sup>184</sup> Trata-se da «Guerra Clássica de Cabinda» (8-11NOV1975), na qual as Forças Armadas de Cabinda, FAC da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, FLEC saem derrotadas face às Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, FAPLA's do Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA). Salienta-se que estas últimas (FAPLA-MPLA) contaram com o apoio das forças armadas soviético-cubanas e Lusas (MFA). O verdadeiro prelúdio da guerra da guerrilha para a FLEC.

- b) Dirige a ofensiva táctica no que concerne a métodos, tempo e locais;
- c) Impõe uma forma de combate seleccionada perante limitações das forças regulares (FAA), quer em efectivos, quer em capacidade de actuação ou resposta;
- d) Procura habitualmente explorar certas vantagens que jogam espontaneamente a seu favor (Liddell-Hart: XIII; Duverger, 1976: 83-103; Lara, 1987: 193-194), a saber:
  - i. Justas reivindicações económicas, sociais ou políticas;
  - ii. Confusão e identificação dos guerrilheiros com a população civil (no interior de Cabinda e nos centros de refugiados);
  - iii. Auxílio e protecção da população civil voluntária ou compulsivamente obtidos;
  - iv. Apoio dos países limítrofes (contiguidade étnica e/ou clânico-tribal);
  - v. Conhecimento íntimo da região da operação;
  - vi. Informalidade de actuação;
  - vii. Estrategicamente a sua acção inverte a prática normal da guerra, procurando evitar o combate e, taticamente, fugindo a qualquer envolvimento onde seja provável sofrer baixas.

Inferese destas considerações, que a resistência cabindesa consegue explorar um ponto prévio e fundamental para o desenvolvimento da guerrilha que consiste numa relação favorável entre as forças operacionais e a população, no seio da qual as acções se irão desenrolar, nomeadamente num entendimento ideológico, político e estratégico.

Este entendimento resulta dum equacionamento positivo das circunstâncias reais em que a vida da referida população se desenvolve, da capacidade de aproveitamento destas pela propaganda, quer directa quer distorcidamente, com vista ao alargamento da base populacional de apoio, e finalmente da aceitação dos grupos de guerrilha como capazes de solucionar os problemas, reais ou imaginários, levantados.

Como evidencia, o ex-presidente da FLEC, Bento Bembe (membro do Executivo angolano desde 2007), no passado, as regiões controladas pela FLEC eram denominadas «Zonas Libertadas». Perante o novo cenário militar em Cabinda, Bembe lembra (2004):

*«Nós somos uma força de guerrilha, a nossa guerra não é uma guerra de ocupação, a qualquer momento temos de mudar de estratégia e tácticas. (...) A receptividade e voluntarismo das populações em relação à FLEC resultam do facto de a FLEC estar sempre junto do povo para animar a unidade e defender o desejo da independência. (...) A unidade é a nossa principal força em Cabinda, nós alimentamos esta vontade. O povo está consciente que a sua salvação depende de nós»*, (PNN: 30JAN2004).

A subversão, neste caso, consiste na utilização do método técnico por um projecto ideológico revolucionário, tendo uma estrutura complexa que resulta sobretudo de uma pluralidade de instrumentos e de esquemas de actuação utilizados.

Embora o fenómeno sócio-político de Cabinda, não nos parece se compaginar com disputas territoriais de carácter «secessionista», mas constitui um conflito «ocupacionista» e, por isso, «nacionalista e identitário» (alheio à essência do conceito de subversão); a nível interno de Cabinda, os movimentos de resistência recorrem sistematicamente aos seguintes três grandes grupos de acções (atitude de suporte à guerrilha ou de participação directa na guerrilha): acções clandestinas, acções Psicológicas e acções violentas.

As primeiras dizem respeito à constituição de uma estrutura político-administrativa e militar, com a finalidade de enquadrar a população em causa. Isto é feito pelo estabelecimento de hierarquias paralelas, e de um conjunto de redes de informação, agitação, obtenção de fundos, apoio logístico.

As acções psicológicas são destinadas à obtenção de uma opinião favorável, indiferente ou pelo menos não-hostis, por parte dos indivíduos e dos grupos sociais do interior do território em causa, em relação à guerrilha, sua actuação e objectivos; as acções violentas visam complementar as anteriores no sentido da obtenção de participação activa das populações «pelo cansaço físico e pelo medo.

Com o apoio das populações e o patrocínio de algumas organizações internas (de Angola) e estrangeiras; a resistência cabindesa procura fomentar (a nível interno e externo), o clima da agitação por uma das onze seguintes vias (Bembe, 2009: 156-158):

- a) Acções litúrgicas paralelas no Enclave;
- b) Acções religiosas, sócio-culturais e políticas celebradas em comum por todas as confissões religiosas da comunidade cabindesa (Centro de Refugiados de Cabinda e Diáspora);
- c) Ensino (primário e secundário) e Centros de saúde;
- d) Elaboração e publicação de Relatórios sobre a situação real ou imaginária do Enclave e dos direitos humanos;
- e) Elaboração de brochuras, Manifestos, panfletos;
- f) Comícios, cartazes e opúsculos, cânticos revolucionários, espectáculo e teatro e (conferências, reuniões lícitas e/ou ilícitas);
- g) Marchas/manifestações de protesto legais e/ou ilegais;

- h) Intervenções na imprensa (sobretudo privada e estrangeira), mensagens de incentivo e denúncias (sítios Web próprios);
- i) Greves e tumultos;
- j) Encontros entre as organizações de resistência do interior e da diáspora;
- k) Visitas dos altos responsáveis das Igrejas de Cabinda às populações da diáspora (centros de refugiados Cabindas).

O clima de agitação fomentado tem como verdadeiro objectivo, obrigar as forças da ordem a intervir e a causar feridos e mortos entre a população, os quais são então elevados à altura de heróis e mártires, sendo a agitação apresentada depois como uma prova de que existe realmente um caso grave que requer uma solução conjugada.

Em síntese, a análise de vários elementos de informação secundária permite inferir alguns objectivos estratégicos visados por algumas das organizações de resistência cabindesa, designadamente:

- a) Enfatizar de que são os únicos e legítimos representantes dos interesses do «Povo Binda»;
- b) Manter/Estimular o maniqueísmo do sentimento nacional nas populações;
- c) Conservar/reforçar a antipatia contra o inimigo (como forma de elogio da guerrilha);
- d) A vontade de mudança (oposição de contestação aberta ao governo que considera «ilegal ou de ocupação»);
- e) Apoio à sobrevivência da guerrilha e sua cobertura;
- f) Criar internamente, a coesão necessária, o entusiasmo e adesão das populações na luta (resistência passiva ao «governo de ocupação»);
- g) Restaurar no campo inimigo, a desordem e o medo (através de acções violentas individuais ou levadas a efeito por grupos organizados);
- h) Tentar suscitar a simpatia internacional (comunidade e opinião pública).

No plano externo a guerrilha subversiva e/ou nacionalista desenvolve e utiliza geralmente estruturas complementares que se destinam a angariar apoio do estrangeiro. Trata-se de um dos aspectos problemáticos para os movimentos de resistência de Cabinda, que decorre basicamente da verdadeira inexistência de capacidade económico-social, diplomática, propagandista e militar.



Em síntese, sempre careceram de estruturas de índole diversificada, angariadoras e canalizadoras do apoio financeiro, médico, farmacêutico, escolar e assistencial em geral, para a causa/guerrilha. A falta do reconhecimento público e internacional da FLEC, retira também qualquer consideração pública e internacional que se pretendesse atribuir aos seus representantes ou gabinetes espalhados para o exterior.

As suas estruturas difusoras da propaganda de apoio à Causa, quer no interior de Cabinda, quer para o exterior revelaram-se igualmente ineficazes. A estes factores, adimos a ausência cristalina e homogénea de quadros superiores nas estruturas da resistência cabindesa.

A classe média não era achada e não se deixava achar pela FLEC. Preocupada com seu futuro, a classe média, mostrava-se reticente comprometer-se com uma organização refém nas ideologias da década de 60, inoperante na actual conjuntura, sem alternativa estratégica. A proliferação de movimentos nacionalistas no mundo dos Cabindas transformou-se num facto irreversível.

Contudo, no início da década de 90, um fluxo de jovens aderiu massivamente nas fileiras da FLEC. Mas, o termo das tréguas precárias estabelecidas entre as FAA e a FLEC e o consequente fiasco das negociações paralelas entre o governo angolano e as fracções da FLEC (que estavam condenadas ao fracasso logo à partida), foi motivo de deserções (sobretudo da juventude) nas fileiras da FLEC.

Estas deserções fragilizaram consideravelmente a FLEC nos termos dos efectivos, mas que curiosamente viriam assegurar a sua constância nos períodos ditos, complexos e contundentes, desde 1997. Mas o retorno da maioria das populações refugiada nos dois Congos para Cabinda, foi talvez outro factor determinante para a fragilização da sua luta.

Por outro lado, o empreendimento da resistência de Cabinda para o reconhecimento e a inclusão do «Dossier Cabinda» na agenda política internacional, é muito aleatório, sendo quase difícil apurar estratégias realmente conjuntas e articuladas num universo tão dividido.

Em síntese, são vários os factores de ausência de solidariedade político-diplomática internacional a FLEC, por isso incapaz de credibilizar e internacionalizar os seus instintos territoriais, que esquematicamente reuniremos da forma que segue:

- a) A cultura divisionista e fraccionista das suas organizações, onde os países limítrofes do Enclave, desempenharam, infelizmente, um valioso papel (o presidente vitalício do Zaire, Mobutu movido das apetências expansionistas e a República Popular do Congo pró-MPLA marxista);

- b) As fracturas tribais, religiosas, mas também baseadas nas trajetórias da diáspora e da própria origem de formação de base (francófona ou lusófona), das populações do Enclave, como condicionantes da sua coexistência pacífica;
- c) A sua grande fraqueza é a divisão por várias facções e a existência de graves divergências entre os seus políticos, que retira credibilidade internacional ao movimento;
- d) A volatilidade das iniciativas e a alegada baixa maturidade política dos seus líderes (Bento Bembe: 2006: RFI);
- e) O isolamento, quase premeditado, pelos movimentos de Cabinda face às organizações e países africanos ditos lusófonos (incluindo Brasil, excepto Portugal), limitando-se praticamente nos arredores dos Congos, tal como a respectiva configuração geofísica do próprio Enclave;
- f) Apesar de alguns esforços fugazes para a sua unidade e coesão à volta de um «projecto cabindês comum», a genética apetência para a liderança conjugada pela cultura de desconfiança constante e própria dos cabindeses<sup>185</sup>, afastou qualquer possibilidade da afirmação internacional da organização<sup>186</sup>;
- g) O jogo dúbio dos países satélites do Governo de Angola pelo menos no Caso-Cabinda (Gabão, Namibe incluindo a República do Congo), que mantinham ligações quase permanentes com as facções da FLEC, com alegações de ajudá-los a encontrar a melhor via para o desanuviar do conflito (autonomia alargada);
- h) Finalmente, proclamada a independência da República Popular de Angola, o MPLA (Partido no Poder), parece ter sabido normalizar as preocupações dos blocos da guerra-fria, face aos seus interesses económicos e políticos na região. Este afigura-se como um factor decisivo para o desviar das atenções internacionais, tendo pelo contrário reforçado o seu silêncio ao chamado «Drama de Cabinda».

---

<sup>185</sup> Nota-se o insucesso de todos os esforços de fusão levados a cabo pelos movimentos de resistência de Cabinda. A fusão ocorrida em Agosto de 2004 na Holanda entre as FLEC's de Nzita Tiago e Bento Bembe conheceu o mesmo falhanço tal como o acto de 1973 realizado em Cabinda para a inclusão dos novos movimentos e dos que ficaram fora na fusão de Agosto de 1963 efectuada em Brazzaville.

<sup>186</sup> Essas divisões provocaram deserções e alianças voluntárias ou incentivadas de algumas figuras separatistas com o governo angolano.

A postura de intransigência e inflexibilidade conservada pelos protagonistas do conflito político-militar Angolano/Cabinda, inviabilizou qualquer solução temporizada. No início de 1997, a dinâmica e mutação da conjuntura internacional, regional e interna de Angola, alterou igualmente as intenções e o potencial estratégico dos contendores.

### **IV.3. Síntese conclusiva**

A direcção do MPLA, enquanto força dirigente do Estado, desde 1975, tem passado por fases de tensão política, que são geradoras de uma instabilidade no seio do regime, consequência da existência de diferentes concepções sobre o papel dirigente do Partido e sobre a sua estrutura ideológica, que nunca foi formalmente assumida. Todavia, o Movimento Popular de Libertação de Angola afirma-se, como uma força nacionalista escorada no marxismo-leninismo (1948, constitui o arranque da consciência nacionalista do MPLA, criado em Dezembro de 1956)<sup>187</sup>. Fica, assim, evidente que o hoje Partido MPLA, emergiu de grupos sólidos, que nos anos quarenta e cinquenta influenciavam intelectuais que perfilhavam ideais nacionalistas e valores de esquerda, designadamente de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça social. Não admira, pois, o MPLA passou a integrar a plataforma internacional da família política do socialismo democrático e da esquerda moderada.

Num exercício de observação no terreno, afigura-se-nos, que o MPLA aplica o princípio do «centralismo democrático». As organizações do Partido, desde o nível nacional até os núcleos de base ou comités de acção, são rigidamente hierarquizadas. Como o Partido Comunista Chinês (Romana, 2005: 271), o MPLA também reclama carregar uma missão histórica de transformação e renovação da sociedade e do homem, pelo que tem que mobilizar grande participação política nos programas e nas campanhas de transformação.

---

<sup>187</sup> Em Angola o sentimento de uma luta unificada contra o regime de Lisboa foi acentuado pelo papel que desde muito cedo desempenhou o Partido Comunista Angolano (PCA), que começou em 1948 como uma célula do Partido Comunista Português (PCP) e o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) criado em 1956, bem como o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA). O PCA, o PLUA e o MINA, juntamente com outros grupos menos organizados, acabaram por misturar-se com o MPLA em 10DEZ1956. Trata-se da base política do MPLA. Todavia, o MPLA atraiu também alguns intelectuais mestiços, que se destacaram na liderança do movimento até finais da década de 70 (Hodges, 2002: 24).

Um dos aspectos mais importantes para a compreensão dos mecanismos de decisão política em Angola é relacionado com a coordenação da responsabilidade ao nível do líder supremo do Partido, tornando os outros níveis puramente instrumentais.

Assim, a organização do poder do Estado em Angola, garante ao Presidente da República o controlo vertical e a justaposição das estruturas políticas do MPLA sobre os órgãos de Estado Centrais, provinciais, municipais, comunais e instituições do poder tradicional, o controlo político das Forças Armadas, das instituições de Justiça, dos Serviços de segurança e de inteligência e o seu envolvimento em questões de política externa, como prolongamento da política interna.

Não obstante um maior acesso ao funcionamento formal do poder político de Angola, continua, contudo, a haver grandes obstáculos a um conhecimento aprofundado da dinâmica do poder, devido ao centralismo e secretismo que envolve todo o sistema de poder em Angola, onde o Presidente da República possui, em simultâneo, a autoridade máxima de influência dentro das decisões do Estado e do Partido.

Este modelo da organização do poder do Estado tem, naturalmente, implicações funestas na organização e funcionamento dos Governos provinciais.

No caso da província de Cabinda, a sua estrutura do poder é institucionalmente penetrada por altos dirigentes do Partido da situação - MPLA.

No topo da organização existe o Governador provincial que é membro do Bureau Político do Partido. Este controla toda a administração do Estado local rodeado de Vice-governadores, administradores municipais e comunais, delegados ministeriais, e autoridades tradicionais, todos eles membros efectivos e/ou simpatizantes incondicionais do Partido no poder. Em síntese, não existe nenhum dirigente provincial de topo ou de base que não seja membro do MPLA. Na prática, o critério de nomeações de pessoal constitui o contexto institucional para o clientelismo e para o faccionalismo. As promoções e as purgas não são baseadas em critérios objectivos de meritocracia, mas nos julgamentos subjectivos sobre lealdade política e rectitude.

A forte dependência político-institucional do Governo provincial de Cabinda face ao Executivo Central revela profundas fragilidades nos mecanismos políticos, estruturais e operacionais. O «fatalismo» do subdesenvolvimento multidimensional da região, tende a ser descrito como o resultado da excessiva intervenção do Estado Central no Enclave. Assim, a cultura organizacional é uma das componentes fundamentais e determinantes na análise da problemática do desenvolvimento político no Enclave angolano.

Tal como se verifica em quase todo o continente africano, em Angola, o Executivo e os outros órgãos do poder estão ainda na fase do «simbolismo». A propósito desta questão Bradshaw (1999) citado por Heitor Romana salienta que em África «os regimes possuem forças militares, forças policiais, palácios e parlamentos; mas demonstram uma enorme incapacidade em promover o desenvolvimento» (Bradshaw *apud* Romana, 1997: 194).

A administração local praticada em Cabinda é, ao nível macro-político, um instrumento fundamental para a sobrevivência do Executivo/Partido, enquanto que ao nível micro-político funciona como um instrumento de conversão das exigências paroquiais de grupos de interesse e do clientelismo da elite política. O modelo governativo imposto em Cabinda é muito fraco e vulnerabilizado pela forte centralização política exercida pelo Partido/Estado e, a falta de acesso à decisão política conduz ao pagamento de favores e à corrupção, que se torna uma parte do processo e mina o respeito e a legitimidade que a administração local necessita.

A componente dos recursos humanos é, igualmente, vital no atinente, designadamente ao conhecimento das realidades locais. Tal conhecimento constitui o elemento básico, sem o qual qualquer adaptação do «environment» sócio-cultural é inconcebível. É difícil ver como uma administração se poderá adaptar ao seu meio ambiente social e cultural, com funcionários que não conhecem a realidade ou são hostis a esse ambiente.

Na nossa perspectiva, estes aspectos, entre outros, tornam as bases políticas da província Enclave frágeis e a sua unidade ao Cunene ou sua plena integração no resto de Angola mantém-se vulnerável. Escrevia o jornalista Victor Silva, em Agosto de 2012, para o Negócios, que «a população (angolana) está atenta e é cada vez mais exigente, não ficando indiferente a fenómenos como a corrupção e a distribuição desigual da riqueza». É na população urbana, mais informada, que se inicia a cultura da exigência, despertando para o combate das desigualdades que em tempos de guerra ou nas primeiras fases da paz parecem ser pouco importantes. Nas eleições gerais de 2012, embora a vitória do MPLA na província de Cabinda, a sua rejeição ficou claro nos municípios de Cabinda e Cacongo.

Assiste-se, presentemente, à consagração de teses que, sob a palavra de ordem «menos Estado, melhor Estado», defendem a redução do peso do Estado e a diminuição da sua administração. Verifica-se, assim, a introdução de mudanças «para-sistémicas» em Angola, que correspondem à auto-sustentação e regulação do sistema, através da adopção de estratégias de abertura controlada, medidas de acção governativa e mobilização de apoios internos. Embora ainda muito tímido, assiste-se, por isso, a um processo de reestruturação do sector administrativo do Estado, que é propício ao desenvolvimento da descentralização.

Entre outras disposições que enformam a nova Constituição da República, os princípios da autonomia dos órgãos do poder local e da desconcentração e descentralização administrativas, e o princípio do gradualismo na institucionalização efectiva das autarquias locais, são a demonstração disto mesmo.

Não consta nenhum princípio de regionalização ou autonómico político, na actual CRA, o que não deixa de constituir uma «omissão» (uma omissão-lacuna jurídica, decerto politicamente intencional) sobre um diferendo político persistente na província Enclave de Cabinda. Pesa embora, na visão de alguns juristas e políticos angolanos, a autonomia reclamada para Cabinda tem a ver com «a regionalização, resultante da descentralização política e administrativa, não consagrada na Constituição». A Lei Fundamental defende a «descentralização administrativa, em resultado da qual serão institucionalizadas as autarquias locais (Virgílio Pereira, 24JUL2006: NEXUS).

Em finais dos anos 90, o Estado angolano fez recurso a formas de «indirect rule», para alcançar recantos do território e do povo sob sua governação – gentes e lugares que de outro modo seriam inalcançáveis.

Não será, por isso, de estranhar que nos cenários da África contemporânea, os papéis assumidos pelas «autoridades tradicionais» foram encarados por J.F. Bayart como dando corpo a formas de «mediação»; Pierre Bourdieu denotou-os como mecanismos de «trabalho transformado»; e, Marques Guedes considera-os, em larga medida e no essencial, como «agentes eficazes na ligação-articulação entre o nível central e o local» (Bembe, 2011b: 9).

Mas, será, então, possível harmonizar noções «tradicionais» de «propriedade» com as entretidas pelo Estado? E, se assim for, quais das várias noções patentes em Angola? Haverá um modelo geral aplicável a todas? E como tratar o direito sobre a vida e a morte que muitos dos líderes «tradicionais» exercem sobre os seus subordinados? O que significa «acomodação» em conjunturas como as existentes?

Questões constitucionais e jurídicas como estas não são, evidentemente, as únicas a ser levantadas e podem nem sequer constituir as mais sérias – a não ser para juristas de convicções formalistas empedernidas. Questões político-pragmáticas, ligadas ao mundo real, acrescem às anteriores. De facto, o «domínio indirecto» reforça ambos os lados da equação de poder, indiferentemente da sua densidade normativa. Mas também faz com que as suas fronteiras se tornem mais fluidas, e este é um ponto demasiadas vezes olhado e tratado sem a devida atenção a detalhes e às suas implicações.

A dinâmica da reforma económica e política, torna evidente que Angola registou um dos mais profundos processos de mudança da estrutura e da organização sociais e na super

estrutura político-ideológica do regime. Mas, a alteração verificada nos mecanismos de controlo social, afigura-se-nos uma das mais importantes. O sistema socialista alicerçou o funcionamento das suas estruturas político-ideológicas num grande e complexo aparato de regulação e controlo da vida dos cidadãos, através duma teia de órgãos, unidades e células.

Finalmente, a liderança do MPLA depara-se com o dilema de persistir como instituição dominante de um sistema de síntese Partido, Executivo, Forças Armadas, com o risco de decadência e instabilidade política e social. Com efeito, os líderes do MPLA têm conseguido transformar o Partido num instrumento para guiar a gradual evolução política no sentido de adopção de algumas formas de democracia, com risco de desordem social e de tensões variáveis no Partido e na própria sociedade angolana.

De facto, o Partido é indispensável, mas a necessária reforma gradual do Estado implica também adaptar o Partido à nova realidade do País. A timidez/relutância na aplicação das reformas políticas, diz respeito ao receio de que os seus resultados possam conduzir ao desastre do sistema e do regime.

Desta feita, a acção da liderança do MPLA tende a pôr o focus naquilo que é mais rentável politicamente - a aposta no desenvolvimento económico do País. Trata-se, evidentemente, de uma visão politicamente incorrecta e muito redutora sobre a importância do progresso político como suporte das estratégias do desenvolvimento sócio-económico.

## **V. PROBLEMATIZAÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO DE CABINDA: DINÂMICAS E TENDÊNCIAS**

### **V.1. Mudança dos ambientes interno e externo**

A queda do Mobutu Sese Seko, no Zaire (Actual Congo-Kinshasa), foi talvez, um dos golpes mais duros na resistência de Cabinda, assim ruía um dos seus mais importantes patrocinadores – o garante do refúgio seguro e de bases militares à retaguarda. O Congo-Brazzaville sofreu também o mesmo cataclismo. Estes dois países africanos, antigos adversários de Angola, transformam-se no espaço de um ano em «velhos amigos» de Angola.

O Enclave de Cabinda estava geopoliticamente cercada, assim como os respectivos movimentos político-militares.

Embora a semelhança da circunstância da UNITA (1997-2002) e da FLEC (desde 1997), designadamente, o crescente isolamento político internacional e regional, o aperto económico e uma conjuntura estratégica pouco favorável; uma aturada fragilização político-militar reforçada pelo envolvimento do Exército angolano nos dois Congos, a FLEC tendia a desenvolver uma guerrilha de mera subsistência com acções pouco visíveis, enquanto procurava desesperadamente a convergência dos Cabindas em torno de um projecto político-diplomático comum, que lançaria uma nova frente activa na cena internacional.

Quando situações anómalas ameaçam a existência da comunidade «surge uma coesão espontânea, primária, orgânica que esquece as dissemelhanças e apenas potencializa aquela identidade que o sentimento nacional confere» (Almeida, 1990: 212).

Depois de identificar e caracterizar os parâmetros da situação político-estratégica internacional, regional e interna, e analisar os factores de evolução, a FLEC procurou ajuizar na medida do possível sobre as possibilidades das resistências actuais e as perspectivas de progresso a médio e longo prazo.

Em 30JAN2004, numa entrevista exclusiva ao jornal *online* IBINDA, o então Presidente da FLEC/Renovada ora FLEC/Plataforma (1997-2004), António Bento Bembe, afirma que a ofensiva angolana em Cabinda (operação vassoura ou limpeza de Outubro e Novembro de 2002)<sup>188</sup>, foi um «malogro», que não abalou os feudos e bastiões das FAC -

---

<sup>188</sup> Refere-se à incursão militar levado a cabo pelas FAA em Cabinda, denominada de operação «Vassoura ou limpeza», contra os feudos e bastiões dos então únicos movimentos político-militares de Cabinda (FLEC/FAC, 11OUT2002e FLEC/Renovada, 03NOV2002).



Forças Armadas de Cabinda (o braço armado da FLEC). Bento Bembe faz transparecer na sua entrevista a «urgência» de restabelecer negociações com Angola, a fim de se evitar «o pior». E, diz acreditar que «a FLEC e a FLEC/FAC podem vir a fazer acções diplomáticas e militares conjuntas».

Estas declarações, encobrem sobremaneira a debilidade actual da FLEC/militar, apesar de a iniciativa para a unidade de comando, ter sido relançada desde Julho de 1999, com apoio de algumas individualidades portuguesas.

Nesta dinâmica conjuntural de 2004, José Eduardo dos Santos em visita oficial aos Estados Unidos da América, em 12 de Maio, é recebido por George W. Bush. Um dos momentos solenes dessa visita foi sem dúvida a prorrogação da concessão de exploração do Bloco 0, em Cabinda, de 2010 até 2030 pela Companhia petrolífera americana, Chevron Texaco.

Em 13 de Maio, numa conferência de imprensa em Washington, o Chefe de Estado Angolano afirma com pompa e circunstância que «hoje não há guerra em Cabinda», enquanto a Amnistia Internacional denunciava no seu relatório, actos de torturas praticados por soldados angolanos no Enclave, nos quais a FLEC, não está posta de parte.

Em 2004, foi convocada a reunião inter-cabindesa, ocorrida entre 23 a 29 de Agosto em Emmaus (Helvoirt, Holanda). Em 24 de Agosto é decidida a fusão da FLEC/Renovada e FLEC/FAC num só movimento político-militar que se denomina, FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda. Em 28 de Agosto é igualmente criado um novo organismo - FCD «Fórum Cabindês para o Diálogo», que congrega elementos ligadas à FLEC unificada, à sociedade civil de Cabinda incluindo as Igrejas, no intuito de responder ao imperativo da busca pela paz entre o Povo de Cabinda e o Governo de Angola<sup>189</sup>.

No quadro desta nova estrutura, Nzita Tiago assume a presidência da FLEC e Bento Bembe é o novo vice-presidente e secretário-geral executivo que sai reforçado como presidente eleito do FCD. Com o objectivo de «dissipar quaisquer dúvidas», o antigo presidente da FLEC/Renovada, revelou na sua primeira manifestação pública em 14SET2004, que «a actual posição» que ocupa «é uma evolução» (IBINDA: 14SET2004).

---

<sup>189</sup> Para mais informações sobre a Conferência inter-cabindesa, recomenda-se a consulta do livro de Raúl Tati (2013: 148154), embora, com alguma cautela devido à falta de fundamento empírico e de ignorância e/ou objectividade analítica sobre algumas matérias que pretendeu abordar.

A descrição do padre Jorge Casimiro Congo (2005), que traça – com a memória de quem viveu de perto o histórico evento da fusão das FLEC's no Emmaus (Helvoirt, Holanda) – constitui, talvez, uma boa síntese da nova estrutura da «única» resistência de Cabinda.

Refere o antigo pároco da Igreja Imaculada Conceição em Cabinda:

*«O nome de Nzita Tiago retoma o seu lugar na história pela sua capacidade de rejuvenescer-se e António Bento Bembe impõe-se como um dos líderes mais importantes do cenário Cabindês actual. (...) Holanda teve o condão de aclarar a situação. (...) Estamos cientes que a FLEC, apesar dos pesares, vai se impondo como a única organização capaz de representar o Povo de Cabinda. (...) Toda e qualquer FLEC com mais um adjetivo, acaba, paradoxalmente, por ser uma não-FLEC»*, (Jorge Casimiro Congo, 2005, IBINDA).

O Fórum Cabindês para o Diálogo, assume o papel, dos fundadores, de um «interlocutor válido» para negociar a «Questão de Cabinda», e encontrar, conjuntamente com Angola, uma solução pacífica para pôr termo ao conflito que devasta o território Enclave, há longos anos<sup>190</sup>.

Em 13 de Setembro, Nzita Tiago e Bento Bembe escrevem, conjuntamente, ao «Povo de Cabinda» uma «Mensagem de Verdade», na qual, anunciam a fusão dos dois movimentos. Como revela a carta:

*«A fome padecida, as perseguições sofridas, as torturas infligidas não terão mérito algum. Tantos irmãos assassinados, presos nas masmorras angolanas e deportados para Bentiaba não serão recordados se cada um de nós só pensar nas suas lágrimas. Por isso nós, presidente Nzita e presidente Bento, com os nossos colaboradores e homens de boa-vontade, decidimos: Pôr tudo em comum: Políticos, diplomatas, militares, riqueza espiritual e material e formamos uma única FLEC»*, (Nzita Tiago e Bento Bembe, 13SET2004: IBINDA).

Na ocasião da sua primeira entrevista de Setembro de 2004, como secretário-geral da FLEC Unificada, Bento Bembe, reafirma a necessidade de «uma solução pacífica para Cabinda».

---

<sup>190</sup> No reverso da medalha, além de Bento Bembe assumir o posto de secretário-geral, garante também, por inerência do cargo de vice-presidente da FLEC, a sucessão de Nzita Tiago, eliminando assim o imbróglio passado da sucessão que subsistia na agora ex-FLEC/FAC.

*«(...) Sempre estivemos a favor de um processo pacífico para a solução do conflito em Cabinda. (...) A divisão no seio de resistência Cabinda tem sido um dos argumentos esgrimidos pela comunidade internacional para justificar o seu desinteresse e silêncio pela questão. Penso que agora o interlocutor válido que Angola sempre pensou não existir está constituído», (Bento Bembe, 14SET2004: IBINDA).*

A nova geração de resistentes tem consciência de que está nas suas mãos a resolução do problema.

Os líderes históricos da resistência de Cabinda, Nzita Tiago e Bento Bembe, conseguem finalmente dar sinais de entendimento. O passado comum em atribuladas novelas de «guerra», onde se acusavam mutuamente de traição, corrupção, tirania e golpes de estado internos, são talvez, dissipados com a fusão das respectivas facções da FLEC.

Os pequenos grupos com uma insignificante representação no exterior e perfeitamente ausentes no terreno (território de Cabinda), são eventualmente obrigados a aliarem-se à nova conjuntura ou ao MPLA na constituição de um grupo de movimentos ditos de Cabinda para assumirem o messiânico «interlocutor válido» para a questão de Cabinda.

O Fórum Cabindês para o Diálogo que alberga em si a FLEC, a sociedade civil e as Igrejas de Cabinda, dificilmente será ultrapassado na sua legitimidade. Qualquer Comissão de negociação terá de ser mandatada pela população civil Cabinda e pela FLEC, através do FCD, para que usufrua dos poderes, não apenas de negociação mas de aplicação das eventuais medidas ajustadas para o Enclave, com a liderança de Luanda.

Nesta mutação da conjuntura, surgem os ataques de 11SET2001. Estes ataques não tiveram o mesmo impacto que as alterações provocadas pelo fim da Guerra-Fria (1989-1991). A surpresa provocada pela reiterada negação da invulnerabilidade do território norte-americano à agressão externa resultou na mudança das suas prioridades de política interna e externa.

Com efeito, a maioria dos países tem problemas concretos com o terrorismo, não de todo similares, pelo que cada qual tende a preocupar-se com o «seu terrorismo», de forma sectorial, pois está em causa não só a segurança interna como, em alguns casos, a própria integridade territorial. Isto, apesar de, por um lado, o alinhamento pelas «amarras» conceptuais das organizações internacionais poder limitar a determinados Estados a liberdade de acção que lhes permitam adoptar as modalidades de acção estratégicas consideradas adequadas para lidar com esta ameaça, sem estar sujeito a eventuais restrições legais e, por outro lado, se pretender abarcar no mesmo conceito a violência sobre civis, exercida quer pelo

actor Estado, quer por actores não estaduais, e se pretender ainda consagrar o direito de resistência à ocupação estrangeira (Bembe, 2012b: 44-45).

O processo social instaurado pela UNITA/FLEC, visa respectivamente, a ruptura total e parcial, da ordem política e social vigente em Angola/Cabinda, caracterizado pela clandestinidade de actuações bem como pela incompatibilidade de projectos relativamente aos valores e ordem jurídica instituídos com vista à substituição dessa ordem conjuntural por outra<sup>191</sup>.

Os dois movimentos rebeldes (FLEC e UNITA), no caso interno angolano, passam de movimentos político-militares de oposição a «grupos terroristas». Todos os prisioneiros ou dissidentes destas organizações são apresentados à imprensa como «altos responsáveis arrependidos». As entrevistas divulgadas dos «capturados ou desertores» lembram impressionantemente as mesmas difundidas pelos canais de televisão norte-americanas, dos prisioneiros no Iraque ou no Afeganistão que defendiam «a justa causa dos seus carrascos».

A 12JUL2002, Arthur Tchibassa, ex. Chefe do Departamento das Relações Exteriores da FLEC-Renovada, é capturado, em Kinshasa, numa operação conjunta entre os Serviços de Segurança desse País e agentes do FBI. Em 27SET2003, Tchibassa, é condenado por alegado terrorismo pelo Tribunal de Washington a pena máxima de 24 anos e 5 meses de prisão. Do mesmo modo, o Juiz americano Thomas F. Hogan, condenou-o a pagar cerca de 300 mil dólares à família Brent Swan, pelos «danos morais e económicos sofridos» por factos ocorridos em 1990.

Detido no mesmo caso, entre 24JUN-15NOV2005, «no interior do edifício da ONU, quando se encontrava numa missão pela paz, Bento Bembe torna-se num herói nacional de Cabinda e num mártir pela causa da luta» do Povo Binda.

Como descreve o jornal *online* IBINDA - o canal de expressão dos nacionalistas de Cabinda:

*«Bento Bembe foi detido quando multiplicava esforços para a resolução pacífica do conflito em Cabinda. Imediatamente uma onda de solidariedade é criada para a sua não extradição para os EUA. Bento Bembe torna-se num herói nacional de Cabinda e num mártir pela causa. Após manifestação de apoio de várias individualidades políticas portuguesas e inesperada expressão positiva do Governo de Angola a favor*

---

<sup>191</sup> Entende-se por subversão política, todo o «ataque, por forma insidiosa ou violenta, à ordem política e social estabelecida, tendo em vista substituí-la, a médio ou longo prazo, por outra» (Lara, 2007: 368).

*de Bento Bembe a justiça holandesa permite a libertação (...) do secretário-geral da FLEC (...)*», (Rui Neumann, 03JUL2005 e 30MAR2008: IBINDA).

Por conseguinte, o Bureau Político da FLEC, reunido em Paris sob a orientação de Nzita Tiago, manifesta o seu «inflexível apoio» ao seu Secretário-Geral que, «no quadro das suas funções como presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo, é um dos construtores da paz tendo sempre agido positivamente com grande receptividade para o diálogo e negociações que visem a pacificação do território de Cabinda» (FLEC, 06JUL2005: IBINDA). No mesmo comunicado (2005), a FLEC lamenta o «facto de o rapto (de Bento Bembe) ter tido lugar junto ao Palácio da Paz que alberga a sede do Tribunal Internacional de Haia, onde está içada a bandeira da ONU».

Em liberdade condicional, a 04OUT2005, o líder do FCD qualificou o gesto como um incentivo à iniciativa de paz, que só poderá ser bem-sucedida na unidade<sup>192</sup>.

*«We can only be successful in unity. (...). As long as I am free, I will continue my responsibility. We shall proceed unaffected by this interruption. (...) After thirty years of struggle, we cannot afford to resign the efforts for peace for our people. It left Angola with two choices: to accept negotiations or to cut off the initiated peace process»*, (Bento Bembe, 11OUT2005: UNPO).

O actual momento histórico de Angola caracteriza-se pela emergência da normalização política, económica e social de Estado, ao mesmo tempo, que o respectivo governo adopta uma atitude de «vitimização reactiva», desenvolvendo no terreno, uma estratégia de envolvimento nos Países limítrofes, especialmente nos dois Congos (aspecto mais importante para o nosso estudo), fortemente condicionado pela sua liderança político-militar, bem como o envolvimento do País no sistema internacional, no qual privilegia uma actuação pragmática<sup>193</sup>.

---

<sup>192</sup> Bembe to UNPO: «The Peace Process in Cabinda Must and Will Continue», *Unrepresented Nations and Peoples Organization*, Disponível no (<http://www.unpo.org/article/3070>, [18.09.2013]).

<sup>193</sup> Temos vindo a sublinhar a importância da presença que Angola procura manter nos Países fronteiriços, nomeadamente, Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville. No caso de Cabinda, visa essencialmente a enfraquecer os movimentos separatistas até as últimas consequências. Para além dos Congos e outros países circunvizinhos, Angola tende a assegurar a sua presença em vários países africanos, com o intuito de reconfigurar o jogo de influência na região, reforçar a sua posição como interlocutor privilegiado e um dos principais actores políticos regionais em África. Por outro lado, Angola começa a fazer sombra a Portugal como motor das nações africanas lusófonas. A sua abertura em ajudar a resolver problemas dos PALOP, não é

Afigura-se-nos, que no caso de Cabinda, a importância da presença que Angola procura manter em alguns países fronteiriços, designadamente, Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville, visa essencialmente a enfraquecer os movimentos separatistas até as últimas consequências.

Para além dos Congos e outros países circunvizinhos, Angola tende a assegurar a sua presença em vários países africanos, com o intuito de reconfigurar o jogo de influência na região, reforçar a sua posição como interlocutor privilegiado e um dos principais actores políticos regionais em África. Por outro lado, Angola tem vindo a fazer sombra a Portugal como motor das nações africanas lusófonas. A sua abertura em ajudar a resolver problemas dos PALOP, não é ocasional. Faz antes parte de uma estratégia global de reforço do peso do País entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que passa por ajudas de Estado, mas também pelo investimento privado (Bembe, 2009: 43, 366-367 e 374).

Neste cenário, inteiramente condicionado, pela pressão política regional e pela sua situação interna difusa, consciente das suas potencialidades e vulnerabilidades que adquirem maior ou menor relevância, a liderança da FLEC/FCD tendeu a adequar a sua estratégia, doravante caracterizada por quatro pilares essenciais, a saber:

- a) A subordinação gradual da guerrilha aos princípios e acções pacifistas;
- b) A concentração e sincronização dos diversos intervenientes numa só unidade de comando;
- c) A identificação do objectivo prioritário e explorar com oportunidade as diferentes eventualidades possíveis;
- d) A adaptação e a subida de tom do discurso político-diplomático, ao mesmo tempo que visa atrair o apoio dos Países adjacentes e Gabão, numa estratégia de aceitação regional da sua «nova postura», por forma a garantir a influência daqueles países à liderança angolana e a ser possível conduzir a acção por reconciliações progressivas.

Esta nossa percepção, encontra o seu fundamento, no estudo, análise e interpretação do Documento Constitutivo do FCD de 06FEV2006 e Contraposta do FCD à Proposta do Governo de Angola (2005), como elemento base para as negociações com a facilitação da União Africana, sob a liderança rotativa do Congo-Brazzaville.

---

ocasional. Faz antes parte de uma estratégia global de reforço do peso do País entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que passa por ajudas de Estado, mas também pelo investimento privado.

Numa abordagem que consideraremos de gradualista, afigura-se que, a postura estratégica acima elencada, assumida pela FLEC/FCD, tornava-se indispensável, numa tentativa de inverter os obstáculos regionais, explorar a possibilidade de aceitação e aproximação, tendo em conta que, há muitos anos de «fogo cruzado», o principal problema com que as partes em conflito se deparava, diz essencialmente respeito à:

- a) Verdadeira incapacidade de aproximação;
- b) Falta de consensos em relação ao «paradigma» que conduziria a resolução do conflito;
- c) Respectiva radicalização das posições, no fundo irreconciliáveis.

Em contraste, António Bento Bembe, na sua primeira declaração, datada de 16DEZ2005, em Brazzaville, no final do inolvidável périplo pela União Europeia, tendeu a alterar plenamente o conceito tradicional da «saída militar» para o conflito de Cabinda. Em vez disso, deve-se pôr ênfase na «via pacífica através do diálogo».

A posição assumida por Bento Bembe criou a impressão de que se estava a assistir a uma viragem decisiva e consensual na visão político-estratégica dos históricos da resistência.

Afigura-se, no entanto, que a posição do Nzita Tiago, não terá registado alterações sensíveis, tendo em conta que, a raiz da estrutura da actual resistência de Cabinda aparentemente «unificada», outorga ao seu secretário-geral, entre outras competências, «coordenar e assegurar a orientação política da organização, velar pelo seu funcionamento harmonioso, propor os programas de acção política, convocar e presidir as reuniões executivas».

Este aspecto, torna talvez, possível caracterizar a presidência da FLEC (como símbolo da resistência) – do eixo da decisão estratégica da FLEC (partilhado entre o secretário-geral e a presidência do FCD), curiosamente e em consonância com os acordos de Emmaus, ambos liderados por Bento Bembe. Doravante, é facultado ao presidente da FLEC, a informação sobre a agenda das actividades e a evolução das acções do executivo no terreno.

Em 10JUL2006, na véspera do primeiro encontro formal entre as delegações do Governo Angolano e do FCD, Bento Bembe, citado pela CNN, reiterou o seguinte:

*«The peace negotiations were being held under the auspices of the African Union, whose rotating chairman is Congo Republic's President Denis Sassou Nguesso. (...) We're going to sign a cease-fire with the Angolans who in return have accepted the principle of granting special status to Cabinda. (...) In the current context ... there's*

*no question of us continuing to remain under arms. We're going to enter into dialogue with Angola from now on»* (Bento Bembe, 10JUL2006: CNN e REUTERS).

Depois dos cenários caracterizados por avanços e recuos, no final de Março de 2006, o Primeiro-ministro angolano, Fernando Dias Piedade dos Santos «Nandó» confirma na Assembleia Nacional, em Luanda, que poderá ser outorgado um «Estatuto Especial para a Província de Cabinda», tendo ainda reconhecido o desenrolar de «contactos institucionais» entre o seu Governo e o Fórum (FCD).

As declarações do Primeiro-ministro Angolano motivaram uma trilogia de reacções multifacetadas, a saber:

- a) O Presidente da FLEC, Nzita Tiago, afirma que só aceitava «negociar com Angola se este retirar todo seu efectivo militar de Cabinda», (RFI: MAR2006);
- b) O Secretário-Geral da FLEC Bento Bembe, considera «concreta e clara» a mensagem do primeiro-ministro angolano. Para o também Presidente do FCD, «o Estatuto Especial, é uma abordagem do Governo Angolano e que consta na sua proposta». Para o Fórum, «esta já representa um grande passo dado que o Governo de Angola pôs à nossa disposição um diploma sobre as suas posições e sugestões sobre Cabinda, abrindo-se assim o debate» (IBINDA, 05ABR2006).
- c) Segundo o Presidente do Conselho de Direcção da MPALABANDA, Agostinho Chicaia, «apoiamos o anúncio feito pelo Primeiro-ministro Angolano de dotar Cabinda de um Estatuto Especial, fruto de negociações com o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD). Foi uma luz no fundo do túnel, pois traduzia a vontade do Governo de Angola de caminhar, finalmente, para a resolução do problema do Enclave. (...) Exige que fosse «definido a agenda e o local das negociações e que as mesmas fossem conduzidas por entidades competentes mutuamente aceitáveis» (IBINDA, 06MAI2006).



## **V.2. Processo de paz e reconciliação em Cabinda: uma análise crítica**

### **V.2.1. Estrutura e conteúdo**

No final de Março de 2006, todas as atenções estavam centradas em Brazzaville, onde com a facilitação da «defunta» União Africana, as delegações do Governo de Angola e do Fórum Cabindês para o Diálogo mantêm contactos políticos, com vista à resolução do conflito em Cabinda e à efectivação da paz em toda extensão do território nacional angolano.

O Comunicado de Imprensa de 25JUN2006, divulgado pelo Gabinete do Porta-voz do Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, anunciava as seis formas práticas, concertada pelas partes, para a materialização do fim do conflito em Cabinda, a saber:

- a) A adopção, pela Delegação do Governo e pela Delegação do Fórum Cabindês para o Diálogo, de uma identidade política comum e de uma unidade de valores e princípios no que respeita ao fim do conflito naquela Província que se consubstancie num compromisso político, tendo em conta a realidade nacional e baseado no perdão recíproco e na reintegração condigna na vida nacional;
- b) A reafirmação, pela Delegação do Governo e pela Delegação do Fórum Cabindês para o Diálogo, do respeito pela Lei Constitucional e demais legislação e preceitos legais em vigor na República de Angola, reiterando a aceitação inequívoca da República de Angola como Estado unitário e indivisível nos termos da lei, reconhecendo, porém, que no contexto nacional, a especificidade da Província de Cabinda torna necessário a observação de um Estatuto Especial para a Província, no quadro da governação provincial e da Administração Local do Estado, em conformidade com a lei;
- c) A reafirmação, pela Delegação do Governo e pela Delegação do Fórum Cabindês para o Diálogo, do compromisso com o Estado de Direito e as instituições democráticas da República de Angola, bem como com a paz e reconciliação nacional para a Província de Cabinda e, consequentemente, rejeitando toda e qualquer tentativa de violação da ordem política e jurídico-constitucional vigente na República de Angola, condenando sem reservas, como criminosos, injustificáveis e inaceitáveis, todos os actos de subversão política e de terrorismo, por quem quer que sejam praticados em virtude de atentarem contra a lei e a ordem, destruírem vidas humanas e infra-estruturas sociais e económicas do País;

- d) A realização de conversações entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo, com vista à conclusão de um compromisso para a paz e reconciliação nacional na Província de Cabinda, tendo-se estabelecido, para o efeito, a agenda, o local e o período das conversações;
- e) A responsabilização do Governo para a organização e asseguramento de todas as questões logísticas e técnicas indispensáveis à realização das conversações, incluindo a transportação dos membros da Delegação do Fórum Cabindês para o Diálogo para o local das conversações;
- f) A realização do próximo encontro entre a Delegação do Governo e a Delegação do Fórum Cabindês na localidade de Chicamba, Comuna de Massabi, Província de Cabinda, República de Angola, em 30JUN2006, para tratar de questões inerentes à distensão militar, ao estacionamento de forças pelas Partes e ao início da organização e asseguramento logístico e técnico.

O encontro realizado em 30 de Junho, permitiu observar três assuntos essenciais previstos na agenda do dia: «a distensão militar, o estacionamento de forças pelas Partes, e o início da organização e asseguramento logístico e técnico». Conseguida «a suspensão das hostilidades» através dos Acordos de Chicamba de 30JUN2006, estavam reunidas as condições para o início das negociações, cujo paradigma, ignora de forma sistemática e significativa, as pretensões secessionistas do Enclave de Cabinda do Estado Angolano.

Por conseguinte, o sucesso das conversações políticas entre as Partes, determinará a assinatura de um derradeiro acordo de «cessar-fogo» entre as FAA e as FAC, que se pretende total e definitivo em todo o território de Cabinda.

No decorrer desta ronda de encontros formais, que é o culminar de um longo processo de contactos informais de cerca de um ano, o Governo angolano manifestou reiteradamente a intenção de conceder um «Estatuto Especial» à Província de Cabinda, que corresponda às suas especificidades. Esta iniciativa, inédita no decurso do conflito Angolano-Cabinda, foi considerada memorável, pela postura de abertura e incentivo ao diálogo ao mais alto nível.

As conversações, entre as duas partes, contaram com o empenhamento firme da Presidência da República Angolana, que na véspera do início dos trabalhos na capital congoleza, recebeu em Luanda, a visita oficial do «facilitador das negociações», Denis Sassou Nguesso, Chefe de Estado Congolês, que acumulava igualmente as funções de Presidente da União Africana. Nesta trajectória pela paz em Cabinda, foi também notável a «colaboração»

directa/indirecta de vários países e organismos regionais e internacionais, através das suas Missões diplomáticas e Representantes acreditados em Angola.

Entre os dias 13 e 15JUL2006, a capital congoleza, Brazzaville, no complexo do Hotel Marina, albergou as negociações directas entre as Delegações do Governo de Angola e do Fórum Cabindês para o Diálogo, tendo sido concluído um «Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda». O acordo prevê um «Estatuto Especial para a Província de Cabinda» de âmbito «político-administrativo», que segundo o seu 3.º artigo, decorre, no reconhecimento pelo Governo, das especificidades «histórico-geográfica, e culturais» da décima oitava província do país. As delegações de Angola e de Cabinda, foram dirigidas, respectivamente, pelo ex-ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira e pelo Presidente do FCD e ex-Secretário-Geral da FLEC, António Bento Bembe.

A aprovação do «texto final» do compromisso político em Brazzaville, a 15JUL2006, garantiu o regresso das Partes, para a histórica localidade de Chicamba, a 18JUL2006, para a conclusão de um «tratado» que pretende assinalar o fim do antagonismo militar entre as Forças Governamentais Angolanas (FAA) e as Forças Militares da FLEC (FAC), incluindo outros movimentos de Cabinda, agrupados no Fórum Cabindês para o Diálogo. Rubricaram o acordo do «cessar-fogo», o general Geraldo Sachipengo Nunda, ex-Chefe do Estado-maior General Adjunto das FAA e o general Maurício Amado Nzulu, ex-Secretário para a Defesa e Segurança da FLEC. Foi, assim, instaurada a observação de um cessar-fogo total e definitivo em todo o território de Cabinda, que entrou em vigor a partir das 24 Horas de 19JUL2006.

Num exercício sinóptico, o acordo firmado em Julho de 2006, e tornado público em Luanda, a 16AGO2006 num diploma de 48 páginas, é composto por nove anexos, correspondendo cada um deles a um documento relativo:

- 1º) à agenda de trabalhos para as conversações de Paz e Reconciliação na Província de Cabinda entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo;
- 2º) ao início da implementação do Memorando de Entendimento para a Paz e a Reconciliação na Província de Cabinda;
- 3º) à Lei de Amnistia;
- 4º) à declaração de cessão de hostilidades;
- 5º) ao aquartelamento das Forças Militares da FLEC e das Organizações sob autoridade do Fórum Cabindês para o Diálogo, bem como do Fórum Cabindês para o Diálogo propriamente dito e sua transformação em Partido Político Civil de âmbito nacional nos termos da lei em vigor.

- 6º) à declaração de extinção da FLEC e das demais organizações sob autoridade do Fórum Cabindês para o Diálogo;
- 7º) ao Estatuto Especial para a Província de Cabinda;
- 8º) à resolução da Assembleia Nacional sobre o Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda, e
- 9º) à disposições finais do Memorando de Entendimento para a Paz e a Reconciliação na Província de Cabinda.

O acordo foi solene e formalmente assinado, a 01AGO2006, no Salão Nobre da Câmara da Província do Namibe (Sul de Angola). O então Presidente da Assembleia Nacional Angolana, Roberto Víctor de Almeida, representou o Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos na cerimónia. No seu discurso, Roberto de Almeida (2006), considerou que superado o conflito «pelo patriotismo, bom senso e pela capacidade de diálogo de todas as partes envolvidas», estão criadas as condições para dar-se satisfação «à premente necessidade de paz sentida pelas populações da província e do país, para se ultrapassarem incompreensões e contradições derivadas, muitas vezes, do adiamento da solução de problemas de natureza económica e social». Para Roberto de Almeida, o princípio do Estado unitário que levou ao reconhecimento, pelo Poder Central, das especificidades da Província e a aceitação de um Estatuto Especial, permitirá aos seus futuros responsáveis a gerir da melhor maneira, no interesse das suas populações e do povo angolano em geral, os seus imensos recursos materiais e humanos.

### **V.2.2. Memorando de Entendimento sobre Cabinda**

O acordo de paz e reconciliação em Cabinda defende impreterivelmente a manutenção da «República de Angola como Estado unitário e indivisível, democrático e de direito». Neste âmbito, foi definido um Estatuto Especial, que, segundo refere o documento, corresponde às «particularidades da província» no conjunto angolano. Este último aspecto traduziu a necessidade da promoção de um modelo de governação para Cabinda «com especiais competências»<sup>194</sup>.

---

<sup>194</sup> Informação avançada em 24-07-2006 pelo então ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, na Assembleia Nacional, sobre a trajectória do processo negocial entre o Governo e o FCD.

Em contrapartida, o novo Estatuto consagrado, embora pretendesse fomentar «a partilha de decisões» entre Cabinda e Luanda, não parece ir além de uma mera declaração de intenções. O conjunto de áreas em que o «governo de Cabinda» deteria «competências especiais de âmbito específico» (EEC, 2007: 5-7), incide sobre questões de administração local do Estado que continuam, paradoxalmente, na esfera de decisão da competência exclusiva do Executivo central. Esta análise funda-se nos termos do art.º 11.º do Decreto-Lei nº 1/07 de 2 de Janeiro<sup>195</sup>: «O Governo da Província de Cabinda tem por atribuições promover e orientar o desenvolvimento administrativo, económico e social da província, com base nas deliberações e opções do Governo Central e assegurar a prestação dos serviços comunitários locais».

Refira-se das competências específicas, nomeadamente nos domínios do planeamento, hotelaria e turismo, da agricultura e desenvolvimento rural, da indústria, dos transportes, da assistência e reinserção social, das obras públicas, da energia e água, do urbanismo e ambiente, de saúde, da educação, da cultura, do empreendimento e do investimento privado (art.ºs 16º e 19º a 30º do EEC).

As linhas mestras do Estatuto pretendem ainda o alargamento, o aprofundamento e uma maior racionalização dos poderes do «governo local» em relação às áreas financeira, comercial, tributária, aduaneira e portuária, com regimes e competências específicas (art.ºs 17º, 18º, 112º e 113º).

Visando garantir a participação dos Cabindas na administração do Estado angolano, foi promovido um figurino de governação que passa pela cooptação variável de muitas das elites políticas de Cabinda.

Trata-se, no fundo, de atribuir alguns cargos a quadros interlocutores de paz sob a égide do FCD (nos órgãos auxiliares do Presidente da República e Chefe do Executivo, no Governo Provincial e nas instituições públicas que compreendem a administração directa e indirecta do Estado).

Privilegia-se, igualmente, a integração de alguns membros das Forças Militares da FLEC nos três ramos das Forças Armadas Angolanas e na Polícia Nacional (Resolução nº 27-B/06: 5-8)<sup>196</sup>. Pelo menos à partida, os elementos da FLEC/FCD, são liminarmente excluídos

---

<sup>195</sup> Diploma que aprova o Estatuto Especial para Cabinda.

<sup>196</sup> Resolução da Assembleia Nacional de 16AGO2006, que aprova o Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação em Cabinda.

dos Órgãos de Inteligência e de Segurança de Estado<sup>197</sup> (um dos Órgãos e Serviços Específicos Auxiliares do Presidente da República e Titular do Poder Executivo).

O documento prevê ainda o repatriamento das populações de Cabinda refugiadas, sobretudo, nos países limítrofes<sup>198</sup> e sua reintegração social na vida nacional<sup>199</sup>. Estes aspectos e finalidades tornaram indispensáveis, no quadro do EEC, dotar o Conselho do Governo da Província de Cabinda de poder deliberativo (art.º 32.º a 34.º), ao contrário dos conselhos das restantes 17 províncias, «como órgãos meramente consultivos dos respectivos governos» (Virgílio Fontes Pereira, 24JUL2006: ANGOP).

Um «novo» figurino verifica-se também no que toca ao alargamento do sistema de governação, que se pretende participativo, através da inclusão de um «Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social» (art.ºs 40.º, 41.º e 42.º do EEC). Os integrantes passam a chamar a si o concurso de munícipes, ONG, autoridades tradicionais, representantes (das associações sindicais, do sector empresarial público e privado, camponeses, Igrejas reconhecidas por lei) e outras entidades cuja presença o governador da Província de Cabinda considerar pertinente.

O Memorando propôs igualmente a aprovação pela Assembleia Nacional de um Projecto de Resolução relativo à «Lei de Amnistia», incluindo o «cessar das hostilidades, a desmilitarização da FLEC e das organizações sob autoridade do FCD, a adequação do dispositivo militar das FAA em Cabinda e a reintegração condigna dos quadros provenientes do FCD na vida nacional».

O diploma ordena «a extinção formal e definitiva» da FLEC e das demais organizações afectas ao FCD, bem como do FCD propriamente dito, e sua transformação em partido político nacional angolano Resolução nº 27-B/06: 5).

Com efeito, assinalou-se um marco importante e sem precedentes na história do conflito político-militar Angolano/Cabinda, embora não exista nenhuma evidência que

---

<sup>197</sup> Constituídos por três serviços: SINSE - Serviço de Inteligência e de Segurança de Estado, SIE - Serviço de Inteligência Externa e SISM - Serviço de Inteligência e de Segurança Militar (DLP n.º 5/12 de 15 de Outubro (art.º 49.º, 50.º e 51.º)). Os Órgãos de Inteligência e de Segurança do Estado, integram a administração directa e central do Estado e prestam assistência ao Presidente da República na sua função executiva em assuntos específicos de segurança nacional.

<sup>198</sup> O acordo reserva a participação do ACNUR, do governo de Angola e do FCD.

<sup>199</sup> Com a demora de Luanda, os refugiados de Cabinda recorrendo a meios próprios começaram a regressar à terra natal desde Agosto de 2010.

permita provar qualquer mudança política essencial no sistema político e na estrutura do poder vigente.

O EEC, embora se pretenda político-administrativo, não parece integrar um sistema de repartição de poderes capaz de conter a tendência centralizadora do Estado e manter a sua intervenção em posição de equilíbrio a nível da região. Se, por um lado, constitui uma das últimas heranças da prática de antiga potência colonizadora<sup>200</sup>, por outro, o Estatuto Especial para Cabinda é uma «copie conforme» dos Estatutos Orgânicos das Províncias de Angola incluindo Cabinda, elaborados de acordo com os princípios e normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado.

O modelo organizacional do Estado revigorado no Enclave parece reflectir o patamar de subdesenvolvimento político resultante do desenvolvimento sistemático de uma incipiente cultura política de participação democrática, que põe ênfase na cultura política de sujeição.

No período em análise (2006), a própria divisão político-administrativa formal angolana não parecia favorecer a atribuição de um Estatuto Especial a nenhuma unidade territorial do Estado (uma falta jurídica tendencialmente resolvida pela actual Constituição).

O paradigma preservado em Cabinda afigura-se um subterfúgio encontrado pelo regime para protelar e furtar-se às outras perspectivas geralmente contempladas como possíveis soluções para o conflito interno: a atribuição de uma autonomia política progressiva de base provincial e/ou regional com fundamento na sua identidade e características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações territoriais das populações do Enclave.

Evidentemente, a temática do estatuto de Cabinda em Angola é uma questão muito importante. Este tema eminentemente político, e não jurídico-administrativo, não se resolve em sede do poder local, ou seja do mero benefício de descentralização administrativa (tal como insinua genericamente a Constituição da República nos art.<sup>os</sup> 8.º, 199.º, 213.º e 217.º).

O EEC privilegia o rigor no estabelecimento de bases gerais do modo de organização, competências, funcionamento e poder regulamentar da administração do Estado no Enclave, no âmbito da sua maior integração no efémero modelo político-administrativo do País.

No fundo, visa dois objectivos estratégicos fundamentais: a reafirmação do desenvolvimento socioeconómico de Cabinda num quadro de interdependência com o resto de

---

<sup>200</sup> Portugal adoptou em 1976 um sistema de repartição do exercício do poder por diferentes instituições políticas, instituindo as Regiões Autónomas e o Poder Local como verdadeiros níveis políticos de contrapoder ou de contenção do poder centralizador do Estado.

Angola, bem como o reforço e manutenção da autoridade do Estado na região. Sem dúvida, a organização político-administrativa de Cabinda e de outras províncias angolanas continua a não possuir a natureza de um poder político: é uma administração desconcentrada do Estado, controlada administrativa, política e financeiramente pelo poder central desde 1975.

O governo de Cabinda terá de processar a sua administração num sistema de total dependência e subordinação ao Estado. Como os demais executivos provinciais de Angola, o governo de Cabinda é uma inegável dependência do Estado central, tendo como missão, entre outras, a de assegurar a prestação dos serviços comunitários locais (art.º 11.º do EEC).

Assim, o adiamento da autonomia política e a inexistência de estruturas de poder autónomas democraticamente legitimadas diminuem a participação política das populações e sua intervenção activa na sociedade, sendo uma problemática permanente da sua relação com o governo provincial, as administrações municipais e comunais.

O «novo» estatuto de Cabinda está perfeitamente destituído de mecanismos que permitem conceder legitimidade política aos órgãos executivos locais, «através da sua ligação às populações, fazendo-as participar no processo de gestão da região/Municípios e fazendo delas seus aliados políticos na relação com o Estado e as outras Províncias/Municípios» (Machete, 2002: 12).

Sugere-se, por isso, um novo modelo político alternativo, simples e eficaz para Cabinda. E o instituto de «power sharing» associado a uma autonomia, aplicado no contexto angolano, seria talvez um dos possíveis instrumentos para a regulação, contenção e gestão da contenda político-identitária na província enclave descontínua do país!

### **V.2.3. Desafios políticos, económicos e sociais**

Numa perspectiva macro, o processo angolano de pacificação e de integração tem privilegiado o bom senso e a tolerância, com êxitos indiscutíveis. Todavia, subsistem tensões latentes que obrigam a uma atenção contínua, a acções faseadas, baseadas nos mesmos princípios e que não escamoteiem as realidades diversas subjacentes e queiram adaptar as estruturas às pessoas e aos povos e não o inverso.

Os desafios que se colocam à liderança angolana, no plano interno e externo, são bastante complexos e contundentes, mas não insuperáveis. Em relação ao Enclave de riba-Zaire, procura-se insistentemente a neutralização dos objectivos tradicionais do seu povo (não mudo mas dispensado), para uma sede geográfica exclusiva.



Luanda tende a desviar e a enquadrar a exigência independentista de Cabinda numa estratégia de progressivo e ineficaz desenvolvimento económico e social, de Estatuto Especial de âmbito provincial associado à uma eventual Autarquia Supra-municipal<sup>201</sup>.

As eventuais vulnerabilidades e potencialidades para Angola que poderão decorrer do processo de paz de Cabinda, fortemente apoiado principalmente pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa<sup>202</sup>, pelos Estados Unidos da América<sup>203</sup>, pela União Africana, pela União Europeia, dependerão essencialmente da vontade política e do pragmatismo dos decisores angolanos para estabelecer e dinamizar medidas e acções governativas para estabilizar e acelerar a reconstrução e o desenvolvimento do Enclave, visando, a curto/médio e longo prazo, diminuir as assimetrias regionais e responder aos problemas de pobreza, fome, exclusão social e política dos cabindeses.

Com efeito, o desenvolvimento, numa perspectiva antropológica, implica mudança social e cultural, tendo em conta que não pode ser reduzido a um fenómeno de carácter exclusivamente económico. A meta do desenvolvimento deverá ser equacionada numa perspectiva multidisciplinar, envolvendo a reorganização e a reorientação do sistema político, económico e social. Razão de sobra assiste Heitor Barras Romana quando afirma que «os factores de progresso político relacionados com a credibilidade e consolidação das instituições do Estado são o suporte das estratégias de desenvolvimento socioeconómico» (Romana, 1997: 231).

Mais do que um simples documento sobre paz e reconciliação, o Memorando de Entendimento do Namibe seria para o povo de Cabinda uma promessa de desenvolvimento

---

<sup>201</sup> Estaremos talvez perante uma falsificação do sistema de equilíbrio que passa, inevitavelmente, pela «feudalização, com o desenvolvimento das instituições, que então não passam de carapaças de uma vida passada» (Bessa, 1993: 597-598).

<sup>202</sup> Os Chefes de Estado e de Governo da CPLP, reunidos na VI.ª Conferência em Bissau, saudaram os «Acordos de Entendimento rubricados entre o governo da República de Angola e o Fórum Cabindês para o Diálogo, de modo a encontrar-se uma solução de estabilidade definitiva para aquela parte do território angolano» Declaração de Bissau (17JUL2006). *Disponível no site da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*: ([http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcplp%2FCCEG%2FVI\\_CCEG%2FDECLARA%EF%BF%BD%EF%BF%BDO\\_DE\\_BISSAU.pdf](http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcplp%2FCCEG%2FVI_CCEG%2FDECLARA%EF%BF%BD%EF%BF%BDO_DE_BISSAU.pdf), [07.09.2013]).

<sup>203</sup> «For the people of Cabinda, this Memorandum of Understanding is more than just a document on peace and reconciliation; it is the promise of economic development and increased political influence». Comunicado de Imprensa do Governo dos EUA sobre o processo de Paz de Cabinda (01AGO2006). *Disponível no site da Embaixada dos Estados Unidos em Angola*: (<http://angola.usembassy.gov/archive8012008.html>, [07.09.2013]).

económico e de crescente influência política. Não é possível aproveitar as viabilidades e recursos de uma sociedade «subalternizando os grupos que não estão no poder e impondo-lhes critérios de hegemonia sem alternativa» (Borges de Macedo citado por Bessa, 1993: 596).

A elite política angolana não pode ignorar as diversas elites sociais e aspirar à sua digestão. Cada elite parcial, como a religiosa, a militar, a técnica, a cultural, a económica, a de prestígio, tem a sua função e garante um espaço de autonomia e, sobretudo, de pensamento alternativo. Se tais elites dispuserem de força a partir das instituições que coroam, representam sempre um limite às ambições exorbitantes da elite política, contendo-a dentro de esferas que resultam desta lógica do antagonismo.

De um olhar atento ao EEC pode inferir-se que estamos em presença de um modelo de paz e reconciliação sem transformação expressiva do sistema político, da estrutura do poder e ideologia do Partido/Estado. A constituição formal foi reiterada e convenientemente invocada como o grande tabu para adequar uma resposta verdadeiramente democrática ao problema político interno. No fundo, tende a esvaziar a análise dos conflitos, dobrando-se numa democracia que não há, empobrecida e acrítica, que sobrevaloriza a eficácia técnica e a despolitização dos contextos locais. O Estado angolano parece debater-se com a contradição insolúvel entre a sua vontade de crescimento centralizado e a necessidade de se tornar mínimo.

Quem governa parece tender a expandir o seu espaço de intervenção, ampliar os dependentes, absorver e dispersar os concorrentes, colonizar a sociedade civil, colocando-a sob protecção vigilante. Este afigura-se um problema magno para a liderança de Luanda, considerando que a construção de um quadro da estratificação social actual cabindês deve obedecer ao cruzamento de três variáveis essenciais: estatuto económico, estatuto social e estatuto político.

A nível nacional, alcançada a paz, a norma inegável da mutabilidade e da vulnerabilidade de qualquer sistema político torna indispensável consolidar aquilo que é considerado «o bem público mais precioso dos nossos tempos», procurando «conjuguar a representação e a participação, a economia e a política, a família e as instituições» do país (Ginsborg, 2008: in contra-capá). Nesta ordem de ideias, o enclave angolano parece que vai continuar a ser um problema para a liderança do MPLA. A receptividade do Partido-Estado ao tratamento democrático e plural exigido para resolver em definitivo o problema, levará consigo um outro problema «incómodo e multidimensional» (cuja resposta foi mais uma vez

adiada pela actual Constituição): a reforma profunda do sistema de governação do país<sup>204</sup>, caucionando a desintegração do «Estado Providência», isto é, a ruptura da sua homogeneidade e centralização (Montalvo, 2003: 47).

Como temos vindo a defender, o travão à acção da elite política só se poderia encontrar nas elites parcelares, apoiadas em forças sociais reais, capazes de definir os seus objectivos e defendê-los no terreno. Se tais minorias organizadoras conseguem escapar à integração forçada que as elites tendencialmente unificantes prosseguem como prática necessária, tornam-se esteios de autonomia de campos que acabam por defender interesses próprios, mas que correspondem ao interesse geral. Torna-se hoje evidente que mecanismos como a petição popular, o referendo para problemas normativos, o plebiscito para questões excepcionais, estão ao alcance da sociedade de massas. Este processo suscita geralmente entre membros da elite política uma reserva fácil de compreender, porque a intervenção popular evoca receios de diversa natureza.

O progresso da educação, a facilidade da comunicação, e até o voto plural, compensando eventuais absurdos, chegariam para acabar com as cautelas. Ignorando estas três vias, as sociedades contemporâneas têm ainda movimentos próprios, que cristalizam em manifestações, que são sempre possíveis de estudar e interpretar no seu justo significado. Desprezá-las ou magnificá-las são atitudes sentimentais que pouco ajudam a descortinar a sua função. Por elas, camadas marginalizadas ou desatendidas, fazem sentir a sua vontade. Sem necessidade de defender uma agitação contínua, que é cansativa, nada invalida encarar as autênticas manifestações como verídicas petições populares, expressões de sentimentos partilhados, sintomas da pulsação da sociedade.

A transformação efectiva do Estado Providência num novo paradigma de Estado, o chamado Estado Pluralista, gera uma administração policêntrica, constituída por uma constelação de novos órgãos que coexistem com interesses e lógicas distintas e constituem múltiplos centros de poder. O Estado vai-se reestruturando, redefinindo as suas funções estratégicas e fazendo intervir nessa «recomposição funcionista» os municípios, as regiões, as organizações supranacionais e os sectores privados e sociais (Machete, 2002: 32-37).

A realização das componentes previstas no compromisso político sobre Cabinda e sua consolidação é fortemente determinante, mas condicionada pelo modelo do poder no seio do

---

<sup>204</sup> Para alguns analistas, o modelo de governação revigorado em Angola (com a aprovação da actual Constituição) corresponde a um retrocesso de um sistema que muitos desejavam que fosse verdadeiramente democrático. Parece que a efectivação gradual do poder local autárquico, consagrado pela Lei Constitucional, tenderá a responder a esta corrente do pensamento.

grupo dirigente de Angola, centrado à volta do Bureau Político e do Comité Central, mas sobretudo do núcleo restrito do Presidente da República e Chefe do Executivo. São aspectos sensíveis do ponto de vista do desenvolvimento socioeconómico e político, cuja continuidade em Cabinda poderão eventualmente constituir-se (a curto/médio e longo prazo) num potencial factor de instabilidade e reforçar a emergência de sinais de anomia política generalizada<sup>205</sup>.

Com efeito, o impacto do sistema interno e os sentimentos que gera na comunidade local angolana em geral – os quais oscilam entre o desenvolvimento, que tarda em ser uma evidência e as situações de exclusão que permanecem e, em certos casos, se ampliam<sup>206</sup> – podem levar a reacções negativas também polarizadoras das fidelidades horizontais, a crescentes tensões sociais, e alargarem o universo de descontentes e críticos, disponíveis para acções de contestação potencialmente mais amplas e mais violentas (Bembe, 2012b: 107).

Como sucedeu em 08JAN2010<sup>207</sup>, na tentativa de inviabilizar a segurança e estabilidade projectada em Cabinda, é muito provável que alguns indivíduos e/ou grupos radicais descontentes, com eventual conexão ou não com movimentos insurrectos, países contíguos, a diáspora, membros familiares, refugiados, imigrantes legais, ilegais ou irregulares, e mesmo aliciando alguns cidadãos nacionais ou estrangeiros vulneráveis, venham a adoptar novos comportamentos desviantes. Estes tenderão a perpetrar actos anti-sociais e criminosos contínuos, para transmitir um sentimento de insegurança aos cidadãos. Trata-se de uma espécie de franchising que procurará utilizar e reviver o nome FLEC como um marco histórico para cometer actos terroristas e criminosos, visando captar alguma credibilidade/valorização pessoal astuciosa, macular a imagem do país, pôr em causa os valores matriciais do povo angolano e minar a paz, o desenvolvimento económico, político e social<sup>208</sup>.

---

<sup>205</sup> Verifica-se o aumento da dependência multidimensional do Enclave do Executivo central. Ao baixo nível das infra-estruturas locais, acresce a dependência de Cabinda dos Congos. Esta situação retira às autoridades locais capacidade de promover e concretizar iniciativas para o desenvolvimento da província.

<sup>206</sup> O ministro angolano que acompanhava a província de Cabinda considerou em Luanda, em 17ABR2008, que «a população de Cabinda atravessa uma situação de frustração devido à condição de miséria em que vive» (Bento Bembe, RTP).

<sup>207</sup> Na sequência do ataque armado contra o autocarro que transportava a selecção de futebol do Togo que ia participar na Taça das Nações Africanas Angola Orange 2010, reivindicado por separatistas do Enclave de Cabinda e que estaria na origem da desistência daquela selecção da competição.

<sup>208</sup> «A FLEC pretendia minar gradualmente o moral e as capacidades do adversário mais forte; o desgaste do poder político estabelecido; despertar o mundo sobre a continuidade do conflito; a criação de um ambiente psicológico de expectativa de insegurança» (Bembe, 2012b: 108-109).

Nesta perspectiva, é provável que Cabinda venha constituir, para esta região centro-oeste de África, um foco potencial permanente de conflitualidade que poderá, inclusivamente, ressuscitar nos Estados adjacentes ambições de anexação, tanto mais que não lhes será difícil lançar mão aos fundamentos étnicos, tribais e históricos para sustentar essa eventual aliciante opção<sup>209</sup>. A concretizar-se, o conflito tenderá a ter alavancas políticas construídas segundo lógicas geopolíticas e geoestratégicas de países limítrofes de Cabinda e/ou outros Estados que eventualmente tenderão a recorrer àqueles, numa estratégia de procuração (Bembe, 2012b: 108-109).

Por outro lado, e apesar do desejo dos cabindeses refugiados nos dois Congos e no Gabão, o seu repatriamento tem sido sistematicamente adiado. Esta atitude prende-se com a crescente morosidade na adequação de condições básicas para o seu acolhimento, bem como com a componente relativa à assistência e reintegração social. A situação (entre outras vulnerabilidades) tenderá a ser fortemente explorada, de forma variável, pelos agitadores da paz e tranquilidade, a médio e longo prazo. De facto, as outras metas que se colocam em Cabinda não têm tanto a ver com aspectos de ordem institucional, mas com a realização de objectivos macro-operacionais que dizem respeito à problemática da habitação, à auto-suficiência alimentar, à superação da questão da descontinuidade ou isolamento geográfico do Enclave e à implementação de actividades terciárias.

Uma outra dimensão fundamental tem a ver com a cultura do medo que ainda se vive no Enclave e um pouco por toda Angola. Trata-se da liberdade de expressão e da participação na vida democrática. Uma cultura do medo que não está apenas relacionada com questões de integridade física, mas também, ou principalmente, com o medo de perder privilégios, empregos ou acesso a bens, o que se traduz na ausência de iniciativas e exigências por parte dos cidadãos. Um conceito de medo amplo, nitidamente equivalente a dependência e que mais que um problema político, traduz uma realidade cultural. Julga-se indispensável realizar uma profunda mudança na cultura política e organizacional do Estado, despartidarizar a vida diária e ultrapassar o enorme abismo de comunicação entre aqueles que detêm o poder e os que a ele estão submetidos.

Em síntese, a transformação pode manifestar-se por duas vias clássicas: a nível orgânico, através da criação de serviços desconcentrados do Estado e de novas entidades de

---

<sup>209</sup> José Eduardo dos Santos qualificou, em 15OUT2010, a situação de segurança de Angola como estável mas marcada por algumas ameaças e riscos com destaque para Cabinda, fazendo referência a perturbações externas (Discurso sobre o Estado da Nação, Cerimónia de Abertura do Ano Parlamentar da Assembleia Nacional. Portal Oficial dos Serviços de Apoio ao Presidente da República de Angola).

direito público e de direito privado exteriores à Administração Pública, e a nível territorial, por via dos processos de regionalização e de descentralização municipal (Montalvo, 2003: 47-52). Nesse processo, sempre incompleto, os aspectos elencados afiguram-se essenciais para uma mudança real.

Não basta participar para tornar democrático um processo. Está em causa não apenas a forma – quem e como participam? – mas também o conteúdo: «Participar para quê? Quais são os interesses? Quais os consensos e os conflitos?» (Guerra, 2006: 7). A tese da participação implica, por um lado, cultura política e, por outro, consciência cívica. A participação não é sinal de consenso e não tem significado de per si, se não se atender aos actores em presença, aos conteúdos em discussão e às suas relações com o contexto sistémico em que se inserem. Os actores não são entidades homogéneas nem representam interesses unívocos, como nem todas as questões em causa têm o mesmo valor do ponto de vista da reflexividade dos actores ou da estrutura das relações sociais.

### **V.3. Síntese conclusiva**

A grandeza dos desafios observados no terreno requer (a curto, médio e longo prazo) a implementação pelos Executivos Central e Provincial, de um amplo e diversificado conjunto de acções de impacto social, para assegurar a promoção do desenvolvimento de Cabinda numa perspectiva antropológica e a satisfação das necessidades básicas das populações, num processo sempre incompleto de procurar inverter a manifesta situação do enclave petrolífero angolano.

Hoje como no passado, Cabinda continua a desempenhar a sua função de sempre: centro da exploração, do comércio e das transacções relacionadas com exportações dos produtos lucrativos, e centro da maior importação dos produtos alimentares e géneros de primeira necessidade.

E a dignidade normativa das “competências especiais de âmbito específico” que se pretendeu atribuir ao Enclave no âmbito do Estatuto Especial tendeu a ser manipulada pela mentalidade centrista e ideologia de exclusão que continua, infelizmente, a predominar entre nós. À essa dignidade será sempre difícil fazer corresponder os planos de desenvolvimento socioeconómico e político da própria província e os meios necessários, nomeadamente legais, organizacionais, humanos e financeiros, para tal efeito. Este afigura-se, um problema magno para os decisores políticos de Angola, considerando que a construção de um quadro da

estratificação social actual cabindês deve obedecer ao cruzamento de três variáveis essenciais que tardam em ser uma evidência: estatuto económico, estatuto social e estatuto político.

Num exercício de síntese e de sistematização, sempre incompleto, Cabinda debate-se, essencialmente, com:

- a ausência de políticas eficazes de combate à pobreza e à exclusão social, à defesa do ambiente, bem como a desigualdade na distribuição dos rendimentos, da riqueza, dos recursos e das oportunidades;
- a má gestão da economia e dos recursos e dinheiros públicos;
- políticas micro e macro-económicas e sociais distorcidas e ineficazes, bem como a ausência de políticas sectoriais de criação de emprego e de aumento de produtividade;
- instituições fracas, desorganizadas e centralizadas, com reduzida produtividade e com deficiente cultura democrática;
- a baixa qualificação média dos quadros e técnicos e desvalorizados, principalmente no sector público e nas empresas do Estado;
- a falta de políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento e capaz de promover um crescimento económico equitativo e sustentado, complementado pela oferta eficaz de serviços sociais básicos (incluindo educação e formação profissional, saúde e protecção social, água e saneamento, alimentação e habitação);
- a fraca participação democrática e cívica e desrespeito pelos direitos humanos mais elementares, resultado da frágil mobilização da sociedade civil e débil consciência social, nomeadamente das elites, para o combate à pobreza;
- a degradação do sentimento de solidariedade e desrespeito crescente pelas normas morais, sociais e de ética política<sup>210</sup>.

Recorrendo às considerações de Fátima Moura Roque, sobre a estratégia da “transformação para a estabilidade e o desenvolvimento sustentado” em África (Roque, 2005: 34-35, 91 e 96), é nossa percepção que a problemática acima referenciada, observada em Cabinda, só poderá ser superada com a criação, pelo Estado, de condições para:

- a reabilitação e a construção de infra-estruturas físicas e institucionais<sup>211</sup>;

---

<sup>210</sup> Breve resumo das considerações da Professora Fátima Moura Roque sobre África, adaptadas à realidade da província enclave de Cabinda (Roque, 2005: 79-81).

- o desenvolvimento maciço e continuado dos recursos humanos enquadrado numa estratégia de especialização;
- o fortalecimento de uma economia de mercado com forte investimento social;
- a melhoria do nível de vida e do padrão de distribuição do rendimento, da riqueza e das oportunidades;
- a promoção de um ambiente favorável ao sector privado e ao investimento nacional, regional e estrangeiro, bem como na criação da classe empresarial angolana em geral e cabindense em particular;
- a melhor afectação dos recursos, bem como fortalecimento e diversificação da oferta interna;
- a consolidação da paz e da inclusão social bem como da democratização política e institucional;
- a promoção de uma política de desenvolvimento sustentado com justiça social;
- a redução do papel do Estado em Cabinda, na gestão das actividades produtivas, e devolução de poderes no âmbito da descentralização.

Por outro lado, é provável que Cabinda venha constituir, para esta região centro-oeste de África, um foco potencial permanente de conflitualidade que poderá, inclusivamente, ressuscitar nos Estados adjacentes ambições de anexação, tanto mais que não lhes será difícil lançar mão aos fundamentos étnicos, tribais e históricos para sustentar essa eventual aliciante opção<sup>212</sup>. A concretizar-se, afigura-se-nos que o conflito tenderá a ter alavancas políticas construídas segundo lógicas geopolíticas e geoestratégicas de países limítrofes a Cabinda e/ou outros Estados que eventualmente tenderão a recorrer àqueles, numa estratégia de procuração (Bembe, 2012b: 108-109).

---

<sup>211</sup> O território de Cabinda foi baptizado com a qualificação de “cemitério de pedras”, por nenhum projecto ter sido arrancado, apesar de lançamento das primeiras pedras. Refira-se da construção do Porto de águas profundas (no Caio), da Nova Cidade (no Mbucu-Chinga), da Centralidade Habitacional (no Chibodo), do Pólo Industrial de Fútila, da implementação do projecto agro-pecuária e industrial do Vale do Yabe, da ampliação do aeroporto, entre outros projectos.

<sup>212</sup> José Eduardo dos Santos qualificou, em 15OUT2010, a situação de segurança de Angola como estável mas marcada por algumas ameaças e riscos com destaque para Cabinda, fazendo referência a perturbações externas (Discurso sobre o Estado da Nação, Cerimónia de Abertura do Ano Parlamentar da Assembleia Nacional. Portal Oficial dos Serviços de Apoio ao Presidente da República de Angola).



Importa que as populações se revejam na progressiva evolução do modelo e que o consolidem, garantindo a sua constante e necessária participação democrática. Se a participação pública assume como ponto de partida essencial a eleição de representantes políticos para cargos governativos, pode dizer-se que ela assume um grau muito elevado quando aos cidadãos é permitido participar activamente nos processos de planeamento, tomada de decisão e gestão propriamente dita. É aconselhável, portanto, que todas as reformas mantenham sistemas de representação que consolidem e se possível ampliem os actuais mecanismos de integração dos cidadãos no processo democrático.

Mas se a prática da democracia define-se simultaneamente pelo direito à diferença e pelo direito à identidade, de hoje em diante a questão particular do enclave descontínuo do país é certamente um problema eminentemente político e não jurídico-administrativo com que a liderança angolana deverá lidar a longo prazo.

Preservando os mais altos anseios do povo angolano, os princípios partilhados plasmados na Constituição da República e no Memorando de Entendimento do Namibe, afigura-se-nos que a resposta aceitável para Cabinda (não encontrar-se-á) em sede do poder local, ou seja do mero benefício de descentralização administrativa<sup>213</sup>, mas muito provavelmente, no regime de partilha de poder associado a uma autonomia tão marcada quanto seja possível garanti-la (Pereira, 1997: 8; Bembe, 2013b: 459). Este approach não deixa de parecer improvável para quem conheça a mecânica política centralizante de Angola que desde os seus primórdios tem sido difícil de governar na ausência de um centro forte. Será seguramente com base nessa prática clássica que pode vir a ser aberto espaço para uma convivência saudável exigida por uma *realpolitik* que se coadunou sempre mal com ideias de autodeterminação e independência.

Perfilhando Pierre Grémion: a região aparece frequentemente, não como «lugar de poder», mas como «lugar de síntese», ou seja, como «nível de articulação entre o central e o local» cuja acção específica deve fundar-se no princípio da concertação<sup>214</sup> (Grémion, 1976: 116). A região periférica, descontínua, insular ou enclave, enquanto espaço de autonomia

---

<sup>213</sup> Tal como insinua genericamente a Constituição da República nos artigos 8º, 199º, 213º e 217º.

<sup>214</sup> Entretanto, a acentuação da região como «lugar de síntese» gera precisamente o que Pierre Grémion, designa por «síndrome periférico», enquanto «atitude de retirada». Este síndrome tende a surgir nas periferias, por acção da continuidade das lógicas dos dois tipos de democracia. A presença do Estado no espaço regional, actual normalmente mais como instrumento de enquadramento e de neutralização do que como mecanismo detonador de participação.

política deve antes obedecer à lógica da democracia participativa local e não à lógica da democracia representativa estatal.

Recorrendo a uma metáfora: a descentralização é a dimensão política e administrativa, enquanto a autonomia é a dimensão ontológica (Barreto, 1994: 271). Como parece evidente, a autonomia é um conceito muito mais rico e complexo do que a descentralização. A descentralização sugere a continuidade institucional e cultural entre o centro e a região. A autonomia implica que, para além dos factores de continuidade, haja também diferença de qualidade, diferença de natureza. Isto sem esquecer o essencial: a descentralização pode limitar-se a uma técnica, eventualmente uma estratégia de administração, enquanto a autonomia está ao serviço da cidadania, da plena cidadania.

A História tem muita força e, de nenhum modo constitui um passado morto. Ao contrário, reaparece, revive, reafirma-se nos padrões de comportamento. Essa ligação “passado-futuro” é condição fundamental para o “futuro-presente” e um dos grandes princípios que devem orientar o poder dos povos. As sublevações, uma vez desencadeadas, não podem voltar para trás!

Todavia, sobre a temática em análise, é preciso pôr os pés no chão. Com ou sem Simulambuco, o Enclave de riba-Zaire tem vastas reservas de petróleo e gás natural. Tem recursos essenciais e uma posição geopolítica invejável. Quer se queira quer não, é difícil imaginar uma independência que de imediato seria retratada como uma secessão inaceitável. Todavia, a consciência da identidade tenderá a suscitar sempre, no seu povo, o desejo para um tratamento distinto no contexto nacional angolano e este, assumido em condições favoráveis, por via de autonomia política interna, poderá promover a mudança em nossa democracia.

Afigura-se que as várias forças nacionalistas de Cabinda compreenderam que a aceitação de um Memorando de Entendimento lhes reduziu a margem de manobra independentista, obrigando-as a uma redefinição de políticas. Ao assinar o Memorando, aceitaram, implicitamente, uma ligação a Angola. Resta-lhes talvez tentar renegociar-lhe os termos, assegurando o reconhecimento de uma identidade específica que a todos enriquece e beneficia. Resta-lhes renegociar a relação de pertença por dentro.

O destino das populações não pode ser determinado por via impositiva. Compete ao Executivo Central promover o desenvolvimento total e integrado da sociedade global. O Estado age, a nível nacional, como agente dinamizador e árbitro de interesses nem sempre compatíveis, competindo-lhe, por isso, um papel mais vasto de regulação. O desenvolvimento exige uma gestão racional dos recursos existentes e a sua distribuição equitativa.

## **VI. PARA UMA ESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO E GESTÃO DAS DIFERENÇAS: MODELO DE REGULAÇÃO**

### **VI.1. Instituto de partilha do poder e acomodação das elites**

Face à multiplicação dos «nacionalismos de dissociação» ou «movimentos nacionalitários»<sup>215</sup> que actuam no interior de um Estado constituído e reclamam, em nome de um grupo humano qualificado de «nação» e partilhando certas características próprias (história, cultura, língua, passado comum, território), a autonomia política, quando não mesmo a independência; a democracia é frequentemente invocada como a parada suprema (Dieckhoff, 2001: 18 e 133). A prática da democracia define-se simultaneamente pelo direito à diferença e pelo direito à identidade.

A reivindicação da diferença inscreve-se, no nível da representação, como recusa da desqualificação e da dominação simbólica e económica. Esta auto-affirmação expressa na busca da identidade torna-se o factor determinante da luta. A explicação recorre, deste modo, à «lógica simbólica da distinção» desenvolvida por Pierre Bourdieu. Afirma o autor, se «existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente», então «a existência real da identidade supõe a possibilidade real, jurídica e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença», (Bourdieu, 1989: 113 e ss.).

Evidentemente, a comunidade local constitui um campo político em que se inter-relacionam as lógicas económica, social e de poder. O conflito entre estas lógicas revela as diferentes estratégias em confronto. O contínuo processo de recomposição das classes sociais faz emergir interesses económicos descoincidentes, com a sua expressão no domínio político. Aqueles interesses configuram concepções diversas de liberdade e de prática política.

Com efeito, a identidade enquanto conceito que aparece na articulação da psicologia e da sociologia, abarca duas dimensões essenciais: «as ideias de representação de si e de reivindicação da diferença» (Fernandes, 1992: 46).

Porque «lugar, real ou imaginário, e fonte de conflitos e de ilusões», e dotada de um carácter «pessoal e social», a identidade reveste de características paradoxais. Constituindo-se

---

<sup>215</sup> De acordo com Alain Dieckhoff, o termo foi forjado nos anos 1970 para designar os regionalismos de esquerda que associavam crítica do Estado-nação a denúncia do capitalismo. Tal como Dieckhoff, o termo, é recorrido aqui, numa acepção mais lata como sinónimo de «nacionalismos de dissociação» por oposição aos nacionalismos centralistas.

na «confrontação do idêntico e da alteridade, da semelhança e da diferença», oferece ao actor social sentimentos e representações, pelos quais «orienta as suas condutas, organiza os seus projectos, constrói a sua história, procura resolver as contradições e ultrapassar os conflitos». A formação e a afirmação da identidade desenvolvem-se através de dois processos principais: a «identificação» pela qual «o actor social se integra num conjunto mais vasto e no qual tende a fundir-se»; e a «identização» mediante a qual se afirma e se separa de outros actores (Tap, 1986: 11-15).

A identidade, fruto de identização e da identificação, promove simultaneamente a unificação e a integração, e a diferenciação e o afastamento, configurando assim agrupamentos distintos, dotados de sentimentos de pertenças separadas e por vezes opostas.

Nas sociedades modernas, tem-se vindo a assistir a uma crescente importância da lógica da identificação em detrimento da lógica da identização. Com um certo individualismo reinante, esta última tende a entrar em processo de dissolução, dando origem a identidades débeis ou incertas. A identificação é dotada, ao contrário, de uma capacidade de agregação de pessoas e de interesses, apelando normalmente para figuras emblemáticas ou para objectivos de médio ou de longo alcance. Tais elementos geram sentimentos de pertença e desencadeiam energias mobilizadoras. «Quanto mais desenvolvidas são a desindividualização e a identificação, maiores também se tornam a adaptação e a integração» (Teixeira, 1992: 49).

A identificação opera-se então através da consciencialização dos conflitos, e esta consciencialização conduz à formulação de projectos e ao estabelecimento de estratégias. Para além da afirmação identitária, o empenhamento numa acção concreta dá origem a identidades reivindicativas em espaços de poder e em espaços de cultura. É assim uma adesão e uma recusa.

A crescente sensibilidade em relação a este fenómeno parece estar ligada ao «aparecimento ou desenvolvimento, em todas as partes do mundo e em quase todos os sectores da sociedade, de reivindicações e de movimentos sociais ou nacionais, que apelam à defesa de uma identidade colectiva ou pessoal» (Touraine, 1986: 19-22).

O desenvolvimento de uma identidade comum opera-se assim num espaço cultural – exigindo-se mutuamente identidade e cultura –, em que desempenha papel relevante a memória colectiva. Na verdade, a constituição de uma memória social aparece como um elemento indispensável de produção de identidade de uma colectividade, porque, fora dela, não se vê onde se poderiam encontrar esquemas reguladores tirados do seu próprio solo. A cultura tem, em consequência, uma importância determinante na dinâmica social, conferindo às colectividades uma configuração específica, sendo a sua memória, a força da sua coesão e

o factor legitimador da sua acção. A identidade de uma comunidade é uma função da sua vivência cultural. Os indivíduos, assim como os grupos sociais, tendem a lutar contra a perda da identidade, face as profundas transformações que ocorrem. A partir de culturas identitárias, formadoras de vida colectiva, os diversos actores sociais constroem a imagem de si mesmos e afirmam-se numa relação de alteridade. Ela é sempre auto-defesa em solidariedade, e abertura que se traduz na troca com outros.

A intensidade da identidade social, na base de uma identidade colectiva cultural, pode variar de acordo com as regiões. Inscrevendo-se numa história comum, está efectivamente em estreita relação com os dinamismos económicos, sociais e políticos existentes e com a capacidade que oferece aos diversos actores sociais de realização de acções concretas. Não há identidade sem história, do mesmo modo que não pode existir sem renovação. Apoando-se no passado, está aberta ao futuro. É nesta orientação para o devir que se situam os projectos colectivos.

A democracia participativa passa, portanto, pela afirmação de uma identidade no interior de uma cultura. Daí resulta a estreita ligação entre cultura, identidade colectiva e desenvolvimento social. A consciência de identidade faz despertar sempre a vontade de autonomia e esta, em condições favoráveis, promove a mudança em democracia. O envolvimento das populações na resolução dos seus próprios problemas é mais exequível. A sociedade local pode orientar de uma forma mais directa o seu destino, não devendo ser determinado por via autoritária.

Como elucida António Fernandes, «O povo é tanto mais governante, quanto mais nas suas mãos ou mais próximo delas está o poder de governar. E o poder de governar está próximo do povo, quanto mais a democracia é participativa». Uma sociedade que queira ser verdadeiramente democrática, no sentido pleno do termo, que pretenda estabelecer entre os homens uma situação de equilíbrio entre a liberdade e igualdade, deve instituir «um regime que promova e ponha em acção uma descentralização do poder político» (Fernandes, 2004: 38).

Para o efeito, vários estudos especializados sugerem diversas formas de regular, conter e gerir as diferenças nas sociedades profundamente divididas e/ou marcadas por conflitos internos, secessionistas, político-identitários ou sócio-culturais. Refira-se ao regime de partilha do poder associado ao consociativismo, sendo o regionalismo e federalismo opções não descartáveis no processo, sempre incompleto, de conferir uma substancial autonomia aos povos autóctones integrando-os paritariamente no quadro político nacional existente.

Com efeito, o regime de partilha do poder, sobretudo entendido como «incluir adversários políticos num governo de ampla coligação», é uma abordagem dominante nos processos actuais de resolução de conflitos. Trata-se de um modelo de regulação introduzido em diversos países afectados pela guerra e, é frequentemente recomendado como «solução política» para superar as profundas divisões entre grupos rivais (Lijphart, 1968, 1977 e 1997; Fernandes, 2004; David, 2008). Alguns estudiosos, mediadores e líderes políticos aplaudem esta perspectiva, como solução fundamental para a consolidação da paz e a promoção da democracia. Por outro lado e, como afirma Helga M. Binningsbo (2013): «muitos têm criticado a partilha do poder e sua aplicabilidade, tendo em conta a incapacidade demonstrado por este regime, para garantir a estabilidade e o desenvolvimento em alguns países divididos por conflitos».

A literatura sobre a partilha do poder, parece chegar a estas conclusões divergentes, porque não há ainda consenso sobre o que é «partilhar o poder», quais são os objectivos a alcançar e como abordar essa modalidade de regulação dos conflitos. Para além de inclusão das principais elites num governo conjunto, o sentido de partilha do poder varia (como mecanismo de mitigação dos conflitos). É necessário que os pesquisadores e formuladores de políticas esclarecem sobre o tipo de partilha do poder a que se referem, em situações específicas. A partilha do poder é cada vez mais recomendada e implementada em muitas sociedades frágeis e pós-conflito.

## **VI.2. Formas e componentes de partilha do poder**

### **VI.2.1. Consociativismo**

O pluralismo social e cultural vem-se tornando, no mundo contemporâneo, numa característica fundamental das mais diversas sociedades, independentemente das profundas e, por vezes, irredutíveis diferenciações sub-culturais que as possam atravessar. O conceito de consociativismo<sup>216</sup> poderá, desde então, mediante uma adequada redefinição, ser aplicado a essas situações.

---

<sup>216</sup> Consociação: «Unidades constituintes não territoriais partilham o poder concentrado num governo dominante comum» (Elazar, 1998: 8).

António de Sousa Lara parece que anda muito acertado ao alertar, sistematicamente, que, «as normalizações opressivas e compressivas carecem de muito tempo e da sucessão de várias gerações consecutivas para se tornarem relativamente estáveis e duradouras» (Bembe, 2013: 19). O processo de globalização, actualmente em curso, gera um movimento dialéctico de abertura, de autonomia e de consociatividade. A evolução observável na Europa vem mostrando a tendência para o abandono de um sistema fundado no fechamento em alguns restritos níveis de poder, cada um exercendo competências exclusivas, em proveito de modelos de colaboração plural, com competências compartilhadas. Ao poder exclusivo e distante, opõe-se o poder próximo e partilhado.

No decurso dos anos 1960, foi elaborada a noção de «democracia consociativa», assente no poder negocial e na procura de acordos entre diferentes segmentos ou sub-culturas de uma mesma comunidade política, de forma a impedir que as divisões sub-culturais, no seu auto-fechamento, gerem conflitos graves.

O termo é tomado de Johannes Althusius, que o usou, em 1603, no seu *Politica Methodice Digesta* (o primeiro exemplar de uma teoria federal elaborada metodicamente). Foi utilizado, mais tarde, por David Apter (1961), para analisar alguns regimes políticos. Nele se associam o pluralismo cultural e o pluralismo político. No entender de Arend Lijphart (1968, 1977 e 1997), que o retomou e explorou, a «consociatividade» consubstancia uma tendência para a busca de soluções pacíficas, com vista a tornar compatível a diversidade de crenças, de valores e de interesses.

O modelo comporta quatro características essenciais, por ele, identificadas: «o governo é constituído por uma ampla coligação que integra os principais líderes políticos de todos os segmentos importantes da sociedade plural; as decisões são tomadas por unanimidade<sup>217</sup>; a sua presença nos órgãos de decisão obedece à lei da proporcionalidade<sup>218</sup>; e cada sub-cultura goza de competência para tratar dos assuntos que lhe dizem exclusivamente respeito<sup>219</sup>» (Fernandes, 2004: 38-40; David, 2008: 22).

Com efeito, Lijphart põe em dúvida a tese «tradicional», segundo a qual uma democracia estável pode ser facilmente estabelecida e conservada numa sociedade plural. E,

---

<sup>217</sup> Em outras palavras, veto mútuo ou regra da «maioria concorrente», como forma de protecção dos interesses vitais da minoria.

<sup>218</sup> Ou seja, proporcionalidade como princípio padrão de representação política, do recrutamento para a função pública e de afectação de fundos públicos.

<sup>219</sup> Refira-se ao alto grau de autonomia concedido a cada segmento para a gestão dos seus assuntos internos.

baseando-se nos estudos sobre países como a Suíça, a Holanda, a Malásia, o Líbano, a Bélgica, entre outros, conclui que não há incompatibilidade entre a democracia e sociedades plurais, mas sim entre sociedades plurais e democracia da «maioria» ou «o modelo de Westminster». A abordagem consociativa pode ajudar a instalar e manter um sistema democrático e estável numa sociedade plural (Lijphart, 1977: 1; 1984).

Para Lijphart uma sociedade plural seria a sociedade dividida por clivagens dos segmentos onde os partidos políticos, grupos de interesse, meios de comunicação, escolas e associações tendem a organizar-se de acordo com as clivagens dos respectivos segmentos. As clivagens dos segmentos podem ser de natureza religiosa, ideológica, linguística, regional, racial, cultural ou étnica. Os exemplos acima identificados evidenciam que o grau da pluralidade pode variar e algumas sociedades plurais podem abarcar, simultaneamente, componentes importantes de homogeneidade.

Como deixámos dito atrás, e agora em pormenor, geralmente, uma abordagem consociativa baseia-se no abandono do princípio da maioria, com base no qual a maioria simples é suficiente para controlar a tomada de decisão política. Um sistema maioritário é muitas vezes considerado contraditório, porque tende a ser dominado por dois principais partidos políticos que vão se alternando no poder, como nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde a parte vencedora detém todo o poder político.

São apontados quatro principais elementos responsáveis deste abandono: a ampla coligação, a proporcionalidade, a autonomia dos segmentos e o direito de veto. Em *primeiro lugar*, uma ampla coligação garante «a participação dos representantes de todos os segmentos envolvidos na tomada de decisão política» (Lijphart, 1977: 683). Todas as forças políticas e todos os segmentos da sociedade são representados numa ampla coligação do governo por consentimento mútuo. Em *segundo lugar*, a proporcionalidade como princípio de representação, especialmente no parlamento, mas também na administração pública e na alocação dos orçamentos. Por vezes, são feitas algumas correcções à regra da proporcionalidade pura, sobretudo em situações em que um dos segmentos representa uma maioria demográfica. Esta proporcionalidade «corrigida» pode admitir uma ligeira sobre-representação de um segmento demograficamente minoritário até à paridade<sup>220</sup> (Survit-Banguka, 2005). Em *terceiro lugar*, o sistema consociativo concede alguma autonomia particular, no que se refere à gestão de determinadas áreas que estão estritamente relacionadas

---

<sup>220</sup>Quando usamos o termo «minoria» e «segmento minoritário», referimo-nos apenas a uma realidade estatística e demográfica; e não a um grupo que é ou foi estranho à cultura ou à história de um determinado país.



com a própria identidade dos segmentos e que dizem apenas respeito aos membros do mesmo segmento (como, por exemplo, o uso da língua na educação). Em *quarto lugar*, para alguns assuntos de grande importância, um direito de veto, legalmente previsto, exclui o risco da marginalização de um segmento minoritário pela maioria e *de facto* excluído da participação na tomada de decisões. Quando os interesses vitais de um segmento minoritário estão envolvidos, o veto garante a protecção essencial.

Torna-se, talvez, fundamental assinalar um elemento que está sempre presente nas quatro características acima desenvolvidas. Existe cooperação entre elites dos segmentos. Além dos mecanismos e procedimentos institucionais, o comportamento cooperativo dos líderes de cada segmento é de importância vital.

Como é evidente, Lijphart não só identificou os grandes pilares de uma abordagem consociativa, como também analisou as condições que podem levar à criação, manutenção e fortalecimento de um sistema consociativo (Lijphart, 1977: 684; Vandeginste e Huyse, 1999: 104-106). Embora não sejam as condições necessárias nem suficientes, alguns factores são claramente favoráveis ao modelo consociativo. Foram identificados nove factores dos quais retém-se os mais importantes no âmbito da multipolaridade dos segmentos:

- a) A multipolaridade dos segmentos constitui o factor mais importante: de forma ideal, a sociedade é composta por segmentos minoritários;
- b) A lealdade (nacional) pode suavizar lealdades transcendentais estritamente dos segmentos.
- c) As clivagens cruzadas dos segmentos «*cross-cutting cleavages*» (ou clivagens transversais) também podem moderar as tensões entre os diferentes segmentos, que são, neste caso, constituídos de forma diferente, de acordo com a sua natureza (linguística *versus* ideológica, por exemplo).
- d) Os países com território e população limitados e onde os segmentos estão geograficamente concentrados são mais facilmente organizados de modo consociativo (por exemplo, através de um sistema federal);
- e) A tendência tradicional para resolver divergências através do consenso e do compromisso nos planos político, cultural ou interpessoal;
- f) O crescimento económico permite utilizar a estratégia apelidada «*win-win*» ou de interesses recíprocos;
- g) Os perigos externos comuns a todos os segmentos podem reforçar a coesão entre os diferentes segmentos.

O consociativismo aplicado no «caso Cabinda»; os antigos antagonistas seriam forçados a trabalhar em conjunto no contexto nacional angolano e a tomar decisões essenciais relacionadas com Cabinda por consenso. O objectivo último é o de transformar os adversários em parceiros. Contudo, reconhece Ulrich Schneckener (2002), «(...) *this concept can only be successful under specific conditions and by specific arrangements*». Torna-se, assim, necessário, entre outros aspectos, identificar as condições favoráveis e avaliar a qualidade da legislação disponível.

A consociação constitui-se como um tipo muito particular, pois, contrariamente às federações, confederações, uniões<sup>221</sup> e ligas<sup>222</sup>, não assenta numa base territorial. Antes, trata-se de um modelo empírico e normativo, que explica a estabilidade política em pequenas democracias europeias altamente divididas por «clivagens segmentais» religiosas, ideológicas, linguísticas, regionais, culturais, raciais ou étnicas. As sociedades democráticas têm vindo a praticar, por exigência e tendo em vista uma sempre mais intensa vivência consensual, a participação consociativa. Áustria, Bélgica, Holanda e Suíça são apresentados como exemplos de sistemas consociativos. Neste último país, vigora um sistema consociativo permanente<sup>223</sup>.

O consociativismo apresenta certas garantias de êxito em sociedades onde o sistema poliárquico encontra algum desenvolvimento. As elites políticas, em tais circunstâncias, consideram importantes tais acordos. Nesses contextos, tende igualmente a não prevalecer, como maioria, qualquer das sub-culturas.

Alguns autores, como Robert A. Dahl (1989), preferem falar de «poliarquia consociativa», considerada como expressão mais correcta do que a de «democracia consociativa». Na sua acepção mais alargada, para que aponta esta última expressão, o conceito poderá ser estendido e aplicado às diversas sociedades ocidentais, com democracias mais ou menos consolidadas, passando a envolver outros actores, além dos políticos, e diferentes realidades da prática democrática. Não se confinará ao mundo das poliarquias, estender-se-á à prática democrática de toda a população.

---

<sup>221</sup> União: unidades constituintes territoriais claramente demarcadas retêm poderes «municipais», partilhando, ao mesmo tempo, um poder concentrado num governo dominante comum (Elazar, 1998: 8).

<sup>222</sup> Liga: ligação solta, mas permanente com objectivos limitados, sem um governo comum, mas com algum secretariado ou órgão conjunto (Elazar, 1998: idem).

<sup>223</sup> O consociativismo, aliás, amoldar-se-á melhor aos pequenos países do que aos grandes, em razão de um maior conhecimento mútuo aí existente entre as elites e do sentimento de coesão interna que as possa animar.

A arquitectura política da democracia não pode deixar, por isso, de ser construída a partir de baixo, não de cima. A democracia não se decreta. Vive-se e expande-se na prática de maior liberdade, de maior igualdade e de maior participação.

As reivindicações da autonomia e do exercício do poder nessa mesma autonomia, não é mais do que a necessidade expressa social e politicamente de afirmação da memória e da identidade das pessoas e das populações, base indispensável do reconhecimento público. A vontade de reconhecimento por elas mesmas e a exigência de serem reconhecidas pelos outros é essencial à sua dignidade.

### **VI.2.2. Regionalismo**

Na análise de democratização, importa ter presente, outras tendências inerentes ao próprio fenómeno do poder político.

Antes de mais, toda a formação política constitui uma «associação de dominação» que monopoliza a «violência física legítima» (Weber, 1964: 43-45). Nas sociedades modernas, o Estado detém o monopólio da força física legítima, e este monopólio, se impede o desenvolvimento da violência latente nas espontâneas relações sociais, serve também a vontade de dominação e de centralização. A sociedade é atravessada por movimentos contraditórios que tendem a compensar-se mutuamente na sua harmonia conflitual. Mas é próprio do poder, a relação soma-zero, que leva à sua distribuição desigual e faz com que um dos termos se alimente do esvaziamento do outro.

Em resultado deste dinamismo do poder, toda a sociedade promove a formação de centros, e estes levam à criação de relações de dependência com as suas periferias sociais ou geográficas, de maior ou menor integração. Os centros são lugares onde funções são coordenadas e se tomam decisões. A principal luta que se trava na sociedade e nomeadamente no sistema político é, por isso, a luta pela ocupação do centro e dos centros. Esta tendência para a constituição de centros consubstancia um outro fenómeno, o da formação de focos de poder.

Afirmar que a sociedade possui um centro, ou talvez mais rigorosamente hoje policentralidades, significa dizer que a estrutura social dá espontaneamente origem a um movimento de criação de valores, de normas e de representações que se impõem à sociedade e conduz ao surgimento de uma capacidade de decisão concentrada. A centralidade das sociedades tem a ver com o exercício da autoridade e com a orientação da acção.

Acresce ainda, as diversas colectividades procuram defender a autonomia, conservando a sua identidade e protegendo a sua integridade. As fronteiras e a defesa dos seus limites são importantes à coesão das sociedades. A vontade de autonomia é dotada de uma dupla valência: «salvaguarda da identidade e resistência à separação» (Fernandes, 1996: 7).

Há uma força integrativa na sociedade que contraria os movimentos de secessão. A autonomia gera um movimento centrípeto que nega o aparecimento autonomias-outras no mesmo espaço. Este movimento de orientação simultaneamente centrípeta e centrífuga manifesta-se tanto no interior dos Estados como a nível das regiões, relativamente a comunidades locais específicas. O fechamento na própria autonomia dificulta a constituição e a secessão de autonomias de âmbito mais restrito. Tal secessão jamais se apresenta, por isso, pacífica.

É, portanto, o medo de um Estado devorante que está na base da procura das autonomias individuais e colectivas. A destruição das especificidades culturais por uma burocracia centralizadora está, de facto, na origem das iniciativas dos movimentos regionais. A descentralização é assim ambivalente. Não é conduzida apenas pela busca da identidade; define-se também como luta contra a dominação. A regionalização e a descentralização inserem-se assim «numa tendência multifacetada de reacção contra as formas autocráticas e imperativas de organização da vida social e de condução das coisas públicas». A aceleração das trocas culturais, em vez de favorecer a aproximação ou a unificação, como defendem algumas teorias de inspiração sistémica, «tendem a reforçar a identidade e a avivar o direito à diferença» (Fernandes, 1987: 121-122). O tema da diversidade aparece como contraponto ao da unidade nacional. Trata-se de um reencontro do homem consigo mesmo no espaço imediato que o rodeia e envolve.

Nessa perspectiva, se estabelecem as lutas entre os diversos centros. O policentrismo, por acção de forças de atracção e de repulsa, cria um equilíbrio afirmador e negador das respectivas autonomias. O principal centro da sociedade é dotado de um grande poder integrador, permitindo a autonomia apenas nas zonas periféricas, quer elas sejam geográficas quer sociais. Nos diversos Estados, a capital exprime a centralidade que corresponde à concentração do poder político. Ou seja, «o sistema político da sociedade assume a produção, administração e controlo do poder para a sociedade» (Luhmann, 1985: 40).

Fica, então, evidente, que algumas unidades políticas soberanas contrapõem-se à regionalização porque temem a perda crescente da unidade nacional ou porque não desejam que os parlamentos se multipliquem pelo País. A descentralização veicula, em si mesma, uma partilha do poder político, com a devolução às comunidades regionais dos procedimentos

originais de constituição e de exercício da gestão das coisas públicas. Entretanto, o poder central é sempre concentracionário, mesmo quando deseja tornar-se Estado mínimo.

Como afirma António Fernandes, «nem sempre o neo-liberalismo económico anda associado ao neo-liberalismo político» (Fernandes, 1996: 10-11). Querendo dar mostras de democraticidade, com o neoliberalismo económico, o poder central não faz mais do que desresponsabilizar-se em relação a alguns encargos sociais, ao mesmo tempo que se reafirma como poder político concentrado.

O poder regional poderá, então, tornar-se um campo em que se inscrevem estratégias de partilha do poder central, intervindo e participando na sua capacidade decisional. Se é verdade que todo o poder gera mais poder, o poder regional, uma vez constituído, tenderá a ampliar a sua esfera de acção, e isso não poderá ser feito a não ser à custa de outros poderes existentes. A partilha, a níveis diferentes, do poder exige um equilíbrio difícil de obter. Estão em causa interesses descoincidentes. São possíveis consensos activos em alguns sectores. A democracia é um campo de compromissos mais ou menos alargados.

### **VI.2.3. Federalismo**

A linguagem política caracteriza-se pela ambiguidade, resultado de uma evolução semântica contraditória. Como alerta de Alexis de Tocqueville, «o espírito humano inventa mais facilmente as coisas do que as palavras: daí vem o uso de tantos termos impróprios e de expressões incompletas». «Torna-se necessário», portanto, «uma ciência política nova para um mundo novo» (Tocqueville, VIII: xxi, *appud* David, 2008: 21).

O argumento aplica-se com particular exactidão aos «ismos», categoria em que se inclui o federalismo<sup>224</sup>, para o qual não existe definição aceite universalmente. No entanto, segundo alguns estudiosos, tal impossibilidade não deve ser encarada como «um sinal da sua fraqueza, mas sim da sua força, não da futilidade de tentar alcançar a compreensão política». Existe uma multiplicidade de formas federais, sem uma linha de demarcação clara, que assentam na institucionalização de relações particulares entre os actores políticos, donde «o federalismo pode ser considerado como um género de organização política, da qual há várias espécies», de acordo com as suas possibilidades de aplicação. Assim, as formas de

---

<sup>224</sup> Federação: unidades constituintes dotadas de um forte auto-governo, ligadas por um governo central forte, mas limitado (Elazar, 1998: 8).

organização federal propriamente ditas são a confederação<sup>225</sup>, a primeira conhecida, curiosidade histórica de natureza transitória, e a confederação *qua tale*, nascida na sua forma moderna nos Estados Unidos da América em 1787. As federacias<sup>226</sup>, as associações de Estados e os mercados comuns representam tipologias «pós-modernas» (Elazar, 1987: 6-7, 22 e 28-29).

Esclarece Alain Dieckhoff, como sistema de governo, o federalismo assenta numa repartição, constitucionalmente definida, de poderes entre Estado federal e entidades federadas, sendo cada um soberano na sua área de competências. A organização desta soberania partilhada assenta na conjugação de três princípios clássicos: «a separação das competências entre níveis de poderes, que pressupõe simultaneamente a autonomia das colectividades federadas e a sua participação no andamento geral do Estado federal (muitas vezes através de uma segunda câmara)<sup>227</sup>». Enquanto o Estado unitário assenta na uniformidade, o Estado federal baseia-se, por definição, na aceitação da pluralidade interna» (Dieckhoff, 2001: 203 e 207). A ideia é simples. Trata-se de conferir às entidades federadas que tenham um projecto de sociedade específico a defender, direitos e poderes de que não usufruiriam as outras entidades puramente «territoriais» e «administrativas».

Os EUA, optaram, como a maior parte dos Estados federais, por um federalismo territorial onde as entidades federadas constituem unidades políticas que reagrupam um corpo de cidadãos indiferenciados da mesma forma que a União reúne a totalidade do povo soberano. Para além dos EUA, constituem exemplos de federações a Alemanha, a Austrália, a Áustria, a Índia, a Suíça ou o Brasil. Entre estas, a heterogeneidade constitui um dado adicional, girando as variações em torno de uma multiplicidade de factores:

- a) o grau de diversidade cultural ou nacional que tentam reconciliar;
- b) o número e a dimensão das entidades constituintes;
- c) a natureza e a composição das instituições centrais;
- d) o carácter das relações intergovernamentais;
- e) o grau de centralização ou de descentralização;

---

<sup>225</sup> Confederação: Unidades constituintes fortes dotadas de auto-governo, ligadas permanentemente por um governo comum pouco forte e com objectivos limitados (Elazar, 1998: *idem*).

<sup>226</sup> Federacias (ou *federacies*): Ligação assimétrica permanente entre duas unidades dotadas de auto-governo, tendo a maior poderes específicos no seio da mais pequena, em troca de privilégios específicos (Elazar, 1998: *idem*).

<sup>227</sup> O Senado americano ou o Conselho dos Estados na Suíça.... Para uma visão de conjunto, ver Claude Leclercq (1997).

- f) o grau de integração económica;
- g) a distribuição de competências administrativas e legislativas;
- h) a distribuição de recursos financeiros entre as partes;
- i) o papel dos governos central e local nas relações externas (David, 2008: 24-25).

O federalismo constitui como uma alternativa ao paradigma centro-periferia, substituído pelo modelo de matriz, de cariz policêntrico, assente sobre a força do todo e não na força do centro, em que a distribuição de poderes não configura uma hierarquia ou primazia entre os vários centros de poder. Antes, estabelece-se uma rede de linhas de comunicação formais e informais entre as partes, no quadro de uma estrutura fornecida pela Constituição, mecanismo que teria inspirado o modelo cibernético desenvolvido por Karl Deutsch (1963) e David Easton (1953). O federalismo insere-se assim na chamada teoria pluralista do Estado.

Dusan Sidjanski identifica três causas que podem condicionar o advento de uma federação:

- a) os *factores causais*, que actuam a partir do exterior como forma de pressão, numa dinâmica causa-efeito, em que o federalismo se constitui, antes de mais, como um meio meramente utilitário para a obtenção de um determinado fim, independentemente da direcção que tomará o movimento numa fase posterior, podendo o compromisso para com ela durar apenas enquanto for concebida como um meio para a obtenção de uma vantagem futura;
- b) as *causas finais* – os ideais, as crenças e os interesses de longo prazo –, que exercem uma acção de atracção, em que o efeito é a causa, precedendo o facto;
- c) as *condições essenciais*, que, complementando as anteriores, constituem a essência de um fenómeno, pela sua projecção de futuro, em que o federalismo se apresenta como um ideal a construir, um fim em si mesmo (Sidjanski, 1956: 2-3).

Finamente, por maior respeito que o federalismo demonstra para com as especificidades, não é suficiente para contrariar a longo prazo as dinâmicas nacionalistas claramente separatistas. Teoricamente, a assimetria deveria, ao conferir-lhe maior autonomia, reter a entidade federada no seio da federação. Na prática, receia-se precisamente o contrário devido a uma razão política bem analisada por Stéphane Dion (1994), a propósito do Canadá, mas que se pode generalizar a outros casos. O federalismo assimétrico vai bastante mais longe do que a simples atribuição de competências especiais em domínios bem precisos e numa

base geralmente pragmática. Equivale a transferir importantes poderes legislativos e orçamentais do Estado central unicamente para a entidade federada de cariz nacionalitário. As outras entidades federais, que são apenas estruturas regionais descentralizadas, não beneficiam desses poderes.

Para aqueles que estão convencidos da justeza da sua causa independentista, nenhuma assimetria, por maior que seja, substituirá alguma vez o objectivo da autodeterminação total com a criação de um Estado independente. Isso pode observar-se em Espanha onde, apesar da existência de um estatuto muito favorável, que dá às três províncias bascas uma quase-independência fiscal e confere à polícia basca vastos poderes, os sequestros e os atentados criminosos perpetrados pela ETA até ao coração da capital espanhola não cessaram desde a instauração da democracia.

Em sociedades profundamente divididas, atravessadas por fortes mobilizações nacionalistas, o federalismo não constitui senão uma resposta precária. Na Bélgica, a federalização do Estado permitiu sem dúvida «salvar a mobília», mas não pôs um ponto final nas tendências centrífugas. Assim que a reforma do Estado ficou concluída, alguns responsáveis flamengos exigiram a implementação do confederalismo. Poderia dizer-se que uma tal perspectiva assinaria a sentença de morte da Bélgica, já que a confederação é uma associação voluntária de Estados soberanos, exercendo as instituições confederadas competências restritas.

#### **VI.2.4. Inaplicabilidade dos modelos consociativo, regional e federal em Cabinda**

Os três modelos anteriormente expostos, designadamente o consociativismo, o regionalismo e o federalismo, parecem-nos de difícil aceitação no contexto angolano. O normativismo constitucional de Angola estabelecido desde 1975 e reiterado na Constituição aprovado em Fevereiro de 2010, mantém o carácter unitário do Estado.

O instituto de federalismo enquadra-se na atribuição de autonomias alargadas às entidades federadas. Enquanto o Estado unitário assenta na uniformidade, o Estado federal baseia-se, por definição, na aceitação da pluralidade interna. Deste modo, defender o modelo federal como solução para Cabinda é o mesmo que caminhar para propósitos inconcebíveis porque impraticáveis e inatingíveis para a instituição de um Estado democrático multinacional em Angola. Não pretendemos uma segunda Nigéria em África – que seria uma possível consequência da opção federal.



Por maior respeito que o federalismo demonstra para com as especificidades socioculturais que possam localmente existir, não é suficiente para contrariar a longo prazo as dinâmicas nacionalistas claramente separatistas. Teoricamente, a assimetria deveria, ao conferir-lhe maior autonomia, reter a entidade federada no seio da federação.

Na prática, receia-se precisamente o contrário devido a uma razão política, já acima referenciada, bem analisada por Stéphane Dion, a propósito do Canadá, mas que se pode generalizar a outros casos. Para aqueles que estão convencidos da justeza da sua causa independentista, nenhuma assimetria, por maior que seja, substituirá alguma vez o objectivo da autodeterminação total com a criação de um Estado independente. Isso pode observar-se em Espanha onde, apesar da existência de um estatuto muito favorável, que dá às três províncias bascas uma quase-independência fiscal e confere à polícia basca vastos poderes, os sequestros e os atentados criminosos perpetrados pela ETA até ao coração da capital espanhola não cessaram desde a instauração da democracia.

Evidentemente, o federalismo assimétrico vai bastante mais longe do que a simples atribuição de competências especiais em domínios bem precisos e numa base geralmente pragmática. Como já atrás deixamos aflorado, equivale a transferir importantes poderes legislativos e orçamentais do Estado central unicamente para a entidade federada de cariz nacionalitário. As outras entidades federais, que são apenas estruturas regionais descentralizadas, não beneficiam desses poderes.

Seria impensável fazer um exercício laboratorial que conseguisse tirar Cabinda da sua contextualização angolana. Recorda-se, que mesmo no contexto das autarquias locais, a CRA elege «o gradualismo» como princípio que deverá presidir a sua institucionalização efectiva. Desaconselha-se uma mudança abrupta que não tenha em consideração, entre outros aspectos, os recursos humanos disponíveis, a necessidade de se assegurar uma paz social e de um sistema administrativo inteligente que assegure a mudança necessária.

Por outro lado, alguns aspectos do consociativismo não são, de igual modo, aplicáveis a Cabinda. Não estamos perante um conflito decorrente do pluralismo social e/ou cultural ou ainda baseado num território contíguo. O conflito angolano-cabinda não é caracterizado, ainda, por uma qualquer real multipolaridade de segmentos minoritários, o que constituiria o factor mais importante para recorrer ao regime consociativo. A consociação constitui-se como um tipo muito particular, pois, contrariamente às federações, não assenta necessariamente numa base territorial.

Integrar-se-á no modelo angolano de Cabinda alguns aspectos de consociativismo, nomeadamente no que diz respeito à permanente cooptação das elites cabindeses pelo Estado-

Partido aparelho do poder e ao reforço da presença dos Cabindas nos órgãos, organismos, serviços e demais instituições públicas que integram a administração directa e indirecta de Angola, incluindo as Forças Armadas e o Corpo Diplomático. A noção de democracia consociativa torna-se ainda indispensável para o processo político de Cabinda, na medida em que prevê as negociações e a procura de acordos na resolução dos problemas.

O desenvolvimento sócio-político de Cabinda deverá obedecer os princípios de gradualismo e concertação. Trata-se de uma componente fundamental no processo, sempre incompleto, de integração da região enclave no resto do País, bem como a plena identificação dos cabindeses com o projecto comum da Nação Angolana. Daí a inevitabilidade de se incluir a sociedade civil de Cabinda, *lato senso*, como uma componente fundamental do processo de desenvolvimento multidimensional do Enclave angolano (devido ao memorável papel que assumiu na história, designadamente, na construção da identidade colectiva da ideia de Cabinda e na consolidação desta ideia nas populações, no âmbito da memória estratégica).

Por último, o regionalismo é uma indispensável fase para Cabinda no longo prazo, numa perspectiva de acção contínua e gradual. Tratando-se de um problema iminentemente político, a solução passa, muito provavelmente, pela descentralização, isto é, na devolução gradual de poderes de decisão pela Administração central aos órgãos próprios da região administrativa de Cabinda, produzindo consequentemente uma redistribuição do poder político. Mas na qual a ligação umbilical de partida nunca se perde inteiramente.

Todavia, a aplicação do modelo dos Açores e de Madeira em Cabinda, seria um suicídio político para Angola. Quanto mais não seja porque entraria em choque com as representações angolanas do processo de descolonização. Afigura-se necessário um modelo integrado e que leva em consideração o contexto do seu surgimento, da sua aplicação e dos objectivos pretendidos. O modelo deverá manter a prática de cooptação das elites Cabindas pelo Estado-Partido aparelho do poder, os princípios de diálogo, gradualismo e concertação na definição de um espaço geográfico dentro do qual se possa exercer, de forma autónoma e exclusiva, um conjunto de competências. Trata-se de competências, ainda que mais ou menos tuteladas, em ordem ao desenvolvimento económico e social, em que terá em mente a eliminação das assimetrias e desequilíbrios regionais, em ordem à correcção das desigualdades, à melhoria das condições de vida e à promoção da cultura das populações. O que aqui está em causa é uma modalidade do princípio geral da participação política. Parece fundamental envolver e empenhar os cabindeses no processo de desenvolvimento integral da região enclave e na melhoria das suas condições de vida – e sobretudo as elites do território.

O modelo para Cabinda não deverá, entretanto, substituir o Estado no desempenho das suas clássicas tarefas para dar resposta às razões da sua existência.

Eis, em suma, a metodologia, o modelo e a matriz a seguir, isto é, o jogo de equilíbrios necessário para o processo de desenvolvimento multidimensional de Cabinda, sem nunca perder de vista a sua necessária contextualização à luz da realidade angolana. A democracia não se decreta. Vive-se e expande-se na prática de maior liberdade, de maior igualdade e de maior participação. A região aparece frequentemente, não como «lugar de poder», mas como «lugar de síntese», ou seja, como «nível de articulação entre o central e o local» cuja acção específica deve fundar-se no princípio da concertação<sup>228</sup> (Grémion, 1976: 116). O Enclave de Cabinda, ou seja a única região descontínua e periférica de Angola enquanto espaço de autonomia política deve antes obedecer à lógica da democracia participativa local e não apenas à lógica da democracia representativa estatal.

### **VI.3. Modelo e processo de partilha de poder em Cabinda**

Em presença das três formas de partilha do poder apresentadas na fase anterior (consociativismo, regionalismo e federalismo), é necessário decidir. Trata-se de seleccionar «o que vale a pena fazer», isto é, escolher a que melhor se adequa ao «caso Cabinda», tendo sempre em conta o contexto da sua aplicação, bem como a capacidade de reduzir ao mínimo o aparecimento de novos problemas ou vulnerabilidades a nível do País<sup>229</sup>.

O modelo a propor não pode ser importado, simplesmente. Deve ser adequado de modo a responder às respectivas situações. Nestas circunstâncias, propõe-se o modelo integrado associado a uma autonomia política de base regional, tendo em consideração as vantagens e inconvenientes, que pode desenvolver segundo duas aproximações: «a escolha óptima, ou a escolha aceitável» (Ribeiro, 2010: 125). Trata-se da necessidade de continuar

---

<sup>228</sup> Entretanto, a acentuação da região como «lugar de síntese» gera precisamente o que Pierre Grémion, designa por «síndrome periférico», enquanto «atitude de retirada». Este síndrome tende a surgir nas periferias, por acção da continuidade das lógicas dos dois tipos de democracia. A presença do Estado no espaço regional, actual normalmente mais como instrumento de enquadramento e de neutralização do que como mecanismo detonador de participação.

<sup>229</sup> Contudo, muitas vezes a decisão pode ser condicionada pela atitude dos principais decisores perante o risco, pelas pressões de diversa natureza, incluindo da cultura nacional, pelas necessidades e ambições e compatibilidade com os interesses partidários.

com a prática da cooptação das principais elites de Cabinda; da consagração excepcional de um espaço político cabindês na Constituição da República Angolana (através do governo regional com competências bem definidas), alargar a desconcentração e a aproximação dos serviços às populações e efectivar a descentralização político-administrativa em Cabinda.

Com efeito, a consagração de uma «região autónoma de Cabinda» como objecto de ataques e de enaltecimentos, aparece como domínio onde se poderá experimentar estratégias com diferenciadas orientações. Inexistente ainda, no Direito Constitucional Angolano, acciona, porém, o imaginário daqueles que vêem nele uma forma de estender e consolidar a democracia participativa, e dos que receiam a fragmentação demasiada do Estado. Se, para uns, ele ameaça pôr em causa a unidade do Estado, para outros, torna-se uma condição *sine qua non* do alargamento e da efectivação da democracia.

A proposta de solução para o conflito através da criação de uma região autónoma de Cabinda, bem como a sua maior integração no espaço nacional angolano, enquadrando-se nos objectivos nacionais permanentes, será alcançada mediante uma acção contínua, mas progressiva, parcelar e a prazos curtos (escalonada no tempo), que deve atender à evolução da situação e às possibilidades de cada momento.

O paradigma integrado adoptado para Cabinda, cuja aplicação deve obedecer aos princípios de gradualismo e concertação, afigura-se aceitável, na medida em que garante a independência nacional, salvaguarda a integridade territorial, reforça a unidade nacional, defende a soberania nacional e cria progressivamente as condições necessárias para tornar efectivos os direitos políticos, económicos, sócio-culturais dos cidadãos, em Cabinda, como uma das tarefas fundamentais do Estado (art.º 21.º da CRA).

### **VI.3.1. Modelo integrado associado a autonomia regional**

A questão de Cabinda é essencialmente político e não jurídico-administrativo. Com efeito, o poder mede-se pela capacidade decisional, reclamada, de forma muito sonante, pelos Cabindas. O modelo proposto preconiza quatro finalidades essenciais:

- a) Cooptar as elites de Cabinda pelo Estado-Partido aparelho do poder e reforçar a sua presença nos órgãos, organismos, serviços e demais instituições públicas que

integram a administração directa<sup>230</sup> e indirecta do Estado Angolano<sup>231</sup>, incluindo as Forças Armadas e o Corpo Diplomático;

- b) Consagrar excepcionalmente, um espaço político, na CRA e conceder uma ampla autonomia regional à Cabinda;
- c) Distribuir uma larga rede de agências de administração em Cabinda;
- d) Transferir algumas competências do poder central para Cabinda e a capacidade de decisão.

No exercício de precisar alguns conceitos, que se tornam indispensável a uma correcta compreensão de todo este processo: a «cooptação» consiste na prática de inclusão das elites político-militares, sociedade civil, autoridades tradicionais e religiosas de Cabinda na estrutura do poder do Estado e nas instituições públicas; a «regionalização» significa simplesmente o processo de criação da região autónoma de Cabinda. Em si mesma, não indica o grau de autonomia que é concedida; a «desconcentração» traduz principalmente um fenómeno de distribuição em Cabinda de uma larga rede de agências de administração, aproximando esta dos administrados; a «descentralização», essa implica uma transferência de competências do poder central para a respectiva região e uma capacidade de decisão (Mangovo, 2012: 18; Fernandes, 1987: 111).

Um dos principais desafios deste modelo se coloca, na capacidade de conciliar a dinâmica própria do processo de integração com a impreterível evolução de Cabinda que, por

---

<sup>230</sup> A «Administração directa do Estado» integra todos os órgãos, serviços e agentes integrados na pessoa colectiva Estado que, de modo directo e imediato e sob dependência hierárquica do Governo, desenvolvem uma actividade tendente à satisfação das necessidades colectivas. Em Angola, a Administração directa do Estado, é integrada no nível central pelos órgãos auxiliares do Chefe do Executivo e no nível local pelos serviços territoriais desconcentrados (Art.º 6.º, n.º 1 do DLP).

<sup>231</sup> A «Administração indirecta do Estado» integra as entidades públicas, distintas da pessoa colectiva «Estado», dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira que desenvolvem uma actividade administrativa que prossegue fins próprios do Estado; trata-se de administração «do Estado» porque se prosseguem fins próprios deste, e de «administração indirecta» porque estes fins são prosseguidos por pessoas colectivas distintas do Estado. Em Angola, a Administração indirecta do Estado, integra institutos públicos, agências reguladoras e empresas públicas. Importa fazer menção de um terceiro e último grande grupo de entidades que compõem a Administração Pública, constituído pela «Administração autónoma». Trata-se de entidades que prosseguem interesses próprios das pessoas que as constituem e que definem autonomamente e com independência a sua orientação e actividade. Em Angola a administração autónoma, integra autarquias locais e associações públicas, bem como entidades administrativas independentes (Art.º 6.º, n.º 2 do DLP).

razões geográficas ou histórico-culturais e políticas, é dotada de um estatuto especial (negociado e assinado em Agosto de 2006), que lhe deve conferir, não só uma considerável autonomia de decisão política, competências específicas e uma organização particular, como também um poder legislativo próprio.

Esta abordagem afigura-se essencial, pois o Povo de Cabinda tenderá a encontrar na autonomia política, no seio da República de Angola, o seu caminho de emancipação. Todavia, a autonomia política é um processo dialéctico constante que, se colonialmente impedido, poderá fazer regredir o esforço de coesão nacional, até agora conseguido manter, mas de impossível sustentação futura, caso sejam esfrangalhadas as propostas autonomistas para Cabinda, vindas das elites angolanas em geral e cabindesas em particular<sup>232</sup>.

Contudo, durante o período da construção do Estado de direito, da consolidação da paz e das instituições democráticas em Angola e, tendo em conta o passado de nacionalismo cabindês de dissociação, afigura-se essencial, atribuir a Cabinda, numa primeira fase, a combinação de poderes mais fortemente desconcentrados do que as restantes Províncias (curto prazo), e uma autonomia municipal de tipo autárquico mais alargada, bem como poderes alargados nas áreas de cultura e exploração de recursos (médio prazo), com fundamento no estatuto especial atribuído, apenas à Cabinda em 2006, que deverá servir como elemento diferenciador na administração do enclave face às restantes províncias.

Enquanto a regionalização de Cabinda é uma questão essencialmente técnica, isto é, uma mera criação de áreas administrativas de acordo com critérios claramente definidos, a descentralização é um problema fundamentalmente político e jurídico. Trata-se, no caso desta, da definição das competências, nos domínios administrativo, financeiro e técnico, tanto da autoridade do Estado como da do poder regional. A regionalização não implica, de forma absoluta, uma desconcentração, embora em outros casos, como «português vise directamente esse objectivo, através de uma transferência de competências» (Fernandes, 1987: 112).

Sendo um problema iminentemente político, a descentralização proposta para Cabinda, consiste na devolução gradual de poderes de decisão pela Administração central aos órgãos próprios da região administrativa de Cabinda, produzindo consequentemente uma redistribuição do poder político. Há neste processo, uma descentralização dos serviços do

---

<sup>232</sup> Para além do Fórum Cabindês para o Diálogo que, no período das negociações, apresentou ao Governo uma contraproposta de autonomia para Cabinda (ao contrário do Estatuto Especial), algumas formações políticas como a UNITA, CASA-CE, BD, defendem um novo modelo de sistema político e uma nova governação para Angola, que reconhece as «especificidades» do Enclave, através de uma «reforma constitucional» que garanta «a Cabinda um quadro de autonomia no âmbito de Angola».

Estado e uma desconcentração das suas funções. No sentido lado, ela diz respeito, consequentemente, à organização política e administrativa do País.

Por outro lado, a autonomia política exige um sistema regional de ensino, com mais direito a um lógico reconhecimento. Nenhuma autonomia política tem sustentabilidade sem um investimento prioritário na educação. A educação, valorização da pessoa humana, é base fundamental para qualquer sucesso na política de desenvolvimento integral<sup>233</sup>.

Do ponto de vista económico, a descentralização veicula indubitavelmente em si mesma uma vontade de eco-desenvolvimento. Em face de uma planificação central e imperativa, proporciona a expressão do sentir das próprias populações, uma satisfação mais directa das suas necessidades e uma realização das suas aspirações. Desta forma, o modelo de partilha do poder integrado proposto para o Enclave, visa envolver os cabindeses e empenhá-los no processo de desenvolvimento da região e de molharia das suas condições de vida.

O processo de regionalização é assim uma indispensável etapa para Cabinda longo prazo. Trata-se de definir um espaço geográfico dentro do qual se possa exercer de forma autónoma e exclusiva, um conjunto de competências, ainda que mais ou menos tuteladas, em ordem ao desenvolvimento económico e social, à eliminação das assimetrias e desequilíbrios regionais, à correcção das desigualdades, à melhoria das condições de vida e à promoção da cultura das populações. A regionalização e a descentralização, a que aquela conduz, embora não necessariamente, são assim vectores de democratização da vida pública e de desenvolvimento sócio-económico do próprio País.

O problema que, no entanto, se levanta consiste em saber como se deverão articular os planos nacional e regional. Não se trata de substituir o Estado no desempenho das suas clássicas tarefas para dar resposta às razões da sua existência<sup>234</sup> (Miranda, 1990: 5-6; Zipellius, 1997: 161; Pinto, 2009: 168).

Como é evidente, os homens, individualmente, são incapazes de satisfazerem todas as suas necessidades materiais e espirituais, pelo que o Estado, através do poder político que exerce, se justifica também e hoje ainda mais, para suprir as necessidades cada vez mais

---

<sup>233</sup> A arte de educar não manipula matéria passiva, mas estimula o dinamismo inerente ao espírito e à matéria biológica, para que sejam atingidas, em plenitude e harmonia, todas as virtualidades da natureza humana. Assim, a educação intelectual não se limita à transmissão de conhecimentos, mas implica o desenvolvimento harmónico das faculdades do espírito, bem como a integração criteriosa da inteligência na personalidade.

<sup>234</sup> Em certo sentido os fins e as funções do Estado encontram-se indissociavelmente ligados, justa medida em que as necessidades colectivas que são a razão da existência do Estado, dependem, na sua concretização, das actividades que o Estado exerça para as satisfazer.

alargadas de um cada vez maior número de cidadãos, o que leva o poder político do Estado a cumprir a finalidade do bem-estar económico e social. Competirá, assim, ao Estado central promover o desenvolvimento económico, social e cultural de todo o País, de forma estrutural e global, fazendo, em consequência, desaparecer as desigualdades injustificadas e as assimetrias existentes, produzidas ao longo da história.

Numa breve adaptação das palavras de António Fernandes (1987): se não houver uma vontade estatal de correcção dessas anomalias, tenderão a desenvolver-se fossos cada vez mais cavados entre as províncias angolanas e poderão gerar formas de colonialismo interno, com o crescimento de umas em detrimento das outras.

No que concerne a esfera política, a descentralização daria resposta adequada às exigências de democraticidade tanto na formação do poder central como na constituição dos órgãos da administração regional de Cabinda. Neste processo, é recomendável que o Estado não se limita apenas a uma mera delegação de poderes, mas procede à sua autêntica devolução (Roque: 2005: 86). Unicamente neste último caso se poderá falar de verdadeira descentralização. Assim, a descentralização política aqui proposta, traduz-se numa função do equilíbrio que se pretende estabelecer entre a dimensão da autonomia a outorgar à região de Cabinda e a esfera de intervenção que se deseja reservar para o governo central.

O modelo proposto prevê ainda uma relativa autonomia administrativa e financeira, para que a descentralização não passa de um logro. Ela tem que significar autonomia e esta deve traduzir-se pela capacidade de autodeterminação interna do povo de Cabinda no âmbito da República de Angola. Implica, por isso, a definição das áreas de competência do poder central e regional, de forma a tornar capaz a iniciativa deste último e a possibilitar a disposição dos necessários meios financeiros e técnicos. Se não se realizarem estas condições – particularmente a autonomia jurídica, financeira e técnica – a descentralização não terá verdadeiro conteúdo.

Tratando-se de uma administração regional autónoma<sup>235</sup>, na definição dos objectivos a atingir e na avaliação dos interesses a satisfazer, há, então, que promover uma colaboração

---

<sup>235</sup> O que distingue a Administração directa e indirecta do Estado da Administração Regional (autónoma) é a sua competência territorial e material. Na verdade, enquanto no caso da administração estadual a competência respeita a todas as matérias e é exercida sobre todo o território nacional, os órgãos, agentes e serviços da administração regional (autónoma) têm competência limitada às matérias de interesse das respectivas populações que não sejam constitucional e estatutariamente limitadas à administração estadual (como acontece com a defesa nacional e relações externas, por exemplo) e exercem a sua competência



entre o poder central e poder regional. A este último deve caber a iniciativa, ao primeiro a mera coordenação, pois a verdadeira descentralização fomentando a iniciativa das forças sociais, contraria efectivamente o desenvolvimento desmentido e a onnipresença das burocracias estatais e, respeita a autonomia de decisão e de execução. Exige-se que Cabinda tenha capacidade, por direito próprio e exclusivo, de decidir, sem se limitar a uma cooperação cooptativa.

Desta feita, pode concluir-se, com segurança, que a descentralização aqui proposta, é verdadeiramente incompatível com a tendência histórica à concentração do poder político. As compatibilidades por vezes verificadas revelam a sua transformação em mera participação dependente. Esta, ao mesmo tempo que confere a ilusão do poder, alimenta a vocação «totalitária» do Estado. A descentralização, não pode reduzir-se a uma simples participação, ainda que a promova a todos os níveis. Fazer participar não é rigorosamente descentralização, embora a descentralização crie o espaço e o quadro adequados à participação.

Todavia, como a capacidade dos indivíduos se tornarem sujeitos sociais e políticos aumenta com o grau da sua associação; a política passa a obedecer a diferentes regras de jogo, exigindo-se não só o alargamento do campo de participação a áreas da população não associada sob a forma de organizações, mas, de igual modo, a regulação, em sede institucional apropriada, dos conflitos dos diversos grupos sociais. A capacidade de regulação destes conflitos, por parte dos dirigentes, depende da sua cultura democrática, do grau do seu enraizamento no meio e da sua vontade política.

O diálogo e concertação permanente entre o Poder Central e as elites Cabindas (políticos, igrejas, autoridades tradicionais, activistas cívicos, individualidades e intelectuais) parece-nos o método mais adequado para a concretização do modelo proposto. Daí a necessidade de um maior consenso e aproximação entre as elites cabindesas no âmbito do desenvolvimento do modelo. Fica, implícita, a necessidade de o Estado-Partido aparelho do poder evitar qualquer avanço do processo de desenvolvimento político de Cabinda com recurso a força e/ou a mecanismos unilaterais que não implicassem devidamente as principais elites de Cabinda. Será suicidário seguir um caminho contrário.

Num exercício de sistematização, apresentamos a síntese dos cinco (5) vectores desenvolvidos e a respectiva fundamentação para a materialização do modelo integrado associado a autonomia de base regional proposto para o Enclave angolano de Cabinda:

---

exclusivamente sobre o território da respectiva região e nos limites da autonomia regional definidos na Constituição da República e nos respectivos Estatutos político-administrativos.

- 1.º Vector: *Conferir a Cabinda uma considerável autonomia de decisão política, competências específicas e uma organização particular, bem como um poder legislativo próprio.* Por um lado, os factores geográficos, histórico-culturais e políticos (reconhecidos no Estatuto Especial), devem ser elementos diferenciadores da administração de Cabinda face às restantes províncias. Por outro lado, a consciência da distância nunca pode ser ignorada e, isso sempre que se aborda o instituto de autonomia para a província enclave de Cabinda.
- 2.º Vector: *Definir competências, nos domínios administrativo, financeiro e técnico, tanto da autoridade do Estado como da do poder regional de Cabinda.* A regionalização de Cabinda é uma questão essencialmente técnica, isto é, uma mera criação de áreas administrativas de acordo com critérios claramente definidos. A descentralização é um problema fundamentalmente político e jurídico. Se não se realizarem as condições particularmente *a autonomia jurídica, financeira e técnica* - a descentralização não terá verdadeiro conteúdo.
- 3.º Vector: *Promover um modelo regional educacional em Cabinda flexível mas exigente e de formação de excelência, com mais direito a um lógico reconhecimento.* Nenhuma autonomia política tem sustentabilidade sem um investimento prioritário na educação. A educação e a valorização da pessoa humana, são a base fundamental para qualquer sucesso na política de desenvolvimento integral.
- 4.º Vector: *Envolver e empenhar os Cabindas no processo de desenvolvimento da região enclave e de melhoria das suas condições de vida – sobretudo as elites do território.* Do ponto de vista económico, a descentralização veicula indubitavelmente em si mesma uma vontade de eco-desenvolvimento.
- 5.º Vector: *Promover uma colaboração entre o Poder central e poder regional cabindês, no âmbito da definição dos objectivos a atingir e na avaliação dos interesses a satisfazer.* No processo de criação da região autónoma de Cabinda e de efectivação da descentralização política e administrativa, é imprescindível garantir um Estado forte, capaz de promover e assegurar a coesão nacional e de definir as grandes prioridades de desenvolvimento do País.

### **VI.3.2. Projecto do Estatuto Político e Administrativo da Região Autónoma de Cabinda**

## **TÍTULO 1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

### **Artigo 1.º**

#### **(Cabinda)**

Cabinda constitui uma entidade autónoma da República de Angola com personalidade jurídica, dotada dos órgãos de governo próprio e das competências estabelecidos no presente Estatuto.

### **Artigo 2.º**

#### **(Estatuto Político e Administrativo)**

O Estatuto Político e Administrativo de Cabinda decorre das especificidades geográficas, históricas, económicas e culturais do território e nas aspirações autonomistas do seu povo, respeitando a soberania e integridade da República de Angola.

### **Artigo 3.º**

#### **(Território)**

O território de Cabinda é o definido a data da independência da República de Angola, abrangendo o mar territorial, a zona económica exclusiva e o espaço aéreo, nos termos do direito internacional.

### **Artigo 4.º**

#### **(Primado do Direito)**

Os órgãos de governo próprio e a Administração actuam no estrito respeito dos direitos humanos e da legalidade democrática.

## **Artigo 5.º**

### **(Símbolos da Autonomia)**

- 1-** Cabinda dispõe de bandeira, hino e brasão próprios, aprovados pela Assembleia Legislativa.
- 2-** Os símbolos da autonomia são sempre utilizados em conjunto com os símbolos nacionais, com precedência destes.
- 3-** São devidos aos símbolos da autonomia o respeito e a protecção equivalentes aos símbolos nacionais.

## **Artigo 6.º**

### **(Fins da Autonomia)**

A autonomia deve contribuir para:

- a)** Consolidar a independência e integridade territorial da República de Angola;
- b)** Salvaguardar as especificidades de Cabinda;
- c)** O fim de todas as discriminações;
- d)** O bem-estar social, económico e cultural;
- e)** A valorização dos recursos naturais.

## **Artigo 7.º**

### **(Competência Genérica)**

- 1-** São competências dos órgãos de governo próprio todas as que não sejam reservadas aos órgãos de soberania, nos termos da Constituição da República de Angola e do presente Estatuto.
- 2-** O direito nacional vigora enquanto não for adaptado ou revogado pelo direito autonómico, nos termos do disposto no número anterior.

## **TÍTULO 2**

### **REPRESENTAÇÃO DO ESTADO**

#### **Artigo 8.º**

##### **(Delegado da República)**

A representação do Estado é assegurada pelo Delegado da República.

#### **Artigo 9.º**

##### **(Estatuto e Residência)**

- 1- O Delegado da República goza de estatuto equivalente ao de ministro e tem precedência sobre os órgãos de governo próprio e demais entidades de Cabinda.
- 2- O Delegado da República reside em Cabinda.

#### **Artigo 10.º**

##### **(Designação e Tomada de Posse)**

- 1- O Delegado da República é nomeado e exonerado pelo Presidente da República, ouvido o Conselho da República.
- 2- O Delegado da República toma posse perante o Presidente da República, estando presentes o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Governo Autónomo.
- 3- Nas suas ausências ou impedimentos, o Delegado da República é substituído pelo Presidente da Assembleia Legislativa.

#### **Artigo 11.º**

##### **(Mandato)**

O mandato do Delegado da República tem duração do mandato do Presidente da República, sem prejuízo do disposto no número 1 do artigo anterior.

#### **Artigo 12.º**

##### **(Funções)**

São funções do Delegado da República:

- a) Representar os órgãos de soberania;
- b) Tutelar as forças militares;
- c) Superintender os serviços do Estado;

- d) Declarar o estado de sítio ou o estado de emergência, sempre que possível ouvindo primeiro os órgãos de governo próprio, ou após resolução da Assembleia Legislativa ou da sua comissão permanente nesse sentido;
- e) Exercer as demais funções que lhe são atribuídas pelo presente Estatuto e pela lei.

### **Artigo 13.º**

#### **(Intervenção no Processo Legislativo)**

- 1- No prazo de vinte dias contados da recepção de actos legislativos dos órgãos de governo próprio, o Delegado da República deve assinar e mandar publicar no jornal oficial ou exercer direito de veto, fundamentando a sua decisão na inconstitucionalidade ou ilegalidade do acto.
- 2- Tratando-se de lei regional confirmada por maioria de dois terços dos deputados em efectividade de funções, é vedado ao Delegado da República exercer o direito de veto, podendo todavia enviá-la ao Presidente da República, ao qual exerce as competências previstas no número anterior.
- 3- No caso de decreto regional que não incida sobre matéria de competência exclusiva do Governo Autónomo, o Delegado da República pode enviá-lo para a Assembleia Legislativa, a qual pode alterar ou aprovar o projecto, seguindo-se os trâmites dos números anteriores.

### **Artigo 14.º**

#### **(Consequências do Veto)**

- 1- O diploma vetado pode ser reformulado pelo órgão que emanou, salvo nos casos do número 3 do artigo anterior.
- 2- Os decretos regionais vetados podem ser convertidos pelo Governo Autónomo em propostas à Assembleia Legislativa.

## **TÍTULO 3**

### **ÓRGÃOS DE GOVERNO PRÓPRIO**

#### **Capítulo 1**

##### **Princípios Gerais**

##### **Artigo 15.º**

###### **(Órgãos de Governo Próprio)**

São órgãos de governo próprio:

- a) A Assembleia Legislativa;
- b) O Governo Autónomo.

##### **Artigo 16.º**

###### **(Separação e Interdependência)**

Os órgãos de governo próprio devem respeitar a sua própria separação e interdependência, bem como em relação aos órgãos de soberania e à representação do Estado.

##### **Artigo 17.º**

###### **(Actos Normativos)**

- 1- São actos legislativos:
  - a) As leis orgânicas regionais;
  - b) As leis regionais;
  - c) Os decretos regionais;
- 2- As leis orgânicas regionais requerem aprovação por maioria de dois terços dos deputados em efectividade de funções e só podem ser alteradas ou revogadas nos mesmos termos.
- 3- O Governo Autónomo exerce a função regulamentar através de decretos e despachos.
- 4- Os actos normativos são publicados no jornal oficial, sob pena de inexistência.
- 5- Além dos actos normativos previstos no presente Estatuto, são ainda publicados no jornal oficial:
  - a) As mensagens do Presidente da República dirigidas a Cabinda;
  - b) As mensagens do Delegado da República;
  - c) As resoluções aprovadas pela Assembleia Legislativa;

- d) Os demais actos cuja eficácia dependa de publicidade, nos termos da lei.
- 6- São aprovados por leis orgânicas regionais:
  - a) Os projectos de alteração do presente Estatuto;
  - b) Os símbolos da autonomia;
  - c) O Regimento da Assembleia Legislativa.

## **Artigo 18.º**

### **(Incompatibilidades)**

São mutuamente incompatíveis:

- a) O exercício de mandato nos órgãos de soberania;
- b) O cargo de Delegado da República;
- c) O exercício do mandato de deputado;
- d) O exercício de mandato no Governo Autónomo;
- e) O cargo de magistrado;
- f) O exercício de mandato nos órgãos do poder local;
- g) O exercício de cargo na Comissão Nacional Eleitoral;
- h) O exercício de quaisquer funções na administração regional ou do Estado, excepto a título gracioso;
- i) O exercício de quaisquer funções nas empresas públicas ou com capitais públicos.

## **Capítulo 2**

### **Assembleia Legislativa**

#### **Secção 1**

#### **Definição, Eleição e Composição**

## **Artigo 19.º**

### **(Definição)**

A Assembleia Legislativa é o órgão representativo de toda a população da Região Autónoma de Cabinda, competindo-lhe enquanto tal assegurar a autonomia.



## **Artigo 20.º**

### **(Legislatura)**

- 1- A legislatura tem a duração de quatro sessões legislativas.
- 2- As sessões legislativas iniciam-se a 15 de Janeiro e terminam a 15 de Dezembro.
- 3- Em caso de dissolução, a nova sessão legislativa acresce remanescente da sessão anterior.
- 4- A Assembleia Legislativa reúne pela primeira vez em cada legislatura até ao quinto dia posterior à publicação dos resultados eleitorais, mas impreterivelmente até trinta dias após as eleições.

## **Artigo 21.º**

### **(Composição e funcionamento)**

- 1- A Assembleia Legislativa é composta por 55 deputados, eleitos nos termos da constituição e do presente Estatuto.
- 2- Sem prejuízo do disposto no presente Estatuto, a Assembleia Legislativa funciona e delibera desde que presentes mais de metade dos deputados em efectividade de funções.

## **Artigo 22.º**

### **(Eleição)**

- 1- Os deputados são eleitos por um círculo eleitoral único, através de sufrágio universal, directo e secreto, para uma legislatura.
- 2- Os candidatos podem concorrer organizados em listas de partidos e coligações ou isoladamente.
- 3- Não é necessário que os candidatos que concorram em listas de partidos e coligações sejam neles filiados.
- 4- Não existe número mínimo de candidatos nas listas.
- 5- Os candidatos não podem concorrer isoladamente e integrados numa lista ou integrados em mais de uma lista.
- 6- No apuramento dos resultados é utilizado o método da média mais alta de Hondt.
- 7- Na impossibilidade de um deputado tomar posse é eleito o candidato seguinte da mesma lista, ou, no caso de candidato isolado, o que se lhe segue de acordo com as regras eleitorais.
- 8- Em caso algum pode um deputado designar outro candidato para o seu mandato.

### **Artigo 23.º**

#### **(Capacidade Eleitoral Activa)**

- 1- São eleitos todos os nacionais residentes que sejam maiores de 18 anos e não estejam privados dos seus direitos cívicos.
- 2- São ainda eleitores todos os que forem como tal reconhecidos por convenção internacional.
- 3- Os nacionais não residentes no território à data da aprovação do presente Estatuto podem solicitar a sua inscrição no recenseamento eleitoral da área do nascimento, mas apenas podem votar nas eleições para os órgãos de governo próprio.

### **Artigo 24.º**

#### **(Capacidade Eleitoral Passiva)**

São elegíveis os nacionais maiores de 25 anos que tenham capacidade eleitoral activa, residam no território e não estejam abrangidos pelas incompatibilidades previstas no presente Estatuto.

### **Artigo 25.º**

#### **(Dissolução)**

- 1- O Delegado da República pode, a todo o tempo, dissolver a Assembleia Legislativa, desde que esta pratique actos gravemente atentatórios da independência nacional ou da integridade do Estado.
- 2- O Presidente da República pode solicitar ao Delegado da República que exerça a prerrogativa constante no número anterior.
- 3- A dissolução é precedida de consultas ao Presidente da Assembleia Legislativa, ao Presidente do Governo Autónomo e aos líderes dos grupos parlamentares.
- 4- O acto de dissolução só é valido se for desde de logo marcada a data das eleições, as quais não se podem realizar mais de sessenta dias após aquele.

**Secção 2**  
**Comissão Permanente**

**Artigo 26.º**

**(Definição e Composição)**

- 1- A comissão permanente assegura as funções da Assembleia Legislativa quando esta não esteja em funcionamento efectivo.
- 2- A comissão permanente é composta pelo Presidente da Assembleia Legislativa e pelos líderes dos grupos parlamentares.

**Secção 3**  
**Deputados**

**Artigo 27.º**

**(Imunidades e Direitos)**

- 1- Os deputados não respondem em juízo ou fora dele pelos votos e opiniões emitidos no exercício de funções.
- 2- Os deputados só podem ser ouvidos em juízo depois de aprovado por maioria absoluta o levantamento da imunidade parlamentar, salvo se esse levantamento for requerido pelo próprio.
- 3- Os deputados não podem ser detidos sem autorização da Assembleia Legislativa ou da sua Comissão Permanente, salvo quando exista flagrante delito e ao crime corresponda pena superior a três anos de prisão.
- 4- Se existir procedimento criminal definitivo contra um deputado, a Assembleia Legislativa ou a sua Comissão Permanente decidirão:
  - a) Se este deve ser suspenso para ser de imediato julgado; ou
  - b) Se este apenas será julgado no fim do mandato.
- 5- As votações referidas nos números anteriores são efectuadas por voto secreto.
- 6- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os deputados da Assembleia Legislativa gozam dos direitos e regalias inerentes aos Deputados da Assembleia Nacional.

## **Artigo 28.º**

### **(Poderes dos Deputados)**

Os poderes dos deputados são os constantes no Regimento da Assembleia Legislativa e no presente Estatuto.

## **Artigo 29.º**

### **(Suspensão e Perda de Mandato)**

Os deputados podem solicitar ao presidente da Assembleia Legislativa a suspensão do mandato por motivo relevante, por períodos não inferiores a um mês nem superiores a seis meses.

## **Secção 4**

### **Competências**

## **Artigo 30.º**

### **(Competência Legislativa)**

- 1-** A Assembleia Legislativa tem competência para legislar sobre todas as matérias, salvo as reservadas aos órgãos de soberania e ao Governo Autónomo, nos termos da Constituição e do presente Estatuto.
- 2-** A Assembleia Legislativa não tem competência legislativa nas seguintes matérias:
  - a)** Defesa;
  - b)** Relações internacionais;
  - c)** Organização judicial;
  - d)** Definição dos crimes, penas, medidas de segurança e respectivo processo;
  - e)** Sistema monetário e padrão de pesos e medidas.
- 3-** Para além dos casos especialmente previstos neste Estatuto, a Assembleia Legislativa tem reserva absoluta de competência legislativa nas seguintes matérias:
  - a)** Aprovação do Orçamento Regional;
  - b)** Organização do processo eleitoral para os órgãos de governo próprio;
  - c)** Regime da administração regional, incluindo as forças de segurança;
  - d)** Regime das infracções contra-ordenacionais e disciplinares;
  - e)** Ordenamento do território e extracção dos recursos naturais;
  - f)** Criação, extinção e modificação de entidades administrativas independentes;
  - g)** Criação, extinção e modificação de autarquias locais e respectivo regime;

- h) Relações com as organizações não governamentais, incluindo entidades religiosas;
  - i) Regime de organização e funcionamento do Gabinete de Representação Permanente;
  - j) Definição dos currículos escolares,
- 4- Sem prejuízo no disposto nº 2, a Assembleia Legislativa pode solicitar aos órgãos de soberania que tenham em conta as especificidades de Cabinda na aprovação e execução da legislação nacional.

### **Artigo 31.º**

#### **(Competência Fiscalizadora)**

A assembleia Legislativa tem competência para apreciar os actos do Governo Autónomo e da Administração regional.

### **Capítulo 3**

#### **Governo Autónomo**

### **Artigo 32.º**

#### **Definição**

O Governo Autónomo exerce o poder executivo e é o órgão superior da administração regional.

### **Artigo 33.º**

#### **(Composição)**

- 1- O Governo Autónomo é composto pelo Presidente do Governo Autónomo, pelos Secretários e Sub-Secretários.
- 2- O número de Secretário não pode ser inferior a dois nem superior a oito.
- 3- O número de Sub-Secretários não pode ser superior a quinze.
- 4- É da exclusiva competência do Governo Autónomo a sua organização e funcionamento.

## **Artigo 34.º**

### **(Conselho de Governo)**

- 1- O Conselho de Governo é formado pelo Presidente do Governo Autónomo e pelos Secretários.
- 2- Nas suas ausências ou impedimentos, o Presidente do Governo Autónomo é substituído pelo Secretário que designar, ou na sua falta, pelo Secretário mais antigo.
- 3- Nas suas ausências ou impedimentos, os Secretários podem delegar nos Sub-Secretários a participação no Conselho de Governo, não se aplicando neste caso o disposto no número anterior.
- 4- Os Sub-Secretários podem ser convocados para participar no Conselho de Governo, sem direito a voto.

## **Secção 1**

### **Início de Funções**

## **Artigo 35.º**

### **(Nomeação e Tomada de Posse)**

- 1- O Governo Autónomo é nomeado pelo Delegado da República, tendo em conta os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa e ouvidas as representações parlamentares.
- 2- O Governo Autónomo toma posse perante o Delegado da República, nos vinte dias subsequente à cessação de funções do governo anterior.

## **Secção 2**

### **Responsabilidade**

## **Artigo 36.º**

### **(Responsabilidade Política)**

O Governo Autónomo é responsável perante a Assembleia Legislativa.

**Secção 3**  
**Competências**

**Artigo 37º**  
**(Representação)**

Compete ao Governo Autónomo representar Cabinda.

**Artigo 38.º**  
**(Competência Normativa)**

**1-** Compete ao Governo Autónomo:

- a) Legislar em matérias que não sejam da competência exclusiva dos órgãos de soberania ou da Assembleia Legislativa;
- b) Apresentar à Assembleia Legislativa a proposta de Orçamento Regional;
- c) Regulamentar a legislação nacional, desde que tal não seja da exclusiva competência dos órgãos de soberania;
- d) Regulamentar a legislação regional;
- e) Exercer as demais funções que lhe são atribuídas pelo presente Estatuto e pela lei.

**Artigo 39.º**  
**(Competência Administrativa)**

Compete ao Governo Autónomo:

- a) Executar o Orçamento Regional;
- b) Dirigir a Administração regional;
- c) Tutelar a administração local.

## **Secção 4**

### **Cessação de Funções**

#### **Artigo 40.º**

##### **(Exoneração)**

- 1-** O Delegado da República pode exonerar o Governo Autónomo, ouvido o Presidente da Assembleia Legislativa e as representações parlamentares, desde que:
  - a)** Sejam praticados actos gravemente atentatórios da independência nacional ou da integridade do Estatuto;
  - b)** Tal se mostre adequado para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas;
  - c)** Seja aprovada uma moção de censura, não seja aprovada uma moção de confiança ou seja rejeitado o programa de governo;
  - d)** O Presidente do Governo Autónomo apresente a sua demissão.
- 2-** O Presidente da República pode solicitar ao Delegado da República que exerça a prerrogativa constante no número anterior, com base nas alíneas a) e b).
- 3-** Compete ao Delegado da República nomear um novo governo, nos termos do artigo 35.º ou, sempre que tal não se mostre adequado, dissolver a Assembleia Legislativa.

#### **Artigo 41.º**

##### **(Actos de Gestão)**

- 1-** Até à tomada de posse de novo governo, os membros do Governo Autónomo mantêm-se em funções para a prática de actos estritamente necessários à gestão dos assuntos públicos.
- 2-** É designadamente vedada a prática dos seguintes actos:
  - a)** Nomear ou demitir funcionários ou agentes da Administração, salvo casos de absoluta necessidade;
  - b)** Assumir encargos que aumentem a despesa ou diminuam a receita, salvo casos de absoluta necessidade;
  - c)** Realização de actividades que ponham em causa a independência e neutralidade da Administração.



**Secção 5**  
**Membros do Governo Autónomo**

**Artigo 42.º**  
**(Presidente do Governo Autónomo)**

- 1- Compete ao Presidente do Governo Autónomo:
  - a) Dirigir o Governo Autónomo;
  - b) Informar a Assembleia Legislativa no âmbito da sua competência de fiscalização;
  - c) Prestar esclarecimentos ao Delegado da República sobre qualquer assunto, desde que por este solicitados.
- 2- Para efeito do disposto na alínea b) do número anterior, o Presidente do Governo Autónomo deve comparecer perante a Assembleia Legislativa pelo menos uma vez por mês durante a sessão legislativa, ou sempre que tal lhe seja solicitado.

**Artigo 43.º**  
**(Início e Cessação de Funções)**

- 1- Os membros do Governo Autónomo tomam posse perante o Delegado da República, sob proposta vinculativa do Presidente do Governo Autónomo.
- 2- Os membros do Governo Autónomo são exonerados pelo Delegado da República, sob proposta vinculativa do Presidente do Governo Autónomo, o qual deve no prazo de cinco dias indicar o substituto.
- 3- A exoneração dos Secretários implica automaticamente a exoneração dos respectivos Sub-Secretários, sem prejuízo de nova tomada de posse.

**Artigo 44º**  
**(Responsabilidade Política dos Membros do Governo Autónomo)**

- 1- Os Secretários são politicamente responsáveis perante o Presidente do Governo Autónomo.
- 2- Os Sub-Secretários são politicamente responsáveis perante o respectivo Secretário e perante o Presidente do Governo Autónomo.

## **TÍTULO 4**

### **RELAÇÕES COM ESTADO**

#### **Capítulo 1**

#### **Relações dos Órgãos de Governo Próprio com Órgãos de Soberania**

##### **Artigo 45.º**

##### **(Iniciativa Legislativa)**

A Assembleia Legislativa exerce a iniciativa legislativa perante a Assembleia Nacional.

##### **Artigo 46.º**

##### **(Cooperação)**

- 1- Os órgãos de soberania podem solicitar a presença de representantes dos órgãos de governo próprio, designadamente na discussão de iniciativas nos termos do artigo anterior.
- 2- Os órgãos de governo próprio podem requerer a presença de representantes seus junto dos órgãos de soberania quando estes discutam matérias de relevante interesse regional.
- 3- Compete aos órgãos de soberania decidir sobre os pedidos efectuados nos termos do número anterior.

##### **Artigo 47.º**

##### **(Gabinete de Representação Permanente)**

- 1- Junto dos órgãos de soberania funciona um Gabinete de Representação Permanente dos órgãos de governo próprio, ao qual compete assegurar a cooperação e comunicação eficiente entre uns e outros.
- 2- Compete ao Gabinete de Representação Permanente assegurar os trâmites das disposições deste título.
- 3- Compete igualmente ao Gabinete de Representação Permanente manter informação actualizada sobre a legislação regional aprovada ou em discussão.

## **Capítulo 2**

### **Participação em Negociações Internacionais**

#### **Artigo 48.º**

##### **(Negociações Internacionais)**

- 1- Os órgãos de governo próprio participam nas negociações de textos de direito internacional, através da participação dos seus membros na delegação nacional e em comissões de execução ou fiscalização.
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior e das normas constitucionais, os textos de direito internacional que digam directamente respeito a Cabinda ou a matérias do seu interesse específico não vigoram enquanto não forem aprovados pelo órgão de governo próprio competente em razão da matéria.

#### **Artigo 49.º**

##### **Cooperação Regional**

Os órgãos de governo próprio podem participar em representação de Cabinda em fóruns de entidades regionais.

## **TÍTULO 5**

### **ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

#### **Artigo 50.º**

##### **Receitas Regionais**

São receitas regionais:

- a) Os impostos sobre rendimento das pessoas singulares com residência no território;
- b) Os impostos sobre o rendimento das pessoas colectivas com sede no território;
- c) O produto das multas, taxas, coimas ou direitos aduaneiros, independentemente da sua designação, cobrados no território;
- d) Os juros liquidados sobre os impostos que constituam receitas próprias, na respectiva proporção;
- e) Os rendimentos do património regional e das aplicações financeiras;
- f) Outras receitas adquiridas nos termos gerais.

**Artigo 51.º**  
**(Despesas Regionais)**

São despesas regionais:

- a) Os encargos decorrentes do Orçamento Regional;
- b) Os empréstimos contraídos e respectivos encargos.

**Artigo 52.º**  
**(Sistema Fiscal)**

- 1- É proibido aos órgãos de governo próprio criar, extinguir ou modificar impostos ou aplicar derrama sobre os impostos existentes.
- 2- As taxas de imposto cobradas podem ser até 5% superiores ou inferiores às aplicadas na generalidade do território nacional.

**Artigo 53.º**  
**(Equilíbrio Financeiro)**

- 1- O Orçamento regional deve assegurar que as despesas não sejam superiores às receitas ordinárias, de forma a evitar o endividamento.
- 2- O disposto no número anterior não obsta à inscrição plurianual de despesas de investimento.

**Artigo 54.º**  
**(Transferências Orçamentais)**

Os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio acordam na forma e montantes das transferências orçamentais adequados para assegurar a coesão e solidariedade nacionais.

## **TÍTULO 6**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **Capítulo 1**

##### **Revisão do Estatuto**

##### **Artigo 55.º**

###### **(Iniciativa)**

A iniciativa de revisão do presente Estatuto compete aos deputados regionais.

##### **Artigo 56.º**

###### **(Audiência Pública)**

- 1-** Iniciado o processo de revisão, podem enviar à Assembleia Legislativa propostas de alteração total ou parcial:
  - a)** Os órgãos de soberania ou os seus membros;
  - b)** O Delegado da República;
  - c)** O Governo Autónomo;
  - d)** As organizações não governamentais.
- 2-** A Assembleia Legislativa pode solicitar a instituições e personalidades nacionais ou estrangeiras a elaboração de propostas.

##### **Artigo 57.º**

###### **(Projecto de Revisão)**

- 1-** O projecto de revisão aprovado pela Assembleia Legislativa é enviado à Assembleia Nacional, que o aprova ou devolve, podendo neste caso introduzir-lhe alterações.
- 2-** O projecto devolvido é de novo discutido e aprovado pela Assembleia Legislativa, seguindo-se os trâmites do número anterior.

## **Artigo 58.º**

### **Caducidade do processo de revisão**

O processo de revisão caduca:

- a) Se terminar a legislatura da Assembleia Nacional;
- b) Se na mesma sessão legislativa da Assembleia Nacional o projecto de revisão for devolvido mais de duas vezes;
- c) Se durante a discussão do projecto de revisão na Assembleia Nacional a Assembleia Legislativa for dissolvida.

## **Capítulo 2**

### **Disposições Finais**

## **Artigo 59.º**

### **(Sucessão)**

As competências anteriormente conferidas aos órgãos provinciais consideram-se atribuídas aos órgãos de governo próprio, nos termos do presente Estatuto.

## **Capítulo 3**

### **Disposições Transitórias**

## **Artigo 60.º**

### **(Delegado da República)**

Até à realização de eleições presidenciais, compete ao Presidente da República nomear o Delegado da República, nos termos do artigo 10.º.

## **Artigo 61.º**

### **(Direito Transitório)**

Até à regulamentação da autonomia, as normas vigentes serão interpretadas e aplicadas de acordo com o presente Estatuto, sem prejuízo dos direitos adquiridos.

## **Artigo 62.º**

### **(Funcionalismo Público)**

- 1-** As entidades que, nos termos do presente Estatuto, não integram os serviços do Estado, passam a ser consideradas Administração regional.
- 2-** Os funcionários, agentes e aposentados dos serviços referidos no número anterior mantêm os seus direitos e regalias, designadamente quanto a contagem de serviço.
- 3-** Compete ao Estado transferir as verbas necessárias para a assunção de encargos de segurança social que anteriormente lhe competiam.

## **Artigo 63.º**

### **(Limite Temporal de Revisão)**

O processo de revisão do presente Estatuto não pode iniciar-se antes de decorridos três anos sobre a sua entrada em vigor.

### **VI.3.3. Aplicabilidade do modelo integrado no contexto angolano**

A consciência nacional, enraizada na História e cujo papel foi essencial no processo de constituição dos Estados modernos, pode, todavia, esbarrar com sentimentos de identidade colectiva antagónicos, próprios de determinadas populações. Estas criam dificuldades à vontade unitária do Estado. A fim de ter em consideração estas renitências à assimilação/absorção, o Estado pode adoptar uma organização federativa ou regionalista ou autonómica.

A Constituição da República Angolana estabelece um Estado unitário que respeita, na sua organização, os princípios da autonomia dos órgãos do poder local e da desconcentração e descentralização administrativas (art.º 8.º da CRA). Essa forma de Estado tanto pode ser centralizado como descentralizado administrativa ou politicamente, isto é, para além de uma descentralização administrativa, admite-se uma descentralização e uma autonomia política que permitem que as províncias ou regiões, se tornem politicamente autónomas «por os seus órgãos desempenharem funções políticas, participarem ao lado dos órgãos estaduais, no exercício de poderes legislativos e governativo» (Feijó, 2001: 136).

Com efeito, o poder local angolano corresponde a uma expressão constitucional que assinala enfaticamente a presença de uma verdadeira dimensão do poder político (democrático e tradicional). A Constituição da República reconhece, pela primeira vez, o poder tradicional (instaurando neste caso a autonomia territorial do tipo tradicional), e reafirma, por outro lado, uma administração local autónoma, na perspectiva do poder autárquico, autónomo e representativo, que não é uma simples organização administrativa, mas que tem a natureza de uma estrutura de poder político<sup>236</sup>.

O carácter democrático da República de Angola e a perspectiva «una e indivisível» da sua soberania, materializa «um suporte único para a estadualidade» (José Canotilho, 2004, *appud* Feijó: 2001: 243). Ou seja, só pode haver um Estado e órgãos de soberania únicos para todo o território nacional angolano. Este suporte único afasta qualquer pluralismo estadual do tipo federal ou confederal, e o não-reconhecimento de qualquer forma ou direito de secessão de comunidades locais em Angola (Bembe, 2012a: 42).

Enquanto as autarquias e as instituições tradicionais vêm reforçada a sua autonomia e reconhecimento formal, não há tradição em Angola a favor da regionalização, e, em consequência, não tem surgido qualquer movimento regionalista. A logística constitucional da unidade, impede sistematicamente a possibilidade de viabilização de estruturas de auto-governo, com base provincial e/ou eventualmente regional, o que parece constituir uma inegável «omissão» (uma omissão-lacuna jurídica, decerto politicamente intencional), sobre a questão política da província Enclave de Cabinda.

Reconhece-se, entretanto, que o Partido de Renovação Social (PRS) defende, de forma reiterada, o «Federalismo simétrico» no seu Programa Eleitoral (PE), como modelo de governação adequado para Angola, cuja implementação «será necessária uma consulta prévia à população através de um referendo» (PE-PRS: 2008)<sup>237</sup>. Outros partidos políticos como a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a Convergência Ampla de

---

<sup>236</sup> As formas organizativas do poder local compreendem as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, nos termos da lei (art.º 2013.º, n.º 2 da CRA).

<sup>237</sup> Para o PRS, «O Estado democrático e de direito que se propõe construir deve garantir o princípio da separação de poderes e a interdependência funcional dos órgãos do Estado». Entende, assim, que o Federalismo é um sistema de organização de Estado e de Governação que pode garantir a verdadeira autonomia e liberdade às regiões e às pessoas; minimizar as injustiças sociais, económicas e as assimetrias em termos de crescimento e desenvolvimento equilibrado. Por isso o Federalismo nada mais será do que a concretização das promessas não cumpridas, por todos os governos que se constituíram em Angola» (PE-PRS. 2008, ob.cit, idem).



Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), o Bloco Democrático (BD), apoiam um novo modelo de sistema político e uma nova governação virada para a realização do cidadão. O novo modelo deve reconhecer as «especificidades» do Enclave através de uma «reforma constitucional» que garanta «a Cabinda um quadro de autonomia no âmbito de Angola»<sup>238</sup>.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) defende no seu Programa Político um tratamento indistinto de todas unidades territoriais do País. Paradoxalmente, em Agosto de 2006, foi celebrado um Estatuto Especial político-administrativo para Cabinda que «decorre da especificidade histórico-geográfica e cultural da província», no quadro dos Acordos de Paz, concluídos entre o Governo/MPLA e o Fórum Cabindês para o Diálogo. O modelo especial então instituído não isenta a sua abordagem de potenciais conflitos, tendo demonstrado com precisão a incerteza relativamente à evolução da ideologia do Partido/Estado. Embora o valor político-jurídico e até histórico inquestionável do referido Estatuto, não existe qualquer evidência prática que permita provar alguma mudança política essencial no sistema político e na estrutura do poder vigente em Cabinda. O quadro da divisão político-administrativa formal, não parece corroborar a atribuição de um estatuto especial a nenhuma unidade territorial angolana. O «controverso» Estatuto Especial não foi consagrado na Constituição da República posteriormente publicado em 5 Fevereiro de 2010.

Afigura-se, entretanto, que o Estatuto Especial da Província de Cabinda corresponde a uma importante conquista do processo de democratização e de reconciliação em Angola, obtido no desenvolvimento de um processo complexo e no espírito de reencontro. Seria da maior importância que esse mesmo Estatuto Especial encontrasse a devida consagração no plano da Constituição da República Angolana. Esse facto fortaleceria sem dúvida o respectivo potencial de reconciliação, através da consolidação estável e duradoura do espírito que presidiu à celebração dos acordos que o precederam.

Se, por um lado, ao assinar o «polémico» Memorando de Entendimento sobre Cabinda, o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo, não apenas uniram-se em defesa do conjunto e submeteram-se aos interesses superiores do Estado, mas deram também uma contribuição de inestimável valor para todos aqueles que, em Angola e no estrangeiro, continuam a acreditar no futuro da soberania da República de Angola; por outro lado, o respectivo compromisso político interno parece ter reduzido aos nacionalistas de Cabinda os

---

<sup>238</sup> Embora a importância nacional da província petrolífera de Cabinda, em termos económicos, «os seus cidadãos continuam muito pobres e em condições de vida abaixo dos padrões (de) Luanda, Benguela e Lubango» (Chivukuvuku, 11JUL2013). Abel Apalanga Chivukuvuku, em entrevista ao Jornal “A Nação”, Edição N.º 306 de 11 de Julho de 2013 (Cabo Verde).

seus históricos intentos independentistas. Como deixámos dito atrás, resta-lhes talvez tentar renegociar-lhe os termos, assegurando o reconhecimento de uma identidade específica que a todos enriquece e beneficia, no âmbito da relação de pertença por dentro.

A forma integrada proposta visa apresentar um novo modelo de partilha do poder no Enclave angolano de Cabinda, para contribuir e conferir um acréscimo de sustentação teórica e de rigor metodológico à Resolução n.º 27-B/06 de 16 de Agosto, da Assembleia Nacional<sup>239</sup>, incluindo o Decreto-Lei n.º 1/07 de 2 de Janeiro, do Conselho de Ministros<sup>240</sup>.

Fica, então, evidente que não se trata de reformar o «Estado-nação» angolana (ainda em construção), nem tão pouco de o ver substituído no futuro pelo Estado democrático multinacional. Pretende-se, à partida, esbater a histórica tentação separatista de Cabinda, com recurso aos conhecidos e reputados modelos de regulação, contenção e gestão de conflitos político-identitários internos, ajustáveis à realidade nacional. O novo modelo deve levar em consideração a especificidade do Enclave no conjunto angolano<sup>241</sup>, reconhecida na lei ordinária acima referida<sup>242</sup>.

A Região Autónoma proposta para Cabinda (a instituir gradualmente e por concertação) rege-se, em simultâneo, pelo «princípio do respeito pela Constituição e demais legislação em vigor na República de Angola» e, por «Estatuto Especial de âmbito político-administrativo, o qual decorre da especificidade histórico-geográfica e cultural da província» e «tem por fim assegurar o respectivo desenvolvimento da província, estabelecendo «as bases gerais do modo de organização, competências, funcionamento e poder normativo dos respectivos órgãos»<sup>243</sup>.

Finalmente, a visão da autonomia política proposta para Cabinda, não põe em causa a soberania da República Angolana, nem prejudica a vida de qualquer cidadão angolano. Pelo contrário, reforça a unidade nacional, na medida em que o Povo de Cabinda, passando a deter os meios de desenvolvimento integral a que tem direito, sente-se bem no seio de Angola,

---

<sup>239</sup> Resolução que aprova o «Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda», publicada no Diário da República n.º 99, 1.ª série.

<sup>240</sup> Decreto-Lei que aprova o «Estatuto Especial para a Província de Cabinda» publicado no Diário da República n.º 1, 1.ª série.

<sup>241</sup> Estabelece o artigo 3.º do EEC que respectivo Estatuto Especial «é de âmbito político-administrativo e decorre da especificidade histórico-geográfica e cultural da província» de Cabinda.

<sup>242</sup> Refira-se à Resolução n.º 27-B/06 de 16 de Agosto e ao Decreto-Lei n.º 1/07 de 2 de Janeiro.

<sup>243</sup> Inspira-se, respectivamente nos artigos 4.º, 3.º nos n.ºs 1 e 2 do art.º 2.º do Estatuto Especial da Província de Cabinda (EEC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/07, de 2 de Janeiro.

plenamente identificado com a Nação Angolana. A consciência da distância nunca pode ser ignorada e, isso sempre que se aborda do instituto de autonomia. O regime democrático é aquele que inclina para a legitimação que vem das bases.

A transferência da legitimidade, a pouco e pouco por via dos processos pacíficos e consentidos, a legitimidade em vez de ir do topo para à localização do poder, passar a nascer da própria comunidade. A mais conveniente integração de Cabinda no espaço nacional é um processo longo mas não impossível, que vai encontrar resistências cá e lá. Há uma separação física. E, os decisores e a elite política de Angola têm que lidar com este problema com pragmatismo, sabedoria e astúcia política.

Em Portugal, a Madeira e os Açores são muito distantes, mas por agora não existe esse problema.

#### **VI.4. Síntese conclusiva**

O Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação para a Província de Cabinda foi apresentado não como um simples compromisso de paz e reconciliação nacional, mas também como promessa de desenvolvimento sócio-económico e cultural e de crescente influência política para o Povo de Cabinda.

Todavia, embora o valor político-jurídico e até histórico do Estatuto Especial para Cabinda que integra o respectivo Memorando de Entendimento, a sua implementação parece não garantir qualquer mudança política no sistema político e na estrutura do poder vigente em Cabinda. Esse último aspecto, associado ainda ao sub-desenvolvimento sócio-económico de Cabinda e à aculturação do seu Povo, poderá eventualmente constituir-se a médio e longo prazo, num potencial factor de instabilidade e reforçar a emergência de sinais de anomia política generalizada.

A adequabilidade do modelo de paz e reconciliação adoptado em Cabinda, tem sido questionada por diversos especialistas e peritos em resolução de conflitos, bem como, pelas diferentes redes de poder de Cabinda e angolana em geral, sobretudo, devido à exclusão ou auto-exclusão de alguns actores políticos, militares e da sociedade civil, no processo, e por falta de consensos internos alargados sobre o paradigma que conduziu à tentativa da resolução do conflito (1975-2006).

Este afigura-se um problema magno para os decisores políticos do País, e considerando, por um lado, que Cabinda continua e será sempre uma questão central no âmbito da construção do “Estado-nação” em Angola, e por outro lado, a construção de um quadro da estratificação social actual cabindês deve obedecer ao cruzamento de três variáveis essenciais: estatuto económico, estatuto social e estatuto político.

Do resultado da análise da estrutura e das diversas deficiências que ostentam o Decreto-lei n.º 1/07, de 02 de Janeiro de Conselho de Ministros, que aprova o EEC, resultado da Resolução nº 27-B/06, de 16 de Agosto da Assembleia Nacional, que estabelece o MEPRC, foi realizado uma aturada pesquisa científica, na tentativa sempre incompleta, de aperfeiçoar o respectivo instrumento de paz, através da articulação lógica dos modelos e procedimentos de regulação, contenção e gestão de conflitos político-identitários, com recurso à imaginação criativa e a alguns casos paradigmáticos de uma arrumação contemporânea de relações, factos e processos sócio-culturais, históricos e políticos. Trata-se das formas e componentes de partilha do poder, com destaque para o consociativismo, o regionalismo e o federalismo.

Face aos três modelos de partilha do poder apresentados, foi adoptado e concebido um modelo de partilha do poder que melhor se adegue à Cabinda, tendo em conta a sua aplicabilidade no contexto angolano, bem como a capacidade de reduzir ao mínimo o aparecimento de novos problemas ou vulnerabilidades a nível do País.

Foi proposto o «modelo integrado associado a uma autonomia política de base regional», tendo em consideração as vantagens e inconvenientes, que pode desenvolver. O modelo proposto visa quatro objectivos continuar com a prática da cooptação das principais elites de Cabinda; da consagração excepcional de um espaço político cabindês na Constituição da República Angolana (através do governo regional com competências bem definidas), alargar a desconcentração e a aproximação dos serviços às populações e efectivar a descentralização político-administrativa em Cabinda.

A proposta parece reforçar a unidade nacional, na medida em que o Povo de Cabinda, passando a deter os meios de desenvolvimento integral a que tem direito, sentir-se-á bem no seio de Angola, plenamente identificado com a Nação Angolana.

O Enclave de Cabinda só se mantém associado à Angola. Dissociada poderá acarretar a sua rápida absorção pelos Congos vizinhos. E, por mais adiamentos, no trânsito da África para o estatuto da África Útil, algumas potências, tenderão a recorrer, eventualmente, aos países limítrofes para tentar concretizar anarquicamente os seus interesses políticos e

económicos, numa estratégia de procuração, construída segundo lógicas geopolíticas e geoestratégicas (Bembe, 2013b: 429).

Para terminar, de forma intencional, afigurou-se, desnecessário incluir Portugal, ou melhor o Governo Português do modelo proposto com vista o processo de desenvolvimento político de Cabinda, por quatro (4) razões de peso, a saber:

- Em primeiro lugar, o Estado Soberano Angolano herdou, de forma legal e legítima, o território de Cabinda e os seus problemas, por decisão unilateral das Autoridades Portuguesas (Estado protector do território de Cabinda), sem o necessário consentimento dos cabindeses (num claro desrespeito do espírito de Simulambuco);
- Destarte, a questão de Cabinda transformou-se num assunto estritamente interno do Estado Soberano Angolano, o qual não admite qualquer interferência externa na sua solução do diferendo, este é o segundo fundamento;
- Em terceiro lugar, o Governo de Portugal se auto-excluiu, voluntário e irresponsavelmente do problema político de Cabinda, tendo abandonado e transferido o território enclave, o seu povo, os seus recursos e os seus problemas a um Estado terceiro;
- Por último, o Povo Angolano, sobretudo, a liderança de Angola, tem demonstrado grande capacidade de diálogo, de tolerância e de abertura política para conduzir, de forma gradual e efectiva, processos políticos internos inclusivos de reconciliação nacional, sem necessidade de apoios externos. Por experiência própria, anteriores processos de paz e reconciliação nacional, que lançaram mão ao instituto de arbitragem e mediação foram um autêntico fiasco que a história nunca poderá olvidar.

## VII. CONCLUSÕES

As principais conclusões aqui registadas pretendem apresentar a ideia global da investigação que foi realizada. Na prática, procura-se apenas, situar o problema, uma vez que a investigação conduziu a um conjunto diversificado de sínteses conclusivas, já incluídas nos respectivos capítulos.

Com efeito, o fio condutor desta investigação foi a pergunta de partida: «*Que forma de partilha de poder poderá contribuir para conferir maior sustentação teórica e rigor metodológico ao processo instituído pelo EEC<sup>244</sup>?*». A sua versão final resultou, principalmente, da interacção com a fase de exploração, na qual foram realizadas as leituras e as entrevistas exploratórias, para a aquisição de informação de qualidade, sustentadas numa permanente observação participante.

Começou-se por sistematizar e identificar os primórdios da questão de Cabinda e os motivos fundamentais do nacionalismo de dissociação independentista dos cabindeses, com destaque para os factores histórico-geográfico e cultural, ambições política e territorial e condições social e económica. Verificou-se que alguns arranjos internos operados no estatuto do agitado território de Cabinda, desde a administração portuguesa à actualidade, tenderam a desrespeitar o espírito do tratado de Simulambuco, entendido como instituidor de um protectorado, bem como a reconhecida identidade de «povo» de Cabinda, que o apontava para o tratamento distinto.

Entre os anos 1975 e 2006, o Governo Angolano tendo conseguido conservar os movimentos nacionalistas de Cabinda politicamente controláveis (Bembe, 2013b: 331-332):

- Retardou o processo de negociações, enquanto se mantivera algum factor favorável aos nacionalistas, podendo proporcionar «futuros indesejáveis»<sup>245</sup> ou seja, que não servem as finalidades últimas da política traçada pelo Governo;
- Reforçou e sustentou a fissiparidade nas organizações nacionalistas e explorou com oportunidade as divergências dos seus líderes<sup>246</sup>, para argumentar que «não há um interlocutor válido para negociar a paz em Cabinda»<sup>247</sup>;

---

<sup>244</sup> Trata-se do Estatuto Especial para a Província de Cabinda estabelecido nos termos do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província em Agosto de 2006.

<sup>245</sup> Como dissemos atrás, o futuro indesejável é aquela política ou solução que o Governo considera necessário evitar ou contrariar, por não corresponder aos seus objectivos políticos (Ribeiro, 1998: 148).

- Desviou as atenções dos dirigentes de resistência e da sociedade civil sobre assuntos que realmente importam à sua luta, nomeadamente, a previsão das tendências e o estabelecimento de futuros possíveis (médio e longo prazo), através da interpretação dos ambientes externos e internos; e,
- Consolidou os cenários já estabelecidos sobre os futuros «desejáveis e aceitáveis»<sup>248</sup>, considerados como melhores para Cabinda, nomeadamente a mais conveniente integração da província enclave no espaço nacional, reconhecendo a sua especificidade no contexto angolano.

Para isso, o Governo Central comprometeu-se a assegurar, em cooperação com o Governo da Província, o desenvolvimento administrativo, económico e social de Cabinda, considerando as suas potencialidades e a necessidade da superação das assimetrias decorrentes da especificidade geográfica. A solidariedade nacional vincula, ainda, o Estado a garantir as condições para ultrapassar as consequências da situação de Enclave e a sua melhor integração gradual no espaço nacional num quadro de interdependência económica e financeira<sup>249</sup>.

Todavia, e como dissemos atrás, a realidade observada no terreno tende a demonstrar o inverso. A falta de empenho do Estado-Partido aparelho do poder para atenuar os sentimentos independentistas em Cabinda, parece evidente com a persistência da convivência menos saudável entre Cabinda e Luanda que encontra um terreno fértil, nomeadamente:

- no menor impacto social das estratégias e políticas adoptadas na região;
- no sub-desenvolvimento político, económico e social do Enclave;

---

<sup>246</sup> Reportando aos Movimentos Nacionalistas de Cabinda, Dom Duarte de Bragança, afirma que «a sua grande fraqueza é a divisão em duas facções militares e a existência de graves divergências entre os seus políticos, que retira credibilidade internacional ao movimento» (DN: 25 de Março de 2001).

<sup>247</sup> Com a multiplicação em flecha de FLEC's onde todos reivindicam a sua legitimidade deu o argumento de força ao Governo Angolano para afirmar que «*não há um interlocutor válido para negociar a paz em Cabinda*», aproveitando as divergências na resistência para as mediatizar largamente, reforçando assim os seus argumentos.

<sup>248</sup> Segundo António Silva Ribeiro, o futuro desejável, corresponde àquele que, na óptica do Governo, melhor servirá as finalidades últimas da política, por outro lado, o futuro aceitável corresponde àquele que, embora não sendo considerado pelo Governo o melhor, ainda serve aquela finalidade (Ribeiro, 1998: 148).

<sup>249</sup> Inspira-se na al. b) do art.º 16.º e nos n.ºs 1 e 2 do art.º 106.º do EEC.

- no consumado estado da pobreza e vulgarização de condições de vida da maioria dos cabindenses<sup>250</sup> muito próximas da mera subsistência;
- na degradação e insuficiência das infra-estruturas básicas, de meios técnicos, de recursos humanos qualificados na província; e,
- na crescente dependência de Cabinda em relação à Luanda e aos dois Congos vizinhos.

As vastas reservas petrolíferas de Cabinda, mas sobretudo, o petróleo extraído no Enclave, que representa, mais de 65% do valor total do petróleo explorado e produzido no território angolano, e cerca de 2/3 das receitas totais do Estado (O PAÍS: 23AGO2010; LUSA&SIC: 01MAIO2013); o peso dos rendimentos deste recurso não reflecte nas duas problemáticas únicas: assegurar a melhoria de vida dos cabindeses e a sustentabilidade económica da província.

Deste modo, entre outros factores, o nacionalismo de dissociação exprime-se com vigor renovado precisamente no momento em que os cabindeses se sentem excluídos nos processos de planeamento, tomada de decisão e gestão dos destinos da própria Província e, na ausência de reformas eficazes que promovam sistemas de participação e representação que consolidem e ampliem os mecanismos da sua integração no processo democrático angolano.

Como princípio de afirmação da especificidade histórica, cultural, política e social de um povo, de modo geral, o nacionalismo tem tido um alcance libertador. Oprimidos, reprimidos ou eventualmente massacrados, «alguns povos não poderiam superar a sua vulnerabilidade existencial senão indo até ao extremo da lógica nacional a fim de edificar um Estado que finalmente lhes desse, por intermédio da soberania, a segurança colectiva à qual aspiravam com tanto vigor»<sup>251</sup> (Dieckhoff, 2001: 16-17).

Como temos vindo a observar, a forte dependência político-institucional do Governo provincial de Cabinda face ao Executivo Central revela, igualmente, profundas fragilidades nos mecanismos políticos, estruturais e operacionais. O «fatalismo» do subdesenvolvimento multidimensional de Cabinda, tende a ser descrito como o resultado da excessiva intervenção e/ou controlo do Estado Central. Assim, a cultura organizacional é uma das componentes básicas e decisivas na análise da problemática do desenvolvimento político no Enclave

---

<sup>250</sup> Tal deixámos dito atrás, o termo «cabindenses» é usado para designar os habitantes do território de Cabinda em geral (independentemente das suas origens).

<sup>251</sup> *Quem poderá negar que, para os povos polaco, judeu, irlandês, o empenhamento no combate nacional tenha surgido de uma imperiosa necessidade?*



angolano. Tal como se verifica em quase todo o continente africano, em Angola, os outros órgãos do poder estão ainda na fase do «simbolismo»<sup>252</sup>.

Evidentemente, a administração local praticada em Cabinda é, ao nível macro-político, um instrumento fundamental para a sobrevivência do Executivo/Partido, enquanto que ao nível micro-político funciona como uma ferramenta de conversão das exigências paroquiais de grupos de interesse e do clientelismo da elite política. O modelo governativo promovido em Cabinda é muito fraco e vulnerabilizado pela robusta centralização política exercida pelo Partido/Estado e, a falta de acesso à decisão política conduz ao pagamento de favores e à corrupção, que se torna uma parte do processo e mina o respeito e a legitimidade que a administração local necessita.

O Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação para a Província de Cabinda de Agosto de 2006, foi apresentado não como um simples compromisso de paz e reconciliação nacional, mas também como promessa de desenvolvimento sócio-económico e cultural e de crescente influência política para os cabindeses. Embora o valor político-jurídico e até histórico do Estatuto Especial de Cabinda associado ao Memorando de Entendimento, a sua implementação parece não garantir qualquer mudança no sistema político e na estrutura do poder vigente no Enclave. Esse último aspecto, associado ainda ao sub-desenvolvimento económico e social de Cabinda e à constante aculturação e sujeição dos cabindeses, poderá eventualmente constituir-se a médio e longo prazo, num potencial factor de instabilidade e reforçar a emergência de sinais de anomia política generalizada.

Porém, com a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cabinda, o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo, não apenas uniram-se em defesa do conjunto angolano e submeteram-se aos interesses superiores do Estado, mas deram também uma contribuição de inestimável valor para todos aqueles que, nos planos externo e interno, continuam a acreditar no futuro da soberania de Angola.

Foi, ainda, possível verificar no terreno alvo de estudo, a problemática seguinte:

- por um lado, hoje como no passado, Cabinda continua a desempenhar a sua função de sempre, isto é, centro da exploração, do comércio e das transacções relacionadas com exportações dos produtos lucrativos, e centro da maior importação dos produtos alimentares e géneros de primeira necessidade;

---

<sup>252</sup> Não admira, pois, em África os regimes possuem forças militares, forças policiais, palácios e parlamentos; mas demonstram uma enorme incapacidade em promover o desenvolvimento.

- por outro lado, a dignidade normativa das «competências especiais de âmbito específico» que se pretendeu atribuir à província de Cabinda no âmbito do Estatuto Especial tendeu a ser manipulada pela mentalidade centrista e ideologia de exclusão que continua, infelizmente, a predominar entre nós.

À essa dignidade será sempre difícil fazer corresponder os planos de desenvolvimento sócio-económico e político da própria província e os meios necessários, nomeadamente humanos e financeiros, para tal efeito. Este afigura-se, um problema magno para os decisores políticos de Angola, considerando que a construção de um quadro da estratificação social actual cabindês deve obedecer ao cruzamento de três variáveis essenciais: estatuto económico, estatuto social e estatuto político.

Daí o fundamento da nossa abordagem, segundo a qual, qualquer aproximação ao estudo da sociedade de Cabinda parece implicar, necessariamente, a análise e caracterização das variáveis étnico-tribal, histórico-cultural, sócio-política e económica da região. A percepção destas componentes é, essencial no desenhar de um conjunto de possíveis soluções de carácter geral e específico, para os problemas e novos desafios detectados.

Do resultado da análise da estrutura e das diversas deficiências que ostentam o Decreto-lei n.º 1/07, de 02 de Janeiro de Conselho de Ministros, que aprova o EEC, resultado da Resolução nº 27-B/06, de 16 de Agosto da Assembleia Nacional, que estabelece o MEPRC, foi realizado uma aturada investigação, na tentativa sempre incompleta, de aperfeiçoar o respectivo instrumento de paz e reconciliação na província de Cabinda.

Face aos três modelos de partilha do poder apresentados, com destaque para o consociativismo, o regionalismo e o federalismo, foi adoptado e concebido um modelo de partilha do poder que melhor se adegue à Cabinda, tendo em conta a sua aplicabilidade no contexto angolano, bem como a capacidade de reduzir ao mínimo o aparecimento de novos problemas ou vulnerabilidades a nível do País. Trata-se do Modelo integrado associado a uma autonomia política de base regional, tendo em consideração as vantagens e inconvenientes que pode desenvolver.

O modelo proposto visa materializar quatro (4) objectivos fundamentais seguintes:

- Prosseguir com a prática da cooptação variável política das elites de Cabinda pelo Estado-Partido aparelho do poder;
- Reconhecer o Estatuto especial de Cabinda na Constituição da República Angolana (CRA) e consagrar um governo regional cabindês com competências bem definidas;

- Alargar a desconcentração e a aproximação dos serviços às populações e;
- Efectivar a descentralização político-administrativa na região enclave de Cabinda.

Sendo um problema iminentemente político, a descentralização proposta consiste na devolução gradual de poderes de decisão pela Administração central aos órgãos próprios da região administrativa de Cabinda, produzindo consequentemente uma redistribuição do poder político. O diálogo e concertação permanente entre o Poder Central e as elites Cabindas (políticos, igrejas, autoridades tradicionais, activistas cívicos, individualidades e intelectuais) parece-nos o método adequado para a sua concretização. Daí a necessidade de um maior consenso e aproximação entre as elites cabindesas no âmbito do desenvolvimento do modelo proposto. Fica, implícita, a necessidade de o Estado-Partido aparelho do poder evitar qualquer avanço com recurso a força e/ou a mecanismos unilaterais que não implicassem devidamente as principais elites de Cabinda. Nunca perder de vista que o Memorando de Entendimento de 2006, a base de qualquer processo multidimensional para Cabinda, foi obtido no espírito de reencontro da Grande e Nobre «Nação» angolana.

Para a concretização do modelo integrado proposto para Cabinda, foram apresentados, em pormenor, cinco (5) vectores indispensáveis, a saber:

- 1.º Vector: Conferir a Cabinda uma considerável autonomia de decisão política, competências específicas e uma organização particular, bem como um poder legislativo próprio.
- 2.º Vector: Definir competências, nos domínios administrativo, financeiro e técnico, tanto da autoridade do Estado como da do poder regional de Cabinda.
- 3.º Vector: Promover um sistema regional de ensino em Cabinda flexível mas exigente e de formação de excelência, com mais direito a um lógico reconhecimento.
- 4.º Vector: Envolver e empenhar os cabindeses no processo de desenvolvimento da região enclave e de melhoria das suas condições de vida – sobretudo as elites do território.
- 5.º Vector: Promover uma colaboração entre o Poder central e poder regional cabindês, no âmbito da definição dos objectivos a atingir e na avaliação dos interesses a satisfazer.

O processo de regionalização é assim uma indispensável etapa para Cabinda no longo prazo, numa perspectiva de acção contínua e gradual. Trata-se de definir um espaço

geográfico dentro do qual se possa exercer, de forma autónoma e exclusiva, um conjunto de competências, ainda que mais ou menos tuteladas, em ordem ao desenvolvimento económico e social, em que terá em mente a eliminação das assimetrias e desequilíbrios regionais/provinciais, em ordem à correcção das desigualdades, à melhoria das condições de vida e à promoção da cultura das populações.

O modelo que se propõe como resposta à pergunta de partida, foi concebido pela articulação lógica, com recurso à imaginação criativa dos conceitos operacionais das estratégias de prevenção e resolução de conflitos com os procedimentos proporcionados pelas regras básicas e pelas técnicas aplicadas no EEC estabelecido nos termos do MEPRC, bem como nos conhecidos modelos paradigmáticos frequentemente recorridos pelos Estados nos cenários contemporâneos para solucionar conflitos internos, secessionistas, político-identitários ou sócio-culturais.

Esta proposta que –, inclui a sociedade civil de Cabinda, *lato senso*, como elemento indispensável do processo de desenvolvimento político do Enclave –, parece reforçar a unidade nacional, na medida em que o «povo de Cabinda», passando a deter os meios de desenvolvimento integral a que tem direito, sentir-se-á, provavelmente bem no seio de Angola, plenamente identificado com a Nação Angolana. Enfatiza-se este aspecto porque, o tema foi aperfeiçoado em resultado da interacção verificada entre as três primeiras etapas do método de investigação – pergunta de partida, exploração e problemática –, seguidas da construção do modelo, da observação, da análise da informação e das conclusões.

A abordagem adoptada afigura-se essencial, pois os cabindeses tenderão a encontrar na autonomia política, no seio da República de Angola, o seu caminho de emancipação. Essa autonomia política progressiva é um processo dialéctico constante que, se colonialmente impedido, poderá fazer regredir o esforço de coesão nacional, até agora conseguido manter, mas de impossível sustentação futura, caso sejam esfrangalhadas as propostas autonomistas de Cabinda, vindas das elites angolanas em geral e cabindesas em particular.

Como sublinhámos atrás, não se trata de reformar o «Estado-nação» angolano (ainda em construção), nem tão pouco de o ver substituído no futuro pelo Estado democrático multinacional. Não se trata ainda de substituir o Estado no desempenho das suas clássicas tarefas para dar resposta às razões da sua existência<sup>253</sup>.

---

<sup>253</sup> Em certo sentido os fins e as funções do Estado encontram-se indissociavelmente ligados, justa medida em que as necessidades colectivas que são a razão da existência do Estado, dependem, na sua concretização, das actividades que o Estado exerça para as satisfazer.

O que aqui está em causa é uma modalidade do princípio geral da participação política. Parece fundamental envolver e empenhar os cabindeses –, sobretudo as elites do território –, no processo de desenvolvimento integral da região e na melhoria das suas condições de vida. O Enclave enquanto espaço de autonomia política deve obedecer à lógica da democracia participativa local e não apenas à lógica da democracia representativa estatal.

Todavia, se a desconcentração e a descentralização afiguram-se fundamentais, igualmente parece necessário garantir o exercício de um Estado forte, capaz de promover e assegurar a coesão nacional e de definir as grandes prioridades de desenvolvimento do País<sup>254</sup>.

Pretende-se, à partida, esbater a histórica tentação separatista de Cabinda, com recurso aos conhecidos e reputados modelos de regulação, contenção e gestão de conflitos político-identitários internos, ajustáveis à realidade nacional.

O novo modelo deve levar em consideração as especificidades do Enclave no conjunto angolano, reconhecidas na lei ordinária mais de uma vez referenciadas neste trabalho<sup>255</sup>. A identidade enquanto conceito que aparece na articulação da psicologia e da sociologia, abarca duas dimensões essenciais: «as ideias de representação de si e de reivindicação da diferença» (Fernandes, 1992: 46).

Afigura-se, entretanto, inconveniente avançar com esta importante e inevitável proposta durante o período da construção do Estado de direito e da consolidação das instituições democráticas em Angola, tendo em conta o passado de nacionalismo cabindês de dissociação. Parece essencial, atribuir à Cabinda, numa primeira fase:

- A combinação de poderes mais fortemente desconcentrados do que as restantes Províncias (curto prazo) e,
- A autonomia municipal de tipo autárquico mais alargada, bem como poderes alargados nas áreas de cultura e exploração de recursos (médio prazo), com base no seu Estatuto Especial (como elemento diferenciador da administração do Enclave face às outras províncias angolanas).

Convirá não esquecer que há sempre uma distância considerável entre a teoria e o seu emprego no mundo real, que deve ser respeitada e gerida com inteligência. É inegável que os

---

<sup>254</sup> Os homens, individualmente, são incapazes de satisfazerem todas as suas necessidades materiais e espirituais, pelo que o Estado, através do poder político que exerce, se justifica também, para suprir as necessidades cada vez mais alargadas de um cada vez maior número de cidadãos, o que leva o poder político do Estado a cumprir a finalidade do bem-estar económico e social.

<sup>255</sup> Trata-se da Resolução n.º 27-B/06 de 16 de Agosto e do Decreto-Lei n.º 1/07 de 2 de Janeiro.

resultados obtidos permitiram compreender com aceitável profundidade a teoria do processo de prevenção, gestão e resolução de conflitos de tipo secessionista, com base em conceitos e em procedimentos relevantes.

Finalmente, foi alcançado o objectivo de elaboração de um trabalho válido, sóbrio e simples, em consequência de uma investigação que contemplou a pesquisa da informação pertinente, a sua discussão e a apresentação de uma resposta concreta, que foi efectuada obedecendo a critérios de aceitabilidade, de objectividade, de generalidade, de rigor científico, de utilidade e de refutabilidade.

Não se pretendeu elaborar uma investigação politicamente amorfa. Com esta peregrinação, quis-se adiantar nesta via do saber que, tanto quanto possível fiel aos dados da realidade, também ensina os homens a ser mais homens. Sobretudo num tempo em que – como avisara Herculano, sem imaginar que enunciava uma tendência a longo prazo – «na maioria das sociedades actuais falta geralmente aos homens públicos o valor não só para ousar o bem, mas, até, para praticar fracamente o mal» (Herculano, 1863: 10).

Se o separatismo, isto é, a constituição de um Estado independente plenamente soberano, é essencialmente o caso dos nacionalismos radicais; resta, no entanto, uma última interrogação: *poderão os movimentos nacionalistas moderados satisfazer-se com uma autodeterminação que não culminaria na independência?* Em palavras mais simples, *contentar-se-ão os dirigentes cabindeses com uma autonomia, mesmo que bastante ampla, no contexto nacional angolano?*

Razão de sobra assiste Alain Dieckhoff quando afirma que «oficialmente os dirigentes flamengos e catalães nunca deixaram de proclamar que a auto-afirmação da sua região no seio de uma Europa cada vez mais federal é suficiente para a sua felicidade» (Dieckhoff, 2001: 129). Mas, na realidade, ao reivindicarem cada vez mais competências ou a implementação do confederalismo, eles insistem em avançar abertamente na via de uma independência<sup>256</sup>. No entanto, esta perspectiva nada tem de inevitável. Ela será evitada se os Estados modernos demonstrarem uma capacidade real para repensar o seu funcionamento interno de forma a terem positivamente em consideração estas reivindicações a que devem fazer face.

Como afirma Henry Kissinger «uma política movida pelo critério do interesse nacional, não pode funcionar se não for minimamente adequada aos interesses daqueles que procura envolver, e os que a executam não podem ser convincentes se não acreditarem no que

---

<sup>256</sup> Na Catalunha, o processo secessionista tem-se revelado abertamente desde há muitos anos por uma minoria e, desde Setembro de 2002, por uma maioria.

estão a fazer» (Kissinger, 2003a: 794). Se esta foi ensaiada no Enclave angolano de Cabinda, daí dificilmente resultará acatamento popular do processo e das decisões tomadas, o que redundaria em ferir o interesse nacional prosseguido.

A exclusão, a fome e a pobreza corroem e são impeditivas de uma coesão nacional sadia. Por isso se justifica, amplamente, o cuidado que deve merecer, ao poder político, a delicada problemática da coesão nacional. Se o poder mede-se pela capacidade decisional, reclamada, de forma muito sonante, pelos chamados sectores moderados de Cabinda, então, de agora em diante, é aconselhável que o Enclave de Cabinda tenha capacidade, por direito próprio e exclusivo, de decidir, sem se limitar a uma cooperação cooptativa.

**Figura 1: Modelo e Processo de partilha do poder no Enclave angolano de Cabinda - Uma abordagem contínua e gradual (Longo Prazo, a partir de 2014)**

	Modelo e Processo					
	Cooptação das elites de Cabinda	Desenvolvimento sócio-económico	Desconcentração/ Descentralização	Reconhecimento do Estatuto Especial de Cabinda na Constituição da República	Reconciliação entre elites de Cabinda	Região Autónoma de Cabinda no contexto da República de Angola
<b>Observações</b>	<p>Manter a presença das elites de Cabinda nos órgãos, organismos, serviços e demais instituições públicas que integram a administração directa e indirecta do Estado Angolano, incluindo as Forças Armadas e o Corpo Diplomático (longo prazo).</p> <p><i>Para o efeito, parece necessário tornar a questão de Cabinda um assunto de Estado e não de um Governo e/ou Partido político.</i></p>	<p>Recuperação, melhoramento e construção das infra-estruturas básicas para a transformação estrutural e sistémica da economia, bem como o desenvolvimento eficiente dos sectores transformador e de serviços e a redução da pobreza (médio/longo prazo).</p> <p><i>A recuperação e a construção de infra-estruturas básicas permite a livre circulação de pessoas e bens – elemento essencial para a consolidação da reconciliação nacional, para a promoção do crescimento económico (equitativo e sustentado) e do desenvolvimento humano –, diminuir os desequilíbrios regionais e combater a pobreza e a exclusão social.</i></p> <p>Para além da reabilitação de estruturas físicas na estratégia do progresso económico e social, parece igualmente relevante a transformação política e institucional e a devolução gradual de poderes (descentralização democrática).</p>	<p><i>O estatuto especial atribuído à Cabinda em 2006, deve constituir-se num factor diferenciador na administração do enclave face às restantes províncias do País.</i></p> <p>Parece, seja necessário atribuir à Cabinda:</p> <p><b>1.</b> Numa primeira fase, a combinação de poderes mais fortemente desconcentrados do que as restantes Províncias (curto prazo).</p> <p><b>2.</b> Uma autonomia municipal de tipo autárquico mais alargada, bem como amplos poderes nas áreas de cultura e exploração de recursos (médio prazo).</p> <p><i>Trata-se de reajustar a estrutura, a organização e o funcionamento dos órgãos do poder em Cabinda, com o objectivo de atribuir um Estatuto Político-administrativo de tipo regional ao Enclave (longo prazo).</i></p>	<p>Este aspecto poderá fortalecer o processo de democratização e de reconciliação em Angola e consolidar de forma estável e duradoura o espírito que presidiu a celebração do Memorando do Entendimento, obtido no âmbito de reencontro dos angolanos no âmbito do processo da construção do «Estado-Nação» (médio/longo prazo).</p> <p><i>Dá credibilidade ao processo de paz e reconciliação e cria mais confiança entre os actores e decisores políticos. Reforça o sentimento de pertença dos Cabindas na Nação angolana, mobilizando-os na defesa de um projecto comum em torno de um Poder político.</i></p> <p>Este processo acarreta a necessidade de uma revisão pontual da Constituição da República Angolana, bem como acertar porventura algum outro detalhe formal.</p>	<p>Importa que os cabindeses se revejam na progressiva evolução do modelo político de Angola em geral e do Enclave em particular, e que o consolidem, garantindo a sua constante e necessária participação democrática (médio/longo prazo).</p> <p><i>Para isso, torna-se, talvez, crucial o consenso entre as elites Cabindas, embora o seu perfil histórico queira demonstrar que está-se perante uma tese de difícil concretização.</i></p> <p>Talvez, seja necessário garantir a credibilidade ao FCD e sua liderança para tentar desempenhar algum papel julgado útil, nesse difícil processo, incluindo no da aplicação do EEC.</p> <p><i>O Acordo de 2006, deverá ser a referência para qualquer evolução do estatuto político de Cabinda (longo prazo).</i></p>	<p>Descentralização político-administrativa, jurídica, financeira e técnica, obedecendo aos princípios de gradualismo, diálogo e concertação (longo prazo).</p> <p>Para o efeito, parece importante definir as áreas de competência do Poder central e da Região autónoma, incluindo um sistema regional educacional (médio prazo).</p> <p>O modelo proposto deverá envolver e empenhar os cabindeses no processo de desenvolvimento da região e de melhoria das condições de vida – sobretudo as elites do território (curto prazo).</p> <p>Competirá ao Poder central promover o desenvolvimento económico, social e cultural de todo o País, de forma estrutural e global, fazendo desaparecer as desigualdades e as assimetrias produzidas ao longo da história.</p> <p><i>O modelo integrado concebido reforça a unidade, a identidade e a coesão nacional angolana e diminui a consciência da distância entre o enclave e o resto do território nacional.</i></p>

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir do estudo e análise de um vasto conjunto de fontes abertas e de análises de informadores qualificados.



## BIBLIOGRAFIA

### 1. Obras gerais

- ALBARELLO, Luc *et all.* (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- ALMOND, Gabriel e POWEL, G.B. (1965). *Political Culture and Political Development*. Princetown.
- ALMOND, Gabriel e POWEL, G.B. (1978). *Comparative Politics, Systems, Process and Policy*. Second Edition, Boston: Brown and Co.
- AMARAL, Diogo Freitas do (1990). *Ciência Política*. Vol. 1, Lisboa: Edição do Autor.
- AMARAL, Diogo Freitas do (1998). *História das Ideias Políticas*. Vol.1, Coimbra: Almedina.
- APTER, David (1961). *The Political Kingdom of Uganda*. Princeton: Princeton University Press.
- ARON, Raymond (1972), *Études Politiques*. Paris: Gallimard.
- BARATA, Óscar Soares (1986). *Introdução às Ciências Sociais*. 2.º Vol. Lisboa: Bertrand Editora.
- BARRETO, António (1994). «Autonomia Regional, Descentralização e Limites ao Poder Político: reflexões sobre o caso açoriano». In *Análise Social*, Vol. XXIX., 1.º-2.º. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BEAUFRE, André (1963). *Introduction à la Stratégie*. Paris : Libraire Armand Colin.
- BECK, Ulrich (1998a). *La Sociedad del Riesgo*. Barcelona: Paidós.
- BECK, Ulrich (1998b). *Qué es la Globalización?* Barcelona: Paidós.
- BECK, Ulrich (2000). *Modernização Reflexiva*. Oeiras: Celta Editora.
- BEMBE, Miguel Domingos (2012b). *O Terrorismo Transnacional - Sistematização do Fenómeno e Estratégias para o seu Combate*. 1.ª Edição, Luanda: Edições de Angola.
- BEMBE, Miguel Domingos (*et all.* 2013a). *O Estudo Científico da Ciência Política: Abordagens Epistemológicas e Metodológicas*. Cadernos de Ciências Sociais - Série Ciência Política, n.º 1. Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto.

- BEMBE, Miguel Domingos «Os Vectores da Construção da Nação Angolana e a Função do Estado». In *Mulemba-Revista Angolana de Ciências Sociais, FCS-UAN, Luanda, Vol. III, n.º 6, Novembro de 2013c, 401: 167-183.*
- BESSA, António Marques (1993). *Quem Governa? Uma análise histórico-política do tema da Elite.* Originalmente Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: ISCSP/UTL.
- BESSA, António Marques (1996). *A Arte de Governar: Ensaio sobre Classe Dirigente e Fórmula Política.* Lisboa: ISCSP/UTL.
- BESSA, António Marques (2012). *O Olhar de Leviathan: Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos.* 2.<sup>a</sup> Edição Revista e Ampliada. Lisboa: UAL.
- BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira (2002). *Introdução à Ciência Política: Ideologias, Regimes Políticos e Ordem Internacional.* Vol. III. Lisboa: Verbo.
- BILHIM, João (2004). *A governação nas Autarquias Locais.* Sociedade Portuguesa de Inovação, Lisboa: Principia.
- BINNINGSBO, Helga Malmin. «Power-Sharing, Peace and Democracy: Any obvious relationships?». In *International Area Studies Review*, March 2013, n.º 16: 89-112.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *O poder simbólico.* Lisboa: Difel.
- BURNS, Tom R. (2004). «O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política – desafios e dilemas», In *Democracia - Novos desafios e Novos horizontes.* Oeiras: Celta Editora, 308: 123-185.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes (2004). *Tópicos de Direito Constitucional* (policopiados). Coimbra.
- CAUPERS, João (1994). *Administração Periférica do Estado.* Estudo de Ciência da Administração. Lisboa: Editorial Notícias, Aequitas.
- CESPI, Franco (1997). *Manual de Sociologia da Cultura.* 1.<sup>a</sup> Edição, Lisboa: Editorial Estampa.
- COLEMAN, James (1969). «A política da África subsariana». In *A política das áreas em desenvolvimento.* Gabriel Almond e James Coleman (Coord.), Rio de Janeiro: Livraria F. Bastos, pp. 239-251.
- CONCEIÇÃO, Lourenço Mendes da (1963). *Problemas do distrito de Cabinda.* 1761, Imprensa Nacional de Angola. Luanda.
- CUNHA, Joaquim Moreira da Silva (1992). *O problema de Cabinda: Subsídios para a sua interpretação.* In *Revista Africana.* N.º 11 – OUT. Centro de Estudos Africanos. Universidade Portucalense. Porto. 5/9 pp.

- DABROWSKI, Marek e World Bank (1996). *Different strategies of transition to a market economy*. How do they work in practice? Policy Research. Department, Transition Economics Division. Washington, Working Paper 1579.
- DAHL, Robert A. (1989). *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.
- DAVID, Isabel (2008). *Do Federalismo à Federação ou Inconciliabilidade entre Pensamento e Acção*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- DE TOCQUEVILLE, Alexis (1835 e 1840). *De la Démocratie en Amérique I*. 1.<sup>a</sup> parte, Capítulo VIII.
- DEUTSCH, Karl (1963). *The Nerves of Government: Models of Political Communication and Control*. New York: Free Press.
- DIAS, Abel António Ponciano da Piedade (1967). *Alguns aspectos histórico-políticos e administrativos de Cabinda até 1910*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- DIECKHOFF, Alain (2001). *A Nação em todos os seus Estados*. As identidades nacionais em movimento. Lisboa: Instituto Jean Piaget.
- DION, Stéphane (1994). «Le Fédéralisme Fortement Asymétrique: Improbable et Indésirable». In F. Leslie Seidle. Montréal: Institut de Recherche en Politiques Publiques.
- DONGEN, Irène S. Van (1962). *La Vie Économique et les Ports de L'Enclave de Cabinda*. In *Revue Les Cahiers d'Outre-mer*. Tome XV. Pp. 5-24.
- DOUGHERTY, James E. e PHALTZGRAFF, Robert (2003). *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. 1.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Gradiva.
- DUBIER, Georges (1978). *Le Principe du Droit des Peuples à l'Autodétermination: Cas du Cabinda*. *Dissertação da Licenciatura*. Faculté de Droit et des Sciences Économiques. Section: Science Politique. Université de Yaoundé. Camarões.
- EASTERLY, William e LEVINE, Ross (1997). *Africa's Growth Tragedy*. Policies and Ethnic Divisions. The Quarterly Journal of Economics. Washington, D.C.
- EASTON, David (1953). *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*. New York: Alfred A. Knopf.
- ELAZAR, Daniel J. (1991). *Exploring Federalism*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press.
- ELAZAR, Daniel J. (1998). *Constitutionalizing Globalization: The Postmodern Revival of Confederal Arrangements*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- FERNANDES, António José. (2008). *Introdução à Ciência Política*. Teorias, métodos e temática. Porto: Porto Editora.

- FERNANDES, António Teixeira (1996). *Poder Autárquico e Poder Regional*. III Jornadas de Estudos Norte de Portugal – Aquitânia sobre ‘Poder Regional – Mitos e Realidades’. 1.<sup>a</sup> Edição, Porto: Publicações da Universidade do Porto.
- FERNANDES, António Teixeira. «Democracia, descentralização e cidadania». In *Democracia – Novos desafios e novos horizontes*. Novembro de 2004, Celta: Oeiras, 308: 35-84.
- FERNANDES, António Teixeira. «Poder Local e Democracia». *Comunicação apresentada ao II Congresso Português de Sociologia, Fundação Calouste Gulbenkian*, 5 a 7 de Fevereiro de 1992. Lisboa.
- GIDDENS, Anthony (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- GINSBORG, Paul (2008). *A democracia que não há*. Que fazer para proteger o bem político mais precioso dos nossos tempos? Lisboa: Editorial Teorema.
- GRAÇA, Pedro Borges (2005). *A construção da nação em África*. Ambivalência cultural de Moçambique. Coimbra: Almedina.
- GRÉMION, Pierre (1976). *Le Pouvoir Périphérique*. Paris: Seuil.
- GUEDES, Armando M. Marques (1978). *Ideologias e Sistemas Políticos*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- GUEDES, Armando Marques (2000). «As guerras culturais, a soberania e a globalização». In *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, 51: 165-162, Lisboa.
- GUEDES, Armando Marques (2011). «Performative Political Power Repertoires and Shifting Waters», In the East-Timorese, *Semi-Presidentialist’ System of Government*, in (eds.) Nuno Canas Mendes and André Saramago, *Dimensions of State-Building*: 89-111, Lisboa: ISCSP/UTL.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2006). *Participação e Acção Colectiva: interesse, conflitos e consensos*. 1.<sup>a</sup> Edição, Lisboa: Editorial Principia.
- HERCULANO, Alexandre (1983). *História de Portugal*. Tomo I, Lisboa: Bertrand.
- JENNINGS, Ivor (1956). *The Approach to Self-Government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KAJINGA, Victor (2009). «Democracia e Dimensão Cultural de Desenvolvimento: Uma reflexão sociológica sobre o caso africano». In *Revista Angolana de Sociologia*, n.º 3, Pp. 65-72.
- KING, Preston (1980). *O Estudo da Política (Colectânea de palestras inaugurais)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- KISSINGER, Henry (2003a). *Anos de Renovação*. 1.<sup>a</sup> Edição, Lisboa: Gradiva – Publicações.
- KISSINGER, Henry (2003b). *Precisará A América de Uma Política Externa? Uma Diplomacia para o Século XXI*. 1.<sup>a</sup> Edição, Lisboa: Gradiva – Publicações.
- LARA, António de Sousa (1987). *A Subversão do Estado*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- LARA, António de Sousa (2000). *Colonização Moderna e Descolonização: Sumários para o Estudo da sua História*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- LARA, António de Sousa (2002). *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- LARA, António de Sousa (2007). *Ciência Política: Estudos da Ordem e da Subversão*. 4.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: ISCSP/UTL.
- LECLERQ, Claude (1997). *L'État Fédéral*. Paris: Dalloz.
- LESSARD-HEBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gérald (1994). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Jean Piaget.
- LIJPHART, Arend (1968). *The Politics of Accommodation: Pluralism and Democracy in the Netherlands*. Berkeley: University of California Press.
- LIJPHART, Arend (1977). *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven. London: Yale University Press.
- LIJPHART, Arend (1984). *Democracies. Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*. New Haven. London: Yale University Press.
- LIJPHART, Arend (1989). «The Power-Sharing Approach». In (ed.) J. Montville, *Conflict and Peacemaking in Multiethnic Societies*: 93-106, The Free Press.
- LIJPHART, Arend e HOTTINGER, Julian Thomas (Coord. 1977). «Dossier les Démocraties Consociatives : Changement et Continuité dans la Théorie Consociative». In *Revue Internationale de Politique Comparée*. Vol. 4, n.º 3.
- LUHMANN, Niklas (1985). *Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- MALTEZ, José Adelino (1994). *Sobre a Ciência Política*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- MALTEZ, José Adelino (2007). *Metodologias da Ciência Política: o Estado à procura do político*. Relatório das provas de agregação apresentado em 1996. Lisboa: ISCSP/UTL.
- MARTINS, Manuel Meirinho (2004). *Participação Política e Democracia: O Caso Português (1976-2000)*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, Lisboa: ISCSP-UTL.
- MARTINS, Manuel Meirinho (2010). *Cidadania e Participação Política: Temas e perspectivas de análise*. Colecção Manuais Pedagógicas, Lisboa: ISCSP-UTL.

- MAUZY, Diane (1993). *Malay political hegemony and coercive consociationalism*. In (eds.) J. McGarry e B. O'Leary, *The Politics of Ethnic Conflict Regulation*: 106-127, Routledge, London.
- MCRAE, Kenneth (1989). *Theories of Power-Sharing*. In (ed.) J. Montville: 491-510.
- MOON, Sun Myung (1979). *Nova Esperança*. Associação para a Unificação do Cristianismo Mundial, Coimbra - Portugal.
- MOON, Sun Myung (1990). *O Princípio: Síntese Geral (Nível 4)*. Associação do Espírito Santo para a Unificação do Cristianismo Mundial, Sintra - Portugal.
- MOON, Sun Myung (2004). *Discursos para Hoon Dok Hae*. Federação da Família para a Paz Mundial e Unificação, Tercena-Barcarena, Portugal.
- MOREIRA, Adriano (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. 4.<sup>a</sup> Edição, Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, Adriano (2009). *Ciência Política*. 4.<sup>a</sup> Edição, Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, Carlos Diogo (2007). *Pátria, Identidade e Nação*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- MOREIRA, Carlos Diogo (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- NOEL, S. J. R. (1993). *Canadian responses to Ethnic Conflict: consociationalism, federalism and control*. In (eds.) J. McGarry e B. O'Leary *The Politics of Ethnic Conflict Regulation*: 41-62, London: Routledge.
- PINTO, Ricardo Leite *et al.* (2009). *Ciência Política e Direito Constitucional: Teoria geral do Estado, Formas de Governo, Eleições e Partidos Políticos*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- PORTA, Donatella Della (2003). *Introdução à Ciência Política*. 1.<sup>a</sup> Edição, Lisboa: Editorial Estampa.
- QUIVY Raymond e CAMPENHOUDT, Lucvan (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RESTITUTO, Sierra Bravo (2005). *Técnicas de investigación Social. Teoria e ejercicios*. Ed. 14, Madrid: Thomson.
- RIBEIRO, António Ribeiro (1998). *Planeamento da Acção Estratégica Aplicado ao Estado*. Lisboa: Editorial Minerva.
- RIBEIRO, António Silva (2010). *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar: Modelo de Elaboração*. Revista Segurança & Defesa. Lisboa: Diário Bordo.
- ROMANA, Heitor Barras (1997). *São Tomé e Príncipe - Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Originalmente Tese de Mestrado em Estudos Africanos. Lisboa: ISCSP/UTL.

- ROMANA, Heitor Barras (2005). *República Popular da China: A Sede do Poder Estratégico (Mecanismos do Processo de Decisão)*. Coimbra: Almedina.
- ROQUE, Fátima Moura (2005). «A Erradicação da Pobreza e a Transformação Sustentada na Era da Mundialização». In *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*, Coimbra: Almedina, 262: 17-103.
- SCHNECKENER, Ulrich. «Making Power-Sharing Work: Lessons from Successes and Failures in Ethnic Conflict Regulation», In *Journal of Peace Research*, March 2002, n.º 39, 2: 203-228.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard (1979). *Sociologia Política: Elementos de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Difel.
- SETAS, António (2007). *História do Reino do Kongo*. Ed. Nzila. Luanda: Col. Ensaio - 47.
- SIDJANSKI, Dusan, (1956). *Fédéralisme Amphictyonique: Éléments de Système et Tendance Internationale*. Paris Lausanne: Pedone F. Rouge.
- SURVIT-BANGUKA (2005). «*Les Tutsi ne sont pas une minorité*», disponível no site ([www.tutsi.org](http://www.tutsi.org), [11.09.2013]).
- TAP, Pierre (1986). *Introduction a Identités Collectives et Changements Sociaux*. Toulouse: Privat.
- TOURAINÉ, Alain. «Les deux faces de l'identité». In *Identités Collectives et Changements Sociaux (Sciences de l'Homme)*. Toulouse, 1986.
- VANDEGINSTE, S. et HUYSE, L. (1999). «Approches Consociatives dans le contexte du Rwanda», in Marysse, S. et Reyntjens, F. (eds.), *L'Afrique des Grands Lacs. Annuaire 1998-1999*, Paris: L'Harmattan.
- WEBER, Max (1964). *Economia y Sociedad*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica
- WILSON, A. Jeyaratnam (1993). *Ethnic strife in Sri Lanka: the politics of space*. In (ed.) J. Coakley. Frank Cass & Co., 144-169.
- ZIPELLIUS, Reinhold (1997). *Teoria Geral do Estado*. Lisboa: 3.ª Edição.

## 2. Obras específicas

- «*A Independência de Cabinda*». Obra opócrita de um jurista francês. Edição Literal. Queluz. Lisboa, 1977.

- ASSIS E COSTA, Ilonka Dilvanio de (2010). *O Processo Político Angolano desde o início da Guerra colonial*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- BANDEIRA, Visconde de Sá da (1885). Factos e Considerações relativas aos Direitos de Portugal sobre os Territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz e mais lugares da Costa Ocidental da África situada entre o 5.º Grau 12 Minutos e o 8.º Grau de Latitude Austral. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BARATA, Filipe José Freire Themudo – «Cabinda: Grande Realidade de Angola Moderna». In *Ultramar - Nova*, Série, ano II, nº 5/ 6 (3º/4º trimestres de 1973), Lisboa, pp. 177-190.
- BARROS, Ana Margarida (2002). *Da Sucessão de Estados Quanto aos Tratados: O Caso do Enclave de Cabinda*. Lisboa.
- BEMBE, Miguel Domingos (2009). *A Questão de Cabinda - Uma Análise Sócio-Política*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (Especialização em Estratégia). Lisboa: ISCSP/UTL.
- BEMBE, Miguel Domingos (2013b). *A Questão de Cabinda - Uma Visão Estratégica (Evolução da Situação e Cenários de Futuro)*. Vol. 1, 1ª Edição, Luanda: Edições de Angola.
- BEMBE, Miguel Domingos, «Análise do Processo de Paz no Enclave de Cabinda». In *Cadernos de Estudos Africanos*, ISCTE/Lisboa, n.º 20, 2011a, JAN/JUN, 161: 27-54.
- BEMBE, Miguel Domingos, «O Estado e o Poder Tradicional em Angola». In *Mulemba-Revista Angolana de Ciências Sociais*, FCS/UAN, Luanda, Volume I, n.º 2, Outubro de 2011b, 173: 9-27.
- BEMBE, Miguel Domingos, «Poder Local e Democracia em Angola: Oportunidades e Desafios». In *Mulemba-Revista Angolana de Ciências Sociais*, FCS-UAN, Luanda, Vol. II, n.º 3, Maio de 2012a, 184: 35-57.
- CARVALHO, Paulo de; KAJIBANGA, Victor; e ANDRADE, Mário Pinto de (2006). «Poder político e sistema de governo em Angola». Luanda: Fundação Friedrich Ebert.
- FEIJÓ, Carlos (2001). *Problemas Actuais de Direito Público Angolano*. Contributos para a sua compreensão. 1ª Edição, Lisboa: Editorial Principia.
- FEIJÓ, Carlos (2012). *A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana*. Coimbra: Almedina.
- FEIJÓ, Carlos e FERREIRA, Rui (1994). *Estudo geral sobre a organização territorial do Poder em Angola*. Luanda.



- GUEDES, Armando Marques (2005). *Sociedade Civil e Estado em Angola*. O Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ao outro? Coimbra: Almedina.
- GUEDES, Armando Marques *et al.* (2003). *Pluralismo e Legitimação*. A Edificação Jurídica Pós-Colonial de Angola. Coimbra: Almedina.
- GUEDES, Armando Marques *et al.* (2007). *State and Traditional Law in Angola and Mozambique*. Coimbra: Almedina.
- JANUÁRIO, Visconde de São e BOCAGE, Barbosa du (1884). «Memorandum». In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 102ª. JAN-JUN. Lisboa.
- LUEMBA, Francisco (2008). *O problema de Cabinda Exposto e Assumido à Luz da Verdade e da Justiça*. Porto: Papiro Editora.
- MANGOVO, Patrício Munengo (2012). *ANGOLA: Governação Local e Estatuto Especial da Província de Cabinda*. Dissertação de mestrado em Ciência Política - Cidadania e governação. Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- MARTIN, Phyllis M (1985). «Cabinda e os seus naturais: alguns aspectos de uma sociedade marítima africana». In *Revista Internacional de Estudos Africanos*. I.I.C.T./C.E.A.A. 3, Jan.-Dez. Lisboa.
- MARTIN, Phyllis M. (1977). «The Cabinda Connection: an historical perspective». In *African Affairs*. London. Pp. 47-59.
- MARTINS, Joaquim (1972). *Cabindas: História, Crença, Usos e Costumes*. Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Cabinda. Cabinda – Angola.
- MILANDO, João (2013). *Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda-Angola*. Luanda: Mayamba Editora e Imprensa Nacional.
- MIRANDA, Jorge (1990). *Funções, Órgãos e Actos do Estado*. Lisboa.
- MORAIS, Carlos Blanco (1998). *O Direito à Auto Determinação dos Povos: o Estatuto Jurídico do Enclave de Cabinda*. Lisboa: Edições da Universidade Lusíada.
- MOREIRA, Adriano (2004). «A questão de Cabinda». In *Relatório do Workshop sobre História, Cultura de Cabinda e Imigração, Liberdade e Direitos Humanos*. Setembro de 2004. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- NETO, Agostinho (1980). *Ainda o Meu Sonho*. Discursos sobre a cultura nacional. União dos Escritores Angolanos. Lisboa: Edições 70.
- PACHECO, António (2001). «Cabinda só existe quando há raptos». In *Rádio Renascença*. Lisboa.

- PEREIRA, Virgílio Ferreira de Fontes (1997). *Poder Local: da imprecisão conceptual à certeza da sua evolução em Angola (Contributos para a hipótese de um modelo)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- PIÇARRA, António (2007). «Capitania à espera de meios para vigilância marítima». In *Revista Ngonje* (Informação Trimestral de Cabinda), Nº 10 Ano 05 ABR-JUN 2007.
- RIBEIRO, Avelino Alves (1995). *Cabinda: Direito a independência? O Etno-nacionalismo e o princípio da autodeterminação em questão*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Porto: Universidade Portucalense.
- RON, Tamar (2004). *A Floresta do Maiombe em Cabinda: esforços para conservação*. In *Workshop - A conservação da biodiversidade na Província de Cabinda*. Governo Provincial de Cabinda. 10NOV04.
- SILVA, João de Matos e (1904). *Contribuição para o estudo da Região de Cabinda*. Lisboa: Edição Sociedade de Geografia de Lisboa.
- TATI, Raúl (2013). *CABINDA – Percorso histórico de uma Igreja entre Deus e César (1975-2012)*. 1.<sup>a</sup> Edição, Cascais: Princípia Editora.

### 3. Legislação ou normas

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA de 5 de Fevereiro de 2010. *Diário da República n.º 23 - I Série*. Luanda: Assembleia Nacional. Pp. 141-187.
- DECRETO EXECUTIVO n.º 202/08 de 23 de Setembro. *Diário da República n.º 178 – I Série*. Luanda: Ministério da Administração do Território. «Aprova novos Estatutos Orgânicos do Governo da Província de Cabinda e das Administrações dos Municípios de Cabinda, do Cacongo, de Belize e do Buco-Zau».
- DECRETO LEGISLATIVO PRESIDENCIAL n.º 5/12 de 15 de Outubro «aprova a Organização e Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República».
- DECRETO PRESIDENCIAL n.º 20/08, de 12 de Setembro. *Diário da República n.º 172 - I Série*. Luanda: Presidência da República. «Aprova o Estatuto Orgânico do Gabinete do Ministro Sem Pasta». Pp. 5.
- DECRETO-LEI n.º 2/07, de 3 de Janeiro, Estabelece princípios e normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado. *Diário da República I Série Nº 2*, Luanda: Conselho de Ministros.

DECRETO-LEI n.º 1/07 de 2 de Janeiro. *Diário da República nº 1 - I Série*. Luanda: Conselho de Ministros. «Aprova o Estatuto Especial para a Província de Cabinda». Pp. 513-536.

DECRETO-LEI n.º 6/06, de 20 de Dezembro. *Diário da República nº 153 - I Série*. Luanda: Conselho de Ministros. «Aprova o Regime Aduaneiro e Portuário Especial para a Província de Cabinda». Pp. 2413-2414.

LEI n.º 11/08, de 31 de Dezembro. *Diário da República nº 246 - I Série*. Luanda: Assembleia Nacional. «Aprova o *Plano Nacional 2009* concebido no âmbito do *Programa de Governo 2009-2012*».

LEI ORGÂNICA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS, n.º 2066 de 27 de Junho de 1953. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1959.

RESOLUÇÃO n.º 109/2007, de 28 de Dezembro. *Diário da República nº 36 - I Série*. Luanda: Assembleia Nacional. Pp. 497-509. «Aprova o Programa Especial para o ano de 2007 para a Província de Cabinda, inserido no Programa de Investimento Público do Biénio 2007-2008».

RESOLUÇÃO n.º 27-A/06 de 16 de Agosto. *Diário da República nº 99 - I Série*. Luanda: Assembleia Nacional. «Autoriza o Presidente da República de Angola a fazer a Paz nos termos do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda». Pp. 1624(46) -1624(1).

RESOLUÇÃO n.º 27-B/06 de 16 de Agosto. *Diário da República nº 99 - I Série*. Luanda: Assembleia Nacional. «Aprova o Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda». Pp. 1624(1) - 1624(46).

#### **4. Documentos ou Relatórios**

Acta do National Security Council Meeting (ANSCM) sobre Angola incluindo Cabinda. *Gabinet Room, The White House*. (27 de Junho de 1975). File 2999, *declassified*, E.O. 12958. Sec. 3.6. Washington, D.C. Pp. 1-8.

Comunicado conjunto do Encontro entre o Governo da República de Angola e o Fórum Cabindês para o Diálogo. Definição da agenda para a Paz na Província de Cabinda. *Gabinete do Porta-voz do Presidente da República de Angola*. (25 de Junho de 2006). Chicamba, Cabinda - Angola. Pp. 1-4.

- Contraproposta do Fórum Cabindês para o Diálogo à Proposta do Governo da República de Angola para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda. *Fórum Cabindês para o Diálogo*. (12 de Junho de 2006). Cabinda. Pp. 1-37.
- Convite do Governo da República Popular de Angola aos líderes da FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda e outras sensibilidades de Cabinda. *Ministério das Relações Exteriores*. (15 de Julho de 1992). Luanda. p. 1.
- Correspondência entre o Governo da República de Angola e o Governo do Reino da Holanda sobre Cabinda. *Ministérios das Relações Exteriores de Angola e dos Negócios Estrangeiros da Holanda*. (07 de Novembro de 2005). Luanda. Pp. 1-2.
- Correspondência entre o Presidente da República de Angola e o Presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo. *Presidência da República Popular de Angola*. (09 de Fevereiro de 2006). Luanda. p. 1.
- Correspondência entre o Presidente da República Popular de Angola e o líder da FLEC/FAC. *Presidência da República Popular de Angola*. (04 de Maio de 1992). Luanda. Pp. 1-3.
- Declaração do Governo da República de Angola para a Paz e Reconciliação Nacional. Agenda para o fim da guerra-civil em Angola. *Governo de Unidade e Reconciliação Nacional da República de Angola*. (13 de Março de 2002). Luanda. Pp. 1-3.
- Documento Constitutivo do Fórum Cabindês para o Diálogo. *Conferência Inter-Cabindesa*. (23 a 29 de Agosto de 2004). Emmaus, Helvoirt, Holanda. Pp. 1-10.
- Grémio das Madeiras do Distrito de Cabinda - Relatório de 1968.
- Memorando: Menção a Cabinda e ao seu Estatuto Especial na nova Constituição da República de Angola. *Fórum Cabindês para o Diálogo*. (09 de Novembro de 2009). Luanda. Pp. 1-13.
- Proposta do Governo da República de Angola para a Paz e Reconciliação na Província de Cabinda. *Governo da República de Angola*. (02 de Março de 2006). Luanda. Pp. 1-15.

## 5. Fontes informáticas

- ALEXANDRINO José de Melo (9 de Agosto de 2010). «O poder local na Constituição da República de Angola: os princípios fundamentais». *Portal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*,

(<http://www.fd.ul.pt/LinkClick.aspx?fileticket=2VsvLu7hDt0%3D&tabid=331>,  
[18.01.2012]).

ALTHUSIUS, Johannes (1603). *Politica Methodice Digesta*. Illustrated with Sacred and Profane Examples. Disponível no site The Constitution Society:  
(<http://www.constitution.org/alth/alth.htm>, [06.09.2013]).

BEMBE, António Bento to UNPO: «The Peace Process in Cabinda Must and Will Continue», *Unrepresented Nations and Peoples Organization*, Disponível no  
(<http://www.unpo.org/article/3070>, [18.09.2013]).

COMUNICADO DO GOVERNO DOS EUA SOBRE O PROCESSO DE PAZ DE CABINDA (01AGO2006). *Comunicado de Imprensa Disponível no site da Embaixada dos Estados Unidos em Angola*:  
(<http://angola.usembassy.gov/archive8012008.html>, [07.09.2013]).

DADOS DEMOGRÁFICOS E GEOGRÁFICOS DA PROVÍNCIA DE CABINDA. Revista *Ngonje* (propriedade do Governo da Província de Cabinda), *Informação Trimestral de Cabinda*, Nº 10, Ano 05, Abril-Junho 2007, Pp. 36-37  
([http://www.gpcabinda.com/ngonge/ngonge\\_ed10.pdf](http://www.gpcabinda.com/ngonge/ngonge_ed10.pdf) [25-05-2010]).

DECLARAÇÃO DE BISSAU (17JUL2006). *Disponível no site da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*:  
([http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcpplp%2FCCEG%2FVI\\_CCEG%2FDECLARA%EF%BF%BD%EF%BF%BDO\\_DE\\_BISSAU.pdf](http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcpplp%2FCCEG%2FVI_CCEG%2FDECLARA%EF%BF%BD%EF%BF%BDO_DE_BISSAU.pdf), [07.09.2013]).

GOVERNADOR DE CABINDA reúne-se com autoridades tradicionais. *ANGOP, Agência Angola Press*,  
([http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/sociedade/2010/2/13/Governador-Cabinda-reune-com-autoridades-tradicionais,a95395cd-24e9-468b-b544-ea72177e2739.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2010/2/13/Governador-Cabinda-reune-com-autoridades-tradicionais,a95395cd-24e9-468b-b544-ea72177e2739.html), [31.03.2010]).

GOVERNO DE LUANDA MANTÉM DOMÍNIO SOBRE CABINDA A ‘FERRO E FOGO’ (23 de Agosto de 2010). *Jornal O PAÍS*  
(<http://www.opais.co.mz/index.php/internacional/56-internacional/8895-governo-de-luanda-mantem-dominio-sobre-cabinda-a-ferro-e-fogo.html>, [20.09.2013]).

GUERREIRO, Eugénio (15 de Agosto de 2012). «O peso do poder tradicional e o Direito positivo angolano»:  
[http://jornaldeangola.sapo.ao/19/46/o\\_peso\\_do\\_poder\\_tradicional\\_e\\_o\\_direito\\_positivo\\_angolano](http://jornaldeangola.sapo.ao/19/46/o_peso_do_poder_tradicional_e_o_direito_positivo_angolano), consultado em Lisboa, 16.02.2013.

INDEPENDENTISTAS DE CABINDA ANUNCIAM FIM DA LUTA ARMADA EM

TROCA DE AUTONOMIA (01 de Maio de 2013). *SIC Notícias & LUSA*

(<http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2013/05/01/independentistas-de-cabinda-anunciam-fim-da-luta-armada-em-troca-de-autonomia>, [20.09.2013]).

PROGRAMA DE GOVERNO: Estabilidade e Desenvolvimento - Eleições 2008, disponível

no site, *PRS - Partido de Renovação Social* ([http://www.prs-](http://www.prs-angola.com/prs.html?id=101:programa-de-governo-eleicoes-2008)

[angola.com/prs.html?id=101:programa-de-governo-eleicoes-2008](http://www.prs-angola.com/prs.html?id=101:programa-de-governo-eleicoes-2008), [12.09.2013]).

RECURSOS NATURAIS (S/D). Publicado no site da *Embaixada de Angola na República*

*Helénica* (<http://www.angolanembassy.gr/Portugues/RECURSOS.htm>, [20.09.2013]).

SAMAKUVA, Isaías (18-04-2008). Relatos de violações de direitos humanos em Cabinda

são constantes – UNITA. RTP, Rádio Televisão Portuguesa

(<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=340741&visual=26&rss=0> [20-12-2009]).

SANTOS, José Eduardo dos (20 de Agosto de 2012). Discurso pronunciado, em Cabinda, no

âmbito da campanha eleitoral. *Portal Agência Angola Press*

([http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/portal/discursos-dos-](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/discursos-dos-presidentes/discursos/2012/7/34/Discurso-pronunciado-provincia-Cabinda,accaa557-4ae1-4a59-afb4-1c375425e7d1.html)

[presidentes/discursos/2012/7/34/Discurso-pronunciado-provincia-Cabinda,accaa557-4ae1-4a59-afb4-1c375425e7d1.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/discursos-dos-presidentes/discursos/2012/7/34/Discurso-pronunciado-provincia-Cabinda,accaa557-4ae1-4a59-afb4-1c375425e7d1.html), [20.08.2012]).

SANTOS, José Eduardo dos (26 de Fevereiro de 2002). Entrevista realizada em Washington

(EUA), Rádio Voz da América (VOA). *Página da Embaixada da República de Angola*

*em Portugal* ([http://www.embaixadadeangola.org/not\\_2002/not16.htm](http://www.embaixadadeangola.org/not_2002/not16.htm) [15-04-2002]).

**ANEXOS**

## Anexo 01: Posição Geopolítica da República de Angola



Fonte: World Atlas: Microsoft MapPoint 2009.



## Anexo 02: Divisão Política e Administrativa de Angola.



**Fonte:** Mapa produzido pela U.S. Central Intelligence Agency (Cfr. University of Texas Library. In *PCL Map Collection*. 1990).

### Anexo 03: Condição geopolítica do Enclave de Cabinda



**Fonte:** World Atlas – MSN Encarta: Microsoft MapPoint 2009.

## **Anexo 4: Decreto-Lei sobre o Estatuto Especial para a Província de Cabinda**

### **CONSELHO DE MINISTROS**

#### **Decreto-Lei n.º 1/07, de 2 de Janeiro,**

publicado no Diário da República N.º 1, 1.ª Série, Pp. 513-536

Considerando a necessidade da aprovação do Estatuto Especial para a Província de Cabinda estabelecido nos termos do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na Província;

Havendo necessidade de se estabelecer as bases gerais do modo de organização, competências, funcionamento e poder regulamentar da administração local do Estado nesta província, tendo em conta as suas especificidades e a perspectiva da sua mais conveniente integração no espaço nacional reconhecidos no referido memorando;

Nestes termos, no uso da autorização legislativa concedida pela Assembleia Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 90.º da Lei Constitucional através da sua Resolução n.º 27-B/06, de 10 de Agosto e ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 111.º e do artigo 113.º da mesma lei, o Governo aprova o seguinte:

### **DECRETO-LEI SOBRE O ESTATUTO ESPECIAL PARA A PROVÍNCIA DE CABINDA**

#### **TÍTULO I**

#### **Princípios Gerais sobre o Estatuto Especial da Província de Cabinda**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Província de Cabinda**

#### **ARTIGO 1.º**

#### **(Cabinda)**

Cabinda, Província da República de Angola, integra a divisão político-administrativa do País, nos termos da Lei Constitucional e demais legislação em vigor.

## **CAPÍTULO II**

### **Objecto, Âmbito e Princípios**

#### **ARTIGO 2.º**

##### **(Objecto)**

**1.** O Estatuto Especial da Província de Cabinda estabelece as bases gerais do modo de organização, competências, funcionamento e poder regulamentar da administração do Estado nesta província.

**2.** O Estatuto Especial da Província de Cabinda tem por fim assegurar o desenvolvimento da província na perspectiva da sua mais conveniente integração no espaço nacional, respeitando o princípio do fortalecimento dos laços de fraternidade e solidariedade entre todas as populações angolanas, da unidade nacional, da defesa da soberania do Estado e da integridade territorial da República de Angola.

#### **ARTIGO 3.º**

##### **(Âmbito)**

O Estatuto Especial da Província de Cabinda é de âmbito político-administrativo e decorre da especificidade histórico-geográfica e cultural da província.

#### **ARTIGO 4.º**

##### **(Princípios)**

**1.** O Estatuto Especial da Província de Cabinda rege-se pelo princípio do respeito pela Lei Constitucional e demais legislação em vigor na República de Angola e pela especificidade da província.

**2.** A organização e o funcionamento da administração do Estado na Província de Cabinda regem-se pelos princípios da desconcentração e descentralização administrativas, legalidade, diferenciação, transferência de recursos, participação e colegialidade.

**3.** Para efeitos do presente diploma, entende-se por:

- a)** *desconcentração administrativa*, o processo administrativo através do qual um órgão da administração central do Estado transfere poderes a outro órgão da administração local do Estado;
- b)** *descentralização administrativa*, processo administrativo através do qual o Estado procede à transferência de atribuições para outras pessoas colectivas de nível territorial;

- c) *legalidade*, a obrigatoriedade dos órgãos da administração local do Estado conformarem as suas actividades à Lei Constitucional;
- d) *diferenciação*, a organização e o funcionamento dos órgãos da administração local do Estado podem estar sujeitos a modelos diferenciados, de acordo com a especificidade do desenvolvimento político, económico, social, cultural e demográfico das circunscrições territoriais, sem prejuízo da unidade da acção governativa e da boa administração;
- e) *transferência de recursos*, o processo que assegura que a desconcentração seja acompanhada da correspondente transferência dos meios humanos, recursos financeiros e de património adequado ao desempenho da função desconcentrada;
- f) *transitoriedade*, o modelo de organização da administração local do Estado, previsto no presente diploma, deve ser gradualmente ajustado em função da institucionalização da administração autárquica, em condições a definir na lei;
- g) *participação e colegialidade*, incentivam os administrados na solução dos problemas locais, bem como aproxima os serviços públicos às populações, de modo a garantir a celeridade, a desburocratização e a adequação das decisões à realidade.

### **CAPÍTULO III**

#### **Administração do Estado na Província de Cabinda**

##### **ARTIGO 5.º**

###### **(Divisão político-administrativa de Cabinda)**

O território da Província de Cabinda, para efeitos de administração local do Estado, divide-se em municípios, comunas, bairros ou povoações.

##### **ARTIGO 6.º**

###### **(Órgãos da administração local do Estado)**

1. Os órgãos da administração local do Estado na Província de Cabinda constituem os órgãos do Governo da Província e subdividem-se em órgãos colegiais e órgãos singulares.

2. São órgãos colegiais:

- a) o Governo da Província;
- b) a Administração do Município;
- c) a Administração da Comuna.

**3. São órgãos singulares:**

- a)** o Governador da Província;
- b)** o Administrador do Município;
- c)** o Administrador da Comuna.

## **TÍTULO II**

### **Governo da Província de Cabinda**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Definição e Direcção Superior**

###### **ARTIGO 7.º**

###### **(Definição)**

O Governo da Província de Cabinda é o órgão superior da administração do Estado na província.

###### **ARTIGO 8.º**

###### **(Direcção superior)**

O Governo da Província de Cabinda, no exercício das suas atribuições e competências, responde perante o Conselho de Ministros sendo acompanhado pelo Ministério da Administração do Território.

###### **ARTIGO 9.º**

###### **(Audição prévia)**

O Governo da Província de Cabinda deve ser previamente ouvido pelo Governo Central sempre que este pretenda adoptar medidas de natureza administrativa, económico-social e legal com especificidade provincial.



## **CAPÍTULO II**

### **Objectivos e Atribuições Especiais**

#### **ARTIGO 10.º**

##### **(Objectivos)**

O Governo da Província de Cabinda tem como objectivo o desenvolvimento da província e do País, mediante a realização de tarefas e programas de interesse local e nacional, com observância da Lei Constitucional, das deliberações da Assembleia Nacional e do Governo Central.

#### **ARTIGO 11.º**

##### **(Atribuições especiais)**

O Governo da Província de Cabinda tem por atribuições promover e orientar o desenvolvimento administrativo, económico e social da província, com base nas deliberações e opções do Governo Central e assegurar a prestação dos serviços comunitários locais.

## **CAPÍTULO III**

### **Competências Especiais de Âmbito Geral e Específico**

#### **SECÇÃO I**

##### **Competência Especial de Âmbito Geral**

#### **ARTIGO 12.º**

##### **(Competências especiais no domínio político-administrativo e institucional)**

São competências especiais no domínio político-administrativo e institucional do Governo da Província de Cabinda as seguintes:

- a)** realizar a governação da província, defendendo o cumprimento da Lei Constitucional e demais legislação em vigor;
- b)** assegurar a efectividade dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- c)** garantir, nos termos legais e no quadro da orientação geral do Governo Central, o desenvolvimento da província, a satisfação das necessidades colectivas, o bem-estar e justiça social;

- d)** representar o Governo Central a nível da província;
- e)** elaborar e aprovar o Programa do Governo da Província, o Orçamento, o Plano Anual de Actividades e submetê-los à ratificação do Governo Central;
- f)** coordenar o Programa do Governo da Província, o Orçamento e o Plano Anual de Actividades, velando pela sua boa execução;
- g)** elaborar e aprovar os relatórios de execução do Programa de Governo, do Orçamento e do Plano Anual de Actividades e submetê-los à ratificação do Governo Central;
- h)** participar na definição das medidas de política a cargo do Governo Central, relativas aos domínios para os quais o Governo da Província tem competências especiais, nomeadamente, do comércio, da hotelaria e turismo, da agricultura e desenvolvimento rural, das obras públicas, da energia e águas, da saúde, da educação, da cultura, do empresariado e do investimento privado;
- i)** executar as deliberações do Conselho de Ministros sobre matérias de incidência local;
- j)** dirigir os serviços e a actividade da administração do Estado na província;
- k)** exercer o poder de direcção sobre as administrações dos municípios e das comunas, orientando, acompanhando e monitorizando os seus planos de desenvolvimento administrativo e económico-social;
- l)** superintender os institutos e empresas públicas de âmbito local;
- m)** acompanhar a representação dos institutos e empresas públicas de âmbito nacional na província;
- n)** apoiar e acompanhar a autoridade tradicional promovendo as relações institucionais entre o Governo da Província e o poder tradicional;
- o)** colaborar a nível da província com os órgãos e organismos do processo eleitoral na realização do registo eleitoral e das demais actividades legais inerentes às eleições presidenciais, legislativas e autárquicas;
- p)** promover, através de iniciativas locais, a formação e a capacitação dos quadros e funcionários da administração do Estado na província;
- q)** promover, nos termos da lei, iniciativas para conclusão de acordos ou protocolos de geminação e cooperação de cidades, sob sua jurisdição, enquanto não forem implantadas as autarquias locais, ouvido o Conselho do Governo da Província e a respectiva Administração do Município;
- r)** exercer as demais competências especiais que lhe forem atribuídas.



### **ARTIGO 13.º**

#### **(Competências especiais no domínio de defesa e segurança nacional)**

São competências especiais no domínio de defesa e segurança nacional do Governo da Província de Cabinda as seguintes:

- a) praticar todos os actos exigidos nos termos da lei respeitantes à execução das deliberações do Governo Central relativas à segurança e defesa nacional no território da província;
- b) assegurar a necessária coordenação entre as estruturas de segurança e defesa nacional localizadas na província, na materialização das medidas e acções referentes à defesa nacional e preservação da segurança do Estado, a nível do território da província;
- c) promover as medidas de polícia relativas à luta contra a delinquência, narcotráfico e outros crimes contra a propriedade e a vida;
- d) combater a evasão fiscal, especulação, contrabando, falsificação de moeda e demais crimes contra a economia;
- e) combater a emigração ilegal e lutar contra outras manifestações contrárias ao desenvolvimento administrativo, económico e social da província;
- f) exercer as demais competências especiais que lhe forem atribuídas.

### **ARTIGO 14.º**

#### **(Competências especiais no domínio económico e social)**

São competências especiais no domínio económico e social do Governo da Província de Cabinda as seguintes:

- a) promover e coordenar a actividade económica da província, nos termos da lei, visando assegurar o bem-estar e justiça social;
- b) observar os princípios de subordinação da economia provincial às deliberações do Governo Central, assegurar a coexistência dos sectores público, privado e cooperativo;
- c) garantir a propriedade do Estado sobre os recursos naturais;
- d) garantir a defesa e preservação do ambiente;
- e) garantir a valorização social e igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às condições de vida e bens públicos;

- f)** promover a satisfação das necessidades colectivas, orientando o desenvolvimento económico e social sustentado da província com vista ao crescimento equilibrado de todos os sectores, diminuindo as assimetrias entre a cidade e o campo;
- g)** assegurar a integração da província no espaço nacional no quadro da interdependência com o resto do País;
- h)** assegurar o funcionamento do mercado provincial com concorrência equilibrada e sem práticas lesivas ao interesse colectivo;
- i)** realizar, enquanto órgão superior da administração do Estado na província e agente normativo e regulador da actividade económica, as funções de planeamento, incentivo e fiscalização nos termos da lei;
- j)** promover o desenvolvimento da economia da província, mediante a evolução dos sectores produtivo e mercantil;
- k)** garantir o aumento da produção e da produtividade para a satisfação das necessidades internas;
- l)** assegurar as infra-estruturas económicas, para o fomento do empresariado nacional e o incentivo do empresariado estrangeiro;
- m)** fiscalizar o cumprimento das obrigações legais pelas empresas, em particular as de ordem laboral, tributária e ambiental;
- n)** realizar a promoção e a construção de infra-estruturas susceptíveis de contribuir para o melhor funcionamento da administração do Estado, do desenvolvimento da economia e da melhoria da qualidade de vida das populações;
- o)** proceder, nos termos da lei, à estruturação do sistema financeiro, fiscal e aduaneiro na província, de forma a assegurar os recursos financeiros públicos e poupanças privadas necessárias ao desenvolvimento económico e social;
- p)** garantir às populações, nos termos da lei, o direito à segurança social, à valorização sociocultural, à promoção social e à realização plena dos cidadãos;
- q)** assegurar a assistência e reinserção social às populações da província;
- r)** assegurar o apoio ao desenvolvimento das funções específicas da família e promover a igualdade de oportunidades para as mulheres no âmbito social e laboral.

## **ARTIGO 15.º**

### **(Competências especiais no domínio legal)**

São competências especiais de domínio legal do Governo da Província de Cabinda as seguintes:

- a) praticar actos legais no quadro das atribuições próprias do Governo da Província;
- b) aprovar normas, procedimentos e princípios metodológicos para as questões governativas de incidência local nos termos da legislação em vigor;
- c) adoptar e emitir, no quadro das suas competências legais, resoluções e posturas.

## **SECÇÃO II**

### **Competências Especiais de Âmbito Específico**

## **ARTIGO 16.º**

### **(Competências especiais no domínio do planeamento)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio do Planeamento, o seguinte:

- a) coordenar e harmonizar o desenvolvimento económico e social da província com o desenvolvimento económico do País;
- b) promover a integração da província no espaço nacional num quadro de interdependência económica e financeira com o resto do País, procurando a satisfação das necessidades colectivas provinciais;
- c) conceber e implementar políticas de superação das assimetrias, de redução da pobreza que assegurem o bem-estar social e qualidade de vida das populações;
- d) realizar, no quadro do desenvolvimento económico, as tarefas do planeamento;
- e) estabelecer medidas tendentes à organização e produção de estatísticas relativas à vida económica e social da província;
- f) promover, orientar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento de projectos de investimento público.

## **ARTIGO 17.º**

### **(Competências especiais no domínio das finanças)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio das finanças, o seguinte:

- a) dispor, nos termos da lei, de receitas do Orçamento Geral do Estado, de benefícios tributários do Governo Central resultantes das receitas fiscais petrolíferas realizadas na província, de benefícios tributários do Governo Central resultantes da cobrança de impostos, taxas e de outro tipo de receita local gerada na província;
- b) elaborar e submeter a proposta de Orçamento da Província ao Ministério das Finanças;
- c) submeter a execução do Orçamento da Província à fiscalização do Tribunal de Contas, da Inspeção-geral da Administração do Estado e dos Ministérios da Administração do Território e das Finanças;
- d) supervisionar a arrecadação de impostos e de outras receitas devidas ao Estado que são afectadas, nos termos da lei;
- e) promover a aplicação do regime aduaneiro especial da província;
- f) administrar e dispor do património do Governo da Província e celebrar actos e contratos no interesse da província, nos termos da lei.

## **ARTIGO 18.º**

### **(Competências especiais no domínio do comércio)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio do comércio, o seguinte:

- a) garantir o funcionamento do circuito comercial da província no sentido de assegurar o regular abastecimento público e a normalização de preços, numa dinâmica de redes comerciais que reforce a integração económica da província com o resto do País;
- b) dinamizar o comércio tendo em conta o crescimento demográfico e a gradual elevação do nível de vida das populações;
- c) estimular a criação de circuitos comerciais entre o produtor, o comerciante e o consumidor, como um real e eficaz papel disciplinador da oferta e da procura;
- d) promover a construção de infra-estruturas comerciais na província;

- e) dinamizar os mercados rurais no sentido de os tornar mais actuates e adaptados aos parâmetros da conjuntura económica e social da província;
- f) promover medidas no sentido da defesa do consumidor;
- g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas para o comércio, procurando impedir a ocorrência de infracções que visem a dominação de mercado, a eliminação da concorrência, o aumento arbitrário de lucro e a especulação.

## **ARTIGO 19.º**

### **(Competências especiais no domínio da hotelaria e turismo)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio da hotelaria e turismo, o seguinte:

- a) garantir o aumento da oferta da rede hoteleira e de pólos de atracção turística na província no sentido de promover o turismo;
- b) desenvolver as potencialidades turísticas da província, explorando e valorizando os seus recursos ao nível da fauna, flora e do exotismo paisagístico;
- c) estimular o aperfeiçoamento da qualidade e eficiência dos serviços de hotelaria e turismo, através da formação profissional e da adopção de medidas que se traduzam numa melhoria e eficiência da oferta;
- d) promover medidas tendentes à construção e expansão da rede de estradas e outros meios de acesso que contribuam para o fomento do turismo na província.

## **ARTIGO 20.º**

### **(Competências especiais no domínio da agricultura e desenvolvimento rural)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio da agricultura e desenvolvimento rural, o seguinte:

- a) garantir a criação de condições para a promoção da evolução dos factores estruturais e produtivos da agricultura, estimulando as condições necessárias à viabilização da empresa agrícola tradicional e moderna, tais como a posse da terra e o fomento agro-pecuário e silvícola, bem como as infra-estruturas de apoio à vida rural, estimulando a elevação da capacidade profissional dos trabalhadores rurais e a capacidade de intervenção dos empresários rurais;
- b) apresentar propostas de acção relativas ao repovoamento da floresta do Maiombe e das demais reservas florestais da província;

- c) participar na definição dos projectos da agricultura e desenvolvimento rural para a província, a cargo do Governo Central.

## **ARTIGO 21.º**

### **(Competências especiais no domínio da indústria)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio da indústria, o seguinte:

- a) promover o desenvolvimento da produção industrial da província, assegurando as condições que viabilizem a pequena e média empresa e a evolução da situação socioprofissional e económica dos trabalhadores e dos empresários;
- b) participar na definição dos projectos industriais para a província, a cargo do Governo Central e apresentar propostas relativas à indústria de apoio ao sector petrolífero.

## **ARTIGO 22.º**

### **(Competências especiais no domínio dos transportes)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio dos transportes, o seguinte:

- a) organizar, coordenar, incentivar e fiscalizar o sistema de transportes da província, nomeadamente, os transportes internos e os transportes com o resto do País;
- b) participar na definição dos projectos de transporte para a província, a cargo do Governo Central.

## **ARTIGO 23.º**

### **(Competências especiais no domínio da assistência e reinserção social)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio da assistência e reinserção social, o seguinte:

- a) assegurar, coordenar, incentivar e fiscalizar o sistema de protecção social da província, desenvolvendo acções de educação infantil e social de apoio ao combate à fome, de ajuda de emergência e de reintegração social das populações;
- b) participar na definição dos projectos de assistência e reinserção social para a província, a cargo do Governo Central.

## **ARTIGO 24.º**

### **(Competência especial no domínio das obras públicas)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio das obras públicas, o seguinte:

- a) garantir a promoção de obras de construção e expansão de infra-estruturas e obras de engenharia de construção civil de interesse para a administração do Estado, economia e a vida dos cidadãos da província;
- b) participar na definição dos projectos de obras públicas para a província, a cargo do Governo Central.

## **ARTIGO 25.º**

### **(Competências especiais no domínio da energia e águas)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio da energia e águas, o seguinte:

- a) garantir a promoção das obras de melhoramento e expansão de infra-estruturas de energia e águas da província de interesse para a economia e para a vida dos cidadãos;
- b) participar na definição dos projectos no domínio da energia e águas para a província, a cargo do Governo Central.

## **ARTIGO 26.º**

### **(Competência especial no domínio do urbanismo e ambiente)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio do urbanismo e ambiente, o seguinte:

- a) estabelecer medidas tendentes ao ordenamento do território e ao desenvolvimento urbano, procurando assegurar uma adequada estruturação territorial na província e qualidade de vida nos centros urbanos;
- b) elaborar medidas de plano provincial de ordenamento do território e remetê-las ao órgão do Governo Central competente;
- c) estabelecer medidas que permitam dispor de terrenos necessários à implementação de programas e projectos habitacionais;
- d) autorizar a transmissão ou a constituição de direitos fundiários sobre terrenos urbanos, rurais, agrários e florestais nos termos da lei;

- e) celebrar contratos de arrendamento pelos quais se constituem direitos de ocupação precária de terrenos do domínio público e privado do Estado, nos termos da lei;
- f) observar o disposto na lei sobre a concessão de forais aos centros urbanos e a administração do domínio fundiário, público e privado do Estado, bem como na Lei de Terras e seus regulamentos;
- g) promover, apoiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projectos habitacionais;
- h) estabelecer medidas tendentes ao censo e controlo da população;
- i) estabelecer medidas tendentes à avaliação e ao controlo da qualidade ambiental;
- j) promover campanhas de educação ambiental junto das populações.

## **ARTIGO 27.º**

### **(Competência especial no domínio da saúde)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio da saúde, o seguinte:

- a) garantir o direito das populações à saúde, mediante medidas e acções várias no sentido da redução do risco da doença e na igualdade de acesso aos serviços e cuidados de saúde;
- b) ordenar, fiscalizar e controlar a cobertura dos serviços de saúde na província, devendo a sua execução ser realizada pelas instituições de saúde pública e privadas;
- c) constituir o sistema único de saúde da província, com base na rede de cobertura sanitária e serviços existentes, fazendo ênfase na medicina preventiva sem prejuízo da medicina curativa;
- d) atribuir ao sistema único de saúde da província a responsabilidade de executar as acções de vigilância sanitária e epidemiológica e controlar e fiscalizar medicamentos, materiais gastáveis e outros meios de interesse para saúde;
- e) promover a construção das infra-estruturas de saúde;
- f) participar na definição dos projectos de saúde para a província, a cargo do Governo Central.



## **ARTIGO 28.º**

### **(Competência especial no domínio da educação)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio da educação, o seguinte:

- a)** garantir o direito da população à educação realizada através do ensino e de outros meios formativos e que contribua para a plena formação do cidadão no espírito de tolerância, compreensão mútua e responsabilidade, sua preparação para a vida, para o trabalho e para o progresso social da província e do País;
- b)** garantir o funcionamento do ensino primário e secundário obrigatório;
- c)** promover condições na província para a igualdade de acesso e permanência na escola, para a valorização dos profissionais e para a ligação do ensino às necessidades das empresas da província com vista a estimular o desenvolvimento económico e social;
- d)** estabelecer um plano de educação da província, visando o asseguramento da qualidade e o rendimento do ensino, a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar de forma a capacitar a província de recursos humanos e de mão-de-obra qualificada como garante do seu desenvolvimento;
- e)** promover a construção de infra-estruturas de educação;
- f)** participar na definição dos projectos de educação para a Província, a cargo do Governo Central.

## **ARTIGO 29.º**

### **(Competência especial no domínio da cultura)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio da cultura, o seguinte:

- a)** garantir à população o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura no sentido da valorização do património cultural da província, no quadro da diversidade cultural da República de Angola e da afirmação da identidade cultural nacional;
- b)** apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais da província, bem como de todas as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões e uma maior circulação das obras e bens culturais de qualidade;

- c) incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, para o incremento do conhecimento e da produção de bens e valores culturais;
- d) estabelecer incentivos para o incremento da produção dos bens e valores culturais;
- e) criar e preservar bibliotecas municipais e comunais, bem como garantir o seu apetrechamento com material bibliográfico;
- f) promover a construção de infra-estruturas que concorram para o florescimento da vida cultural na província.

### **ARTIGO 30.º**

#### **(Competências especiais no domínio do empreendimento e investimento privado)**

Compete especialmente ao Governo da Província de Cabinda, no domínio do empreendimento e do investimento privado, o seguinte:

- a) promover medidas tendentes a desenvolver o sector empresarial, com ênfase para as pequenas e médias empresas, com vista ao incremento da produção de bens e serviços e aumento do emprego na província;
- b) participar na apreciação e aprovação dos projectos de investimento privado para a província, a cargo do Governo Central de modo a assegurar o acompanhamento e controlo do volume dos investimentos, o estímulo ao reinvestimento e à regulação da repatriação de capitais.

## **TÍTULO III**

### **Estrutura Orgânica**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Estrutura Orgânica do Governo da Província**

### **ARTIGO 31.º**

#### **(Estrutura orgânica)**

O Governo da Província compreende os órgãos e serviços seguintes:

**1.** O Governo da Província compreende os órgãos e serviços seguintes:

- a) Órgãos de Direcção e Apoio Consultivo;
- b) Serviços de Apoio Técnico;
- c) Serviços de Apoio Instrumental;

- d) Serviços Executivos.
2. Os órgãos de direcção e apoio consultivo são:
- a) Conselho do Governo da Província;
  - b) Governador da Província;
  - c) Vice-Governadores Provinciais;
  - d) Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social.
3. Os serviços de apoio técnico são:
- a) Secretaria do Governo da Província;
  - b) Gabinete Jurídico;
  - c) Gabinete de Inspecção;
  - d) Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
  - e) Gabinete de Apoio e Controlo das Administrações dos Municípios e das Comunas.
4. Os serviços de apoio instrumental são:
- a) Gabinete do Governador da Província;
  - b) Gabinete dos Vice-Governadores Provinciais;
  - c) Centro de Documentação e Informação.
5. Os serviços executivos são:
- a) Secretarias Provinciais.

## **SECÇÃO I**

### **Conselho do Governo da Província**

#### **ARTIGO 32.º**

##### **(Natureza e competência)**

1. O Conselho do Governo da Província é o órgão colegial da província encarregue de realizar a coordenação geral da governação da província.
2. Compete ao Conselho do Governo da Província:
- a) aprovar e adoptar diplomas legais, em matérias de interesse específico para a província e de incidência local, que não estejam reservadas a competência própria dos órgãos de soberania do País, tendo em conta a Lei Constitucional e demais legislação em vigor;
  - b) aprovar e adoptar, no quadro das atribuições próprias do Governo da Província, regulamentos necessários à execução das leis e demais diplomas legais

providos dos órgãos de soberania que não reservem para estes o respectivo poder regulamentar, tendo em conta a Lei Constitucional e demais legislação em vigor;

- c) definir as linhas gerais da governação da província e acompanhar e coordenar a sua execução;
- d) criar institutos e empresas públicas de âmbito local;
- e) aprovar o programa do Governo da Província, orçamento, e o plano anual de actividades;
- f) aprovar os relatórios de execução, respectivamente, do programa do Governo da Província, do orçamento e do plano anual de actividades;
- g) aprovar os actos do Governo da Província que envolvam aumento ou diminuição de receitas e de despesas públicas;
- h) autorizar o Governo da Província a realizar empréstimos internos e outras operações de crédito, definindo as respectivas condições gerais, com observância dos limites de endividamento da província;
- i) apreciar todas as matérias no âmbito deste conselho que lhe sejam submetidas pelo Governo Central;
- j) apreciar as matérias de carácter sectorial que lhe sejam apresentadas pelos respectivos titulares.

**3.** Constituem matérias de interesse específico para a província, observando a Lei Constitucional e demais legislação em vigor, sem prejuízo das atribuições e competências do Governo Central, as seguintes:

- a) matérias para as quais o Governo da Província de Cabinda tem no âmbito das suas atribuições e competências especiais de âmbito geral e específico;
- b) outras matérias consideradas importantes.

### **ARTIGO 33.º**

#### **(Funcionamento)**

**1.** O Conselho do Governo da Província reúne-se mensalmente em sessão ordinária e extraordinariamente sempre que convocado pelo Governador da Província.

**2.** O Conselho do Governo da Província adopta as suas deliberações sob a forma de resoluções e posturas.

**3.** O Conselho do Governo da Província é presidido pelo Governador.

## **ARTIGO 34.º**

### **(Composição)**

1. Participam na reunião do Conselho do Governo da Província, como membros efectivos:

- a) Governador da Província;
- b) Vice-Governadores Provinciais;
- c) Secretários Provinciais;
- d) Administradores dos Municípios.

2. Podem participar na reunião do Conselho do Governo da Província, a convite do Governador da Província, outras pessoas singulares ou colectivas cuja presença seja considerada pertinente.

## **SECÇÃO II**

### **Governador**

## **ARTIGO 35.º**

### **(Definição)**

1. O Governador da Província é o representante do Governo Central na província, a quem incumbe dirigir a governação da província, assegurar o normal funcionamento dos órgãos da administração local do Estado, respondendo pela sua actividade perante o Governo e o Presidente da República.

2. O Governador da Província é coadjuvado, no exercício das suas funções, por dois Vice-Governadores, devendo um responder pelo sector económico e produtivo e o outro pelo sector social e de organização.

3. O Governador da Província pode delegar poderes aos Vice-Governadores para acompanhar, tratar e decidir assuntos relativos à actividade e ao funcionamento de outras áreas.

4. Sempre que, por razões de interesse público do Governo local se justificar, o Governador da Província pode ser coadjuvado por até três Vice-Governadores Provinciais.

## **ARTIGO 36.º**

### **(Provimento e equiparação)**

1. O Governador da Província é nomeado pelo Presidente da República, ouvido o Primeiro-ministro.
2. O Governador da Província é equiparado a ministro, para efeitos protocolares, remuneratórios e de imunidades.

## **ARTIGO 37.º**

### **(Competência)**

1. Compete ao Governador da Província:
  - a) garantir o cumprimento da Lei Constitucional e demais diplomas legais;
  - b) dirigir a actividade dos Secretários Provinciais e dos Administradores dos Municípios e das Comunas;
  - c) nomear e exonerar os Secretários Provinciais, os Administradores do Município e da Comuna e seus adjuntos, os titulares de cargos de chefia e os funcionários do quadro do Governo Provincial;
  - d) conferir posse aos Secretários Provinciais, Administradores Municipais, Comunais e seus adjuntos;
  - e) convocar e presidir as reuniões do Conselho do Governo da Província e do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social e propor a agenda de trabalhos;
  - f) realizar regularmente visitas de acompanhamento e controlo aos municípios e comunas;
  - g) autorizar a realização de despesas públicas, nos termos da lei;
  - h) avaliar e aprovar, ouvido o Conselho do Governo da Província, os projectos de investimento público, nos termos da lei;
  - i) participar nas reuniões do Conselho de Ministros e suas comissões especializadas, quando convidado e nas reuniões do Conselho Superior do Ministério da Administração do Território;
  - j) garantir as condições organizativas e materiais para a realização das visitas de trabalho dos Deputados junto dos respectivos círculos eleitorais e instituições da província;
  - k) nomear e exonerar os responsáveis dos institutos e empresas públicas de âmbito local;

- l)** promover mecanismos que garantam o diálogo, a colaboração e o acompanhamento das instituições do poder tradicional;
- m)** promover medidas tendentes à defesa e preservação do ambiente;
- n)** assegurar o cumprimento das acções de defesa, segurança e ordem interna;
- o)** convocar e presidir as reuniões com os órgãos locais ou regionais de defesa, segurança e ordem interna e propor medidas de solução;
- p)** orientar e actualizar, de acordo com as fases estabelecidas, o censo da população e o recenseamento dos estrangeiros, em conformidade com os dados do Instituto Nacional de Estatística;
- q)** promover mecanismos que garantam a inter-relação e a independência entre a administração central e a administração local;
- r)** exercer as demais funções que lhe forem superiormente determinadas.

**2.** Os actos administrativos do Governador da Província quando executório tomam a forma de despacho e quando sejam instruções genéricas tomam a forma de ordens de serviço.

### **SECÇÃO III**

#### **Vice-Governadores**

#### **ARTIGO 38.º**

##### **(Provimento e equiparação)**

- 1.** O Vice-Governador é nomeado pelo Presidente da República, sob proposta do Governador da Província, ouvido o Ministro da Administração do território.
- 2.** O Vice-Governador é equiparado a vice-ministro para efeitos protocolares, remuneratórios e de imunidades.

#### **ARTIGO 39.º**

##### **(Competência)**

- 1.** Ao Vice-Governador para o sector económico e produtivo compete coadjuvar o Governador da Província na coordenação e execução das tarefas ligadas às seguintes áreas:
  - a)** planeamento económico;
  - b)** água, energia, minas e petróleos;
  - c)** agricultura, pescas, indústria, comércio, hotelaria e turismo;
  - d)** transportes, comunicações e obras públicas.

2. Ao Vice-Governador para o sector social e de organização compete coadjuvar o Governador da Província na coordenação e execução das tarefas ligadas às seguintes áreas:
  - a) educação, cultura e desportos;
  - b) saúde, reinserção social, antigos combatentes e veteranos de guerra;
  - c) urbanismo, habitação, ordenamento do território e ambiente;
  - d) justiça, família e promoção da mulher, comunicação social, administração pública, emprego e segurança social, ciência e tecnologia;
  - e) organização do governo da província, das administrações dos municípios, das comunas, dos bairros e povoações.
3. Por designação expressa, um dos Vice-Governadores substitui o Governador nas suas ausências e impedimentos.
4. Os actos administrativos dos Vice-Governadores quando executórios tomam a forma de despachos e quando sejam instruções genéricas tomam a forma de ordens de serviço.

## **SECÇÃO IV**

### **Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social**

#### **ARTIGO 40.º**

##### **(Objectivo)**

1. O Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social tem por objectivo apoiar o Conselho do Governo da Província na apreciação e tomada de medidas de natureza política, económica e social no território da província.
2. Para efeitos de aplicação do n.º. 1 deste artigo, o Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social deve ser ouvido antes de aprovação do plano de desenvolvimento provincial, do orçamento, do plano de actividades e do relatório de execução dos referidos instrumentos.



## **ARTIGO 41.º**

### **(Composição)**

1. O Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social é presidido pelo Governador da Província e integra os seguintes membros:
  - a) Vice-Governadores;
  - b) Secretários Provinciais;
  - c) Administradores Municipais;
  - d) representantes das autoridades tradicionais;
  - e) representantes das associações sindicais;
  - f) representantes do sector empresarial público e privado;
  - g) representantes das associações de camponeses;
  - h) representantes das igrejas reconhecidas por lei;
  - i) representantes das ONG;
  - j) outras entidades cuja presença o Governador considerar pertinente.

## **ARTIGO 42.º**

### **(Competências, organização e funcionamento)**

1. Quanto às suas competências, organização e funcionamento, são aplicáveis as disposições do respectivo regulamento interno.
2. O Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social reúne ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que o Governador da Província o convocar.

## **SECÇÃO V**

### **Serviços de Apoio Técnico**

## **ARTIGO 43.º**

### **(Secretaria do Governo da Província)**

A Secretaria do Governo da Província é o serviço que se ocupa da generalidade das questões administrativas, da gestão do pessoal, do património, do orçamento, das relações públicas e transportes.

#### **ARTIGO 44.º**

##### **(Gabinete Jurídico)**

O Gabinete Jurídico é o serviço de apoio técnico ao qual cabe realizar a actividade de assessoria e de estudos técnico-jurídicos.

#### **ARTIGO 45.º**

##### **(Gabinete de Inspecção)**

O Gabinete de Inspecção é o serviço de apoio técnico, ao qual cabe realizar actividades de inspecção dos serviços da administração local do Estado.

#### **ARTIGO 46.º**

##### **(Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística)**

O Gabinete de Estudos, planeamento e Estatística é o serviço de assessoria multidisciplinar, com funções de elaboração de estudos e análise de matérias compreendidas nas atribuições do Governo da Província, bem como orientar, coordenar e controlar as actividades de planeamento da respectiva área territorial, acompanhar e controlar a execução dos planos provinciais e zelar pela consecução das respectivas metas.

#### **ARTIGO 47.º**

##### **(Gabinete de Apoio e Controlo das Administrações dos Municípios e das Comunas)**

O Gabinete de Apoio e Controlo das Administrações dos Municípios e das Comunas é o serviço que assegura o apoio, acompanhamento e controlo da organização e funcionamento dos serviços das administrações dos Municípios e das Comunas.

#### **ARTIGO 48.º**

##### **(Equiparação e regulamentação)**

1. As competências dos serviços de apoio técnico são definidas por regulamento interno aprovado pelo Governador da Província.
2. A Secretaria do Governo da Província é dirigida por um secretário provincial.
3. Os Gabinetes Jurídico, de Inspecção, de Estudos, Planeamento e Estatística e de apoio e controlo das Administrações Municipais e Comunais são dirigidos por directores de gabinete equiparados a secretários provinciais.

**SECÇÃO VI**  
**Serviço de Apoio Instrumental**

**ARTIGO 49.º**

**(Gabinetes do Governador e Vice-Governadores)**

A composição e o regime jurídico do pessoal dos Gabinetes do Governador e dos Vice-Governadores é o estabelecido nos termos da lei.

**ARTIGO 50.º**

**(Centro de Documentação e Informação)**

1. O Centro de Documentação e Informação é o serviço que assegura o apoio nos domínios da documentação em geral e em especial na selecção, elaboração e difusão de informações.
2. As competências do Centro de Documentação e Informação são definidas por regulamento interno aprovado por despacho do Governador da Província.
3. O Centro de Documentação e Informação é dirigido por um chefe com a categoria de chefe de departamento provincial.

**SECÇÃO VII**  
**Serviço Executivos**

**ARTIGO 51.º**

**(Secretaria Provincial)**

1. A Secretaria Provincial é o serviço incumbido de assegurar a execução de atribuições e competências de âmbito geral e específico do Governo da Província.
2. A Secretaria Provincial é dirigida por um secretário provincial, nomeado por despacho do Governador da Província, tendo em conta o parecer do ministro da especialidade.
3. O secretário provincial subordina-se ao Governador da Província.

## **ARTIGO 52.º**

### **(Dependência)**

1. A Secretaria Provincial depende orgânica administrativa e funcionalmente do Governo da Província.
2. Os ministérios devem prestar apoio metodológico e técnico as Secretarias Provinciais, através do respectivo Governador da Província.
3. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, as relações com organismos estatais autónomos respeitam o princípio da celeridade e da desburocratização.

## **ARTIGO 53.º**

### **(Regulamento)**

A Secretaria Provincial rege-se por regulamento interno aprovado por despacho do Governo da Província.

## **ARTIGO 54.º**

### **(Estrutura)**

AS Secretarias Provinciais estruturam-se em:

- a) Departamentos;
- b) Secções.

## **SECÇÃO VIII**

### **Superintendência**

O Governo da Província exerce a superintendência sobre os institutos e empresas públicas de âmbito local.

## **SECÇÃO IX**

### **Delegação de Ministérios**

## **ARTIGO 55.º**

### **(Natureza)**

A Delegação Provincial é um serviço indirecto que dirige e executa as atribuições e competências do órgão central de especialidade que representa na província.

## **ARTIGO 56.º**

### **(Direcção de Delegação Provincial)**

A Delegação Provincial é dirigida por um delegado provincial, nomeado por despacho do ministro de especialidade, sob proposta do Governo da Província.

## **ARTIGO 57.º**

### **(Dependência)**

1. A Delegação Provincial depende, orgânica e funcionalmente do Governo da Província e metodologicamente do ministério de especialidade.
2. A estrutura e o número de Delegações Provinciais são estabelecidos em diploma próprio.

## **TÍTULO IV**

### **Administração do Município**

#### **Capítulo 1**

#### **Natureza, Atribuições e Competências da Administração do Município**

## **ARTIGO 58.º**

### **(Natureza)**

1. A administração do Município é o órgão desconcentrado da administração do Estado na província que visa assegurar a realização das funções do Estado a nível do município.
2. A Administração do Município, no exercício das suas funções e competências, responde perante o Governo da Província

## **ARTIGO 59.º**

### **(Atribuições)**

A Administração do Município visa a promoção e orientação do desenvolvimento administrativo e económico – social do município, com base nas decisões e opções definidas pelo Governo da Província e o asseguramento da prestação dos serviços comunitários locais.

## **ARTIGO 60.º**

### **(Audição previa)**

A Administração do Município deve ser previamente ouvida pelo Governo da Província sempre que este pretenda adoptar medidas de natureza política, administrativa, económico-social e legal de especificidade municipal.

## **ARTIGO 61.º**

### **(Competência)**

Compete à Administração do Município:

**1.** No âmbito administrativo-institucional:

- a)** administrar o município, defender a lei, garantir o seu desenvolvimento e satisfazer as necessidades das populações respectivas;
- b)** executar e velar pelo cumprimento das deliberações do Conselho do Governo da Província;
- c)** colaborar na implementação de programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades do Governo da Província;
- d)** elaborar e aprovar o plano de desenvolvimento municipal, orçamento e o plano de actividade anual da Administração do Município;
- e)** elaborar e aprovar os relatórios de execução, respectivamente, do plano de desenvolvimento municipal, do orçamento municipal e o plano de actividade anual da Administração do município;
- f)** criar e assegurar a orientação, coordenação e acompanhamento dos serviços municipais e das empresas municipais, nos termos da lei;
- g)** assegurar a orientação, o acompanhamento e a monitorização das Administrações das comunas e superintender os institutos públicos e empresas públicas de âmbito local com sede no município;
- h)** assegurar, em coordenação com os órgãos e organismos competentes, a realização do registo eleitoral e demais operações inerentes a eleições presidenciais, legislativas e autárquicas;
- i)** garantir as responsabilidades municipais em matéria de licenciamento e fiscalização, nos termos estabelecidos por lei;
- j)** promover o ordenamento do trânsito nos aglomerados populacionais, incluindo a sinalização e estacionamento de veículos nas ruas e lugares públicos;

- k)** estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades, bem como as regras de numeração dos edifícios, nos termos da lei;
  - l)** realizar o recenseamento dos cidadãos com 18 anos de idade, residentes na sua área de jurisdição;
  - m)** realizar o registo civil dos cidadãos da respectiva área de jurisdição;
  - n)** exercer as demais competências que lhe forem atribuídas superiormente.
- 2.** No domínio da defesa nacional, da ordem interna e da segurança de Estado:
  - a)** praticar todos os actos e assegurar o apoio adequado, nos termos da lei , concernentes à execução das decisões do Governo Central relativas à segurança e defesa nacional no território do município;
  - b)** promover a ordem e segurança públicas;
  - c)** exercer as demais competências que lhe forem atribuídas superiormente.
- 3.** No domínio do planeamento e das finanças:
  - a)** promover, orientar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento de projectos de investimento público;
  - b)** promover e apoiar as empresas e as actividades económicas que fomentem o desenvolvimento económico-social do município;
  - c)** coordenar a arrecadação de recursos financeiros provenientes dos impostos, das taxas e de outras receitas devidas ao Estado, a realizar no município, nos termos da legislação em vigor;
  - d)** administrar e conservar o património da Administração do Município.
- 4.** No domínio do comércio, da agricultura e desenvolvimento rural:
  - a)** promover o circuito comercial do município, licenciar, regulamentar e fiscalizar a actividade comercial;
  - b)** promover a construção de infra-estruturas comerciais, apoiar as feiras municipais, comércio rural e assegurar a gestão e manutenção dos mercados municipais;
  - c)** fomentar o desenvolvimento da agricultura do município, licenciar as empresas agro-pecuárias e florestais;
  - d)** apoiar a actividade agrícola mediante a facilitação do acesso à terra e o asseguramento de infra-estruturas e serviços rurais.
- 5.** No âmbito do urbanismo, do ambiente, das obras públicas, da energia, das águas e dos transportes:

- a) garantir a execução de tarefas em matéria de ordenamento do território, urbanismo e ambiente;
  - b) elaborar os planos municipais de ordenamento do território e os planos directores dos centros urbanos;
  - c) organizar o cadastro municipal, disponibilizar terrenos para loteamento urbano e promover apoios a projectos habitacionais;
  - d) proteger o ambiente e o património natural através da educação ambiental das populações;
  - e) assegurar a gestão e manutenção da limpeza e equipamentos sociais do município;
  - f) assegurar a gestão e manutenção dos cemitérios, praias, zonas balneares, jardins e praças públicas;
  - g) garantir o funcionamento e o abastecimento da energia e água no município;
  - h) assegurar a realização das obras públicas, promovendo a construção de infra-estrutura e de obras de engenharia de interesse municipal;
  - i) assegurar o funcionamento dos transportes públicos urbanos do município;
  - j) promover o desenvolvimento dos transportes públicos urbanos, intermunicipais e intercomunais.
- 6. No domínio da saúde, da educação, da cultura e da assistência e reinserção social:**
- a) garantir e controlar a cobertura dos serviços de saúde no município;
  - b) assegurar o funcionamento de estruturas de saúde pública e promover a criação de estabelecimentos de saúde privados;
  - c) garantir o sistema educacional no município, assegurando o funcionamento do ensino primário e secundário;
  - d) garantir o desenvolvimento de actividades culturais do município promovendo a realização das manifestações culturais;
  - e) preservar os edifícios, monumentos e sítios classificados como património histórico nacional e locais situados no território do município;
  - f) assegurar a assistência e reinserção social das populações do município, mediante acções sociais de combate à pobreza e acções de reintegração social das populações deslocadas, refugiadas e deficientes físicos.



**CAPÍTULO II**  
**Estrutura Orgânica da Administração do Município**

**ARTIGO 62.º**  
**(Estrutura orgânica)**

- 1.** A Administração do Município compreende os órgãos e serviços seguintes:
  - a)** Órgãos de Direcção e Apoio Consultivo;
  - b)** Serviços de Apoio Técnico;
  - c)** Serviços de Apoio Instrumental;
  - d)** Serviços Executivos.
- 2.** Os órgãos de direcção e apoio consultivo são:
  - a)** Conselho de Administração do município;
  - b)** Administrador do Município;
  - c)** Administrador do Município-Adjunto;
  - d)** Conselho Municipal da Auscultação e Concertação social.
- 3.** Os serviços de apoio técnico são:
  - a)** Secretaria da Administração do Município;
  - b)** Repartição de Estudos, Planeamento e Estatística.
- 4.** Os órgãos de apoio instrumental são:
  - a)** Gabinete do Administrador do Município;
  - b)** Gabinete do Administrador do Município-Adjunto;
  - c)** Centro de Documentação e Informação.
- 5.** Os serviços executivos são:
  - a)** Secretarias Municipais.

**CAPÍTULO III**  
**Organização em Especial**

**SECÇÃO I**  
**Conselho de Administração do Município**

**ARTIGO 63.º**  
**(Natureza e Competência)**

1. O Conselho de Administração do Município é o órgão colegial encarregue de realizar a coordenação geral da Administração do Município.
2. Compete ao Conselho de Administração do Município o seguinte:
  - a) aprovar as medidas gerais da Administração do Município, acompanhar e coordenar a sua execução;
  - b) aprovar o plano de desenvolvimento do município, o orçamento e o plano de actividades anual;
  - c) aprovar os relatórios de execução, respectivamente, do plano de desenvolvimento, do orçamento e o plano de actividades anual
  - d) apreciar todas as matérias do âmbito deste conselho que lhe sejam submetidas pelo Governo da Província.

**ARTIGO 64.º**  
**(Funcionamento e composição)**

1. O Conselho de Administração do Município reúne-se mensalmente e extraordinariamente sempre que convocado pelo Administrador do Município.
2. O Conselho de Administração do Município adopta deliberações sobre a forma de resoluções e posturas.
3. Participam na reunião do Conselho de Administração do Município as seguintes entidades:
  - a) Administrador do Município;
  - b) Administrador do Município-Adjunto;
  - c) Secretários Municipais;
  - d) Entidades convidadas, nomeadamente administrador de comuna e pessoas singulares ou colectivas.

4. O Conselho da Administração do Município é presidido pelo respectivo Administrador do Município.

## **SECÇÃO II**

### **Administrador do Município**

#### **ARTIGO 65.º**

##### **(Definição)**

1. O Administrador do Município é o representante do Governo da Província no município, a quem incumbe dirigir a Administração do Município, assegurar o normal funcionamento dos órgãos da administração local do Estado, respondendo pela sua actividade perante o Governador da Província.
2. O Administrador do Município é coadjuvado por um Administrador de Município-Adjunto.
3. O Administrador do Município pode delegar poderes ao Administrador do Município-Adjunto, para acompanhar, tratar e decidir assuntos relativos à actividade e ao funcionamento das áreas que lhe forem incumbidas.
4. Sempre que, por razões de interesse público das Administrações dos Municípios, se justificar, o Administrador do Município pode ser coadjuvado por até dois Administradores do Município-Adjunto.

#### **ARTIGO 66.º**

##### **(Provimento)**

1. O Administrador do Município é nomeado por despacho do Governador da Província.
2. Diploma próprio regulará o regime jurídico do provimento dos cargos de Administrador e Administrador-Adjunto do Município.
3. Os administradores municipais e adjuntos a serem nomeados deverão possuir formação superior e outra específica no Instituto de Formação da Administração Local.

**ARTIGO 67.º**  
**(Competência)**

- 1.** Ao Administrador do Município compete:
  - a)** garantir o cumprimento da Lei Constitucional e demais diplomas legais;
  - b)** dirigir, orientar e controlar a actividade das Secretarias Municipais, dos chefes de repartição municipais e dos administradores de comuna;
  - c)** informar regularmente o Governador da Província sobre a realização de tarefas e o modo de funcionamento da Administração do Município;
  - d)** decidir sobre questões de recursos humanos da Administração do Município, nomear, empossar e exonerar os titulares de cargos de chefia dos diferentes serviços sob sua dependência;
  - e)** convocar as reuniões dos Conselhos da Administração do Município e de Auscultação e Concertação Social e propor a respectiva ordem de trabalhos;
  - f)** realizar e actualizar, de acordo com as fases estabelecidas, o censo da população e recenseamento dos estrangeiros;
  - g)** auscultar e coordenar com as autoridades tradicionais a realização das acções administrativas junto das populações;
  - h)** cumprir e fazer cumprir as normas que regulam questões ligadas ao trânsito, ao saneamento básico, à estética do traçado geral e o rigor dos alinhamentos;
  - i)** aprovar os projectos de construção particular e fiscalizar a sua execução;
  - j)** aplicar multas, depois do levantamento do respectivo auto, nos termos dos regulamentos administrativos;
  - k)** prestar a todas as autoridades e serviço públicos o apoio de que necessitam para o desempenho das suas funções;
  - l)** exercer o controlo sobre o uso das licenças emitidas a comerciantes, industriais e outros, cuja actividade se justifica;
  - m)** realizar acções que impeçam a destruição da flora e da fauna e que contribuam para a defesa e preservação do ambiente;
  - n)** conceder terrenos nos cemitérios municipais para jazigos e sepulturas e velar pela sua conservação;
  - o)** dinamizar a distribuição da água e da electricidade nas áreas sob sua jurisdição;
  - p)** emitir alvarás de transladação de restos mortais;
  - q)** participar em órgãos consultivos do Governo da Província, nos casos estabelecidos nos termos da lei;

- r) exercer outras funções que lhe forem superiormente determinadas.
- 2. Os actos administrativos do Administrador do Município quando executórios tomam a forma de despachos e quando sejam instruções tomam a forma de ordens de serviço.

### **SECÇÃO III**

#### **Administrador Municipal-Adjunto**

##### **ARTIGO 68.º**

###### **(Provimento)**

O Administrador do Município-Adjunto é nomeado pelo Governador da Província.

##### **ARTIGO 69.º**

###### **(Competência)**

- 1. Compete ao Administrador do Município-Adjunto:
  - a) coordenar o sector económico, social e produtivo;
  - b) propor ao Administrador do Município medidas que visem melhorar o desempenho da Administração do Município;
  - c) substituir o Administrador do Município nas ausências ou impedimentos;
  - d) exercer outras funções que lhe sejam superiormente determinadas.
- 2. Os actos administrativos do Administrador do Município-Adjunto quando executórios tomam forma de despachos e quando sejam instruções genéricas tomam a forma de ordens de serviço.

### **SECÇÃO IV**

#### **Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social**

##### **ARTIGO 70.º**

###### **(Objectivo)**

- 1. O Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social tem por objectivo apoiar a Administração do Município na apreciação e tomada de medidas de natureza política, económica e social no território do respectivo município.
- 2. Para efeitos de aplicação do disposto no nº. 1 deste artigo, o Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social deve ser ouvido antes de aprovação do

programa de desenvolvimento municipal, do orçamento, do plano de actividades e do relatório de execução dos referidos instrumentos.

## **ARTIGO 71.º**

### **(Composição)**

1. O Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social é presidido pelo Administrador do Município e integra os seguintes membros:
  - a) Administrador Municipal-Adjunto;
  - b) Administradores da Comuna;
  - c) secretários municipais;
  - d) representantes de autoridades tradicionais;
  - e) representantes do sector empresarial público e privado;
  - f) representantes das associações de camponeses;
  - g) representantes das igrejas reconhecidas por lei;
  - h) representantes das ONG.
2. Sempre que julgue necessário o Administrador do Município pode convidar outras entidades não contempladas no número anterior.

## **ARTIGO 72.º**

### **(Competência, organização e funcionamento)**

1. Quanto às competências, organização e funcionamento, são aplicáveis as disposições do respectivo regulamento interno.
2. O Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social reúne-se ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que o Administrador do Município o convocar.

## **SECÇÃO V**

### **Serviço de Apoio Técnico**

## **ARTIGO 73.º**

### **(Secretaria da Administração do Município)**

A Secretaria da Administração do Município é o serviço que se ocupa da generalidade das questões administrativas, da gestão do pessoal, do património, do orçamento, das relações públicas e dos transportes.

## **ARTIGO 74º**

### **(Repartição de Estudos, Planeamento e Estatística)**

A Repartição de Estudos, Planeamento e Estatística é o serviço de assessoria multidisciplinar, com funções de elaborar estudos e análises sobre matérias compreendidas nas atribuições da Administração do Município, planificar, programar e coordenar a realização de actividades globais do município.

## **ARTIGO 75.º**

### **(Regulamento e equiparação)**

1. As competências dos serviços de apoio técnico são definidas por regulamento interno aprovado pelo Administrador do Município.
2. Os serviços a que se refere o número anterior são dirigidos por chefes de repartição.

## **SECÇÃO VI**

### **Serviço de Apoio Instrumental**

## **ARTIGO 76.º**

### **(Gabinete do Administrador do Município e do Adjunto)**

A composição e o regime jurídico do pessoal do Gabinete do Administrador do Município e do respectivo Adjunto é o estabelecido nos termos da lei.

## **ARTIGO 77.º**

### **(Centro de Documentação e Informação)**

1. O Centro de Documentação e Informação é o serviço que assegura o apoio nos domínios da documentação em geral e em especial na selecção, elaboração e difusão de informações.
2. As competências do Centro de Documentação e Informação são definidas por regulamento interno aprovado por despacho do Administrador do Município.
3. O Centro de Documentação e Informação é dirigido por um chefe com a categoria de chefe de repartição.

**SECÇÃO VII**  
**Serviços Executivos**

**ARTIGO 78.º**  
**(Secretaria Municipal)**

A Secretaria Municipal é o serviço incumbido de assegurar a execução das atribuições e competências específicas da Administração do Município.

**ARTIGO 79.º**  
**(Direcção)**

A Secretaria Municipal é dirigida por um secretário municipal, nomeado por despacho do Governador da Província.

**ARTIGO 80.º**  
**(Estrutura e limites das Secretarias Municipais)**

1. A secretaria Municipal estrutura-se em departamentos e secções.
2. No município só pode haver duas secções por departamento.

**SECÇÃO VIII**  
**Administração Pública no Município**

**ARTIGO 81.º**  
**(Critérios de estruturação)**

1. A organização e a segmentação interna dos órgãos da administração do município podem estar sujeitas a modelos diferenciados, tendo em conta a especificidade local, estratégias ou planos de desenvolvimento local, grau ou áreas de desenvolvimento prioritário, tecnologia ou recursos a utilizar, desenvolvimento demográfico e racionalidade orgânico-funcional e de recursos organizacionais.
2. As funções administrativas de natureza idêntica ou logicamente relacionadas devem ser agregadas numa unidade organizacional, evitando-se a excessiva segmentação vertical e horizontal de estrutura.
3. A existência de modelos diferenciados de organização e segmentação interna de estruturas a que se refere o nº 1 do presente ARTIGO não deve prejudicar a boa administração, nem a coordenação de funções comuns.



## **ARTIGO 82.º**

### **(Regulamento)**

O regulamento interno das Secretarias da Administração do Município deve ser aprovado pelo Governador da Província, depois de obtido o parecer das secretarias de especialidade.

## **CAPÍTULO IV**

### **Posse e Cessação de Funções da Administração Municipal**

## **ARTIGO 83.º**

### **(Posse e cessação de funções)**

1. O Administrador do Município e o Administrador do Município-Adjunto iniciam as suas funções com a tomada de posse perante o Administrador da Província.
2. Os restantes membros da Administração do Município iniciam as suas funções com a tomada de posse perante o Administrador do Município.
3. As funções dos membros da Administração do Município cessam com a sua exoneração nos termos da lei.

## **TÍTULO V**

### **Administração da Comuna**

## **CAPÍTULO I**

### **Natureza, Atribuições e Competências da Administração da Comuna**

## **ARTIGO 84.º**

### **(Natureza)**

1. A Administração da Comuna é o órgão desconcentrado da administração do Estado na província que visa assegurar a realização das funções do Estado a nível da comuna.
2. A Administração da Comuna, no exercício das suas funções e competências, responde perante a Administração do Município.

## **ARTIGO 85.º**

### **(Atribuições)**

A Administração da Comuna tem por atribuições a promoção e orientação do desenvolvimento administrativo e económico-social da comuna, com base nas decisões e opções definidas pelo Governo da Província e o asseguramento da prestação dos serviços comunitários locais.

## **ARTIGO 86.º**

### **(Competência)**

- 1.** Compete à Administração da Comuna:
- 2.** No domínio administrativo-institucional:
  - a)** administrar a comuna, defender a lei, garantir o seu desenvolvimento e satisfazer as necessidades das populações;
  - b)** colaborar no apoio a programas e projectos de interesse comunal, em parceria com outras entidades da Administração do Município;
  - c)** executar e velar pelo cumprimento das deliberações dos Conselhos de Administração da Comuna e da Administração do Município;
  - d)** elaborar e aprovar o plano de desenvolvimento, a dotação orçamental e garantir a sua execução;
  - e)** aprovar os relatórios de execução, respectivamente, do plano de desenvolvimento da comuna, da dotação orçamental e do plano de actividades anual;
  - f)** apoiar e acompanhar as autoridades tradicionais na organização dos bairros ou povoações da comuna;
  - g)** realizar o registo civil dos cidadãos da respectiva área de jurisdição;
  - h)** realizar o recenseamento dos cidadãos com 18 anos de idade, residentes na sua área de jurisdição;
  - i)** realizar o registo dos reservistas moradores na sua área de jurisdição;
  - j)** colaborar a nível da comuna com os órgãos competentes na realização do registo eleitoral e demais actividades legais inerentes a eleições presidenciais, legislativas e autárquicas;
  - k)** praticar actos legais no quadro das atribuições próprias da Administração da Comuna;

- l)** prestar às entidades públicas toda colaboração que lhe for solicitada em matéria de estatística, desenvolvimento, educação, saúde, assistência e reinserção social e cultural;
  - m)** exercer as demais competência que lhe forem atribuídas superiormente;
  - n)** emitir, no exercício das suas funções, resoluções e posturas.
- 3.** No domínio das finanças, comércio e agricultura:
  - a)** supervisionar a arrecadação de recursos financeiros provenientes dos impostos, das taxas e de outras receitas devidas ao Estado, a realizar na comuna, nos termos da legislação em vigor;
  - b)** administrar e conservar o património da Administração da Comuna;
  - c)** promover e apoiar a actividade comercial e os mercados rurais na comuna;
  - d)** promover e apoiar a actividade da agricultura e as pequenas infra-estruturas rurais na comuna.
- 4.** No domínio das infra-estruturas e equipamentos sociais:
  - a)** promover as infra-estruturas básicas de abastecimento de água potável, de electricidade, arruamentos, saneamento básico, projectos habitacionais e vias rodoviárias;
  - b)** promover, gerir e conservar os parques públicos, jardins, cemitérios e outras instalações de utilidade pública;
  - c)** promover, junto das populações, campanhas de educação social e cívica.
- 5.** No domínio da valorização e protecção social:
  - a)** promover e acompanhar a cobertura de saúde na comuna;
  - b)** garantir o sistema educacional na comuna até o ensino secundário;
  - c)** garantir o desenvolvimento das actividades culturais;
  - d)** preservar os edifícios, monumentos e sítios classificados como património histórico nacional e locais situados na comuna;
  - e)** promover e acompanhar a assistência e reinserção social na comuna.

## **CAPÍTULO II**

### **Estrutura Orgânica da Administração da Comuna**

#### **ARTIGO 87.º**

##### **(Estrutura orgânica)**

- 1.** A Administração da Comuna compreende os seguintes órgãos e serviços:
  - a)** Órgãos de direcção e apoio consultivo;
  - b)** Serviços de apoio técnico, executivos e instrumental.
- 2.** Os órgãos de direcção e apoio consultivo são:
  - a)** Conselho de Administração da comuna;
  - b)** Administração da Comuna;
  - c)** Administração da Comuna-Adjunto;
  - d)** Conselho Comunal de Auscultação e Concertação social.
- 3.** Os serviços de apoio técnico, executivos e instrumental são:
  - a)** Secretaria da Administração da Comuna;
  - b)** Gabinete do Administrador da Comuna;
  - c)** Gabinete do Administrador da Comuna-Adjunto;
  - d)** Repartições Comunais.

#### **SECÇÃO I**

##### **Conselho de Administração da Comuna**

#### **ARTIGO 88.º**

##### **(Natureza e competência)**

- 1.** O Conselho da Administração da Comuna é o órgão colegial encarregue de realizar a coordenação geral da comuna.
- 2.** Compete ao Conselho de Administração da Comuna o seguinte:
  - a)** aprovar as medidas gerais da Administração da Comuna, coordenar e acompanhar a sua execução;
  - b)** aprovar o plano de desenvolvimento da Administração da Comuna, a dotação orçamental e o plano de actividade anual;
  - c)** aprovar os relatórios de execução do plano de desenvolvimento, da dotação orçamental e do plano de actividades anual;

- d) apreciar todas as matérias do âmbito deste conselho que lhe sejam submetidas pela Administração do Município.

## **ARTIGO 89.º**

### **(Funcionamento e composição)**

1. O Conselho de Administração da Comuna é presidido pelo Administrador da Comuna e reúne-se em sessão ordinária mensalmente e extraordinariamente sempre que convocado pelo Administrador da Comuna.
2. O Conselho de Administração da Comuna adopta as suas deliberações sob a forma de resoluções e posturas.
3. Participam na reunião do Conselho de Administração da Comuna as seguintes entidades:
  - a) Administrador da Comuna;
  - b) Administrador da Comuna-Adjunto;
  - c) Chefes de repartição da comuna;
  - d) Entidades convidadas, pessoas singulares ou colectivas.

## **SECÇÃO II**

### **Administrador da Comuna**

## **ARTIGO 90.º**

### **(Definição)**

1. O Administrador da Comuna é o representante da Administração do Município na Comuna, a quem incumbe dirigir a Administração da Comuna, assegurar o normal funcionamento dos órgãos de administração local do Estado, respondendo pela sua actividade perante o Administrador do Município.
2. O Administrador da Comuna deve ser coadjuvado por um administrador da Comuna-Adjunto.
3. O Administrador da Comuna pode delegar poderes no Administrador da Comuna-Adjunto para acompanhar, tratar e decidir sobre assuntos relativos à actividade e ao funcionamento das áreas que lhe forem incumbidas.

## **ARTIGO 91.º**

### **(Provimento)**

1. O Administrador da Comuna é nomeado por despacho do Governador da Província.
2. O Administrador da Comuna-Adjunto é nomeado por despacho do Governador da Província.
3. Diploma próprio regulará o regime jurídico de provimento para o cargo de administrador da comuna.
4. O Administrador Comunal a ser nomeado deverá possuir a formação adquirida no Instituto de Formação da Administração Local.

## **ARTIGO 92.º**

### **(Competência)**

1. Ao Administrador da Comuna compete:
  - a) garantir o cumprimento da Lei Constitucional e dos demais diplomas legais;
  - b) dirigir a Administração da Comuna e assegurar o cumprimento das suas deliberações;
  - c) informar regularmente o Administrador do Município sobre a realização de tarefas e o modo de funcionamento da Administração da Comuna;
  - d) decidir sobre questões de recursos humanos da Administração da Comuna, nomear, empossar e exonerar os titulares de cargos de chefia dos diferentes serviços sob sua dependência;
  - e) convocar e presidir as reuniões dos Conselhos de Administração da Comuna e de Auscultação e Concertação Social e propor as respectivas agendas de trabalho;
  - f) orientar e actualizar o censo da população e controlar o recenseamento de estrangeiros;
  - g) auscultar e coordenar com as autoridades tradicionais a realização das acções comunitárias junto das populações;
  - h) aplicar multas às transgressões administrativas;
  - i) exercer a fiscalização e o controlo sobre o uso das concessões de licença emitidas a comerciantes, agricultores, industriais e similares na sua área de jurisdição;

- j) realizar acções que impeçam a destruição da flora e da fauna e que contribuam para a defesa e preservação do ambiente;
- k) promover a abertura e conservação de caminhos vicinais;
- l) conceder terrenos nos cemitérios para jazigos e sepulturas e assegurar a sua conservação, nos termos da lei;
- m) organizar e controlar os mercados comunais;
- n) promover a captação, o tratamento, o transporte e a distribuição de água potável e de electricidade na comuna;
- o) exercer outras funções que lhe forem superiormente determinadas.

### **ARTIGO 93.º**

#### **(Natureza dos actos do administrador)**

Os actos administrativos do Administrador da Comuna quando executórios tomam a forma de despachos e quando sejam instruções genéricas tomam a forma de ordens de serviço.

### **SECÇÃO III**

#### **Administrador da Comuna-Adjunto**

### **ARTIGO 94.º**

#### **(Competência)**

1. Compete ao Administrador da Comuna-Adjunto:
  - a) coordenar os sectores económico, social e produtivo;
  - b) dirigir a Secretaria da Administração da Comuna;
  - c) substituir o Administrador da Comuna nas suas ausências e impedimentos;
  - d) exercer outras funções que lhe sejam superiormente determinadas.
2. Os actos administrativos do Administrador da Comuna-Adjunto quando executórios tomam a forma de despachos e quando sejam instruções genéricas tomam a forma de ordens de serviço.

### **ARTIGO 95.º**

#### **(Provimento)**

Diploma próprio regula o regime jurídico de provimento para o cargo de Administrador da Comuna-Adjunto.

**SECÇÃO IV**  
**Conselho Comunal de Auscultação e Concertação Social**

**ARTIGO 96.º**

**(Objectivos)**

1. O Conselho Comunal de Auscultação e Concertação Social tem por objectivo apoiar a Administração da Comuna na apreciação e tomada de medidas de natureza política, económica e social no território da respectiva comuna.
2. Para efeitos de aplicação do disposto no n.º.1 deste artigo, o Conselho Comunal de Auscultação e Concertação Social deve ser ouvido antes da aprovação do plano de desenvolvimento comunal, da dotação orçamental, do plano de actividades e do relatório de execução dos referidos instrumentos.

**ARTIGO 97.º**

**(Composição)**

1. O Conselho Comunal de Auscultação e Concertação Social é presidido pelo Administrador da Comuna e integra os seguintes membros:
  - a) Administrador da Comuna-Adjunto;
  - b) chefes de repartições comunais e chefes de secções;
  - c) representantes de autoridades tradicionais;
  - d) representantes do sector empresarial público e privado;
  - e) representantes das associações de camponeses;
  - f) representantes das igrejas reconhecidas por lei;
  - g) representantes das ONG.
2. Sempre que julgue necessário o Administrador da Comuna pode convidar outras entidades não contempladas no número anterior.

**ARTIGO 98.º**

**(Funcionamento)**

1. Quando às competências à organização e ao funcionamento são aplicáveis as disposições do seu regulamento interno.



2. O Conselho Comunal de Auscultação e Concertação Social reúne-se ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que o Administrador da Comuna o convocar.

## **SECÇÃO V**

### **Serviço de Apoio Técnico, Instrumental e Executivos**

#### **ARTIGO 99.º**

##### **(Secretaria da Administração da Comuna)**

A Secretaria da Administração da Comuna é o serviço que se ocupa da generalidade das questões administrativas da comuna.

#### **ARTIGO 100.º**

##### **(Gabinete do Administrador da Comuna e do Administrador da Comuna-Adjunto)**

A composição e regime jurídico do pessoal do Gabinete do Administrador da Comuna e seu adjunto são estabelecidos na lei.

#### **ARTIGO 101.º**

##### **(Repartição de Assuntos Económicos, Sociais e Produtivos)**

A Repartição de Assuntos Económicos, Sociais e Produtivos é o serviço que executa e controla as actividades económicas, sociais e produtivas da comuna.

#### **ARTIGO 102.º**

##### **(Repartição de Organização, Serviços Comunitários e Fiscalização)**

A Repartição de Organização, Serviços Comunitários e Fiscalização é o serviço que executa e controla as actividades comunitárias, de organização e fiscalização.

#### **ARTIGO 103.º**

##### **(Regulamentação e equipamento)**

1. As competências dos serviços executivos e de apoio instrumental são definidas por regulamento interno aprovado pelo Administrador da Comuna.

2. A Secretaria da Administração da Comuna, a Repartição de Assuntos Económicos e Sociais e a Repartição de Organização, Serviços Comunitários e Fiscalização são dirigidos por chefes de repartição.

#### **ARTIGO 104.º**

##### **(Posse e cessação de funções)**

1. O administrador da Comuna e o Administrador da Comuna-Adjunto iniciam as suas funções com a tomada de posse perante o Governador da Província.
2. Os restantes membros da Administração da Comuna iniciam as suas funções com a tomada de posse perante o Administrador da Comuna.
3. As funções dos membros da Administração da Comuna cessam com a sua exoneração nos termos da lei.

### **TÍTULO VI**

#### **Estatuto dos Membros do Governo da Província**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Estatuto**

#### **ARTIGO 105.º**

##### **(Composição)**

1. Os membros do Governo da Província de Cabinda são:
  - a) Governador do Governo da Província;
  - b) Vice-Governador da Província;
  - c) Secretário Provincial;
  - d) Administrador do Município.
2. Os membros do Governo da Província têm o seguinte estatuto:
  - a) São civil e criminalmente responsáveis pelos actos que praticam ou legalizarem;
  - b) Gozam de imunidades nos termos da lei;
  - c) Não podem ser prejudicados na sua colocação, nos seus benefícios devido ao desempenho das suas funções;

- d) Gozam de direitos e regalias, nomeadamente, de livre-trânsito em locais públicos de acesso condicionado na província no exercício das suas funções, bem como subsídios e outras regalias, nos termos da lei.

## **TÍTULO VII**

### **Regime Financeiro**

## **CAPÍTULO I**

### **Princípios Fundamentais**

#### **ARTIGO 106.º**

##### **(Princípios)**

1. O Governo Central assegura, em cooperação com o Governo da Província, o desenvolvimento administrativo, económico e social da Província de Cabinda, considerando as suas potencialidades e a necessidade da superação das assimetrias decorrentes da especificidade geográfica.
2. A solidariedade nacional vincula o Estado a assegurar as condições para a superação das consequências da situação de enclave a sua integração no espaço nacional num quadro de interdependência económica e financeira.

## **CAPÍTULO II**

### **Regime Financeiro**

#### **ARTIGO 107.º**

##### **(Finanças)**

O regime financeiro do Governo da Província, das Administrações dos Municípios e das Secretarias Provinciais no que respeita à programação, à gestão, à execução e ao controlo interno do Orçamento Geral do Estado é o constante da Lei n.º 9/97, de 17 de Outubro, Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, do Decreto n.º 73/01, de 12 de Outubro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado e do Decreto n.º 8/05, de 11 de Março, relativo à execução orçamental e respectiva regulamentação.

## **ARTIGO 108.º**

### **(Orçamento da Província, do Município e das Secretarias Provinciais)**

1. O Governo da Província, as Administrações do Município e as Secretarias Provinciais são considerados unidades orçamentais.
2. As dotações orçamentais para a Administração da Comuna são estabelecidas nos orçamentos das Administrações dos Municípios.

## **ARTIGO 109.º**

### **(Receitas Provincial, Municipal e das Secretarias Provinciais)**

1. Constituem fontes de receita do Governo da Província, da Administração do Município e da Secretaria Provincial, nos termos da lei, as seguintes:
  - a) as transferências ou dotações orçamentais provenientes do Orçamento Geral do Estado;
  - b) os resultados financeiros provenientes do benefício de medidas tributárias do Governo Central, relativas às receitas petrolíferas realizadas na Província de Cabinda;
  - c) os recursos financeiros obtidos a partir do recurso a empréstimos contraídos pelo Governo da Província;
  - d) os recursos financeiros obtidos a partir da cobrança de impostos, de taxas e de outras fontes de receitas;
  - e) os rendimentos do património do Governo da Província.

## **ARTIGO 110.º**

### **(Controlo da execução orçamental local)**

A execução e fiscalização interna e externa dos orçamentos do Governo da Província, das Administrações dos Municípios e das Secretarias Provinciais são realizadas nos termos do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado.

## **ARTIGO 111.º**

### **(Dívida do Governo da Província)**

Constitui dívida do Governo da Província os empréstimos de curto e médio prazos autorizados pelo Governo Central, contraídos pelo Governo da Província.

## **ARTIGO 112.º**

### **(Benefícios tributários)**

- 1.** Nos termos da lei, o Governo da Província goza dos seguintes tributários.
  - a)** benefícios tributários do Governo Central resultantes das receitas fiscais petrolíferas realizadas na Província de Cabinda;
  - b)** benefícios tributários do Governo Central resultantes da cobrança de impostos, de taxas e de outras fontes de receita local.
- 2.** Os benefícios tributários do Governo Central resultantes da cobrança de impostos e de outros tipos de receita local são:
  - a)** Impostos sobre Rendimentos de Trabalho por conta própria;
  - b)** Imposto sobre Rendimento do Trabalho por conta de outrem;
  - c)** Imposto Industrial do Grupo C;
  - d)** Imposto sobre Aplicações de Capitais;
  - e)** Imposto Predial Urbano;
  - f)** Imposto sobre Sucessões e Doações;
  - g)** Imposto de Sisa;
  - h)** Imposto de Consumo;
  - i)** Imposto de Selo;
  - j)** Taxa de Circulação e Fiscalização de Trânsito;
  - k)** Rendas de Casa;
  - l)** Receitas de Serviços Comunitários;
  - m)** Adicional de 10% sobre o valor das multas, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 17/98, de 29 de Julho;
  - n)** Taxas inerentes ao uso e ao aproveitamento da terra à utilização de serviços e património, ou de outros bens e serviços dos órgãos locais do Estado.

## **ARTIGO 113.º**

### **(Regime aduaneiro e portuário especial)**

O Governo da Província de Cabinda goza do regime aduaneiro e portuário especial, nos termos da lei.

## **ARTIGO 114.º**

### **(Património)**

1. O Governo da Província tem activo e passivo próprios, competindo-lhe administrar e dispor do seu património.
2. São bens do Governo da Província:
  - a) Os bens do domínio público situados na província, pertencentes ao Estado, exceptuando-se deste domínio os bens que interessam à segurança e defesa nacional e os não provincializados;
  - b) Os bens adquiridos pelo Governo Provincial ou que por lei lhe pertençam.

## **TÍTULO VIII**

### **Disposições Finais e Transitórias**

## **ARTIGO 115.º**

### **(Parcerias público-privadas)**

1. Para efeitos do presente diploma, entende-se por parceria público-privada o contrato por via do qual as entidades privadas se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o funcionamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.
2. O Governo da Província, as Administrações dos Municípios e das Comunas devem promover a parceria público-privada, seja com empresas públicas, cooperativas, ONG ou outras instituições privadas sem fins lucrativas.

## **ARTIGO 116.º**

### **(Finalidades e formas)**

1. Constituem finalidades essenciais das parcerias público-privadas o acréscimo de eficácia na afectação dos recursos públicos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço público, induzida por formas de controlo eficazes que permitam a sua avaliação por parte de potenciais utentes e do parceiro público.
2. A parceria público-privada pode assumir, dentre outras, as funções de contrato de concessão de obras públicas, contrato de concessão de serviço público, contrato de fornecimento contínuo, contrato de prestação de serviço e de gestão.

3. Legislação própria regulamentará os termos e as condições da parceria público-privada.

#### **ARTIGO 117.º**

##### **(Contratos-programa e protocolos)**

1. Podem ser estabelecidos contratos-programa e protocolos, através dos quais o Governo Central coloca à disposição dos órgãos da administração local do Estado meios de financiamento público destinados à prossecução de objectivos concretos, que não possam ser satisfeitos no quadro do regime normal de financiamento das despesas.
2. Os contratos-programa e protocolos devem prever o objectivo, as obrigações assumidas pelas partes, os recursos financeiros a transferir, a duração, os mecanismos de acompanhamento e o controlo da aplicação dos financiamentos acordados.

#### **ARTIGO 118.º**

##### **(Abrangência)**

1. Os contratos-programa e protocolos podem abranger mais do que uma província, município ou comuna e devem prever as formas de cooperação com base em vantagens comparativas.
2. Compete ao Governo Central fixar, por decreto, as condições gerais a que deve obedecer a celebração dos contratos-programa e protocolos.

#### **ARTIGO 119.º**

##### **(Bairros ou povoações)**

A organização e o funcionamento dos bairros ou povoações são objecto de diploma próprio.

#### **ARTIGO 120.º**

##### **(Organigrama do Governo da Província de Cabinda)**

O organigrama e o paradigma de regulamento do Governo da Província, das Administrações dos Municípios e das Comunas, bem como o respectivo quadro de pessoal, são objecto de aprovação em diploma próprio pelo Ministro da Administração do Território.

**ARTIGO 121.º**

**(Entrada em vigor)**

O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 25 de Outubro de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.



